UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIENCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA SOCIAL

“MEMÓRIA DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA” de
Francisco Adolfo de Varnhagen. Edição de Texto.

GISELE CRISTINA CIPRIANI DE ALMEIDA

São Paulo
2015

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA SOCIAL

“MEMÓRIA DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA” de
Francisco Adolfo de Varnhagen. Edição de Texto.

GISELE CRISTINA CIPRIANI DE ALMEIDA

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação
em História Social da Faculdade de Filosofia, Letras
e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo para
obtenção do título de Mestre em Ciências (História).

Orientadora: Profa. Dra. Raquel Glezer

Versão Corrigida

São Paulo

2015

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

Catálogo na Publicação
Serviço de Biblioteca e Documentação
Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo

A" Almeida, Gisele Cristina Cipriani de
"Memória da Administração Pública" de Francisco
Adolfo de Varnhagen. Edição de Texto. / Gisele
Cristina Cipriani de Almeida ; orientador Raquel
Glezer. – São Paulo, 2015.
312 f.

Dissertação (Mestrado)– Faculdade de Filosofia,
Letras e Ciências Humanas da Universidade de São
Paulo. Departamento de História. Área de concentração:
História Social.

1. Historiografia Brasileira. 2. Paleografia. 3.
Edição de Texto. 4. Francisco Adolfo de Varnhagen. 5.
Visconde de Porto Seguro. I. Glezer, Raquel ,
orient. II. Título.

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA SOCIAL

“MEMÓRIA DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA” de
Francisco Adolfo de Varnhagen. Edição de Texto.

GISELE CRISTINA CIPRIANI DE ALMEIDA

São Paulo
2015

*Ao meu marido, Daniel, por ter participado
desde o início de todas etapas da pesquisa.*

Agradecimentos

Normalmente, deixamos o agradecimento para o fim da redação e se torna uma tarefa um tanto difícil, pois depois de tanto trabalho, agradecer traz a lembrança de todo o nosso percurso. E entrar em contato com todo este processo é emocionante. Este trabalho só nasceu e chegou a este fim graças a ajuda de muitas pessoas.

Primeiramente, gostaria de agradecer à minha orientadora, a professora Dra. Raquel Glezer, pelas oportunidade que tive de assistir suas aulas de Teoria da História e por ter possibilitado que naquele momento uma chama de investigadora se acendesse em mim. Hoje, como professora de História, vejo como um professor pode mudar a vida dos seus alunos. E acredito que o dom da professora Raquel em ensinar e instigar os alunos foi fundamental para mudar a minha trajetória de vida. Lembro-me como se fosse hoje, da sua aula sobre a História da Historiografia no século XIX. Na mesma aula, ao tratar de Varnhagen, logo me apaixonei pela possibilidade de pesquisa e a procurei. A professora me recebeu como orientanda de iniciação científica e iniciei esta trajetória de pesquisa do historiador. Desde o início, a orientação dela era a busca pelo documento histórico e o contato em arquivos. Acredito que encontrar este documento histórico inédito só foi possível graças a sua orientação. Gostaria, então, de agradecer a professora por ter criado em sala de aula e com suas orientações de pesquisa, uma historiadora. Essa dissertação representa o resultado de um trabalho de pesquisa e orientação que dura dez anos e que acredito que ainda trará muitos frutos futuros.

Agradeço também à professora Mestre Marly Spacachieri que sempre me acolheu, tirando dúvidas sobre todo o processo de pesquisa e as burocracias acadêmicas. Agradeço também ao Magno Nascimento pela ajuda no trabalho que fiz de alimentação do site para bibliografia de e sobre Varnhagen que enriqueceram esta dissertação. Agradeço à Lorena Leite por ter me ajudado a fotografar o documento no arquivo. E gostaria de agradecer aos colegas do Grupo de Historiografia de São Paulo que me acolheram mesmo não fazendo parte da pesquisa da historiografia de São Paulo, bem como por me ajudarem com sugestões para esta dissertação.

Gostaria de agradecer à professora Dra. Heloísa Bellotto pela indicação do estágio do Arquivo Histórico Ultramarino tão importante para consolidar esta

dissertação. E também a Dra. Érika Dias por ter me acolhido em Portugal, no Arquivo e por ter me ensinado paleografia e tipologia documental. Não poderia deixar de esquecer das colegas do Arquivo Histórico Ultramarino, Karina Santos e Arminda Fortes que também me acolheram em Portugal e me ajudaram na pesquisa. Agradeço ao Arquivo Histórico Ultramarino pela experiência de estágio, em especial a diretora, a Dra. Ana Canas. Agradeço também à equipe de conservação e restauro do Arquivo Histórico Ultramarino que me proporcionaram o aprendizado de técnicas e a apreciação do seu rico trabalho. Agradeço também ao Padre Marcos Mendes que me ajudou a encontrar minha "casa" em Lisboa, no Colégio Pio XII. Assim como, também agradeço ao diretor do Colégio Pio XII em Lisboa, o padre António de Araújo Oliveira que me recebeu na hospedagem estudantil e que me proporcionou uma das experiências mais emocionantes em Portugal, ter uma aula de história em uma visita ao Mosteiro dos Jerónimos. Gostaria também de agradecer aos colegas da Universidade Católica de Lisboa que me acolheram na hospedagem estudantil e que me levaram para assistir ao jogo de futebol no Estádio do Benfica. Ainda em Portugal, gostaria de agradecer ao bibliotecários, arquivistas e recepcionistas do Arquivo Histórico Ultramarino, do Arquivo Histórico da Marinha, do Arquivo Histórico Militar de Lisboa, da Biblioteca Nacional de Portugal, do Arquivo Histórico da Academia de Ciências de Lisboa e do Arquivo dos Cimélios da Biblioteca Pública de Évora. Todas estas pessoas proporcionaram uma experiência única em Portugal.

Gostaria de agradecer os professores doutores que me ajudaram com sugestões em cursos durante o mestrado: Cecília Helena de Sales de Oliveira, Ana Paula Simioni, Anita Novinsky, João Eurípedes Franklin Leal e Heloísa Bellotto.

Gostaria de agradecer à equipe do arquivo histórico do Museu Imperial que me acolheu na hospedagem na casa para pesquisador dentro do Museu Imperial em Petrópolis, bem como por toda a ajuda nas minhas descobertas. Agradeço aos recepcionistas, guardas, estagiários, bibliotecários e arquivistas da Biblioteca e do Arquivo Histórico do Itamaraty no Rio de Janeiro por me ajudarem e estarem sempre disponíveis para minhas dúvidas e consultas. Agradeço aos recepcionistas, bibliotecários e arquivistas da Biblioteca Nacional. Bem como à toda equipe do Real Gabinete Português de Leitura pela atenção na etapa final deste trabalho, auxiliando

na pesquisa de dicionários e gramáticas da época e também na preocupação com o silêncio para o trabalho de nós pesquisadores numa biblioteca tão frequentada por turistas.

Agradeço também ao professor Dr. Christian Hausser e a PhD. Jorun Poettering por me acolherem na minha primeira apresentação de seminário como mestrande e por valorizarem o meu trabalho, sendo grandes incentivadores desta pesquisa. Agradeço, especilamente, ao professor Dr. Christian Hausser pelos inúmeros emails que trocamos sobre Varnhagen e sobre a minha pesquisa. Sem dúvida, seus comentários enriqueceram esta dissertação.

Agradeço também aos meus alunos que pelo interesse pela história e seu ofício sempre possibilitaram que eu mantivesse uma chama acesa dentro de mim tanto de historiadora como de professora. Gostaria também de agradecer às minhas amigas e professoras do Colégio Brasil Canadá por me ajudarem a ser uma professora melhor.

Gostaria de agradecer ao meu tio Hélio Almeida que aprecia o ofício do historiador e me proporcionou uma grande bibliografia de edições do Senado que muito ajudaram neste trabalho. Gostaria de agradecer também ao meu tio, César Almeida, por ter trazido esta bibliografia de Brasília até o Rio de Janeiro com muito carinho e atenção.

Agradeço à minha segunda família, Giuliano Bonini Takahashi, por me apoiar nas pesquisas, na dissertação, na mudança para o Rio de Janeiro e por entender o meu sumiço nesta última etapa da dissertação. Agradeço ao Cacá e a Lu por me abrigarem no Rio, desde o início de minhas pesquisas.

Agradeço aos meus pais por acreditarem e me apoiarem desde a minha escolha na graduação me sempre, mesmo escolhendo não seguir o caminho do resto da família na IBM. Agradeço aos meus cunhados, Bia e Augusto, por possibilitarem que meus irmãos sempre fossem presentes na minha vida mesmo distantes. Agradeço à minha irmã, Kátia, pela amizade, carinho e exemplo de mulher e profissional. Agradeço ao meu pai, Carlos, pelas conversas e orientações nos inúmeros obstáculos da vida. Agradeço à minha mãe, Lúcia, por sempre se preocupar com esta

dissertação, não me deixar desanimar no percurso deste trabalho e por sempre acreditar em mim. Agradeço ao meu irmão, Eduardo, que sempre foi um entusiasta das minhas pesquisas históricas e sempre se empolgou com o ofício de historiador.

Agradeço, por fim, a pessoa mais importante em toda a minha trajetória de pesquisa do Varnhagen, desde o início da graduação, meu marido e companheiro Daniel Bonini Giuliano. Agradeço por ter sempre me apoiado na minha escolha profissional como historiadora e professora, mesmo sabendo que isso significaria perder muito a minha companhia em muitas noites e fins de semana. Agradeço por acreditar em mim, por ter me proporcionado a mudança para o Rio de Janeiro, minha terra do coração e rica de arquivos históricos do século XIX, por ter me ajudado com problemas no computador, nos documentos que muitas vezes desapareciam do nada, por ter me ajudado com a parte da matemática e de formatação deste trabalho e por ter me acalmado em momentos de desespero e tensão em vista deste trabalho e das novas experiências que vivencio em sala de aula no Rio de Janeiro. Agradeço também por me proporcionar momentos de muita alegria e diversão nas horas vagas no Rio de Janeiro.

Resumo

Este trabalho tem como objetivo principal a leitura e transcrição paleográfica semi-diplomática do manuscrito que se encontra na Coleção Francisco Adolfo de Varnhagen, Lata 352, Maço I, do Arquivo Histórico do Itamaraty. Faz parte também o estudo da letra e do documento utilizando recursos da paleografia e da diplomática para datar o manuscrito e comprovar a autoria do mesmo, bem como o estudo da trajetória do historiador com intuito de delimitar o período provável que a obra foi escrita. A transcrição completa do manuscrito feita neste trabalho tem como o intuito a edição deste documento histórico inédito.

Palavras-chave: Paleografia; Historiografia brasileira; Edição de texto; Francisco Adolfo de Varnhagen

Abstract

This paper's main objective is the semi-diplomatic paleographic transcription of the manuscript that is in the collection of Francisco Adolfo de Varnhagen, Lata 352, Maço I, in the Itamaraty Historical Archive. It is also part of the study, improve the study of the letter and the document using paleography and diplomatic resources to date this manuscript and prove the authorship of it, as well as the study of the trajectory of the author to determine the period of time the text was written. Full transcription of the manuscript done in this paper is to order the publication of this unprecedented historical document.

Keywords: Paleography; Brazilian Historography; Text Edition; Francisco Adolfo de Varnhagen

LISTA DE ABREVIATURAS

AHU - Arquivo Histórico Ultramarino

ANPUH - Associação Nacional de História

AP GCCA - Arquivo Pessoal Gisele Cristina Cipriani de Almeida

BN/ RJ - Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro

CAPES - Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior

CNPq - Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico

COLUSO - Comissão Bilateral Luso-Brasileira de Salvaguarda e Divulgação do Patrimônio Documental

FFLCH/USP - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo

FUNAG - Fundação Alexandre Gusmão

IHGB - Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro

MS1 - Manuscrito 1

MS2 - Manuscrito 2

UFOP - Universidade Federal de Ouro Preto

USP - Universidade de São Paulo

V. M. I - Vossa Magestade Imperial

INDICE DE IMAGENS

001 AP GCCA	p. 214
002 AP GCCA	p. 215
003 AP GCCA	p. 215
004 AP GCCA	p. 215
005 AP GCCA	p. 215
006 AP GCCA	p. 215
007 AP GCCA	p. 217
008 AP GCCA	p. 218
009 AP GCCA	p. 218
010 AP GCCA	p. 219
011 AP GCCA	p. 220
012 AP GCCA	p. 225
013 AP GCCA	p. 225
014 AP GCCA	p. 225
015 AP GCCA	p. 226
016 AP GCCA	p. 226
017 AP GCCA	p. 226
018 AP GCCA	p. 226

019 AP GCCA	p. 227
020 AP GCCA	p. 227
021 AP GCCA	p. 227
022 AP GCCA	p. 227
023 AP GCCA	p. 228
024 AP GCCA	p. 228
025 AP GCCA	p. 228
026 AP GCCA	p. 228
027 AP GCCA	p. 229
028 AP GCCA	p. 229
029 AP GCCA	p. 229
030 AP GCCA	p. 229
031 AP GCCA	p. 229
032 AP GCCA	p. 229
033 AP GCCA	p. 230
034 AP GCCA	p. 230
035 AP GCCA	p. 230
036 AP GCCA	p. 230
037 AP GCCA	p. 230
038 AP GCCA	p. 230

039 AP GCCA	p. 230
040 AP GCCA	p. 230
041 AP GCCA	p. 230
042 AP GCCA	p. 231
043 AP GCCA	p. 231
044 AP GCCA	p. 231
045 AP GCCA	p. 231
046 AP GCCA	p. 231
047 AP GCCA	p. 231
048 AP GCCA	p. 232
049 AP GCCA	p. 232
050 AP GCCA	p. 232
051 AP GCCA	p. 232
052 AP GCCA	p. 232
053 AP GCCA	p. 232
054 AP GCCA	p. 232
055 AP GCCA	p. 232
056 AP GCCA	p. 233
057 AP GCCA	p. 233
058 AP GCCA	p. 233

059 AP GCCA	p. 233
060 AP GCCA	p. 233
061 AP GCCA	p. 233
062 AP GCCA	p. 233
063 AP GCCA	p. 234
064 AP GCCA	p. 234
065 AP GCCA	p. 234
066 AP GCCA	p. 234
067 AP GCCA	p. 234
068 AP GCCA	p. 234
069 AP GCCA	p. 234
070 AP GCCA	p. 234
071 AP GCCA	p. 234
072 AP GCCA	p. 234
073 AP GCCA	p. 234
074 AP GCCA	p. 234
075 AP GCCA	p. 235
076 AP GCCA	p. 235
077 AP GCCA	p. 235
078 AP GCCA	p. 235

079 AP GCCA	p. 235
080 AP GCCA	p. 236
081 AP GCCA	p. 236
082 AP GCCA	p. 236
083 AP GCCA	p. 236
084 AP GCCA	p. 236
085 AP GCCA	p. 236
086 AP GCCA	p. 236
087 AP GCCA	p. 236
088 AP GCCA	p. 236
089 AP GCCA	p. 236
090 AP GCCA	p. 236
091 AP GCCA	p. 237
092 AP GCCA	p. 237
093 AP GCCA	p. 237
094 AP GCCA	p. 237
095 AP GCCA	p. 237
096 AP GCCA	p. 237
097 AP GCCA	p. 237
098 AP GCCA	p. 237

099 AP GCCA	p. 237
100 AP GCCA	p. 237
101 AP GCCA	p. 238
102 AP GCCA	p. 238
103 AP GCCA	p. 238
104 AP GCCA	p. 238
105 AP GCCA	p. 238
106 AP GCCA	p. 238
107 AP GCCA	p. 238

Sumário

I. Novas fontes históricas trazendo à luz uma época	1
A. Histórico do trabalho.....	1
B. Introdução	7
a. Da Revolução do Porto ao fim do Período Regencial.....	8
b. Em defesa da Constituição.....	18
c. O Direito Administrativo	19
d. O Poder Moderador.....	21
C. O papel da pesquisa histórica neste trabalho.....	25
 II. A trajetória do autor e a construção de uma obra	 29
A. Francisco Adolfo de Varnhagen: um alemão, um português, um brasileiro ou um carreirista?	 29
a. A escolha pela nacionalidade brasileira	32
b. Por um sobrenome brasileiro	38
c. Cidadão, diplomata e historiador brasileiro	42
d. Varnhagen historiador.....	50
 III. O Manuscrito	 54
A. Normas técnicas adotadas para a transcrição do manuscrito	54
B. Transcrição semi-diplomática completa do manuscrito	57
C. A leitura de uma obra histórica.....	213
a. A importância da Paleografia.....	213
b. Aspectos gráficos do manuscrito	214
c. Aspectos materiais do manuscrito.....	216
d. Aspectos complementares.....	220
e. Comparação do traçado do autor com outro manuscrito do mesmo autor.....	224
f. Alfabeto do manuscrito em letras maiúsculas e minúsculas	228
 IV. Análise da obra	 239
A. A obra como documento histórico.....	239
a. Tipologia documental.....	239
b. Diferenças entre o Memorial Orgânico e a <i>Memória da Administração Pública</i> ...	240
c. Diferenças entre os Índices do Memorial Orgânico e a <i>Memória da Administração Pública</i>	241
d. O Corpo Político	246
e. Trechos comuns entre o Memorial Orgânico e a <i>Memória da Administração Pública</i>	248

Considerações Finais	252
Referências	254
Fontes manuscritas	254
Obras de Referência	263
Obras citadas.....	264
 Apêndice:	
Glossário explicativo baseado no dicionário de Moraes.....	270

*O historiador liberal não é um observador fora de cena ou fora
da história que, mesmo à distância, capta numa visão sinótica
da verdade de seu objeto; (...) mas vê, faz, escreve a história
no momento em que ela está perto de se cumprir.¹*

¹ THIERRY. *Essai sur l'histoire de la formation et des progrès du tiers état*. Paris: 1850, prefácio. IN: HARTOG, François. **O século XIX e a história: o caso Fustel de Coulanges**. Tradução: Roberto Cortes de Lacerda. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 2003, p. 100.

I. Novas fontes históricas trazendo à luz uma época

Que importa, por teu favor,
Escrever esta lembrança
Se dos tempos a mudança
Fará que, sem pena ou dôr,
Vos deslembreis do autor!...
Francisco Adolfo de Varnhagen²

Citando Humboldt, Varnhagen, no **Memorial Orgânico**, escreve que “pensamentos bem felizes (diz Humboldt no seu immortal *Cosmos*) necessitam às vezes de séculos para se entenderem e realizarem” (VARNHAGEN, 1850, p. 4). Ou seja, para o visconde o **Memorial Orgânico** pode não ter sido aclamado no seu tempo, mas poderia ser valorizado no futuro. O manuscrito que proponho transcrever não foi publicado em seu tempo, mas pode, hoje, trazer maiores informações sobre um período e sobre o que defendia politicamente Varnhagen para o Brasil.

A. Histórico do trabalho

Em 2005, ainda na graduação em História na FFLCH/USP, comecei minha pesquisa sobre Francisco Adolfo de Varnhagen, na iniciação científica com bolsa CNPq sob a orientação da professora Dra. Raquel Glezer com o título *Fortuna Crítica de Varnhagen*. No princípio, fiz uma pesquisa em diversas bibliotecas institucionais no Brasil e nos países que possuíam obras de e sobre o historiador. Essa pesquisa acabou fazendo parte do projeto **Memória do Saber Francisco Adolfo de Varnhagen – Varnhagen no caleidoscópio**. Coordenado por Raquel Glezer e Lúcia Guimarães foi realizado o lançamento do livro no fim de 2013.³ A pesquisa da bibliografia de Varnhagen está disponível no site do projeto, assim como outras informações sobre o historiador.⁴

Ainda na iniciação científica fiz uma pesquisa sobre alguns críticos de Varnhagen, chegando a conclusão com o relatório final da iniciação científica. O texto sobre o projeto foi publicado nos **Anais do XVIII Encontro Regional de**

² VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. *Dedicatória em forma de poema*. Pertence ao álbum de autógrafos coletados por Maria Luiza Alves de Azevedo. Rio de Janeiro, 9 de junho de 1851. Biblioteca Nacional. Localização: SO, 03, 006 n.º. 053.

³ GUIMARÃES, Lúcia Maria Paschoal e GLEZER, Raquel (org.). *Varnhagen no caleidoscópio*. Rio de Janeiro: Fundação Miguel de Cervantes, 2013., p. 451. (Coleção Memória do Saber)

⁴ www.usp.br/labteo/varnhagen/index.php

História – O historiador e seu tempo. ANPUH/SP – UNESP/Assis, 24 a 28 de julho de 2006. Cd-rom, no qual apresentei um Paineis sobre o tema.⁵

Após a iniciação científica e depois de concluído o bacharelado em História em 2006 pela USP, continuei a pesquisa sobre o Visconde. Era o início da preparação de um projeto para o futuro mestrado sob a mesma orientação.

Em 2008, tive a oportunidade de ficar hospedada no Museu Imperial em Petrópolis, em uma casa que já hospedou inúmeros estudantes e historiadores que fizeram trabalhos de pesquisa no acervo do Arquivo Histórico do Museu. Infelizmente, atualmente este acesso não é mais permitido. Passei duas semanas no Arquivo Histórico pesquisando as cartas originais que Varnhagen havia escrito para D. Pedro II e que haviam sido publicadas por Clado Ribeiro de Lessa na *Correspondência Ativa de Varnhagen* em 1961. Durante a pesquisa, pude observar que muitas das correspondências publicadas pelo historiador para o imperador foram reproduzidas com erros de transcrição tais que prejudicam a leitura e compreensão em muitos casos. Esta descoberta foi publicada nos **Anais do XIX Encontro Regional de História - ANPUH/SP**, realizado na USP em São Paulo em 2008, no intuito de alertar os pesquisadores do historiador para que fossem cautelosos ao trabalhar com as cartas de Varnhagen para o imperador transcritas na obra de Lessa.⁶ É importante salientar que diversos profissionais fizeram o trabalho de transcrição das cartas para Lessa e que sua obra foi publicada postumamente, o que nos permite crer que o pesquisador ainda faria uma revisão destas transcrições. Uma reedição desta obra seria fundamental para que outros pesquisadores não trabalhem com transcrições erradas.

A princípio, a proposta de pesquisa em que me envolvi estava vinculada a correspondência entre o historiador e o imperador. Percorri arquivos no Brasil (Arquivo Histórico do Museu Imperial, Arquivo Histórico do Museu Nacional, Arquivo do Estado, Seção de Manuscritos da Biblioteca Nacional, Arquivo Histórico do IHGB e Arquivo Histórico do Itamaraty/RJ) na tentativa de encontrar as correspondências passivas de Varnhagen, ou seja, as correspondências que D. Pedro

⁵ ALMEIDA, Gisele Cristina Cipriani de. *Fortuna Crítica de Varnhagen*. **Anais do XVIII Encontro Regional de História – O historiador e seu tempo. ANPUH/SP – UNESP/Assis**, 24 a 28 de julho de 2006. Cd-rom.

⁶ ALMEIDA, Gisele Cristina Cipriani de. “*Correspondência Ativa*” de Varnhagen - *Análise da edição*. (Graduada USP/ FFLCH/ DH). **Anais do XIX Encontro Regional de História: Poder, Violência e Exclusão. ANPUH/SP-USP**. São Paulo, 08 a 12 de setembro de 2008. Cd-Rom.

II, supostamente, escreveu em resposta ao historiador. O Arquivo Histórico do Itamaraty ficou fechado por alguns anos e em 2011 finalmente pude agendar uma pesquisa.

A história da aquisição da Biblioteca e Arquivo Pessoal de Francisco Adolfo de Varnhagen pelo Itamaraty encontra-se na apresentação do *Catálogo da Coleção Varnhagen*, fruto do trabalho de uma equipe financiada pela Fundação Alexandre de Gusmão com apoio do Ministério das Relações Exteriores.

Devemos ao Barão do Rio Branco a incorporação deste inestimável tesouro bibliográfico às coleções do Ministério. O destino da coleção poderia ter sido outro. Em um projeto de testamento, datado do Rio de Janeiro, em 22 de fevereiro de 1861, que se encontra entre os documentos de seu arquivo particular, depositado no Arquivo Histórico do Itamaraty, Varnhagen legava toda sua 'livraria á Bibliotheca da Academia de História em Madrid, onde parte della se acha depositada; e isto não só pela gratidão que lhe devo, como pela certeza de que nesse clima se conservarão melhor algumas das preciosidades que contém.' De seu último testamento, feito em Lisboa em 12 de maio de 1868 e aberto em Viena, após sua morte, não consta disposição que diga respeito à biblioteca. Os livros seguem, com os demais bens da família para Santiago, onde a viúva, D. Carmen Ovalle de Varnhagen, de nacionalidade chilena, fixaria residência, com seus dois filhos. Em 1904, a família faz imprimir o 'Catálogo de la Biblioteca Varnhagen, Santiago de Chile, Imprenta Moderna', com 4972 títulos, que faz supor a disposição de aliená-la. Foi o Cônsul do Chile no Rio de Janeiro, Samuel Gracie, quem assinalou a Rio Branco a oportunidade de adquirir a coleção. Em 9 de dezembro de 1908, Luis Varnhagen de Porto Seguro aceita a proposta de venda, que lhe apresenta o Ministro do Brasil em Santiago, Alfredo de Moraes Gomes Ferreira, em nome do Ministério. Datam de 30 de julho de 1909 as instruções de Rio Branco para adquirir a biblioteca pelo valor de vinte e um contos de réis, equivalentes, na época, a mil trezentas e doze libras esterlinas (FUNAG, 2002, p. 7 e 8).

O *Catálogo* é bem interessante por permitir que se faça um estudo sobre as

leituras e preferências de Varnhagen.⁷ A documentação do arquivo particular do historiador também está disponível no Arquivo Histórico do Itamaraty, na Coleção Francisco Adolfo de Varnhagen.

Depois de procurar em muitos arquivos, sem sucesso, a correspondência passiva de Varnhagen, pude ter acesso à rica documentação no Itamaraty. Pequisei toda a documentação do historiador no Arquivo. Não encontrei a correspondência passiva do historiador, porém pude encontrar um manuscrito muito interessante no conjunto documental.

Este manuscrito⁸ está sem data e sem assinatura do visconde. Depois de realizar alguns cursos de paleografia e adquirir experiência na leitura de documentos escritos pelo historiador, pude atribuir ao manuscrito a autoria de Varnhagen. O manuscrito possui 111 folhas, frente e verso. De acordo com a identificação tipológica realizada pelos funcionários do Arquivo Histórico do Itamaraty, está intitulado *Tratado de Administração Pública*. No início do documento, o autor coloca o título *Da Administração Pública*. O manuscrito parece ser um rascunho de uma memória escrita sobre como deveria ser a administração, que no início apresenta uma visão geral de uma Nação, e depois como deveria ser esta administração pública no Brasil. O manuscrito é inédito e tenho a autorização legal do Itamaraty para a transcrição paleográfica completa do documento e edição do mesmo na conclusão do mestrado.

A proposta desta dissertação de mestrado é a transcrição paleográfica do manuscrito, a análise de características paleográficas ou peculiares ao historiador em termos de ideias e vícios de linguagem no manuscrito, na tentativa de estabelecer a autoria e data aproximada do documento e a posterior edição do manuscrito que irá enriquecer a bibliografia do visconde, bem como trazer novas fontes para a historiografia que estuda o contexto de sua vida e produção. Portanto, o estudo da letra é fundamental para este projeto, assim como o estudo do contexto histórico e político com que o manuscrito dialogava.

⁷ ALMEIDA, Gisele C. C. de. As obras do Visconde de Porto Seguro, um novo olhar através de suas anotações. **8º. Seminário Brasileiro de História e Historiografia na UFOP, em Mariana/MG**, em agosto de 2014, a ser publicado nos ANAIS do evento e disponibilizado online.

⁸ Ir para a página 57 desta dissertação, onde inicia-se a transcrição do manuscrito.

Em 2011, fiz um curso de tipologia documental ministrado pela Dra. Heloísa Bellotto que contribuiu ainda mais para o desenvolvimento do projeto bem como para o estágio que tive a oportunidade de fazer em Portugal em 2012. A professora trabalhava com um grupo de pesquisadores em Portugal, no Arquivo Histórico Ultramarino, no Projeto Resgate de Documentação Histórica entre Brasil e Portugal. Por sua indicação, consegui um estágio com sua equipe de paleografia⁹ no mesmo arquivo em Portugal, que durou um mês, em janeiro de 2012. Tive a oportunidade de aprofundar meus conhecimentos na prática de transcrição paleográfica, assim como aprender a identificar a tipologia do documento e a restaurar e preservar documentos. Tive uma experiência muito enriquecedora ao transcrever documentos do século XVIII utilizando os instrumentos e habilidades aprendidos com a Dra. Érika Dias.

Em Portugal, aproveitei para pesquisar em Arquivos Históricos a trajetória de Varnhagen no que diz respeito a sua formação em Portugal. Pesquisei no Arquivo Histórico Ultramarino, no Arquivo Histórico Militar, no Arquivo Histórico da Marinha, no Arquivo Histórico da Academia Real de Ciências de Lisboa e no Arquivo Distrital de Évora. Foi no Arquivo Histórico Militar que encontrei a documentação histórica mais interessante. Ao partir para Portugal, em minhas leituras sobre o historiador, percebi que muitos historiadores colocam Varnhagen no papel exemplar de patriota, principalmente por ter escolhido em 1842 a nacionalidade

⁹ "O Projeto Resgate de Documentação Histórica Barão do Rio Branco (Projeto Resgate) foi criado institucionalmente, em 1995, por meio de protocolo assinado entre as autoridades portuguesas e brasileiras no âmbito da Comissão Bilateral Luso-Brasileira de Salvaguarda e Divulgação do Patrimônio Documental (COLUSO). Tem como objetivo principal disponibilizar documentos históricos relativos à História do Brasil existentes em arquivos de outros países, sobretudo Portugal e demais países europeus com os quais tivemos uma história colonial imbricada. Desde 1996, o Ministério da Cultura coordena o Projeto Resgate, iniciativa bilateral Portugal/Brasil conduzida no contexto das comemorações dos 500 anos do descobrimento. O significado e importância da proposta residem no apoio à preservação da memória histórica nacional e na democratização do acesso ao patrimônio documental brasileiro. Teve ampla participação da comunidade científica, de empresas privadas e de várias instituições estatais, nos dois lados do Atlântico (agências de fomento à pesquisa, universidades, secretarias de estado da cultura, prefeituras, fundações, arquivos estaduais, Ministérios da Cultura, da Ciência e Tecnologia e das Relações Exteriores etc.). Mais de 110 instituições públicas e privadas, brasileiras e portuguesas e mais de uma centena de pesquisadores desenvolveram iniciativa sem precedentes na preservação em meio digital dos suportes documentais da memória nacional. Aproximadamente 150.000 documentos dos sécs. XVI-XIX (cerca de 1,5 milhão de páginas manuscritas) relativos a 18 capitanias da América portuguesa e depositados no renomado Arquivo Histórico Ultramarino de Lisboa (AHU) - o maior acervo de documentação colonial brasileira no exterior - foram descritos, classificados, microfilmados e digitalizados. Publicaram-se 20 catálogos em 27 volumes, quatro guias de fontes e 380 CD-ROMs de documentos digitalizados. O penúltimo catálogo da documentação (Capitania da Bahia) está no prelo. No Brasil, os arquivos estaduais receberam cópia microfilmada da documentação pertinente ao passado colonial de seus respectivos territórios e a Biblioteca Nacional acolheu toda a coleção de microfilmes."

IN: http://www.cmd.unb.br/resgate_index.php

brasileira.¹⁰ Nos documentos do início de sua carreira militar, o historiador deixou claro sua posição em dar preferência à nacionalidade portuguesa, desde que tivesse o reconhecimento da rainha e as promoções a que se achava com direito na carreira. Depois de muito insistir e não conseguir as promoções, Varnhagen conseguiu uma colocação na diplomacia brasileira, o que o fez escolher definitivamente a nacionalidade brasileira.

Em agosto de 2013, apresentei um trabalho sobre este tema no Simpósio Temático *O Brasil visto pelos alemães: historiografia, relatos de viagens, história natural, etnografia (século XIX)*, coordenado por Christian Hausser e Jorun Poettering, no 7º **Seminário Brasileiro de História da Historiografia/ UFOP/ Teoria da História e História da Historiografia: Diálogos Brasil-Alemanha**. No Simpósio tive a oportunidade de realizar trocas de informações sobre a pesquisa e discutir hipóteses sobre a trajetória do visconde, que instigaram ainda mais os questionamentos que levantei em pesquisa em Portugal. Neste diálogo, tive a oportunidade de receber uma proposta dos professores Dr. Christian Hausser e PhD. Jorun Poettering para contribuir com um artigo sobre Varnhagen com o título *Visconde de Porto Seguro, natural do Brasil e cidadão do mundo* que será publicado no livro organizado pelos mesmos com o título provisório de *Encontros e desencontros da historiografia brasileiro-alemã. Representações oitocentistas do passado brasileiro*, previsto para 2015.

Em 2014, fiz um curso de paleografia ministrado pelo professor Dr. João Eurípedes Franklin Leal e organizado pelo professor Dr. Arno Wehling. O curso possibilitou o meu aprofundamento na paleografia, bem como ajudou na resolução de algumas dúvidas que tinha na transcrição do manuscrito. Ao final do curso, fui convidada pelo professor Dr. Franklin Leal para participar de um projeto de transcrição junto com outros colegas da área para edição de um manuscrito inédito.¹¹

¹⁰ ALMEIDA, Gisele Cristina Cipriani de. *Francisco Adolfo de Varnhagen: um alemão, um português, um brasileiro ou um carreirista?* IN: Luna Halabi Belchior; Luisa Rauter Pereira; Sérgio Ricardo da Mata (orgs), **Anais do 7o. Seminário Brasileiro de História da Historiografia – Teoria da história e história da historiografia: diálogos Brasil-Alemanha**. Ouro Preto: EdUFOP, 2013. (ISBN: 978-85-288-0326-6).

¹¹ No IHGB, junto com a equipe de paleógrafos do curso, integrei o grupo formado por pesquisadores do Instituto de Comunicação e Informação Científica e Tecnológica em Saúde da FIOCRUZ para a transcrição paleográfica do "Formulário Médico: manuscrito atribuído aos jesuítas e encontrado em uma arca da Igreja de São Francisco de Curitiba" a ser publicado em 2015.

No final de 2014, o arquivo histórico do Itamaraty reabriu para pesquisas e pude, em 2015, cotejar a transcrição que fiz como os originais que se encontram na Coleção Francisco Adolfo de Varnhagen, Lata 352, Maço I. Pude, enfim, terminar a primeira etapa a que me propus nesta dissertação - realizar a transcrição completa do manuscrito inédito para editá-lo. Em uma próxima etapa, proponho me aprofundar no conteúdo desta obra em um futuro doutorado.

B. Introdução

O século XIX foi, para o Brasil, caracterizado por eventos políticos, sociais e econômicos de intensidade tamanha que a historiografia sobre o período se estende desde o século XIX até o século XXI. Apesar da vasta historiografia nacional, para a compreensão de onde situo o meu trabalho, destaco a Introdução do livro organizado por Izabel Andrade Marson e Cecília Helena L. de Salles Oliveira, intitulado **Monarquia, Liberalismo e Negócios no Brasil: 1780-1860**,

Pode-se considerar que durante muitas décadas a história do Império no Brasil foi pensada a partir de duas grandes temáticas: a revolução liberal, enquanto projeto 'inacabado', e a escravidão, ambas interpretadas segundo paradigmas do ideário liberal constituídos no século XIX e, posteriormente, (re)configurados a partir de tendências políticas diversas pelos intérpretes do país no século XX. Referimo-nos aqui mais precisamente ao argumento 'Antigo regime, feudalismo, latifúndio, servidão, escravidão', que serviu de referência para interpretações matriciais da experiência monárquica brasileira (MARSON; OLIVEIRA, 2013, p. 9).

Segundo as autoras citadas, a historiografia nacional, até meados do século XX, apresenta a história do Império partindo de ideias como uma "herança" latifundiária, monocultora e escravista, justificando assim a dificuldade de se constituir "um liberalismo autêntico" tal como em nações como "Inglaterra, França e Estados Unidos". Elas afirmam que "a partir da segunda metade do século XX", a historiografia mostra novas "leituras sobre a história política do Império", propondo a análise e consideração de novos agentes históricos, partindo de novas fontes ou até mesmo de fontes já trabalhadas."(MARSON; OLIVEIRA, 2013, p. 10).

A partir de tais perspectivas considero importante inserir o manuscrito encontrado no contexto político e social com o qual dialogava. Para tanto, é importante destacar a historiografia atual que trata do período imperial, mas também não descartar completamente as produções historiográficas anteriores por trazerem dados importantes. O manuscrito, apesar de não estar datado e assinado, faz parte da coleção Francisco Adolfo de Varnhagen, do Arquivo Histórico do Itamaraty, e trata de assuntos sobre a administração do Brasil, defendendo a monarquia constitucional. Portanto, um estudo sobre a construção da monarquia constitucional consolidada efetivamente por D. Pedro II, é fundamental para compreender o contexto em que o manuscrito se insere.

a. Da Revolução do Porto ao fim do Período Regencial

Em Portugal em 1814, a derrota napoleônica fez surgir a necessidade de resolver pendências consideradas básicas por parte dos portugueses, como a recuperação do "monopólio do mercado brasileiro e de voltar a fazer da metrópole a sede da monarquia" (BONIFÁCIO, M.; 2010, p. 22). Porém, esta situação não fora logo revertida. Portugal continuava sem a presença da corte portuguesa e sob a tutela de oficiais britânicos. E para completar, D. João VI, elevou, em 1815, o Brasil a Reino Unido de Portugal. Diante desta realidade, Maria de Fátima Bonifácio explica que "Portugal tinha de encontrar forma de voltar a 'impor a supremacia da pátria europeia' e tinha de encontrar novas modalidades de inserção nas relações de comércio internacionais" (BONIFÁCIO, M.; 2010, p. 22).

Em 1820, "conspiradores civis do clube Sinédrio, fundado em 1818 no Porto," (BONIFÁCIO, M.; 2010, p.23) se juntaram aos chefes militares e "anunciaram a formação de uma junta Provisional do Governo Supremo do Reino e a convocação das Cortes para se fazer uma Constituição" (BONIFÁCIO, M.; 2010, p. 23). Encurralado, D. João VI retornou para Portugal. Porém, deixou seu filho, D. Pedro, como príncipe regente, "pelo Decreto de 22 de abril de 1821". A partida de D. João VI, "deu início a um período muito conturbado para o governo do Brasil, que permanecia indefinido, e acentuou impasses político-administrativos no seio do Império português". Em Portugal, apesar de D. João VI jurar a Constituição, "as cortes não reconheciam sua autoridade". No Brasil, "diferentes lideranças digladiavam-se (...) em torno de projetos diferenciados" (BITTENCOURT, 2013, p. 140). Nas palavras de Varnhagen,

(...) os que no Brasil se ocupavam de política se viviam então muito desconformes em opiniões. Em uns predominavam os sentimentos em favor da Monarquia pura, em outros da constitucional, não faltando já alguns que se inclinavam à democracia e republicanismo (...) (VARNHAGEN, 1957, p.77).

As divergências entre os grupos políticos no Brasil se iniciaram por volta de 1820 e se estenderam por todo o século XIX. Ou seja, havia grupos que defendiam a Monarquia pura (sem respeitar uma constituição), outros a Monarquia Constitucional e muitos defendiam a democracia e até mesmo a República. As pressões da metrópole sobre a colônia aumentavam, causando grande insatisfação. Os ideais da Revolução Francesa, da independência das Treze Colônias e dos movimentos de independência carregados de ideais republicanos na América assombravam a elite nacional, temerosa de perder seus privilégios e poder político. Uma manobra política deveria ser feita para garantir uma transição para país independente sem provocar uma revolução.

Em meio a este contexto de divergências, na possibilidade do advento da república e na tentativa de conquistar apoio político, D. Pedro fez uma viagem, passando por regiões em Rio de Janeiro, Minas Gerais e São Paulo. Ao chegar em Pindamonhangaba e Taubaté, a recepção que lhe foi dada atestou a força de seu apoio em detrimento de seus opositores. Para Bittencourt, a "chegada de D. Pedro a São Paulo viria a ser lembrada posteriormente como o marco da separação de Portugal, simbolicamente materializado no 'grito do Ipiranga' "(BITTENCOURT, 2013, p. 160). De acordo com Varnhagen, não havia mais outra saída que não fosse a proclamação da independência por parte do príncipe regente e

(...) não tardou nem mais um instante: e passou a lançar, dessa mesma província que depois conceituava de *agradável e encantadora*, dali mesmo, do meio daquelas virgens campinas, vizinhas da primitiva Piratininga de João Ramalho, o brado resolutivo de *Independência ou Morte!*" (VARNHAGEN, 1957, p. 138).

A parte romanceada na narrativa do historiador que escrevia sobre um personagem seu contemporâneo, com o qual havia lutado lado a lado nas batalhas contra d. Miguel em Portugal quando ainda rapaz e seguindo um projeto de construção de uma história patriótica e de heróis, deve ser cuidadosamente

interpretada. A manobra política havia sido concluída. Nas palavras de Bittencourt (2013, p. 161),

(...) a gênese da Monarquia constitucional no Brasil ainda intriga. Acompanhar a atuação desses grupos em sua relação com D. Pedro revela um intrincado movimento político que afasta, quase que de forma definitiva, a ideia de 'adesismo' ou 'rendição', ou seja, a ideia de que essas forças socioeconômicas tivessem se colocado ao lado do príncipe por temor de que a Revolução constitucional gerasse desorganização social incontrolável ou por mero apego às tradições monárquicas.

Uma aliança era necessária para que se afastasse os ideais republicanos e se mantivesse uma monarquia constitucional sob o poder de um descendente da Casa de Bragança. Essa aliança garantia, naquele momento, que os aliados do príncipe regente pudessem manter seus privilégios, bem como a manutenção de uma tradição monárquica. Esse jogo político é importante para compreender a construção da monarquia constitucional, como diz Bittencourt em sua obra.

Foi criada uma Assembleia Constituinte em 1823 no intuito de elaborar um projeto de Constituição. Sérgio Buarque de Holanda escreve que “a Constituinte era a pátria, a casa comum de tudo o que se forjara de melhor no país e não só nos idos de 21 e 22. Coroava, por outro lado, esse interregno de luta e confiança. Inaugurou-se, contudo, sob o signo da incerteza.” E continua, “tal como nascera, viveria: prestigiada por muitos, desmoralizada por outros.” Acrescenta que, “ao tornar-se imperador, D. Pedro devia jurar a Constituição a ser elaborada pela Assembleia porque somente os representantes eleitos da soberania popular é que teriam o direito de estruturar o Estado” (HOLANDA, 1962, p. 239). Ou seja, a Assembleia estava se formando para que a primeira carta constitucional brasileira fosse elaborada pelos constituintes e jurada pelo imperador.

Na sessão de 3 de maio de 1823 da Assembleia Constituinte, Pedro I fez um discurso aos representantes da nação brasileira. É interessante notar o quão repleto de entusiasmo é seu discurso e que já neste primeiro discurso da Assembleia, a ideia de englobar os interesses de toda a Nação, mostra a preocupação com a integração territorial, projeto político defendido pelos "construtores da nação".

He hoje o dia maior, que o Brasil tem tido; dia, em que elle pela primeira vez começa a mostrar ao Mundo, que he Imperio, e Imperio livre. Quão grande he Meo prazer, Vendo juntos Representantes de quasi todas as Provincias fazerem conhecer umas ás outras seos interesses, e sobre eles basearem uma justa e liberal Constituição, que as rêja! (Diário da Assembleia Geral, Constituinte e Legislativa do Império do Brasil - 1823, 2003, p.15)

As discussões para a elaboração da carta constitucional de 1824 aconteceram ao longo de meses em 1823. A Assembleia Constituinte aprovou um projeto que viria a questionar o papel do imperador perante as leis aprovadas por ela.

A constituinte, que também era legislativa, jogou a malha longe e acabaria por aprovar um projeto apresentado a 12 de junho, pelo qual as leis de sua autoria dispensavam a sanção do Imperador (HOLANDA, 1962, p. 244).

A Constituinte levantou a discussão sobre o poder do imperador de sancionar ou não leis, colocando D. Pedro I, em um papel secundário na Monarquia Constitucional, o que levou a desconfiança entre o imperador e a Constituinte.

A Assembleia Constituinte não conseguiu estruturar a ordem política, de modo a conciliar, organicamente, o imperador ao país. O soberano, segundo o modelo tradicional de Avis e Bragança, queria ser a cabeça do Estado, defensor de seus interesses e sentimentos, sem a intermediação dos órgãos representativos (FAORO, 1975, p. 289).

No início de novembro de 1823, os irmãos Andradas, representantes da Assembleia, foram acusados pelo imperador de o difamarem nos periódicos dos quais eram redatores. O caos foi estabelecido e no dia 12 de novembro de 1823, o imperador mandou lavrar o decreto de dissolução da Assembleia.

No decreto, dizia o Imperador que, havendo convocado a Assembleia Geral Constituinte e havendo perjurado ao solene juramento, que prestara, de defender a integridade e independência do Império e a sua dinastia, a dissolvia e convocava outra, à qual seria por ele apresentado um projeto de Constituição mais liberal que o elaborado (VARNHAGEN, 2010, p. 269).

O caos instalado no fim do ano de 1823 mostrou o quanto as ideias políticas em desenvolvimento no Brasil eram díspares. A atitude de D. Pedro I, ao dissolver a Assembleia Constituinte foi muito questionada em debates políticos ao longo do século XIX, principalmente, no que dizia respeito aos limites do poder moderador.

A elaboração de um novo projeto estava decretada pelo imperador. Era preciso estruturar o quanto antes um novo projeto de Constituição. No dia 13 de novembro, um novo Conselho de Estado foi formado, "composto dos seis ministros de sua Magestade e de mais quatro membros, todos brasileiros natos. Entre eles o nosso conhecido Carneiro de Campos, a quem se atribui a principal autoria da lei magna" (HOLANDA, 1962, p. 253).

O projeto da Constituição estava pronto e no "dia 20 já estava impresso" (VARNHAGEN, 2010, p. 233-234). O novo projeto foi mais generoso com as liberdades de cultos e foi inspirado no publicista e liberal Benjamin Constant. "Foi seu principal organizador Carneiro de Campos, recebendo de Vilela alguns retoques de redação e modificação da ordem de exposição das doutrinas" (VARNHAGEN, 2010, p. 233-234).

Nesta carta constitucional, a primeira brasileira, inaugurava-se o poder moderador, exercido pelo imperador. Inspirado no poder neutro de Constant, este poder foi motivo de muitas divergências e interpretações diferenciadas. Holanda explica que

(...) a essência dessa doutrina reside na divisão do poder monárquico, isto é, na separação entre uma autoridade régia novamente conceituada e um poder executivo também reformulado. Apenas à medida em que este executivo se destaque da Coroa tradicionalmente abrangente, tanto quanto o legislativo e o judiciário já se tinham destacado no início do século XIX, é que

toma importância a novidade do poder neutro ou moderador. (HOLANDA, 1962, p. 257).

Ou seja, inaugura-se no Brasil o poder moderador, peculiar à Constituição Brasileira. Sobre as responsabilidades dos ministros, o historiador diz que “o poder executivo ou 'ativo' será, pois, exercido pelos ministros e não mais apenas através dele, por isso, e somente por isso, os ministros serão responsáveis pelo governo” (HOLANDA, 1962, p. 257). E sobre as responsabilidades do imperador diz que elas

podem-se resumir em dois itens que se completam: 1o. nomear, e 2o. destituir os representantes de outros poderes. Excetuam-se naturalmente do primeiro item as Assembleias eletivas, que, no entanto, poderão ser dissolvidas pelo monarca; e do segundo item excetuam-se o Senado e os magistrados vitalícios. A sanção das leis e o veto apenas completam aquelas atribuições positiva e negativa (HOLANDA, 1962, p. 257).

Em continuidade de sua análise, na relação entre o poder moderador e o executivo, continua dizendo que

O Imperador exerceria efetivamente o executivo, apenas com assistência obrigatória dos ministros. Como estes é que seriam os responsáveis, entende-se que poderiam recusar-se a acompanhar o monarca. Poderiam ou deveriam demitir-se, nesse caso, e não seriam, portanto, meros agentes passivos, dizem os comentaristas. Sem dúvida, mas também não seriam os representantes do 'poder ministerial' que deveria surgir emanado mas desligado do poder régio, isto é, da pessoa do monarca – para que este pudesse de fato encarnar a neutralidade e a vigilância de um moderador.

O texto constitucional isentava o monarca de responsabilidades e colocava esta responsabilidade nas mãos dos ministros que podiam recusar-se a acompanhar o monarca ou até mesmo demitir-se. As discussões sobre a Constituição, a centralização do poder, o poder moderador, entre outras, estenderam-se por todo o período imperial.

D. Pedro I tomou algumas posturas que foram questionadas, além de dissolver a Assembleia Constituinte em 1823, "envolveu-se numa guerra impopular no rio da Prata para manter a colônia de Sacramento (Banda Oriental) que, afinal, perdeu" e também criou outro impasse, ao "defender o trono da filha, d. Maria II, contra a usurpação do irmão, d. Miguel" (CARVALHO, 2012, p. 84). Juntando estas três situações em que Pedro I se colocou, a oposição ganhou forças em 1831. Então, ainda naquele ano

o Congresso improvisou uma reunião para eleger uma regência trina, composta pelo general Francisco de Lima e Silva, o senador liberal Nicolau Vergueiro e o ex-ministro e conservador Joaquim Carneiro de Campos, marquês de Caravelas. D. Pedro I regressou a Portugal no dia 13 na corveta inglesa Warspite (CARVALHO, 2012, p. 84).

De acordo com Carvalho (2012, p. 87), "a saída do imperador e a ausência de um sucessor dinástico capaz de assumir o trono deram início a um período de grande agitação política". Inaugurou-se no Brasil, o período regencial que duraria de 1831 a 1840. Este período pode ser "dividido em duas partes. A primeira, de 1831 a 1837, correspondeu a vitória do liberalismo moderado" (CARVALHO, 2012, p. 87) e no segundo momento, "de 1837 a 1840, foi marcado pela reação conservadora"(CARVALHO, 2012, p. 87).

Em 1834, a Constituição "foi reformada por um Ato Adicional, votado pela Câmara, que recebia para isso mandato especial dos eleitores" (CARVALHO, 2012, p. 90). É importante destacar que o Ato foi considerado "federalista", na medida que dava maior autonomia para as províncias, apesar dos presidentes continuarem a ser escolhidos pelo governo central (CARVALHO, 2012, p. 90). Porém, para entendermos melhor essa tendência federalista do Ato

com o aumento da participação representativa com a criação das assembleias provinciais (...), é lícito considerarmos que ele acompanhava a reivindicação por maior participativo aos cidadãos. Não os cidadãos médios, mas aos grupos dirigentes que, alcançando maior projeção provincial, precisavam ser acomodados no poder. (...) Diante das sucessivas desvalorizações da moeda

brasileira, o número de votantes e eleitores sofreu um sensível aumento, de modo que a base eleitoral teria passado a compreender um número maior de pequenos produtores, lavradores e trabalhadores urbanos (HORNER, 2013, p. 235).

Entre outras mudanças, o Ato Adicional "também aboliu o Conselho de Estado e retirou da Regência uma das principais atribuições do Poder Moderador, a de dissolver a Câmara". Em contrapartida, foi mantida a "vitaliciedade do Senado" (CARVALHO, 2012, p. 90), agradando a ala conservadora. Também "decretou a eleição popular de um regente único em substituição à regência trina"(CARVALHO, 2012, p. 90), conferindo-lhe, como defendem muitos historiadores, um caráter republicano. Porém, a descentralização política viabiliza "surgimento de um novo tipo de revolta" (CARVALHO, 2012, p. 90), a revolta federalista, algumas populares e outras separatistas.

Em 1835, o regente único havia sido eleito, o liberal Padre Antônio Feijó, que sofreu inúmeras pressões por parte da Câmara e nada podia fazer, pois não podia dissolver-la (CARVALHO, 2012, p. 90). Sofrendo oposição diante de tantas revoltas insurgentes e temendo a fragmentação do país, "Feijó decidiu renunciar. Seu substituto legal, o ministro do Império Pedro de Araújo Lima, futuro marquês de Olinda, era um político experiente vindo do Primeiro reinado (...), era opositor declarado da descentralização introduzida pelo Ato Adicional. Submetendo-se a eleição popular, Araújo Lima foi eleito. Foi o início do movimento que ficou conhecido como regresso conservador" (CARVALHO, 2012, p. 95). Em 1840, os conservadores reagiram e fizeram

aprovar no Parlamento uma interpretação do Ato Adicional que reduzia sensivelmente os poderes dos presidentes de província. (...) Os liberais, temendo outras reformas, tentaram preveni-las recorrendo a uma causa popular, embora mais próxima dos conservadores, qual seja, a antecipação da maioridade do imperador que, pela Constituição, só se daria em 1843. (...) Consultado sobre a antecipação, d. Pedro, então com 14 anos, aconselhado por seu tutor e mestres, concordou. Em meio a grandes festas, a maioridade foi formalmente sancionada pela Assembleia Geral. Em

reconhecimento, os liberais foram chamados ao governo (CARVALHO, 2012, p. 96-97).

Os liberais se mantiveram no poder por apenas um ano. Em 1841, os conservadores assumiram e aprovaram duas leis de caráter centralizador: "a recriação do Conselho de Estado abolido pelo Ato Adicional" (CARVALHO, 2012, p. 97) e a "reforma do Código de Processo Criminal de 1832, considerado excessivamente liberal" (CARVALHO, 2012, p. 97). Os liberais, então, apoiados por frações da Guarda Nacional e proprietários rurais, lideraram revoltas em São Paulo e Minas Gerais. Lutavam por maior participação política e acabaram sendo derrotados por forças do exército. (CARVALHO, 2012, p. 97).

Em 1840, Francisco Adolfo de Varnhagen fez uma viagem pelo interior do Brasil. O historiador defendia que a viagem tinha como um dos objetivos resolver sua cidadania brasileira, que teria sido perdida por lutar no exército português ao lado de d. Pedro contra d. Miguel, entre 1831 e 1834. Varnhagen ficou no Brasil até 1841, mas não conseguiu resolver a questão da cidadania. Apenas em setembro de 1841, saiu o decreto que em fevereiro de 1842 garantiu que o historiador retomasse a cidadania brasileira. Varnhagen conseguiu a demissão do exército português e iniciou a carreira como diplomata brasileiro do Império. Ou seja, o historiador vivenciou a agitação política que surgiu no Brasil entre 1840 e 1842.

O manuscrito que proponho transcrever neste trabalho defende a centralização do poder nas mãos de um monarca inspirado na Constituição, o que coloca o autor mais próximo das ideias conservadoras. Mas, devido a incerteza de consolidação do poder conservador, visto que entre 1831 e 1837, os liberais estavam no poder, o autor do manuscrito temia que o federalismo reinasse novamente. Acredito que o manuscrito está inserido neste contexto político e foi, provavelmente, escrito entre 1840 e 1842. Considero que Varnhagen apenas o terminou em 1842, após conseguir a cidadania brasileira, pois ao fim do texto, faz a seguinte colocação:

Trabalho modesto, que por-
não ser assumpto de brasileiros de
parcialidades, é assumpto de Brasileiros,
e que por não ter grande brilho porêm sim
muita utilidade, se avem com o genuino

espírito do século, tão pouco afeito
à van palestra, como disposto a admit-
tir e engrandecer todo esforço que con-
duza a resultados positivos, espécie de
culto tributado pelo desengano à verda-
de de volta de ilusões!¹²

O historiador defende seu trabalho, atribuindo sua importância por ser assunto de brasileiros. O historiador só escreveria como brasileiro após 1842, quando teve a cidadania restaurada e pode se considerar de fato brasileiro. Varnhagen, como brasileiro, escreveu uma memória defendendo como deveria ser a administração no Império. Porém, não publicou esta obra e a deixou guardada entre seus papéis pessoais. Por que o historiador não a publicou? Talvez não se sentisse ainda intelectual reconhecido entre seus pares? Isso não seria verdade, porque em sua viagem ao Brasil, conseguiu se tornar sócio do IHGB. Acredito que o historiador não publicou a obra, porque não havia mais o "perigo" de regresso ao federalismo liberal dos anos anteriores. A partir de 1842, os conservadores garantem a liderança, não havendo mais nenhuma ameaça liberal aos olhos do historiador.

Sua obra defende a Monarquia Constitucional com a centralização do poder nas mãos do monarca. Portanto, se ele tinha o intuito de ratificar uma posição, diante da ameaça federalista, em 1842 não cabia mais este questionamento. Mas devemos notar que mesmo que a obra do historiador esteja inserida neste contexto e não tenha vindo à luz no período ou mesmo posteriormente, ela dialoga com outras escritas em anos posteriores, como a obra do Visconde do Uruguai. Paulino José Soares de Sousa, o Visconde do Uruguai, faz uma reflexão sobre as questões políticas da época em seu texto *Ensaio sobre o Direito Administrativo*.

Proponho, a seguir, fazer uma análise comparativa entre esta obra e o manuscrito que transcrevo neste trabalho, no intuito de aferir semelhanças e divergências sobre seus conteúdos.

¹² Proponho neste trabalho fazer a citação da obra em nota de rodapé por não ser uma obra já editada. Esta referência foi elaborada por mim neste trabalho para o leitor identificar no manuscrito. VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. Manuscrito do Arquivo Histórico do Itamaraty, na Coleção Francisco Adolfo de Varnhagen. Intitulado *Da administração pública*, fl. 107v. e 108.

b. Em defesa da Constituição

Paulino José Soares de Sousa, o Visconde do Uruguai, logo no preâmbulo, ao justificar a finalidade do livro expõe suas ideias em relação às instituições administrativas. Para ele,

(...) se a liberdade política é essencial para a felicidade de uma nação, boas instituições administrativas apropriadas às suas circunstâncias e convenientemente desenvolvidas não o são menos. Aquela sem estas não pode produzir bons resultados (SOUSA, 2002, p. 67).

A liberdade política só é possível numa nação desde que se tenha boas instituições administrativas. No manuscrito que apresento, Varnhagen começa o texto falando da importância da ciência, ou melhor, do estudo da administração pública. Ao longo do texto mostra estar alinhado com a mesma corrente de pensamento que o Visconde do Uruguai em seu ensaio, pois ambos defendem a manutenção da Constituição e sua importância na administração pública. Para o historiador, os homens abdicam de seu interesse individual em prol do coletivo, pois não tem propriedade intelectual para fazê-lo com acerto. Esta tarefa fica reservada para o Estado, a monarquia constitucional.

Se os homens todos fossem bons e incapazes de cometer erros e peccar não necessitariam de leis, nem de governo, nem de administração pública. O mundo seria um verdadeiro paraíso. Se os homens no meio de sua fragil e misera condição, estivessem dotados de idênticas faculdades intellectuais e se achassem no mesmo grau de instrução para entender e manejar os assumptos publicos, todos deveram entrevir mais ou menos diretamente nelles, porque interessados no bem o conheceriam e lho apropriariam. Porém sendo evidente a diversa e desigual capacidade dos indivíduos e sendo no menos palpável que mal dirigirá os negocios quem não os intenda, vindo a fazer-se instrumento de alhêas miras e paixões, segue-se que o conselho da razão e o interesse da sociedade limita o número dos que hajam de influir na administração da cousa pública. O direito permanente de todos os individuos é o de que não se lhes imponham senão preceitos justos

e prudentes: mas o direito de julgar estes preceitos de um modo transcendental, não pertence senão aos que sejam capazes de fazê-lo com acerto.¹³

O Visconde do Uruguai em sua análise discorre sobre a importância dos estudos das nossas instituições, destacando o quão lacunar é a nossa administração, no que diz respeito a sua teoria. São estas lacunas que farão divergir tantos políticos durante o Império.

O estudo das nossas instituições tem-me convencido de que, felizmente, as largas e liberais bases em que assentam são excelentes. Quantas nações se dariam por muito felizes possuindo a metade daquilo com que me favoreceu a mão amiga da Providência. O desenvolvimento que temos dado àquelas instituições, mais teórico do que prático, é que tem sido defectivo, inchoado de lacunas, pouco acomodado mesmo a certas circunstâncias (algumas temporárias) do país (SOUSA, 2002, p. 73).

Varnhagen em seu texto fala da importância da administração pública para que a vontade e interesse de todos sejam preservados.

a administração pública ou seu negócio tem por objecto a satisfação das necessidades interiores da sociedade, a vigilância sobre seus interesses e o ordenado manejo de seus negocios na intenção do bem estar dos associados, e com sujeição as regras de um superior. Este superior é o poder supremo ou a personificação da mesma sociedade, e suas regras são as leis.¹⁴

c. O direito administrativo

Sobre o direito administrativo, o Visconde do Uruguai cita a definição de Luis Firmin Laferrière (1798-1861), jurisconsulto francês:

¹³ Idem, fl. 5v.

¹⁴ Idem, fl. 3v.

O direito administrativo propriamente dito, diz ele, é a ciência da ação e da competência do poder Executivo, das administrações gerais e locais e dos conselhos administrativos, em suas relações com os interesses ou direito dos administrados ou com o interesse geral do Estado (LAFERRIÈRE, 2002, p. 84).

Para o Visconde do Uruguai “Se há grande centralização administrativa no país, prepondera ainda nas localidades, a ação e a competência do poder administrativo geral. Se há grande descentralização, avulta nelas a ação e competência das autoridades locais” (SOUSA, 2002, p. 84). Ou seja, para ele o poder em uma administração centralizada pode ser entendido na sua influência nas localidades. A descentralização favorece o poder local e não o poder central.

Varnhagen defende que

O direito administrativo de cada nação consiste na competencia das autoridades encarregadas pela lei das diversas partes da administração pública, ja geraes, ja especiaes, ou seja nos preceitos positivos que regem na materia. Confuso no geral, e dessiminado na vasta serie de providencias e medidas dictadas no transcurso de seculos, e mui importante e meritorio o serviço dos que se dedicam a separar, coordenar e concordar aquellas disposições, tornando possivel e ainda facil seu estudo. E maior será todavia o serviço do que, separando de uma applicação precisamente intrincada nos princípios geraes, e do direito da doutrina, reúna no corpo dos dispersos e flutuantes elementos da teoria administrativa, e por meio de oportunas classificações e escrupuloso trabalho, perante á contemplação dos homens a sciencia em toda a sua pureza e esplendor, essa sciencia que, penetrando no intimo mecanismo da economia social, é protectora ao mesmo tempo dos que mandam e dos que obedecem.”¹⁵

Para ele, o direito administrativo é uma ciência que é responsável pela garantia de que administrados e administradores tenham seus interesses protegidos, alinhando-se ao que defende Laferrière.

¹⁵ Idem, fl. 5.

d. O Poder Moderador

A Constituição de 1824 define o poder moderador, no seu artigo 98:

O poder moderador é a chave de toda a organização política, e é delegado privativamente ao Imperador, como Chefe Supremo da Nação, e seu Primeiro Representante, para que incessantemente vele sobre a manutenção da Independência, equilíbrio, e harmonia dos mais Poderes Políticos. (Constituição Política do Império do Brasil - 25 de março de 1824 Artigo 98)

No artigo 99, a Constituição define a responsabilidade do imperador: "A Pessoa do Imperador é inviolável, e Sagrada: Elle não está sujeito a responsabilidade alguma." (Constituição Política do Império do Brasil - 25 de março de 1824 Artigo 99). Varnhagen afirma que "o supremo administrador do estado na monarchia constitucional é o monarca, que também deve ser o supremo juiz em materias contenciosas-administrativas, sob a responsabilidade de seus ministros."¹⁶ E sobre a responsabilidade dos ministros: "É portanto o Conselho" de Ministros, o que imediatamente aconselha á Coroa: as ordens desta as comunica e faz executar cada um dos ministros em seu ramo."¹⁷

Neste sentido, o autor citado defende a Constituição ao definir que o supremo administrador da monarquia constitucional é o imperador. Porém, tudo o que julga é de responsabilidade dos seus ministros. Os ministros executam as ordens do imperador e são responsáveis por elas.

Para o Visconde do Uruguai, a teoria de Benjamin Constant fora copiada pela Constituição de 1824, que defende que:

Os três poderes políticos, tais como conhecemos até agora, o poder Legislativo, Executivo e Judiciário, são três molas que devem cooperar, cada uma com sua parte, para o movimento geral; mas quando essas molas desarrumadas se cruzam, se entrecrocavam e se entravam, é preciso uma força que as recoloca em seus lugares. Esta força não pode estar em uma dessas molas, pois ela lhe serviria para destruir todas as outras; é preciso que ela esteja fora,

¹⁶ Idem, fl. 42.

¹⁷ Idem, fl. 43.

que ela seja de alguma maneira neutra, para que sua ação se aplique em todo lugar onde se faça necessária, e para que se seja preservadora e reparadora sem ser hostil. A monarquia Constitucional tem grande vantagem de criar este poder neutro na pessoa de um rei, já rodeado de tradições e lembranças, e revestido de um poder de opinião que serve de base ao seu poder político. Não é do verdadeiro interesse deste rei que um desses poderes derrube o outro, mas que todos se apoiem, se entendam, e ajam de concerto (CONSTANT, 2003, p. 337).

Benjamin Constant definiu o Poder Moderador tal como elaborado na Constituição de 1824, sem nomina-lo. A personificação do rei já definia este poder acima de tudo e neutro. Porém, no Brasil foi apropriado na criação de um Poder separado para o imperador que tinha esta neutralidade e irresponsabilidade.

Varnhagen se apropria desta definição:

Do qual se deduz: 1º. Que a administração publica deve estar centralizada, enquanto tem de obedecer ao impulso do governo, transmittindo-o a todas as partes, com caracter de autoridade para o desempenho das leis e direção dos interesses geraes, e com o de protecção e estímulo com respeito dos particulares; 2º. Que é ociosa a centralização excessiva, seja por juntar incumbências na alta administração, seja por privar aos povos de entrevirem no manejo de seus negocios; e que é igualmente viciosa a escentralização administrativa, que traspassando a acção ás localidades, prive ao governo da intervenção e direção convenientes para o melhor serviço do estado; 3º. Que o excesso de centralização administrativa é proprio dos governos absolutos, e sua falta procede das federações republicanas; e que tudo o que tenda a emendar eses vicios é renunciar á rigidez dos respectivos princípios essenciaes; 4º. Que por regra geral onde está verdadeiramente a mola do poder; ahi está igualmente a administração.¹⁸

Varnhagen apresenta uma administração que não seja nem tão centralizada que possa ser considerada governo absoluto, nem que seja muito descentralizada para não ser republicana. Quando ele se refere a mola do poder, se refere ao rei que é a

¹⁸ Idem, fl. 13v. e 14.

administração em si. Portanto, podemos considerar que ele se apropriou da teoria de Constant.

Sobre o papel deste poder moderador o Visconde do Uruguai ratifica:

O que se pretende é que fique bem entendido a patente que, havendo desacordo entre os poderes, e portanto em casos extraordinários, quando perigar a independência dos poderes, quando estiver perturbado o seu equilíbrio e harmonia (hipóteses da Constituição) possa o poder moderador, coberto pelo Conselho de Estado, obrar eficazmente, como é nos termos que a mesma Constituição determinou, e que ninguém possa obstar à execução de seus atos com o fundamento de que não estão revestidos da referenda dos ministros de outro poder. Quer-se que, sobretudo nas grandes crises, a Coroa tenha necessária largueza e força para evitar ou fazer abortar as revoluções. E embora os ministros referendam e façam executar os atos do Poder Moderador que solicitam, aconselham ou aceitam, e assumam a responsabilidade moral que deles possa resultar o saber-se que no caso de desacordo, nas circunstâncias extraordinárias que supões o artigo 98 da Constituição, pode o Poder Moderador prescindir da referenda, e que o ato obriga e é exequível sem ela, dá grande força moral e prestígio à Coroa. Esse prestígio e força moral é a maior necessidade da nossa época (SOUSA, 2002, p. 388-389).

Para o Visconde do Uruguai, a função do Poder Moderador é agir com força em caso de uma revolução ou divergência entre os poderes. Alinhando-se também à teoria de Constant. Varnhagen conclui sua teoria de defesa da Constituição nos moldes da Monarquia Constitucional:

a summa centralização do poder e da administração só existem no governo absoluto. E quando este tenta melhorar seu regimem administrativo, ja para augmentar com a produção pública as rendas do estado, quando o excentraliza ate certo ponto, ate esse mesmo ponto se introduz a tolerancia politica ou a liberdade do facto, relaxando-se a doutrina do mando harbitrario, porque o mundo não progressa dividido, e o homem que produz e se ilustra

se apodera do presente, compara e põe o pensamento no futuro. A summa excentralização do poder e da administração estão no governo republicano e especialmente no federativo: se nelle não houver administração localizada e bem disposta, tampouco haverá ordem nem fôrça, e a mesma liberdade será mantida. E a centralização do poder com a excentralização da administração, não estão em parte alguma. Se alguma vez se julgasse deval-as, não seria mais que mui transitoriamente.¹⁹

Novamente, reafirma sua posição que a administração não deve ser nem muito centralizada e nem descentralizada para não acabar sendo ou um regime absoluto e ou um regime republicano.

Para concluir, nas palavras de Varnhagen sobre a administração pública e o papel do Poder Moderador:

sendo poder supremo a vontade social representada na cabeça é a administração o braço que executa, e suas funções compreendem o cumprimento das leis enquanto ao governo compete junctamente com o cuidado das melhoras, que são o fim e a condição de toda a reunião de homens civilizados.²⁰

Ou seja, a cabeça é o rei que exerce seu poder moderador, enquanto os braços são os outros poderes que executam o que o rei comanda. O rei é parte fundamental da administração e tem através dos ministros a sua ação executada.

Ambos os autores defendem a monarquia constitucional ao considerarem que o poder moderador é a “cabeça” da administração pública. O imperador é inviolável e não se responsabiliza por seus atos, que são responsabilidades dos ministros.

No século XIX, em meio à agitação política e com a ausência de um imperador, no período regencial, surgiram inúmeros debates políticos em torno de quais seriam os limites do poder moderador. Muitos defendiam que o poder moderador deveria ser referendado pelos ministros, enquanto outros defendiam que o poder moderador, como estava escrito na Constituição, é independente dos outros poderes e, portanto, não deveria ser referendado.

¹⁹ Idem, fl. 16 e 16v.

²⁰ Idem, fl. 4.

Estas discussões foram retomadas quando Pedro II assumiu o trono em 1840. Silvana Mota Barbosa, em sua tese de doutorado **A Sphinge Monárquica: o Poder Moderador e a política imperial** resume o panorama político da época do questionamento do Poder Moderador:

No caso do Segundo Reinado, a polêmica em torno do poder moderador traduzia a tentativa de encontrar respostas para a questão da plena efetivação de uma monarquia constitucional. Não se tratava mais de discutir as lembranças de um tempo absolutista, ou ainda das repúblicas instaladas ou ensaiadas em outros países. Pelo contrário, era preciso estabelecer na experiência específica do Brasil as regras do governo constitucional e o lugar do Monarca, enquanto chefe do Poder Executivo e único a exercer o Poder Moderador. Tudo isto esteve presente nos livros, panfletos e jornais dos anos de 1860 (...). O motivo, contudo, da volta dos debates na imprensa foi a insinuação de que o imperador interferiu nas ações do poder executivo, ou seja, para alguns o chefe do Poder Executivo não deveria ingerir-se nos negócios do gabinete ministerial, pois seria o mesmo que acabar com a independência dos poderes (BARBOSA, 2001, p. 267).

Para ela, a discussão sobre os limites do Poder moderador ressurgiram na maioridade de Pedro II e nas suas medidas, como por exemplo, retomar o Conselho de Estado, extinto pelo Ato Adicional em 1834. Alguns políticos contrários ao monarca alegaram que a inviolabilidade e irresponsabilidade do Poder Moderador poderia ser inconstitucional, na medida em a independência dos poderes fosse perdida.

C. O papel da pesquisa histórica neste trabalho

O homem, inspirado pela curiosidade e embebido de uma necessidade de compreender sua origem, busca no estudo da história as respostas de suas inquietações. Segundo Le Goff (2003, p. 9), desde

seu nascimento nas sociedades ocidentais [...], a ciência histórica define-se em relação a uma realidade que não é nem construída

nem observada como na matemática, nas ciências da natureza e nas ciências da vida, mas sobre a qual se 'indaga', se 'testemunha'.

A ciência histórica, diferentemente das ciências exatas e da natureza, busca nos vestígios deixados pela sociedade, elementos que ajudem na construção do conhecimento histórico. O historiador utiliza estes vestígios e se coloca na situação de um "investigador que se esforça para reconstruir um crime no qual não assistiu"(BLOCH, 2001, p. 69). Influenciado por sua subjetividade, o historiador é desafiado a seguir um método que o aproxime de uma objetividade. Este método é uma operação histórica e "se refere à combinação de um lugar social, de práticas 'científicas' e de uma escrita" (CERTEAU, 1982, p. 65). O compromisso do historiador com a objetividade histórica não anula o lugar social da história, mas deve condenar posições que confundem ciência histórica e empenho político. (LE GOFF, 2003). A "operação histórica" (CERTEAU, 1982, p. 65) deve inspirar na busca de novos vestígios, novos questionamentos para os já existentes, e principalmente, trazer à tona novos elementos para a constituição do saber histórico, porém sem o intuito de se fazer da constituição um "empenho político".

Nessa metodologia que o historiador se propõe a seguir, a pesquisa histórica é a "prática científica" (CERTEAU, 1982) e enriquece a elaboração do conhecimento histórico. Segundo José Honório Rodrigues (1978, p. 273),

a pesquisa quer servir à história, e para isso ela deve ser seletiva e compreensiva, tal como a própria história. A pesquisa está à procura de documentos e dos fatos. Os mesmos documentos podem fornecer respostas novas às perguntas novas.

A descoberta de um novo documento pode trazer novos elementos para o conhecimento histórico de um período, assim como um mesmo documento também ao receber nova leitura e/ou nova interpretação. Conforme Bloch (2001, p. 75), "o passado é, por definição, um dado que nada mais modificará. Mas o conhecimento do passado é uma coisa em progresso, que incessantemente se transforma e aperfeiçoa". Ou seja, o historiador não pode reviver o passado, mas pode reconstruir novas visões sobre este passado através de novos conhecimentos, novos olhares ou novos vestígios.

Este trabalho traz para o conhecimento da historiografia um novo documento histórico, fruto de pesquisa em diversos acervos documentais no Brasil e em Portugal. A transcrição paleográfica deste documento fornece à historiografia novo material de uma época, bem como abre a possibilidade de novos questionamentos e interpretações. Mas acima de tudo, este trabalho propõe uma discussão sobre a pesquisa histórica e a necessidade de recorrer às fontes documentais, tão enfatizada por Rodrigues (1978, p. 273), mas muitas vezes esquecida. Tanto no Brasil, quanto em Portugal, há muitos arquivos com documentos sobre a história do Brasil que jamais foram trabalhados pela historiografia. Há, também, obras que publicaram documentos históricos que foram equivocadamente transcritos, exigindo novas edições com as devidas correções.²¹ Conforme atenta ACIOLI (2003, p. 01),

problemas sérios têm sido enfrentados por historiadores que se fiam cegamente nas publicações de textos raros, comuns nos livros e revistas de História. O confronto dos originais com as suas transcrições tem demonstrado quão viciadas são muitas destas edições, por vários erros de leitura paleográfica.

Portanto, este trabalho destaca a importância da pesquisa histórica e do retorno às fontes originais. Estes erros de leitura paleográfica não deve desanimar o historiador contemporâneo, como salienta Le Goff, mais que a constatação da manipulação da constituição do saber histórico

não deve desembocar num ceticismo de fundo a propósito da objetividade histórica e num abandono da noção de *verdade* em história; ao contrário, os contínuos êxitos no desmascaramento e na denúncia das mistificações e das falsificações da história permitem um relativo otimismo a esse respeito.

Este trabalho de leitura paleográfica de um documento inédito por nunca ter sido publicado que proponho trazer à luz procura obedecer os métodos estabelecidos pela historiografia contemporânea acerca da pesquisa histórica, respeitando as

²¹ Ver ALMEIDA, Gisele C. C. de. “Correspondência Ativa” de Varnhagen - Análise da edição. **Anais do XIX Encontro Regional de História: Poder, Violência e Exclusão.** ANPUH/SP-USP. São Paulo, 08 a 12 de setembro de 2008, com o título Disponível em: <http://www.anpuhsp.org.br/sp/downloads/CD%20XIX/PDF/Autores%20e%20Artigos/Gisele%20Almeida.pdf>

normas definidas pela Comissão de Sistematização e Redação do II Encontro de Normatização Paleográfica em 1993 e definidas como Normas Técnicas para a Transcrição e Edição de Manuscritos. Contudo, algumas mudanças foram feitas para adequar a leitura deste documento. Pois como defendia Rodrigues como um dos princípios fundamentais do trabalho do historiador é "que nenhum historiador, por mais ilustrado que seja, é uma autoridade que devemos seguir cegamente" (RODRIGUES, 1978, p. 275). Que este trabalho abra o caminho para novos estudos e questionamentos na historiografia, na paleografia e até mesmo na filologia.

II. A trajetória do autor e a construção de uma obra

A trajetória de Francisco Adolfo de Varnhagen é fundamental para inserir o manuscrito no contexto no qual foi escrito. Apesar de não haver datação cronológica, o texto informa sobre acontecimentos contemporâneos ao autor, sugerindo uma interpretação da provável época que foi escrito. E o estudo da trajetória do autor pode trazer à luz a época com a qual dialogava.

A. Francisco Adolfo de Varnhagen: um alemão, um português, um brasileiro ou um carreirista?²²

Francisco Adolfo de Varnhagen, o Visconde de Porto Seguro, foi um historiador e diplomata cuja pesquisa e produção bibliográfica muito contribuíram para a historiografia brasileira no século XIX. Varnhagen nasceu em 17 de fevereiro de 1816 nas Instalações da Fábrica de Ferro de São João de Ipanema, em que seu pai, Friderico Luiz Guilherme de Varnhagen²³, era diretor à época. No dia 19 de março de 1816, foi batizado na Capella da Real Fabrica de São João de Ipanema e teve como padrinho, "o Excellentissimo Conde de Palma, Governador e Capitão General desta capitania²⁴".

A Fábrica de Ferro de Ipanema situa-se no morro de Araçoiaba, próxima a cidade paulista de Sorocaba. Ele viveu lá até 1822. Em 1822 seu pai voltou para sua Waldeck num primeiro momento e depois seguiu para Lisboa. Sua mãe, Dona Maria Flavia de Sá Magalhães²⁵, se mudou com os filhos para o Rio de Janeiro. No Rio de Janeiro, teve os primeiros estudos básicos. E em 1823, mudou-se com sua mãe e irmãos para Lisboa ao encontro de seu pai. Em um requerimento sem data, Friderico

²² Texto adaptado de minha autoria. IN: ALMEIDA, Gisele Cristina Cipriani de. *Francisco Adolfo de Varnhagen: um alemão, um português, um brasileiro ou um carreirista?* IN: Luna Halabi Belchior; Luisa Rauter Pereira; Sérgio Ricardo da Mata (orgs). **Anais do 7o. Seminário Brasileiro de História da Historiografia – Teoria da história e história da historiografia: diálogos Brasil-Alemanha.** Ouro Preto: EdUFOP, 2013. (ISBN: 978-85-288-0326-6).

²³ Friderico Luiz Guilherme de Varnhagen nasceu em 24 de fevereiro de 1783 na Freguesia de Wetterburgo, próxima a cidade de Arolsen, Corte do Príncipe de Waldeck.

²⁴ Assentamento de Batismo de Francisco Adolfo de Varnhagen. Manuscrito localizado na Seção de Manuscritos da Biblioteca Nacional, localização é I-46, 13, 37, nº. 2.

²⁵ Dona Maria Flavia de Sá Magalhães, natural de Figueiró dos Vinhos em Portugal.

Luis Guilherme de Varnhagen pede ao rei que "satisfaga ao Suplicante as dispezas do seo transporte e do da sua familia do Brazil à esta Corte".²⁶

Em 1825, ele ingressa no Real Colegio Militar em Lisboa através de um requerimento de seu pai²⁷. Varnhagen tinha dois irmãos e três irmãs. Ele era o caçula dos meninos. Em 1831, um dos seus irmãos morre da queda de um cavalo e em 1832 seu irmão mais velho morre lutando.²⁸ Portanto, em 1833 Varnhagen era o único filho homem de um militar de origem alemã, a serviço da Coroa portuguesa. De acordo com o historiador, foi em uma visita que fez com seu pai a Pedro I que o fez seguir a carreira militar portuguesa, pela qual afirma que não tinha interesse algum até aquele momento.

Lembro-me que o imperador me mediu com os olhos, e disse: <<Já é mais alto que o pai: isso é do sangue paulista.>> - As aulas se acabavam de fechar quando eu me alistei; e como tinha alguns estudos, e a campanha se abriu com vantagem, fui eleito oficial artilheiro no fim dos três meses de praça. (VARNHAGEN, 1846, p. 05)²⁹

Este trecho explica os motivos que levaram o historiador a se alistar no exército português. Filho de uma portuguesa com um alemão, seguindo os passos do pai, iniciou sua carreira militar ainda jovem e se formou engenheiro com honras. Lutou ao lado de Pedro I contra Dom Miguel, na guerra civil que se estendeu de 1831 a 1834, assumindo a carreira militar com a cidadania portuguesa.

Em 1834, concluiu seus estudos militares na Academia de Fortificações com glórias e teve contato com Herculano e o D. Francisco de São Luís, entrando para o círculo dos intelectuais portugueses.

²⁶ Arquivo Histórico Militar. Processo militar nº. 1443 de Frederico Luis Guilherme de Varnhagen, cx 22. Requerimento de Friderico Luis Guilherme de Varnhagen, pedindo ao rei que pagasse as despesas da vinda da família do Brasil para Portugal. Sem data.

²⁷ Arquivo Histórico Militar. Processo militar nº. 1443 de Frederico Luis Guilherme de Varnhagen, cx 22. Requerimento de F. L. G. V. ao rei pedindo que seu filho, Francisco Adolfo de Varnhagen, possa ingressar como aluno no Real Collegio Militar de Lisboa. Marinha Grande, 8 de junho de 1825.

²⁸ Friderico Luis Guilherme de Varnhagen tentou conseguir com a Coroa Portuguesa que seu filho, Timotheo Varnhagen, servisse no Exército Português, voltando para Portugal em requerimento. Sobre este requerimento, ver processo de Friderico Luis Guilherme de Varnhagen no Arquivo Histórico Militar, Processo militar nº. 1443 de Frederico Luis Guilherme de Varnhagen, cx 22. Requerimento de F. L. G. V pedindo à Rainha que admitisse seu filho Thimotheo de Varnhagen como oficial do Exército de Portugal. Lisboa, 4 de outubro de 1826.

²⁹ VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. **Réplica Apologética de um escriptor calumniado e juizo final de um plagiário difamador que se intitula general**. Madrid: Imprensa da Viuva de R. J. Dominguez, 1846, p. 05.

Estudioso da poesia medieval lusitana, frequentador das rodas literárias lisboetas, aproximou-se do historiador Alexandre Herculano e do cardeal d. Francisco de São Luís, o que lhe valeu uma recomendação para ter acesso aos arquivos da Torre do Tombo (GUIMARÃES, 2013, p. 16).

Entre muitas pesquisas e descobertas na Torre do Tombo, as mais importantes foram a “revelação da identidade do autor (Gabriel Soares de Sousa) do Roteiro do Brasil, a principal descrição dos domínios portugueses na América no século XVI” e também “desvendou o mistério que envolvia os restos mortais de Pedro Álvares Cabral, ao encontrar seu túmulo no Convento da Graça, em Santarém”(GUIMARÃES, 2013, p. 16).

Em 1838, apresentou seu primeiro trabalho à Academia de Ciências de Lisboa e em seguida foi nomeado sócio da instituição, ao mesmo tempo que terminava seus estudos de engenharia, que concluiu em 1839. Em 1839, publicou “*Reflexões Críticas*”, um estudo sobre um escrito de Gabriel Soares de Sousa, intitulado *Notícias do Brasil do século XVI*, sendo então aceito para membro da Academia Real de Ciências de Lisboa, ganhando notoriedade entre os intelectuais da época. Logo após a publicação do estudo a questão da sua nacionalidade apareceu e serviu como ponto de questionamento, exigindo a definição.

Em maio de 1840, Varnhagen pediu licença militar em Portugal e fez uma viagem ao Brasil às suas custas.³⁰ Em 1840, fez uma viagem pelo interior do Brasil e se tornou sócio correspondente do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Algumas biografias declaram que seu amor pela pátria foi maior que o desejo de ser europeu, por isso quando entrou em contato com a pátria de seu nascimento assumiu o sentimento de mais puro patriotismo e pediu que tivesse sua cidadania brasileira reconhecida pelo imperador, o que ocorreu apenas em 1842 quando estava em Lisboa.

³⁰ Sobre esta licença, ver: Arquivo Histórico Militar. Processo de Francisco Adolfo de Varnhagen nº. 1134, cx 44. Informações sobre condições físicas e militares de Francisco Adolfo de Varnhagen. Data de 1841 e 1842.

Porém, no capítulo³¹ que fiz e que ainda está no prelo sobre o historiador, defendo, através de pesquisa que fiz no Arquivo Histórico Militar de Lisboa, que o historiador, à princípio, pretendia uma promoção militar em Portugal, antes de tentar reconquistar sua cidadania brasileira. Depois de muitas tentativas fracassadas, Varnhagen busca conseguir sua cidadania brasileira e uma posição profissional.

Enquanto aguardava a manifestação imperial, estava em atividade na carreira diplomática brasileira. Passou grande parte de sua vida como diplomata brasileiro em terras estrangeiras, sendo muito questionado por isso. Paralelamente aos deveres diplomáticos, era frequentador assíduo de arquivos e buscava documentos que pudessem enriquecer a história do Brasil. Encontrou documentos inéditos, editou documentos importantes, copiou outros e enviou inúmeros estudos e pareceres sobre a história do Brasil para o IHGB. Muitos historiadores contemporâneos ao historiador ou posteriores tratam seu pedido de reconhecimento da cidadania brasileira como um ato patriótico e relacionam toda sua pesquisa e obras ao seu patriotismo, transformando-o em um mártir que deixou a cidadania portuguesa para retornar à pátria, apaixonado pelas causas brasileiras. Varnhagen era um homem do seu tempo, portanto nosso olhar deve ser cuidadoso ao trata-lo como um patriota, livre de ambições e até da necessidade de sobreviver³².

Não proponho diminuir a importância do historiador para a historiografia, mas sim separar a questão da nacionalidade de sua trajetória, mostrando que seu valor está em suas pesquisas e publicações, e não em sua nacionalidade. Proponho que o tema da nacionalidade de Varnhagen estava vinculado às escolhas mais promissoras para sua carreira, contudo, os questionamentos sobre sua nacionalidade o perseguiram durante toda sua trajetória, o que aparece principalmente na autoria de suas obras e trabalhos.

a. A escolha de Varnhagen pela nacionalidade brasileira

O Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro foi o grande incentivador da pesquisa histórica no Brasil. Tanto o Instituto Histórico como o Ministério dos

³¹ Trecho do capítulo, no prelo, de ALMEIDA, Gisele. *Visconde de Porto Seguro, natural do Brasil e cidadão do mundo*. IN: HAUSSE, Christian e POETTERING, Jorun. Encontros e desencontros da historiografia brasileiro-alemã. Representações oitocentistas do passado brasileiro.

³² Ver: “Para o historiador, a redação de uma biografia presta-se a toda sorte de desvios. Convém manter certa distância do sujeito que em geral lhe é simpático e que, por isso mesmo, o arrasta a uma adesão não apenas intelectual, mas não raro afetiva e passional. Existe, pois, uma “ilusão biográfica” de que é bom desconfiar.” DOSSE, François. **O desafio biográfico: escrever uma vida**. São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, 2009, p. 208.

Negócios Estrangeiros foram os principais órgãos que com apoio do imperador incentivaram a pesquisa da nossa história em arquivos na Europa e no Brasil. De acordo com Rodrigues (1952, p. 32 e 35)

Em relação à pesquisa no estrangeiro propunha que se procurasse a colaboração de sábios estrangeiros e se mantivesse a correspondência com sociedade científicas, solicitando o auxílio do Ministério dos Negócios Estrangeiros e aceitando a colaboração de diplomatas. (...) Antônio Meneses de Vasconcelos Drummond (1794-1865) foi um dos poucos diplomatas que atendeu aos apelos do Instituto Histórico de colhêr documentos brasileiros na Europa.

Desde o início de sua carreira, o patriotismo de Varnhagen era declarado quando seu trabalho e credibilidade como intelectual e historiador eram questionados. Varnhagen fez uma viagem para o Brasil na tentativa, de acordo com muitos historiadores, de resolver a questão de sua nacionalidade. Vasconcelos de Drummond foi o diplomata brasileiro defensor de Varnhagen, principalmente na questão da nacionalidade brasileira, que valorizou a potencialidade do historiador e o indicou para serviços que envolvessem pesquisas em acervos que contribuíssem para a coleta ou cópia de documentos ligados a história do Brasil. Rodrigues (1952, p. 39), atenta para a iniciativa de Drummond:

É por intermédio de Drummond que Varnhagen oferece ao Instituto Histórico em 1840, um exemplar de suas Reflexões Críticas e do Diário de Navegação de Pero Lopes de Sousa. 'O Sr. Varnhagen ocupa-se ainda em procurar documentos da mesma natureza e igualmente interessantes à nossa história. Devemos esperar de seu talento e grande atividade que continue a prestar ao País de seu nascimento importantes serviços dêste gênero'.

Drummond reconhecia em Varnhagen o potencial de investigação histórica. E foi na diplomacia que Varnhagen teve a oportunidade de estudar os interesses do Império e contribuir com a bibliografia para a história do Brasil. Drummond foi o primeiro a exaltar Varnhagen, principalmente, na escolha da nacionalidade brasileira.³³ Varnhagen foi

³³ Sobre o que Drummond escreveu na defesa de Varnhagen, Guimarães diz: “Em 14 de dezembro de 1839, Vasconcelos de Drummond escreveu ao ministro de Assuntos Estrangeiros do Brasil, Caetano Maria Lopes de Gama (1795-1862): ‘Recusa também qualquer emprego português, procura o Brasil, sua pátria de nascimento, por amor e porque promete engrandecimento e elevação. É por isso que

Nomeado aos 18 de maio de 1842 adido de primeira classe em Lisboa, por sugestão de Vasconcelos de Drummond e influência do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, que desejava aproveitar sua inteligência e capacidade em pesquisas históricas, Varnhagen inicia desde aí, realmente, a primeira investigação histórica de caráter público, já que José Maria do Amaral poucos resultados apresentara. (RODRIGUES, 1952, p. 41)

Em 1843, em um ofício enviado para o general Francisco José de Sousa Soares de Andréa, Varnhagen faz sua primeira autobiografia. Ele insere em sua autobiografia a ideia de patriotismo desde quando fala do seu alistamento no exército português, julgando que somente serviu a causa portuguesa por defender Pedro I “contra um tyrano usurpador em pró de uma princesa e umas instituições emanadas do nosso solo” (VARNHAGEN, 1961, p. 99) justificando assim sua opção pela carreira militar portuguesa até aquele momento.

Em seguida, o historiador fala sobre o propósito de sua viagem para o Brasil, que era resolver a questão da sua nacionalidade.

Entretanto as minhas aplicações e afeições eram de tal modo para o Brazil que em princípio de 1840, sabendo que se discutia nas Câmaras a Lei para chamar novamente ao Brasil todos os filhos dele, deixei Portugal, tomando sucessivamente licenças por mais de ano e meio para nesta corte, onde logo me apresentei, me poder sem demora aproveitar das suas disposições benéficas, sem de todo sacrificar a minha segurança de posição social, porém sucedendo não passar ainda tal lei, aproveitei o tempo para uma viagem ao interior do Império, a qual não só me prestou muitos conhecimentos naturais, como de novo me arraigou sentimentos de patriotismo ao ver os meus lares e amigos de infância (VARNHAGEN, 1961, p. 100).

emprega seu talento em coisas de interesse do Império. E ninguém melhor do que ele está em circunstância de prestar importantes serviços neste gênero histórico e geográfico, não só pelas relações íntimas que tem com os empregados dos arquivos e bibliotecas deste Reino e da Academia Real de Ciências, de que é membro, mas também porque conhece praticamente tudo quanto existe acerca do Brasil, de que faz seu particular estudo em qualquer parte deste Reino. Pretende ser empregado no serviço do Brasil, sua pátria de nascimento, e nós ganharíamos com isso, suponho eu, mormente se ele fosse empregado com o título de adido a esta Legação, com encargo especial de coligir documentos e diplomas para a História do Brasil e diplomática, coordená-los e analisá-los de modo que verifique datas e acontecimentos e apure a verdade do fabuloso que abunda nas relações daquele tempo de propensão maravilhosa.” (GUIMARÃES, 2011, p. 186).

Nesta autobiografia o historiador enfatiza o seu patriotismo ao tentar resolver a questão da nacionalidade, porém “sem de todo sacrificar a minha segurança de posição social”, ou seja, saiu de licença para averiguar a real possibilidade de “aproveitar das suas posições benéficas”. Sua cautela em relação ao cargo português pode demonstrar que o historiador estudava as melhores ofertas sem abrir mão da situação que vivia até aquele momento. Qual cidadania lhe ofertava carreira mais promissora?

Capistrano de Abreu, no Necrológio de Varnhagen, considera seu patriotismo, mas reconhece a importância de seu ofício de historiador. E segue narrando sua trajetória, sempre voltando ao patriotismo (amor à pátria). E termina o necrológio exaltando o historiador: "Nobre e tocante vida voltada ao trabalho e ao dever! Grande exemplo a seguir!" (ABREU, 1931, p. 132).

Paulo Vieira Santos, em suas observações sobre o visconde, vincula o amor à pátria a obra *História Geral*. Ele só poderia conseguir escrever obra tão importante para a história do Brasil caso fosse apaixonado por sua terra natal. Somente por amor a pátria o historiador foi capaz de investigar, coligar e anotar tudo o que fosse de interesse para a história do Brasil, com intuito no final de escrever a sua conhecida obra (SANTOS, 1979, p. 494). Santos enaltece o patriotismo de Varnhagen ou o enaltece por ser o primeiro historiador da historiografia brasileira? Quem veio primeiro, Varnhagen ou sua obra **História Geral do Brasil**? Qual a importância que os especialistas viram e veem em Varnhagen? Por ele ser brasileiro e ainda por ter optado por ser reconhecido brasileiro?

Sobre sua nacionalidade brasileira e formação portuguesa, AYRES (1951, p. 81) diz que

se Varnhagen pertence pelo seu nascimento e pela especialização dos seus estudos ao Brasil, pertence bem a Portugal pela sua formação intelectual desde bem moço até à publicação dos seus trabalhos históricos, da mais profunda e completa investigação no Arquivo Nacional.

Ayres se preocupa em destacar a formação portuguesa de Varnhagen ao colocá-lo como historiador importante. É interessante como para tantos historiadores, sejam

portugueses ou brasileiros, defender a cidadania de Varnhagen é o mesmo que enaltecer a historiografia nacional.

Varnhagen não foi importante por ser um historiador brasileiro e com formação portuguesa, e muito menos concluiu sua obra por puro amor à pátria, mas foi importante por ter sido um historiador especialista em arquivos, manuscritos e ainda por ter contribuído com volumosa bibliografia sobre a nossa história. Ele nasceu no Brasil, mas viveu por toda a sua vida fora do Brasil. Até a morte de Pedro I, seu interesse era com a pátria portuguesa. Quais ofertas brasileiras passaram a ser mais interessantes que as portuguesas? A escolha de Varnhagen pela cidadania brasileira está muito além de seu patriotismo, representa a luta pela sobrevivência em um período de instabilidade política, social e econômica em Portugal.

Guimarães trata a “ambição de Varnhagen pela nacionalidade brasileira”, não como “muitos intérpretes de sua obra” colocam, como por amor ao “país de seu nascimento”, mas como a “chance de Varnhagen concretizar seus planos e oportunidades para um sacrifício heroico em prol da Nação” ou até mesmo como uma ambição que o levou ao novo grande Império tentar a sorte (GUIMARÃES, 2011, p. 188). O autor destaca a possibilidade de Varnhagen ter tentado sua nacionalidade brasileira, por ambição, por seu caráter e talvez nada tivesse a ver, como muitos estudiosos de Varnhagen destacam, com seu amor à pátria. Ele continua sua análise e reflete sobre a sociedade em que Varnhagen estava inserido, a qual ele dialogava e que influenciou por anos na formação da Nação. Para ele, Varnhagen foi construído “como um grande patriota, já que, através da sua obra, oferecia às camadas responsáveis pela nação modelos de identificação, com a ajuda dos quais era possível sentir-se como uma comunidade nacional (GUIMARÃES, 2011, p. 227). Ou seja, Varnhagen fazia parte do projeto de construção da Nação. Ele coloca Varnhagen e sua obra, neste momento, como fundamentais para a consolidação dos novos princípios. Como se o papel do historiador nesta construção fosse de abarcar o conjunto da sociedade, “caso o processo de formação da nação se completasse” (GUIMARÃES, 2011, p. 227). Será que o patriotismo de Varnhagen, tão valorizado até hoje por historiadores e biógrafos foi uma construção da historiografia nascente no século XIX, na tentativa de dar credibilidade à sua obra enciclopédica? Será que foi uma construção posterior ao historiador, na tentativa de criar uma identidade na historiografia ainda nascente nos fins do século XIX? Varnhagen pode ter sido um grande historiador e diplomata, sua obra foi de grande importância para historiografia

e é referência até hoje, porém, qual é o valor do seu patriotismo para a sua importância como historiador ou para a sua bibliografia?

Renilson Rosa Ribeiro, em sua tese de doutorado, faz uma reflexão interessante sobre “A Invenção Biográfica de Varnhagen” (RIBEIRO, 2009, p. 33). Para ele, a imagem do historiador foi uma construção do IHGB que o colocou com “marco fundador” da historiografia brasileira. Ao fazer essa construção, o IHGB garantia sua participação no pioneirismo da obra de Varnhagen. Para ele,

essas narrativas procuraram estabelecer um sentido, uma lógica, uma consistência e uma constância por meio do estabelecimento de relações, colhendo fragmentos para o desenho de um retrato do morto Varnhagen, o historiador-monumento. Ele não mais se configuraria como sujeito, mas sim objeto dos discursos que o fabricaram. Varnhagen passa a ser uma invenção, o discurso de uma causa, de um projeto, dos poderes instituídos (RIBEIRO, 2009, p. 33).

Ribeiro defende que Varnhagen foi sendo construído como tamanho “marco fundador” que pode ser considerado um “historiador-monumento”. Essa construção de um exemplo de brasileiro, historiador e diplomata foi realizada pelo Instituto após a morte do historiador para elaborar uma imagem do século XIX que afirmasse o papel do historiador como “marco fundador” de uma historiografia.

Guimarães destaca também que os “estudos publicados sobre Varnhagen são primordialmente de natureza biográfica, apresentando claramente a tendência de salientar seu significado como figura-símbolo da historiografia nacional”. E que os historiadores partem da sua “inclinação patriótica” para interpretar sua obra. “E que a sua designação de pai da historiografia brasileira e como aquele que concebeu um monumento da historiografia brasileira compartilha estereótipos generalizados” (GUIMARÃES, 2011, p. 165). Ou seja, para ele, os estudiosos deveriam desvincular-se de sua “inclinação patriótica” ao analisar sua obra e trajetória. “Essa percepção de Varnhagen deve ser desconstruída pela historiografia brasileira, até para que uma análise menos tendenciosa de sua obra e sua trajetória, possa trazer novas interpretações e questionamentos” (GUIMARÃES, 2011, p. 165).

No século XIX, a preocupação com a integração do vasto território brasileiro e a manutenção da unidade, diante das ameaças à sua integridade territorial e ao regime monárquico, fez com que os intelectuais do Império trabalhassem para a construção de uma Nação com uma história comum, que incluísse todos os brasileiros. Varnhagen foi um grande representante deste projeto de construção nacional. E fez isso com a publicação de obras que são referências até hoje para a história do Brasil. A valorização do seu patriotismo fez parte deste projeto, visto que a enciclopédica obra *História geral do Brasil*, não poderia ter sido escrita por um europeu, e somente por um paulista, que escolhera a cidadania brasileira em detrimento da cidadania que lhe era familiar, a portuguesa. E fica a importância do historiador para a historiografia brasileira, o primeiro historiador brasileiro a escrever a primeira grande história do Brasil, mesmo que sob a perspectiva de uma formação europeia e escrita em terras estrangeiras.

b. Por um sobrenome brasileiro

O sobrenome Varnhagen, por ser de origem germânica trouxe muitos questionamentos sobre a sua nacionalidade. Para o historiador, foi uma preocupação ao colocar a autoria em algumas de suas obras. Rodolpho Garcia, em seu *Ensaio Bibliográfico sobre Francisco Adolfo de Varnhagen, Visconde de Porto Seguro*, trata das questões de assinatura das obras de Varnhagen e destaca que em determinadas situações o historiador assinou com um “V”, em outras com o pseudônimo “D. Genaro H. Volafan”, que formava um anagrama do seu nome, em outras assinou como “um sócio do Instituto Histórico do Brasil, natural de Sorocaba” (GARCIA, 1948, p. 450) e por fim assinou também como “um brasileiro devoto de Santo Humberto”. As assinaturas de Varnhagen foram diferentes em situações diversas, e em muitas destas situações não há registro encontrado sobre os motivos que o levaram a escolher uma ou outra assinatura. Porém, no caso da primeira edição da *História geral* há uma explicação que pode ilustrar o quanto o seu sobrenome alemão o perturbava ao se considerar brasileiro.

Varnhagen publica a primeira edição em 1854, assinando como “um sócio do Instituto Histórico do Brasil, natural de Sorocaba”, pois acreditava que seu sobrenome alemão poderia ser confundido e sua obra poderia ficar conhecida não por ser um autor brasileiro.

Como diz Garcia, na sua dedicatória o historiador assina o seu nome por completo. De acordo com ele, Varnhagen queria que ficasse na capa da obra apenas

por um sócio do Instituto Histórico do Brasil, natural de Sorocaba, de alguma forma protegendo seu nome de qualquer julgamento sobre sua origem ou nacionalidade. Na dedicatória assina: “seu mais leal súdito, Francisco Adolfo de Varnhagen”.

Em uma carta escrita para Pedro II, Varnhagen explica os motivos pelos quais o levaram a querer publicar sua obra sem o seu nome, mas apenas por um sócio do Instituto Histórico do Brasil:

Na primeira audiência que tive destes Augustos Senhores conheci que se surpreendiam de não me achar estrangeiro ou ao menos estrangeirado, e que eu não correspondia pessoalmente à idea que, pelo meu nome, haviam anteriormente formado, imaginando-me hollandez, segundo creio. – Confesso que por esta ocasião se me justificou uma apreensão que sepultava no fundo da alma e que não contava revelar a ninguém por por escripto; (...). Sabe agora V. M. I. uma das razões por que eu queria omitir o meu nome na *História geral do Brazil*, deixando ate de assignar a dedicatória. Sem o meu nome a obra seria apenas de *um brasileiro* ou do *Instituto H. do Brazil*; e , por conseguinte, *de todo Brazil* (VARNHAGEN, 1961, p. 213).³⁴

Está aí à razão que fez o historiador não querer colocar seu nome em sua obra, Varnhagen sentia que era considerado menos brasileiro por ter um sobrenome alemão. Como era um brasileiro, escrevendo para a História do Brasil, preferia abrir mão de sua autoria, mas dar a credibilidade à sua obra, atribuindo-a a um brasileiro ou ao IHGB. Ou seja, seu sobrenome que em nada o relacionava ao Brasil, o constrangia ao publicar sua obra.

O historiador continua sua carta e chega a pedir que D. Pedro II o lhe concedesse uma graça que o fizesse "brasilianiar".

Toda a modéstia não é bastante para que eu não reconheça que a *História do Brazil*, ao menos em muitos de seus períodos, fica com a minha obra de uma vez escripta, e que ella viverá (a obra)

³⁴ A correspondência impressa por Clado Ribeiro de Lessa apresenta algumas disparidades de transcrição, particularmente no caso das correspondências trocadas com Pedro II, de acordo com pesquisa que realizei no Arquivo Histórico do Museu Imperial. Ver: ALMEIDA, Gisele Cipriani de “Correspondência Ativa de Varnhagen – Análise da Edição”. **Anais do XIX Encontro Regional de História: Poder, Violência e Exclusão**. ANPUH/SP-USP. São Paulo, 08 a 12 de setembro de 2008. Cd-Rom.

eternamente, e fará eternamente honra, Deus mediante, ao Brazil e ao reinado de Seu Excelso Protector. Mais: será naturalmente traduzida, e já para o alemão, se me ofereceu a fazel-o o próprio Martius. Afinal resultará que me citarão, e como nem todos são eruditos, nem se ocupam de biografias, o meu nome (que Deus sabe se ainda no futuro algum acto de graça expontanea de V. M. I. terá de brasilianiar como fez aos Brandts), citado só por si, não se associará por muita gente logo logo ao Brazil, pois V. M. I. sabe quanto o publico, o universo todo se leva por nomes e outras imagens externas (VARNHAGEN, 1961, p. 213-214).

Varnhagen foi agraciado com o título de Barão de Porto Seguro em 14 de agosto de 1872. E com a elevação a Visconde em 16 de maio de 1874. Em uma carta ao imperador de 25 de agosto de 1872, Varnhagen agradece as honras de baronato e fala novamente sobre seu sobrenome, pouco indicativo da nacionalidade de brasileiro:

Ainda que muitas vezes me incomodei vendo-me considerado aos olhos da Europa, - e especialmente da Alemanha, em virtude do meu apellido, como menos brasileiro (motivo porque o Sr. Magalhães era de voto que V. M. I. m'o devia mudar) não pensava já agora separar-me, sem saudade nem extranheza, desse nome que durante perto de quarenta annos procurei illustrar e honrar, illustrando-me e honrando-me; confesso a V. M. I. que já não tinha esperança, nem aspiração, de o ver trocado por outro...Porém o mágico nome de Porto Seguro, tão querido para quem tinha levado esses quarenta annos sempre occupado da região de Cabral operou o prodígio, e até me obriga a mais, na minha 2^a. Edição da *Historia Geral* (VARNHAGEN, 1961, p. 371).

O titulo de Barão de Porto Seguro representava para o historiador o benefício de um nome brasileiro com grande representação histórica. Com a conquista do baronato, Varnhagen passa assinar como Barão de Porto Seguro e a não mais ser assombrado por ser menos brasileiro devido ao seu sobrenome.

Em uma carta de 26 de junho de 1874, o Barão de Porto Seguro escreve ao

imperador agradecendo a nova graça recebida pelo sucesso do seu trabalho na organização da seção brasileira na Exposição Universal de Viena em 1873. Cheio de reconhecimento vou aos pés de V. M. Imperial testemunhar por mim, por minha mulher e meus dois filhos o mais profundo reconhecimento pela nova graça que todos devemos a Vossa Magestade. Os trabalhos, desassossegos e desgostos que nos deu a tal Exposição que Deus haja ficam todos esquecidos; lembrando-me só de que todos os meus desvelos para sairmos honrosamente do empenho contraído, foram por V. M. I. e pelo seu Governo favoravelmente julgados (VARNHAGEN, 1961, p. 425).

O orgulho de Varnhagen foi tão grande em relação ao nome Porto Seguro escolhido pelo imperador para seus títulos que mudou o nome do seu filho para Luís Varnhagen de Porto Seguro Ovalle. Este seguiu a carreira do pai e foi diplomata do Chile por muitos anos.

A questão da nacionalidade para Varnhagen foi um problema para o historiador desde que precisou da aceitação ou até credibilidade de sua obra *História Geral*, mas também em várias outras publicações. Seria brasileiro ou português? Nasceu no Brasil, mas teve toda a sua formação em Portugal e se alistou voluntariamente, ainda muito jovem, para o exército de Pedro I, assim como o fez seu pai com João VI contra o exército de Napoleão sob o comando de Junot. Optando por defender a causa portuguesa, abria assim mão naquele momento da sua nacionalidade brasileira e escolhia a portuguesa.

Quando seus defensores salientam a escolha da nacionalidade brasileira, o que Varnhagen conseguiu em 1842, afirmam que ele havia optado pela pátria de nascimento em detrimento a uma brilhante carreira que lhe era oferecida pela família real portuguesa como tutor dos filhos do rei. Será que para Varnhagen apenas os estudos na Alemanha e a possibilidade de ser tutor dos filhos da realeza era satisfatório? Ou queria Varnhagen trilhar caminhos que lhe dessem mais status ou até mesmo títulos, e ainda que lhe desse a oportunidade de fazer o que mais gostava: investigações históricas e obras a respeito da história, que convenientemente passou a optar pela do Brasil? Varnhagen não era necessariamente apaixonado pela pátria e por isso que produziu tamanha bibliografia sobre esta. Ele era apaixonado pela

erudição, investigação em arquivos, transcrição de documentos; biografias de pessoas ilustres da história, busca pela “verdade histórica” que tanto defendia; publicação de obras enciclopédicas com rigor documental, edição de obras antigas ou até inéditas que trouxessem mais vestígios da história. Entre outras coisas, Varnhagen era um diplomata por profissão e historiador por paixão.

A obra **História Geral do Brazil** foi uma importante para a historiografia brasileira que estava nascendo junto com o Império. Varnhagen e sua obra se tornaram símbolos do que uma elite definia como molde de história pátria que deveria ser seguido. Não foi somente sua obra que fez parte do projeto de construção desta Nação. Mas a própria figura de Varnhagen passou a fazer parte desta construção de “mito fundador” na historiografia. Porém, o olhar do historiador que investiga sua trajetória e suas publicações ou documentações deve ser cauteloso. Não devemos valorizar a pessoa “Varnhagen” como se fosse o mais ilustre dos homens e historiadores brasileiros que por puro patriotismo optou pela cidadania brasileira e com isso produziu obras importantes para a bibliografia sobre a nossa história. Se cometermos este erro, prosseguimos com o projeto de construção da nação que muitos especialistas alegam que fazia parte apenas da historiografia do século XIX.

Varnhagen fez a opção que lhe prometia uma carreira. Foi um importante historiador do século XIX que contribuiu para a construção da história da nação. Mas a questão de patriotismo não deve interferir na interpretação que fazemos de sua obra e mesmo de sua trajetória.

c. Cidadão, diplomata e historiador brasileiro³⁵

Em 24 de setembro de 1841, finalmente, saiu o decreto que garantia seus direitos civis e políticos como brasileiro. Sobre a recepção desta notícia na vida do historiador, segue abaixo:

Apesar do mau som que produziu em meus ouvidos, ainda inocentes á política, o termo anistia, não hesitei um instante. Rompi por tudo: resignei os cargos que me ofereciam uma brilhante carreira, (...) e me fui apresentar á nossa Legação em Lisboa, como

³⁵ Texto adaptado do capítulo no prelo. ALMEIDA, Gisele Cristina Cipriani de. *Visconde de Porto Seguro, natural do Brasil e cidadão do mundo*. IN: HAUSER, Christian e POETTERING, Jorun. **Encontros e desencontros da historiografia brasileiro-alemã**. Representações oitocentistas do passado brasileiro.

súbdito brasileiro, em fevereiro de 1842 (...) (VARNHAGEN, 1846, p. 7).

Varnhagen passou de 1º. de outubro de 1841 até fevereiro de 1842 a espera de sua demissão do posto militar português. Em fevereiro de 1842, se apresentou na Legação brasileira em Lisboa, como “súbdito brasileiro”. Ou seja, conseguiu a demissão do seu posto e pôde arriscar a sorte na carreira diplomática brasileira. Apenas em 19 de maio de 1842 Varnhagen foi oficialmente adido à 1ª. classe da Legação Brasileira em Lisboa.

O historiador fez uma viagem para a Marinha Grande para visitar seu pai enfermo em julho de 1842, já como adido à Legação do Brasil e adiou sua visita ao amigo Rivara, em Évora, como havia prometido. Em carta para Rivara de 10 de dezembro de 1842, comenta ter acabado de voltar de Leiria, onde havia negócios urgentes de família em que teve que tomar parte. Provavelmente, como único filho homem, tenha ido resolver algo sobre o falecimento de seu pai e possíveis documentos de casamento dos pais em Figueiró dos Vinhos, distrito de Leiria.

Ainda em 1842 fora “agraciado com as honras de outra carreira” (VARNHAGEN, 1961, p. 98), pois fora alistado ao Exército Imperial no posto de 2º. Tenente. Varnhagen agradeceu as honras, mas diz que é “levado por outras ocupações” (VARNHAGEN, 1961, p. 101), nas quais julga “estar prestando melhor serviço ao Império” (VARNHAGEN, 1961, p. 101), pois se

acha encarregado (sem faltar aos deveres que me impoem o Cargo da Legação) de examinar para bem do conhecimento da História e Legislação do nosso país, os arquivos em tais documentos mais ricos da Europa (para o que tenho os necessários estudos paleográficos que só para esse fim cursei) (VARNHAGEN, 1961, p. 101).

Varnhagen agradeceu a nomeação na carreira militar, mas se diz mais útil ao serviço de examinar arquivos e documentos na Europa para o conhecimento da História e Legislação do Brasil. É interessante notar que o historiador examina os documentos históricos “sem faltar aos deveres que lhe impoem o Cargo da Legação”, ou seja, apesar de estar escrevendo para o comandante do Imperial Corpo de Engenheiros à época, tomou o cuidado de não demonstrar um tempo dedicado à

História que pudesse prejudicar seu serviço na Legação. Sua maior aptidão era a investigação histórica e por conta disso, escreveu obras importantes para a historiografia brasileira. Optando pela carreira diplomática, Varnhagen pôde se dedicar a fazer aquilo que o inspirava.

Viajou por todo o Reino de Portugal na busca de documentos históricos nos Arquivos Históricos, enquanto trabalhava para a Legação do Brasil em Lisboa.

Em 1846 estêve investigando em arquivos hespanhóis (Madri, Simancas e Sevilha), em missão oficial, documentos referentes às questões de limites do Império com as repúblicas vizinhas e as Guianas européias, (...) (LESSA, 1961, p. 83).³⁶

Ele pesquisou e escreveu alguns textos sobre as questões de fronteira entre o Brasil e as Repúblicas do Pacífico. Uma extensa documentação que Varnhagen copiou do Arquivo das Simancas se encontra no Arquivo Histórico do Itamaraty, na Lata 355.

“Em 1847, promovido ao posto de primeiro-secretário da Legação brasileira, é transferido para Madri” (CÉSAR, 2007, p. 170). Em uma carta ao Visconde de Sá Nogueira de Figueiredo, de Madri, Varnhagen fala sobre sua viagem pela Europa. “V. Ex^a saberá que eu fiz esta primavera uma bonita excursão, não só vendo no melhor tempo as duas Cortes Britânica e Francesa, (...)” (VARNHAGEN, 1961, p. 152). E continua contando ao Visconde sobre os lugares que visitou, “Colonia, Bonn, Coblenz, Neuwied, Ehrenbreitstein, (...)” (VARNHAGEN, 1961, p. 152). Também passou por “Liège, Louvain, Bruxellas, Gand, Bruges, (...)”. Na Espanha, conheceu “Cadiz, Sevilha, Córdoba, (...)”. Varnhagen também visitou “Toledo, Ávila, Valladolid, (...)” (VARNHAGEN, 1961, p. 153). E termina dizendo que tem por todo a parte conhecidos para o caso de ser necessário para alguma coisa do Império.

Entre 16 de maio de 1850 e 10 de abril de 1851, não há, nem em sua documentação pessoal no Itamaraty e nem na publicação de Lessa, cartas. Na primeira data, ele se encontrava em Madri e na segunda, estava de volta em Lisboa. Lessa, diz que “removido como secretário para a Legação Imperial em Madri, aí continuou seus estudos, que deram em resultado a publicação de muitos trabalhos históricos”(LESSA, 1961, 84). Porém, Lessa não diz exatamente qual foi a data desta

³⁶ LESSA, Clado Ribeiro de, **Correspondência Ativa de Francisco Adolfo de Varnhagen**, coligida e anotada. Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro, 1961, pp. 83.

remoção. Em 22 de abril de 1851, escreve a bordo do Vapor Teviot, em Porto Grande de São Vicente, para o Visconde de Sá da Bandeira. Próximo ao dia 15 de dezembro de 1851, escreve um Memorial ao Ministro do Império, no qual pede a graça de uma condecoração. Nesta carta, publicada por Lessa, Varnhagen elenca todos os trabalhos que fez até aquele momento em benefício do Império. Alega ter realizado com louvor os trabalhos que lhe foram designados na Legação; prestou serviços sobre os limites do Brasil; entregou “uma composição em que ideou simbolizar no feito de Amador Bueno a unidade do Império” (VARNHAGEN, 1961, p. 166); escreveu o **Florilégio da Poesia Brasileira**; “entregou-se a escrever biografias dos falecidos brasileiros” (VARNHAGEN, 1961, p. 167) publicados pela **Revista do IHGB**; escreveu **Épicos Brasileiros**; escreveu em 1849 “uma memória propondo no nosso exército a introdução do novo sistema espanhol de artilharia de montanha”, escreveu vários textos sobre os Índios e a Colonização; “entregou-os finalmente a meditar sobre outros pontos de nossa pública administração, e a dizer por escrito ao país muitas verdades em vez de o adular;” (VARNHAGEN, 1961, p. 168). O escrito ao qual se refere é o **Memorial Orgânico**, e continua sobre suas contribuições:

O Suplicante se abstém de fazer menção do quanto havia já trabalhado anteriormente a ser condecorado com o hábito de Cristo, e do serviço que acaba de prestar na organização da Secretaria e arquivo da biblioteca do Insituto, e no que está prestando com o escrever a História do Brasil para oferecer a S. Majestade. (VARNHAGEN, 1961, p. 168)

Entre 1849 e 1851, Varnhagen aprofundou seus estudos e pesquisa históricas. Escreveu inúmeros textos que abrangiam diferentes áreas como literatura, história, arquitetura, etc. “Em 1851, quando estive no Rio de Janeiro, é eleito 1º. secretário do Insituto Histórico, exerceu este cargo durante quase um ano, promoveu a catalogação da respectiva biblioteca e organizou-lhe o arquivo”(LESSA, 1961, p. 84). Entre abril de 1851 até dezembro de 1851, Varnhagen fez seu trabalho no IHGB. Em sua primeira carta para Pedro II, de 1º. de fevereiro de 1852, ele escreve: “vou pela primeira vez ter a honra de gozar da graça que me foi por V. M. I. conferida na véspera da minha partida do Rio, aos 14 de dezembro de 1851” (VARNHAGEN, 1961, p. 170). Em fins de 1851, retornou a com a possibilidade de iniciar uma correspondência com o imperador., o que ocorreu a partir de 1852, conforme a publicação de Lessa, totalizando 67 cartas para Pedro II.

Varnhagen em Madrid se ocupou do término da sua obra **História Geral**. Em 1954, publicou em Paris seu primeiro volume com o título **História Geral do Brasil, isto é, do descobrimento, colonização, legislação e desenvolvimento deste Estado até declarar-se Império Independente**, com o segundo volume publicado em 1857 e teve grande repercussão no Brasil e fora dele. Para a publicação da obra, Varnhagen chega a não colocar seu nome, por se achar menos brasileiro. Em uma carta ao imperador de 5 de fevereiro de 1854, o historiador comenta a insatisfação que teve ao ser considerado pela família real portuguesa estrangeiro e não brasileiro, por causa do nome alemão. Nesta carta, ele justifica porque queria deixar sua obra monumental assinada apenas por um brasileiro, porque se incomodava com o nome alemão. Sugere que algum dia pudesse ser agraciado pelo imperador com outro nome.

O Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro não deu as honras que o historiador se achava merecedor com a publicação da sua **História**. Em carta ao imperador de 24 de setembro de 1856, informa que o atraso que o levou na impressão do segundo volume de sua obra teve entre suas causas o esmorecimento que teve, “em vista de tanta indiferença oficial, principalmente da parte do Instituto” (VARNHAGEN, 1961, p. 235). Varnhagen dedicou a obra ao Instituto, ao assinar, no princípio, sua obra como “um sócio do Instituto Histórico do Brasil”. E acreditava que merecia as glórias de uma recepção com louvor do IHGB.

Varnhagen ficou em Madri até fins de 1857, quando fez uma viagem para Paris para fazer uma pesquisa sobre as críticas apontadas por d’Avezac em relação a sua obra **História Geral**. Em carta ao imperador de 21 de novembro de 1857, o historiador fala desta questão:

Pela leitura da carta que dirijo ao Sr. Porto Alegre, e que creio conviria não só ler no Instituto, como talvez fazer publicar na Revista, como artigo separado e não nas actas, ele inteirará V. M. I. de como responderei breve, e espero em campo da sciencia para nelle debater principalmente a questão do Oyapoc, pois esta vai parar todo o relatório, ainda na parte em que parece querer-me desconceituar como pouco patriota, por não ser caboclo. Felizmente que, assim com o Dr. Silva, somos da sua sociedade geographica, e lá discutiremos este ponto, ao que irei deixando Madrid (...); pois

neste momento bem uma saída desta corte ex-abrupto (VARNHAGEN, 1961, p. 254-255).

Na visita à Paris, Varnhagen fez a pesquisa sobre a questão do Oyapoc e diz que sua resposta ao “Sr. D’Avezac foi bem acolhida e será publicada no Bulletin” (VARNHAGEN, 1961, p. 260). Em 1859, no Rio de Janeiro, recebeu instruções sobre “negociações relativas à questão de limites pendentes com a república paraguaia” e partiu para Montevideo. Depois, foi “transferido para igual posto junto aos governos da Venezuela, Colômbia e Equador.” (LESSA, 1961, p. 261). Passou pelo Peru, Cuba, Antilhas e Estados Unidos da América. Foi “transferido para a representação do Império junto às Repúblicas do Chile, do Peru e do Equador” (LESSA, 1961, p. 262). Em abril de 1864, no Chile, casou-se com a chilena Carmem Ovalle y Vicuna.

Em ofício enviado ao Ministro dos Negócios Estrangeiros, da Legação do Chile, datada de 27 de novembro de 1865, Varnhagen relatou o combate naval entre “a corveta chilena Esmeralda e o barco de guerra hespanhol Covadonga” (VARNHAGEN, 1961, p. 300) com resultado em favor dos chilenos e seguido do suicídio do almirante espanhol, Pareja. Varnhagen se colocou contra Pareja, alegando que este

faltara às formas mais triviais dos usos diplomáticos, faltara às ordens terminantes de sua Soberana consignadas na propria credencial que corre impressa, falta às instruções do seu Governo que lhe recommendara expressamente que fosse de accôrdo com o corpo diplomático, atacára o Chile ‘em sua honra e seus direitos’, exigindo uma salva do porto à sua esquadra, isto quando as relações diplomáticas não haviam sido interrompidas; e existia na Capital (...) - Finalmente o Sr. Pareja, previnido no Perú que demorasse uns dias a sua partida para não vir a tratar com o Chile na ocasião em que estaria festejando a sua independência, respondeu: Pois de propósito irei incommodar-o nesse dia. E assim o fez. (VARNHAGEN, 1961, p. 304 e 305).

Varnhagen, ao criticar a postura do almirante espanhol, acabou sendo julgado pela imprensa portenha que estava contra a coroa espanhola e em favor da República Chilena. Esta alegação colocou o Império do Brasil em uma situação complicada por se declarar imparcial na questão. A atitude do historiador foi condenada pelo

imperador e em 1867 já se encontrava em Lima se ocupando de outros trabalhos pela Legação.

Lúcia Maria Paschoal Guimarães defende que entre a saída de Varnhagen, sem autorização, das Repúblicas do Pacífico e a sua apresentação na corte em 26 de outubro de 1867, o historiador fizera uma viagem com sua família pelo território norte-americano. A autora apresenta um inédito, encontrado no Arquivo Histórico do Itamaraty, intitulado *Grande Jornada a vapor*, que narra esta viagem do historiador.³⁷

Em outubro de 1867, Varnhagen se encontrava no Rio de Janeiro. Em carta de 26 de outubro de 1867, o historiador explica a saída repentina das Repúblicas do Pacífico e faz o pedido ao imperador para realoca-lo em alguma Legação na Europa.³⁸ Ele comenta sobre os contratemplos que teve na “questão Pareja, no Chile, e a desinteligência com o governo do General Prado no Peru, que culminou no rompimento de nossas relações diplomáticas com a referida república” (VARNHAGEN, 1961, p. 313).

O historiador se encontrava em Portugal no início de 1868 e se apresentou em Viena no dia 4 de julho de 1868. Ocupou-se da redação da **História das Lutas com os Holandeses**, entre outros estudos. “Em 1872, já promovido *sur place* a ministro plenipotenciário, coube-lhe a missão extraordinária de representar oficialmente o nosso país no Congresso Estatístico de São Petersburgo, do qual foi eleito um dos vice-presidentes” (VARNHAGEN, 1961, p. 320).

Em 1873, foi responsável por montar “mostruários brasileiros na Exposição Internacional de Viena, de cuja comissão organizadora foi o vice-presidente, cabendo a presidência (função honorífica) no duque de Saxe, genro de D. Pedro II” (VARNHAGEN, 1961, p. 320). Em 1874, viajou para os países escandinavos. Em decreto de 16 de maio de 1874 foi agraciado com a elevação a Visconde de Porto Seguro. Preparou a segunda edição da **História Geral** e deixou inédita a **História da Independência**. Em 1876, representou o Brasil no Congresso Estatístico de Budapeste. Em 1877, fez uma viagem ao interior do Brasil “em busca de sítio acomodado para a sede da nova capital com que desejava dotar o país”

³⁷ GUIMARÃES, Lúcia Maria Paschoal. *Grande Jornada a vapor: um segredo do visconde de Porto Seguro?*. IN: Lúcia Maria Paschoal Guimarães e Raquel Glezer (orgs.), **Varnhagen no caleidoscópio**, Rio de Janeiro: Fundação Miguel de Cervantes, 2013.

³⁸ NEVES, Lúcia Maria Bastos Pereira das e NEVES, Guilherme Pereira das. *Um bibliófilo liberal: Varnhagen diplomata nas Repúblicas do Pacífico (1863-1867)*. IN: Lúcia Maria Paschoal Guimarães e Raquel Glezer (orgs.), **Varnhagen no caleidoscópio**, Rio de Janeiro: Fundação Miguel de Cervantes, 2013.

(VARNHAGEN, 1961, p. 321). Já com o pulmão debilitado, sofreu uma “intervenção cirúrgica, e veio a falecer em Viena a 29 de junho de 1878” (VARNHAGEN, 1961, p. 321).

A imagem do Varnhagen patriota foi criada pelo próprio historiador e pelos seus biógrafos contemporâneos. Varnhagen nasceu no Brasil, filho de um pai alemão a serviço da coroa portuguesa e filho de uma mãe portuguesa. Viveu apenas 8 anos no país. Teve toda a sua formação portuguesa. Lutou ao lado de Pedro I contra Dom Miguel, vestindo a farda do exército português. Acompanhou todas as escolhas frustradas de seu pai, ao optar pela lealdade a coroa portuguesa, em um período conturbado da história de Portugal. Investiu em duas carreiras e duas nacionalidades, escolheu a que lhe deu a carreira que mais lhe facilitou a prática da investigação histórica, para a qual tinha aptidão e paixão.

Diversamente dos intelectuais brasileiros do início da formação do Estado, que tinham conhecimento livresco sobre teorias políticas e sociais, Varnhagen tinha uma experiência pessoal de vida política conflituosa até o limite da luta armada, da destruição de vidas, propriedades e de conhecimentos, de limitações financeiras provocadas por crises econômicas, de tal forma que define sempre pela estabilidade e conservadorismo em todas as possibilidades – um trajeto que podemos considerar trágico para um jovem liberal que arriscara a vida por suas ideias. E que depois de vivenciar o caos político e econômico de um reino em crise, um emprego público lhe parecia a melhor oportunidade para fazer o que gostava – ler manuscritos, frequentar arquivos e bibliotecas, escrever sobre o que havia encontrado em suas leituras, polemizar com outros autores que não partilhassem de seus pontos de vista, viajar pelo mundo. (GLEZER, 2013, p. 53 e 54)

Na carreira diplomática, viveu em muitos países europeus e pesquisou arquivos por toda Europa. Sem dúvida, sua obra pode ser considerada um monumento para o nascimento de uma historiografia brasileira.

Varnhagen foi um historiador e diplomata brasileiro que contribuiu para a historiografia brasileira com inúmeras obras que se tornaram referência, bem como com uma pesquisa exaustiva sobre a documentação colonial do Brasil em arquivos e bibliotecas na Europa e no Brasil. Estudar a trajetória do visconde, nos permite a compreensão de muitas de suas pesquisas e publicações, mas também oferece novas perspectivas sobre as polêmicas em que se envolveu como diplomata e historiador. É

difícil não acha-lo intrigante. Porém, cabe ao historiador, cautela ao reconstruir sua trajetória. Varnhagen foi um homem do seu tempo e, portanto, com os interesses e preocupações que lhe cabiam. Uma leitura desapaixonada de sua trajetória enriquece os questionamentos que podem ser levantados sobre suas ideias defendidas em obras, artigos, correspondências e até mesmo da interpretação de sua extensa bibliografia.

d. Varnhagen historiador

Francisco Adolfo de Varnhagen foi um historiador acima de tudo. Como historiador, defendia um método que dialogava com a historiografia europeia do século XIX. Para tanto, vale destacar alguns pontos interessantes de autores europeus que influenciaram Varnhagen.

Humboldt (1767-1835) representa para a tradição alemã o que defendia a historiografia alemã no século XIX. Em sua obra **As tarefas do historiador** (1821), escreve que "o historiador que não alcança em sua exposição a verdade do que se produziu senão completando e reunindo as peças e as ruínas oferecidas pela observação imediata só pode ser bem-sucedido, como o poeta, pela imaginação."(HUMBOLDT, 1985, p. 68, apud, DELACROIX, 2012, p. 77). Ou seja, o autor defende que a tarefa do historiador é buscar nos vestígios deixados pelo homem a verdade, e caso não esteja totalmente comprometido com esta verdade e observação imediata, não será bem sucedido.

Varnhagen, no início da primeira edição da obra **História Geral do Brasil**, de 1854, diz algo parecido

Assim fosse possível ao historiador possuir, quando escreve, a messe de esclarecimentos que só pouco a pouco vai colhendo a investigação de muitos, e que nos faz quasi invejar a melhor situação, em que, para julgar alguns sucessos, poderão encontrar-se os litteratos dos seculos que hão de vir! (VARNHAGEN, 1854, p. 11)

Para ele, o trabalho do historiador é esclarecer através da investigação histórica e diz que é de se invejar os literatos que falar sobre os sucessos sem a preocupação com a verdade histórica. Ambos defendem o compromisso com a verdade histórica através da investigação histórica, mas delimitam o ofício do historiador, afastando ele do poeta ou literato.

Ranke (1795-1886) que também representa a historiografia alemã do século XIX, ao defender a tarefa do historiador diz que

atribuímos ao historiador a missão de julgar o passado, de ensinar o mundo contemporâneo para servir aos anos futuros: nossa tentativa não se inscreve em missões tão altas; busca apenas mostrar como as coisas realmente foram (RANKE, 1824, apud DELACROIX, 2012, p. 79).

E o compromisso do historiador é mostrar para o mundo contemporâneo como as coisas realmente aconteceram no passado para servir assim para o futuro. E Varnhagen (VARNHAGEN, 1854, p. 12) diz

Narraremos os sucessos segundo nol-os hajam apresentado, em vista dos documentos, a reflexão e o estudo, e alguma que outra vez, sem abusar, tomaremos a nosso cargo fazer aquellas ponderações a que fomos levados por íntimas convicções; pois triste do historiador que as não tem relativamente ao seu paiz, ou que tendo-as, não ousa apresental-as, quando os exemplos do passado ajudam a indicar conveniencias do futuro.

O autor brasileiro afirma que o historiador deve fazer ponderações sobre os sucessos, pois os exemplos do passado, atestados e criticados pelos historiadores, podem ajudar a resolver futuros problemas de um país. Tanto para Varnhagen, quanto para Ranke, o compromisso com a nação, ou melhor, com o futuro da nação é mostrar os insucessos do passado através da investigação histórica e do compromisso com a verdade, mesmo que para o próprio bem desta nação, alguns julgamentos sejam feitos na narrativa histórica por parte do historiador.

Um outro historiador do século XIX, Fustel de Coulanges faz uma reflexão sobre o ofício do historiador e diz que

Em história não há adivinhação, o melhor historiador é quem vê com mais profundidade e precisão. A verdade não consiste em pensar de acordo com os textos, mas em pensar como eles. Muitos não podem sequer entender essa total isenção de espírito que nos

faz buscar a verdade, seja ela qual for (COULANGES apud HARTOG, 2003, p. 338).

Para Varnhagen, cabe ao historiador a total isenção de espírito para atingir a verdade histórica e também diz que

pare de ler quem nas historias dos povos só busca o deleite, ou as emoções, digamos assim, dramaticas. Pare de ler quem não aprecia como primeiro dote do historiador a fria imparcialidade no exame da verdade. Pela nossa parte em attingir esta, até onde a podemos apurar pelos documentos conhecidos hoje, puzemos todo o desvelo convencidos de que ella e só ella, pode offerecer harmonia eterna entre os factos, ao passo que a falsidade, mais dia, menos dia, é punida pela contradição que o tempo não tarda a manifestar.

Para ele, o historiador comprometido com a investigação histórica e com a verdade, é imparcial ao narrar a história. O Visconde de Porto Seguro foi além de diplomata, um importante historiador. Pode-se dizer que sua paixão estava na investigação minuciosa de documentos históricos em arquivos por todo o mundo. Não contente com a edição de inúmeras obras sobre estes documentos, se preocupou em escrever sobre a história do Brasil. Sua obra mais emblemática **Historia Geral do Brazil** se tornou uma obra de referência nacional e internacional sobre a historia brasileira, apesar de ter encontrado muitos críticos. A primeira edição do volume I da **História Geral do Brazil** possui um breve capítulo que é significativo para a compreensão de sua visão de historiador. Na segunda edição retira este capítulo. As edições seguintes não atentam para este texto e poucos historiadores utilizam a primeira edição como referência.

O historiador era um erudito e se preocupava em fundamentar através de documentos históricos tudo o que escrevia sobre história e outros assuntos. Fez críticas à intelectuais que não se comprometiam com a verdade histórica e chegou denunciar plagiários. Viajou pelo mundo como diplomata, mas viveu mesmo como historiador. Em suas cartas é possível atestar essa paixão pela investigação histórica. Publicou muito em vida, mas deixou uma rica documentação ainda inédita para as futuras gerações de historiadores, tanto na sua Coleção presente no Arquivo Histórico

do Itamaraty, como também em sua biblioteca pessoal que se encontra na Biblioteca Histórica do Arquivo do Itamaraty. Sua biblioteca possui inúmeras de suas obras com comentários para futuras edições que não foram concretizadas e que guardam novas ideias e novos questionamentos sobre a época. Assim como atenta Kozelleck (2006, p. 161) que "a velha tríade *lugar, tempo e pessoa* também está presente na obra do historiador. Caso se altere um desses três elementos, trata-se já de uma outra obra, ainda que se debruce ou pareça debruçar-se sobre o mesmo objeto". Em nosso entender, o estudo sobre as primeiras e segundas edições da **História Geral do Brasil** de Varnhagen podem trazer outros elementos para se entender o pensamento intelectual de um autor e uma época.

III. O Manuscrito

A. Normas Técnicas adotadas para a transcrição do manuscrito

As normas técnicas adotadas nesta transcrição foram adaptadas ao longo da atividade para que a ela pudesse seguir da maneira mais clara e objetiva. Usei como referências principais:

- NORMAS DE TRANSCRIÇÃO E EDIÇÃO DE DOCUMENTOS MANUSCRITOS definidas em 1993 pelo Comitê de Paleografia e diplomática - <http://www.arquivonacional.gov.br/Media/Transcreve.pdf>;
- BERWANGER, Ana Regina e LEAL, João Eurípedes Franklin. **Noções de paleografia e diplomática**. 3ª ed. rev. e ampl. Santa Maria, RS: Ed. da Universidade Federal de Santa Maria, 2008.

1. A transcrição será diplomática³⁹;
2. A transcrição deve seguir o modelo de translineação, com numeração sequencial de cinco em cinco até o final do documento e colocada à margem esquerda;
3. A divisão paragrafíca do original será respeitada;
4. A ortografia será respeitada e mantida fiel ao manuscrito;
5. A acentuação e a pontuação serão mantidas conforme original;
6. Os algarismos arábicos e os numerais romanos serão mantidos na forma da época;" (BERWANGER, Ana Regina e LEAL, João Eurípedes Franklin, 2008, p. 103)
7. As palavras unidas ou separadas indevidamente serão mantidas fiel ao manuscrito;
8. Os pronomes enclíticos, mesoclíticos e proclíticos serão mantidos fiel ao original;
9. O sinal de nasalização ou til serão mantidos conforme original;

³⁹ Sobre esta escolha, uso como referência SPINA: "Reprodução diplomática. Esta consiste numa reprodução tipográfica do original manuscrito, como se fosse completa e perfeita cópia do mesmo, na grafia, nas abreviações, nas ligaduras, em todos os seus sinais e lacunas, inclusive nos erros e nas passagens estropiadas." (SPINA, 1977, p. 78).

10. "As entrelinhas e notas marginais autógrafas serão inseridas no texto, no seu devido lugar, entre barras oblíquas opostas <....>."(BERWANGER, Ana Regina e LEAL, João Eurípedes Franklin, 2008, p. 103).
11. As letras ou palavras de leitura duvidosa serão transcritas entre colchetes [.....];
12. As letras ou palavras ilegíveis ou corroídas que não puderam ser reconstituídas serão sinalizadas ao longo do texto entre colchetes e em itálico: [*ilegível*] [*corroída*];
13. As rasuras que não puderam ser reconstituídas serão sinalizadas ao longo do texto entre colchetes e em itálico: [*rasura*];
14. As palavras riscadas pelo autor e que podem ser reconstituídas serão transcritas riscadas: ~~Brazil~~;
15. Os carimbos do Arquivo Histórico do Itamaraty que estão presentes ao longo de todo o manuscrito foram suprimidos na transcrição;
16. A identificação do catálogo da Biblioteca do autor será transcrito como o original;
17. Palavras ou frases que foram coladas pelo autor sob o manuscrito de outro papel recortado serão transcritas em itálico;
18. Equívocos do autor do manuscrito, como repetições de palavras serão sinalizadas: [*sic*];
19. O uso de palavras de origem espanhola, quando usadas de maneira equivocada pelo autor, serão sinalizadas em nota de rodapé ao fim do texto transcrito completo;
20. As palavras grafadas ortograficamente diferente da gramática atual serão sinalizadas num glossário explicativo, apontando quando forem equívocos e suas respectivas correções de acordo com o dicionário contemporâneo ao manuscrito;
21. A transcrição do manuscrito será feita linha por linha;
22. As margens esquerda e direita se manterão conforme o original;
23. As páginas serão numeradas de acordo com o original, indicando-se sempre a mudança de cada uma, entre colchetes e ao longo do texto, incluindo-se o verso e em itálico: [*fl. I*], [*fl. Iv.*];
24. As páginas não numeradas no manuscrito serão numeradas da mesma forma acima mencionada;

25. As palavras grifadas pelo autor serão mantidas conforme o original;
26. As aspas também serão mantidas conforme original;
27. O parênteses serão mantidos conforme o manuscrito também.
28. A divisão silábica ao mudar de frase será mantida conforme original, mesmo quando o autor esqueceu de colocar o traço;

B. Transcrição diplomática completa do manuscrito

[fl. I]

[ilegível]⁴⁰

5 Da Administração Publica [?]

[ilegível] ~~Brazil~~ [sic] [?] [ilegível]⁴¹

Cap – I.

Idéa geral da Administração.

Difinições

10 Até estes ultimos tempos pode
dizer-se que não se tem aplicado com
fructo a analyse á investigação e
classificação das differentes opera-
ções, que n'uma nação practica
15 poder supremo pela conservação,
direcção e melhoramento das fôrças
e [ilegível] interesses sociaes. A administração
é tão antiga como a existencia
dos governos; porem a sua sciencia
20 é mui moderna.

Tres são os actos do poder supre-
mo: pensar, resolver e executar. Pelo
primeiro se preparam e propoeem
as leis; pelo segundo se formam;
25 e pelo terceiro se fazem cumprir.
No conjuncto destes tres actos se
encerra a soberania

Por conseguinte, qualquer que seja
a fôrma de governo ou a organização
30 do poder supremo n'uma nação, com-
petem á parte delle, e ás vezes á <sua> dele-
gação encarregada de fazer cumprir
as leis, as atribuições necessarias para
desempenhar satisfatoriamente
35 seu cometido.

[fl. Iv]

Biblioteca Varnhagen
Autor <u>manuscrito</u>
Obra <u>administración publica</u>
Tomo <u>único</u>
Nº Del Catálogo <u>4518218</u> ⁴²

⁴⁰ O autor rasurou um título e colocou embaixo o título Da Administração Publica.

⁴¹ A frase não faz parte do título, foi rabiscada. Apenas a palavra Brazil pôde ser lida através do rabisco.

⁴² Referência presente no verso da folha 1 do manuscrito, provavelmente referente ao tipo de catalogação feita pela biblioteca de Varnhagen no Chile. A letra é diferente do manuscrito e Biblioteca Varnhagen, Autor, Obra, Tomo e Nº. del catálogo estão datilografados e o restante está em letra cursiva.

5 Porêm as attribuições inherentes
 ao cargo de fazer cumprir as leis, teem
 por objecto: ás outras nações; ou os
 cidadãos em seus em seus *[sic]*⁴³ direitos e de
 veres com referencia ao corpo do Es-
 10 tado; ou os individuos em seus in-
 teresses com respeito á communi-
 dade; ou os individuos em suas re-
 lações entre si. Donde se compre-
 hendem o direito publico e o priva-
 do, a saber: o publico , dividido em
 15 externo ou internacional, e interno,
 que se subdivide em politico ou
 constitucional, y⁴⁴ em administrativo;
 e o privado, dividido em civil, e cri-
 20 minal. De maneira que as funcções
 de execução são politicas, adminis-
 trativas e judiciaes.
 Esta divisão que parece tão simples,
 e que ao deslindar o governo do pesso-
 al da administração do material, e
 25 do abandono do judicial, deveria con-
 duzir á facil difinição das atribuições
 e funcções administrativas, é, sem
 embargo, insufficiente para o objec-
 to porquanto os interesses das pes-
 30 soas e a ordem das coisas se acham
 enlaçadas de maneira, que não
 ha possibilidade de separal-os,
 nem na religião das teorias, nem
 no campo da governação
 35 Se se busca a consequencia das
 ideas no decurso do passado ao
 presente, conhecer-se-ha que cons-
 tantemente se tem reconhecido no es-
 tado, corpo politico, e qualquer que
 40 tenha sido sua representação; a
 necessidade de allegar recursos pe-
 cuniarios para conservar sua inde-

2

[fl.2]

45 pendencia, ao mesmo tempo que a ordem
 na sociedade. O patrimonio do estado tem
 consistido ás vezes em fazendas, e sempre
 em rendas procedentes dos impostos publi-
 cos: o governo tem-se considerado, por

⁴³ Repetição do autor.

⁴⁴ Espanholismo do autor.

abuso como seu dono, em razão como
seu administrador. Em tempos tem sido
essa administração [em branco]: a illus-
tração progressiva a modifica, e a con-
verte em protectora, fazendo-a conhe-
cer que a fortuna pública dependa da
fortuna dos particulares. D'ahi vem
uma serie de disposições para honrar
o trabalho e favorecer a produção: d'ahi
vem as medidas para fazer efectiva
a seguridade de pessoas e bens, afian-
çar a [ilegível] <tranquilidade> pública e fomentar
a prosperidade geral. Por meio des-
tas melhoras se tem feito sentir a
necessidade social das garantias po-
líticas: o paiz tem procurado tomar
parte no poder supremo para influir
na administração do patrimonio do
estado, que se convertia em sua pro-
pria administração, e para subtra-
hir-se o mais possível a todo gene-
ro de harbitrariedades.

Tal tem sido progresso social nos
tempos modernos, tropeçando em
muitos erros para encontrar o cami-
nho da verdade, dando em frequen-
tes ~~egg~~ exaggerações por effeito de inex-
periencia e commettendo [*sic*] não pocos [*sic*]
[em branco] o impulso do desarranjo.
Do tempo mesmo da crescente illus-
tração e da experiencia adquirida.
[fl. 2v]

são de esperar os correctivos.
A liberdade politica se ostenta re-
bustecida nas nações mais adianta-
das nesta laboriosa carreira; a con-
dicção dos individuos se melhora
emquanto o consentem as complica-
ções dos mesmo movimento em que
buscam a prosperidade, porques
desgraçadamente a perfeição é
ideal no humano; e a administra-
ção publica, rota a valla do mise-
ravel circolo fiscal, e ainda do pu-
ramente economico, se apresenta e
deixa contemplar extensa, tutelar,
benefica, criadora, presidindo aos
destinos do paiz, e provendo de ele-
mentos de poder e grandeza ao
estado. Nações ha tambem em

que, sem disfructarse os direitos
 politicos que servem de garantia
 ou resguardo aos cuidados, se
 tem proposto os governos a mo-
 dificar a administração pública,
 com tanta mais facilidade quan-
 to maior fôrça levam seus manda-
 tos, dispensando aos povos certa to-
 lerancia, dando-lhes boa parte
 na mesma administração, e pon-
 do-os em possessão de toda a liber-
 dade que lhes faz falta para
 viver contentes. Esses governos serão
 mui cegos se não veem por onde
 caminham, e mui entusiastas
 se pensam poder deter-se em sua
 marcha: os povos se farão exigentes
 o dia em que, formados os costumes,

5

10

15

20 [fl.3]

3

se pretenda submettel-os a uma har-
 bitrariiedade; e felizmente para elles,
 obterão sem grande custo um cambio
 de systema politico, e sem necessida-
 de de uma revolução no paiz!

25

Destes principios se deduz, que a
 administração publica se tem alar-
 gado e enobrecido á medida que se tem
 ido conhecendo a utilidade de sua
 acção. E como desde o receber e pagar
 tenha acudido a todas as partes a pro-
 teger, ramificando-se para fomentar
 todos os interesses legitimos, ja mate-
 riaes, ja moraes, é desse ponto que
 estas novas funcções lhe conferem maior
 importancia e consideração que as pri-
 mitivas, elevam o conjuncto de seus
 principios e regras á cathegoria de
 transcendentalissima sciencia soci-
 al, e offerecem ao entendimento uma
 idéa grandiosa, que se desvia no-
 tavelmente da mesquinha que de-
 veu formar-se em sua origem.

30

35

40

45

Todavia tem sido necessario que o
 espirito philosophico se apoderasse
 do estudo da estrutura e vida de
 toda sociedade, para descirnir e
 fixar em sua ordem mais elevada
 as ideas, e determinar o sentido das

50

palavras. Assim é que, a respeito da administração, se tem concordado em considerá-la scientificamente em sua acepção mais ampla e em referir-a constantemente ao conjunto de cuidados que exige o negocio público, não como atribuição de supremacia, senão ao [fl.3v]

contrário como [em branco] de responsabilidade. Porque com effeito, quem administra reconhece dependencia.

Por este motivo, administração pública ou seu negocio tem por objecto a satisfação das necessidades interiores da sociedade, a vigilancia sobre seus interesses e o ordenado manejo de seus negocios na intenção *do bem estar*⁴⁵ dos associados, e com sujeição ás regras de um superior. Este superior é o poder supremo ou a personificação da mesma sociedade, e suas regras são as leis.

O governo é o poder supremo considerado em seu impulso e acção para ordenar e proteger a sociedade; e a administração constitue o servico geral ou o agregado de meios e o systema organizado para transmittir e fazer eficaz o impulso do governo, e para regular a acção legal das entidades locais. De modo que administrando se governa.

Para prehencher sua missão o governo, consulta na esphera da politica exterior e interior os interesses primordiales da segurança do Estado e manutenção das ~~leis~~ instituições fundamentaes, trata com os mais governos, dispõe das forças de mar e terra, e determina o movimento que em cada ephoca haja de imprimir-se á sociedade. A administração lhe prepara e facilita todos os meios, e realisa todos seus propositos. Desde o pensamento impulsivo do governo até a acção administrativa no medêa⁴⁶

[fl.4]

distancia apreciavel: o governo e a alta

⁴⁵ O autor colou um pedaço de papel por cima neste trecho em itálico.

⁴⁶ O autor colocou a numeração 4, se referindo ao número da folha. Ele não numerou o verso da folha 4.

administração se tocam e confundem á vista.

De maneira que, sendo o poder supremo a vontade social representada na cabeça é a administração o braço que executa, e suas funções comprehendem o cumprimento das leis em quanto ao governo compete juntamente com o cuidado das melhoras, que são o fim e a condição de toda a reunião de homens civilizados.

As leis ordenam ou instituem de uma maneira geral: consideram os homens em corpo e as acções em abstracto. As excepções mesmas criadas pelas leis, proclamam direitos de que gosaria todo o indivíduo em iguaes circunstancias excepçionaes. O poder supremo, quando legisla, poem a vista no estado, ou na ordem que podera chamar-se geral, por que cria direitos e deveres que a ninguem é dado resistir; mas suas leis hão de aplicar-se á familia por meio de disposições auxiliares. Isto é o que practica a administração. Ou cumpre ou faz cumprir facilmente a lei, ou tem ordinariamente um mandato mais amplo e elevado, que é desenvolvê-la e supri-la nos promenores, levando seu espirito a todas as consequencias razoaveis: estuda sempre seus effeitos, prepara em seu caso a proposta de sua melhora, protege aos individuos, e fomenta sua acção productiva; [fl. 4v]

fórma ordenanças, regulamentos, e instrucções; expede [decretos], circulares, e edictos; toma medidas fundadas em conhecimentos especiaes, e conta com o correspondente número de funcionarios ou agentes responsaveis a quem está encommendada a execução. Refere-se aos individuos melhor que aos cidadãos; e para offerecer-lhes seguridades ou garantias ha de tel-as ella, porque não pode proteger quem não seja forte.

A administração geral distingue-se em administração civil ou or-

dinaria, que é a fundamental, como encarregada da conservação e melhora da sociedade, e em administrações especiaes ou profeccionaes de outros ramos, que marchando parallelamente a ella servem de auxiliares: são as da fazenda, da justiça e culto, e da fôrça armada. Quando se trata indeterminadamente da administração, entende-se antenomasia a civil. Mais adiante exporemos as attribuições, organização, e meios de acção que no interesse geral lhe convem, sem que a maior parte de suas regras deixem de ter igualmente applicação ás administrações especiaes. A administração pública, órgão da sociedade, não pode, senão por abuso, desejar ou fazer coisa que não seja em beneficio de quantos a compoem. Utiliza para todos as limitações postas ao alvedrio do homem ~~per~~

5

[fl.5]

pelo facto de seu estado social; e faz effectivos do modo mais suave e simples possivel os pequenos sacrificios impostos pelas leis aos individuos, em cambio de um augmento de fôrça e productiva liberdade que adquirem. Porque de curto effecto seria o interesse privado entregue a si mesmo, se não fosse em seu socorro a associação fazendo retroceder sobre elle todo o poder do interesse geral.

Differenças em administração e em direito administrativo.

De differentes maneiras se apresenta a administração em cada paiz, porque não é constante o systema adoptado para fazer cumprir as leis e promover os interesses communs. Comtudo, o influxo da civilização, que tão rapidamente tem a uniformisar o aspecto exterior dos povos e dos estados, os vae tambem aproximando com uma fôrça consigo mesmos acaso não advertem em opiniões e

praticas de boa governação e economia. Sendo um o termo, natural é a convergencia dos caminhos.

O direito administrativo de cada nação consiste na competencia das autoridades encarregadas pela lei das diversas partes da administração pública, ja geraes, ja especiaes, ou seja nos preceitos positivos que regem [fl.5v]

na materia. Confuso no geral, e dessiminado na vasta serie de providencias e medidas dictadas no transcurso de seculos e mui importante e meritorio o serviço dos que se dedicam a separar, coordenar e concordar aquellas disposições, tornando possível e ainda facil seu estudo. E maior será todavia o serviço do que, separando de uma aplicação precisamente intrincada nos principios geraes, e do direito da doutrina, reuna no corpo dos dispersos e flutuantes elementos da teoria administrativa, e por meio de oportunas classificações e escrupuloso trabalho, presente á contemplação dos homens a sciencia em toda a sua pureza e esplendor, essa sciencia que, penetrando no intimo mecanismo da economia social, é protectora ao mesmo tempo dos que mandam e dos que obedecem. Esta obra está por desempenhar de um modo completo: a Europa a espera, porque a necessita.

A quem corresponde entrever na administração.

Seguindo o começado proposito, e sem aspirar a tanta glória, reservada a superiores talentos e experiencia, será justo examinar aqui uma questão fundamental, e é: “quem deve tomar parte na administração?”

Se os homens todos fossem bons e incapazes de cometer erros e peccar

[fl.6]

não necessitariam de leis, nem de go-

verno, nem de administração pública:
o mundo seria um verdadeiro paraíso.
Se os homens no meio de sua fragil e
miserá condicção, estivessem dotados
5 de idênticas faculdades intellectuaes
e se achassem no mesmo grao de
instrucção para entender e manejar
os assumptos publicos, todos deveram
intrevir mais ou menos directamen-
10 te nelles, porque interessados no bem
o conheceriam e lhó apropriariam.
Porêm sendo evidente a diversa e
desigual capacidade dos individuos e
sendo no menos palpavel que mal
15 dirigirá os negocios quem não os
intenda, vindo a fazer-se instru-
mento de alhêas miras e paixões,
segue-se que o conselho da razão e o
interesse da sociedade limita o nú-
20 mero dos que hajam de influir na
administração da causa pública.
O direito permanente de todos os indi-
viduos é o de que não se lhes impo-
nham senão preceitos justos e pru-
25 dentes: mas o direito de julgar
estes preceitos de um modo trancen-
dental, não pertence senão aos que
sejam capases de fazel-o com acer-
to.

30 Esta limitação não encerra um
systema arbitrario nem exclusivo:
patente deve ficar a porta a todo
o individuo, a toda a classe, que
cultivando suas faculdades e progres-
35 sando, adquiram a capacidade re-
querida. Porque fundada a sociedade
[fl. 6v]

no principio sublime, que ao prescrever
o sacrificio ao dever, faz respeitar os di-
40 reitos de todos, tem por fim legitimo
o maior bem estar possivel dos indivi-
duos ~~em com~~ de accordo com a justiça,
e não reconhece meios melhores que
o estimular a perfeição moral e in-
45 tellectual dos associados. Assim que,
colocando o direito onde se encontra
a intelligencia (que ainda que diffi-
cil de medir-se, o é menos que a mo-
ralidade), não se faz mais que aca-
50 tar a lei de conservação e melhora,

que rege as sociedades como aos ho-
mens. De conseguinte a participa-
ção dos individuos no manejo dos in-
teresses publicos, deve ser proporciona-
da á probabilidade de seu bom de-
sempenho; e como a acção individu-
al para ser proveitosa ha de referir-
se a um systema bem combinado,
resulta que a administração geral
necessita estar feita em termos de
enlaçar e dirigir opportunamente os
os esforços de todos.

Se deve estar centralizada a admi-
nistração.

A questão complementaria que logo
se apresenta, é a seguinte: "¿deve es-
tar centralizada a administração,
e ate [*sic*] que ponto?"⁴⁷

A solucção dada á primeira per-
gunta, deixa preparada a da segun-
da, que é de applicação. A fôrma que

7

[*fl. 7*]

ao resolvel-a deduziremos, subordina
os direitos dos individuos [*sic*] á classe de
governo de cada paiz ó á composição
do poder supremo.

Com effeito, ha no Estado interes-
ses geraes, e interesses parciaes. Os
primeiros affectam a todo o corpo
social: os segundos as localidades
e aos individuos. E todavia ha outros
intermedios, que são os das grandes
demarcações territoriaes. Os interes-
ses das localidades radicam em cada
povoação, são especialissimos, e for-
mam pequenos grupos municipaes
afastados, cujo manejo ou direcção
corresponde essencialmente aos res-
pectivos habitantes, emquanto que
os interesses geraes abraçam a
communidade formada por todas
essas localidades, e tem sua direcção
no centro representado pelo assento
do supremo governo. Os interesses da
parte devem estar subordinados aos
do todo; e por conseguinte para que

⁴⁷ Aspas do autor. O ponto de interrogação invertido no início da frase, mostra o espanholismo característico de Varnhagen.

um systema administrativo seja
admissivel, ha de assegurar neste
conceito a correspondencia e har-
monia entre as operações das loca-
lidades e as da sociedade.

Podem considerar-se os districtos
municipaes, sem prejuizo de que se
formem aggregações territoriaes ou
provinciaes, como os corpos plane-
tarios, que girando sobre seu eixo
teem movimento proprio de rota-
ção e ademais se movem no espaço
[fl. 7v]

æ girando em roda de um centro
fixo, de que não podem sensivelmente
afastar-se. Se esse movimento de ro-
tação soffresse perturbação, se rom-
peria a harmonia, e se a atracção
faltasse, se dissolveria completa-
mente o systema.

Na ordem da conveniencia ge-
ral, ou nas indicações da teoria,
o movimento proprio das localida-
des deve ser mais ou menos livre
e amplo, segundo o grau de illus-
tração e sufficiencia dos habitan-
tes porque as leis do mundo moral
concedem uma expontaneidade nas
do mundo astronomico. E assim
é que o progresso de uma nação
cujos individuos saibam fazer
bom uso da liberdade ou do gover-
no de si mesmos, ainda que com
precauções, para manejar seus in-
teresses locaes, e o atraso de outra
donde a ignorancia incapacite
para entender em qualquer ne-
gocio, ha uma extensa escala
que devem ir recorrendo as insti-
tuições administrativas, ao passo
da marcha da civilisação e do
cultivo da intelligencia.

Mas na ordem real e positiva
dos successos politicos, como não
ha epochas fixas para a realização
das grandes mudanças nas nações,
se observa a coexistencia de diver-
sas fórmias de governo ainda em
igual estado de progresso social.

[fl. 8]

Em correspondencia com a fórma de governo, sua indole e tendencias, se observa tambem á administração, instrumento seu e expressão de seu pensamento, ora dependente de uma só vonlade [*sic*] central, ora vigorosa nas localidades, ora finalmente, mais ou menos compartida e harmonizada, mediante uma connexão parecida á que guarda con [*sic*] o principio a consequencia. Y como este sea o facto, fica demonstrado que se a centralização ou excentralização administrativas devessem depender da capacidade dos individuos, que em boa teoria constituem o direito, na practica se referem constantemente e se accomodam á composição actual do poder supremo en [*sic*] cada nação.

Se pode centralizar-se o governo, e excentralizar-se a administração.

Este modo de resolver o problema que serve de base á doutrina da administração pública, manifesta claramente o erro dos que tomam como axioma de progresso social, que convem centralizar o governo e excentralizar a administração, pois que proclamam um pensamento falso.

Pretende-se dar a entender
[*fl. 8v.*]

que todo o concernente á conservação e independencia do estado e a alguns actos superiores de ordem interior, deve estar submettido á acção, que partindo desde o centro, seja uma, energica y preponderante; e que pelo contrario, tudo o relativo a interesses ~~particula-~~respeciaes, e ao regimen local e provincial, deve subtrahir-se áquella acção, e encommendar-se ao cuidado exclusivo dos cidadãos em cada ponto do territorio.

Se a administração é no pessoal o systema organizado para transmitir e fazer efficaz o impulso do poder

supremo, obrigando á observancia das leis, não se concebe como podera estar escentralizada ou independente delles, posto que então o preceito central não teria agentes que o fizessem cumprir, senão que por todas as partes se encontraria com vontades que o sugeitassem á discussão. Sem administração subordinada não ha governo, porque não poderá expedir ordens, e só quando muito dar conselhos.

Mas se acaso succedesse tão palpavel contradicção do diverso significado que se dê ás palavras, é forçoso deter-se um momento a examinar e apreciar os factos.

Centralizar é reunir n'um ponto o conhecimento e direcção dos negocios ou o mando das pessoas, de maneira que a vontade central chegue a todas as partes e produza por igual seus

9

[fl.9]

effeitos. Assim, quando a Franca factigada das desordens revolucionarias e da impotencia dos governos que dellas sahiam; se entregou nos braços de um homem rodeado de glória em quem havia descoberto um genio eminentemente organizador; quando desfeitas as instituições privilegiadas da antiga monarchia, que tanto contiveram o mal como e estorvavam o bem, alcançavam pouco credito as improvisações modernas a cuja sombra se haviam commettido tantos excessos: foi a primeira tarefa do legislador guerreiro estabelecer um systema administrativo, que partindo de seu braço poderoso se dilatára desembaracadamente até aos ultimos confins do territorio, para que uniforme e instantaneamente se vissem cumpridas sem obstaculo suas disposições de mando e de fomento. Então se centralizou aquella administração do modo mais simples, expedito e efficaz que recorda a historia. Os que [eensuram] aquelle grande homem por semelhante modo de proceder, poderiam ter presente que na larga vida das

nações é um beneficio da Provi-
dencia o enviar-lhes quem saiba
aproveitar o instante fugaz proprio
para regeneral-as, porque não era
5 de assembleas deliberantes donde
podéra a França esperar por fruc-
to uma boa administração. Foi
certamente excessiva a centraliza-
ção do imperio para um paiz que
10 [fl. 9v.]

pensaba [*sic*] na liberdade: mas não
podia ocultar-se a seu autor, que depois
delle tinha que corrigirse pelo influxo
das ideas politicas, que com mais
moderação havia necessariamente
15 de continuar seu interrompido cur-
so. Sem aquelle antecedente não
haveria chegado a França ao ene-
vitavel regimen administrativo que
hoje disfructa, nem provavelmente
20 a seu acertado governo constitucio-
nal.

Em contraposição examinemos a
excentralisação administrativa.
25 Excentralizar é espalhar os tribu-
tos de autoridade que existiam n'um
ponto, distribuindo-os mais ou menos
amplamente pelos mais pontos da
superfície. Desde o momento que os
30 interesses especiaes, de localidade e
de provincia, tenham uma adminis-
tração propria e exclusiva, se trans-
forma o estado em uma confedera-
ção, composta de pequenas republi-
cas, com todas as condições que lhes
35 são inherentes. Em cada uma dellas
estabelecerá o povo sua assemblea
administrativa; elegirá os funcio-
narios que julgue conveniente
estabelecer para se encarregar dos
40 differentes ramos do serviço da
communidad; e por uma conse-
quencia natural dos zelos que lhe
inspiram seus mandatarios no
exercicio temporal de alguma
45 autoridade delegada, os sugeitará
a mui curta duração em seus postos

10

[fl. 10]

e castigará suas faltas negando-lhes o
50 voto nas successivas elleições, ~~ou~~ perse-

guindo-os ante os tribunaes ordinarios,
que terão de influir poderosamente
na direcção dos negocios. Esta ordem
de negocios, fundada em que ninguem
5 melhor que um mesmo cuida do que
lhe interessa, cria certamente os habitos
da vida publica e liga nos corações
aquella especie de amor á patria que
se confunde com o egoismo da locali-
10 dade; contudo afasta as miras e dimi-
nue as relações, pois que os povos
[em branco] quasi desprendidos de uma grande
cadêa, se impregnam n'um espirito
mesquinho e desdenham as concepções
15 de interesse geral, que não apreciam
se não lhes trazem vantagens mui-
immediatas e mui pouco custosas.
Ali deve ser privativo de cada povo o
que pertence a seu regimen e fomento;
20 e ainda o concernente ao cumprimento
das leis, e das medidas emanadas do
governo central (porque algum hade
haver que represente ao estado) ficará
na forma e modo de execução, submetti-
25 do ao arbitrio das mesmas localidades.

Atendendo a isto facilmente se
concede que a administração publica
offerecerá graves inconvenientes se
em sua direcção central se accumu-
30 la um número de incumbencias de
material execução, porque atrazan-
do-se indispensavelmente o despa-
cho dos negocios, terão de resolver-se
pelos informes de seus agentes nas
35 provincias e povos, com menos acerto
e oportunidade, que se elles os decidissem
por si em muitos casos a virtude de
[fl. 10v.]

maior estimulo, mas franca res-
ponsabilidade, e mais immediato in-
teresse de bom exito. E tambem trará
inconvenientes notaveis o que a admi-
nistração central ou seus agentes exer-
çam aquelles actos, que os povos podem
45 rasoavelmente desempenhar por si
sem perigo de offender a harmonia ge-
ral. Pelo contrario será insufficiente
a administração pública, que careça
da autoridade e intervenção necessa-
rias para assegurar em todas as

partes a completa execução das leis,
e para dirigir e regularizar o movi-
mento das melhoras sociaes, porque
nem os individuos nem os povos se
prestam expontaneamente a le-
var as cargas públicas, nem a to-
lerar as privações inherentes á exis-
tencia civil, nem ainda a fazer os es-
forços que aconselha o proprio interes-
se, que frequentemente desconhecem.
Se toda a vitalidade do corpo social
aflue ao centro, se empobrecerão e
exterilisarão as extremidades; assim
como se nestas se localizam o vigor
e a fôrça, desfallecerá a parte des-
tinada a exercer as mais nobres e
transcendentaes funcções.
A excessiva centralização se cor-
rige de dois modos segundo os casos: ou
distribuindo entre os agentes provin-
ciaes e locaes o restante de atribuições
e incumbencias acumuladas no cen-
tro; ou então traspassando e confi-
ando ás provincias e povos parte
das mesmas atribuições. ✕ E ambas
as coisas podem ter logar a um tem-
po. Outros dois meios de excentralizar

11

[fl. 11]

zar [*sic*], porem seriam prejudiciaes:
fraccionar a administração superior
constituindo ramos distinctos não
sueitos a quem lhes desse unidade
e concerto; ou debilitar por todas
as partes a fôrça da acção adminis-
trativa. Um faria impossivel o
bom systema, e o outro paralisaria
o movimento. A administração ha de
trazer sua origem e dependencia de
um só pensamento habil e fecundo,
e hade obrar, com legalidade, porê-
m com energia, sempre firme, sem vi-
gilante, mirando sempre o dia de ama-
nhã, e cuidando com escrupoloso es-
mero os interesses que a sociedade lhe
confiou. Poderá a administração cen-
tral avançar com mais ou menos
felicidade, conservar maiores ou
menores atribuições; porê-
m defraudar-lhe os meios necessarios a pre-
hencher-as, seria um enorme ab-

surdo.

Daqui nasce naturalmente o exame de se, estabelecida uma boa administração, haverá de soffrer alterações por que se modifique ou mude a composição do poder supremo. Uma parte ha em toda a administração que nunca deve ser intempestiva aquella que fundada em bases duradôras e independentes do volúvel influxo da politica, é necessaria e se accomoda a todas as fórmas de governo.

Neste sentido e dentro deste circulo se tem dito com razão que as
[fl. 11v.]

questões de liberdade: levada a mais longe da proposição, ja é falsa.

A administração pública não é essencialmente a liberdade, porém tão pouco é independente della em suas fórmas e modo de acção, porque é o grau de liberdade politica de um paiz trascende e se deicha ver no character e indole de todas suas instituições. O governo é a expressão, mais ou menos genuina, das opiniões preponderantes, porque se o não fôra, não subsistiria; adquire habitos, e ja por convicção, reflexiona e reproduz em todas as criações sociaes, e especialmente em suas dependencias e emanações, isto é, no regimen administrativo. A essencia da administração é a mesma em todas as partes: nesta sciencia, como nas demais, o conhecer ou desprezar os são principios é caminhar para o absurdo; mas os meios de applicação não só admittem, senão que exigem modificações segundo as circumstancias. A administração injusta, debil ou desigual, é sempre má: a vigorosa, justiceira, e activa é sempre buena; porem nos governos despoticos vencerá as difficuldades com o terror, nos monarchicos puros com a fôrça da autoridad, nos constitucionaes com a da lei, e nos republicanos

com a do magistrado.
Assim é que o systema consti-
tutivo do governo supremo, se vê

12

[fl. 12]

5 constantemente presidir á fórlna [sic] da
administração pública. Na idade
média andava esta tão fracciona-
da e confusa, como disputado e
dislocado o poder. Quando os povos
10 alcançavam liberdades por privilegio,
tinham tanto de politica como de ad-
ministrativas: quando os reis aspira-
ram a consolidar sua autoridade,
procuravam attrahir a administra-
15 ção a central-a em sua mão; e
quando a liberdade se torna o direito
de todos, a todos corresponde participar
segundo sua capacidade, assim na
administração como na politica,
20 adequadas á natureza e constitui-
ção do governo. Em França, cujas
vicissitudes são um livro aberto ás
nações que busquem a experiencia sem
passar pelos duros trances que custa
25 o adquiril-a por si, todos os gover-
nos que se tem succedido durante
quarenta annos, tem posto em harmo-
nia com sua propria essencia e estru-
tura as fórmias administrativas do paiz.
30 E os governos dominarão cada qual sua
temporada. A assemblea constituinte
por em ordem a administração local
e a provincial ou departamental,
por meio de corporações populares; a
35 convenção por comissões de vigilancia;
o terror por agentes seus; o directorio deu-
lhe alguma consistencia; o consolado
aboliu a elleição popular; o imperio
adoptou a unidade centralizadora; a
40 carta deu mais um passo para a
[fl. 12v.]

excentralização

e a revolução

45

Se depois disto se observa que o po-
der supremo mais centralizado é o que
se firma sem restricções n'uma só
50 pessoa, o que á medida que n'elle obtem

5 intervenção o paiz designando quem vo-
 te as leis e influa no governo, dilatam-
 se suas raizes pelo territorio recebendo
 da opinião pública sua fôrça e es-
 tabilidade, se verá que neste caso ex-
 10 perimenta uma especie de escentra-
 lização de sua anterior autocracia,
 tanto maior, quanto mais cabida ad-
 quira o etemento popular. O mesmo
 succede em administração, com a differen-
 ca [sic] que os effeitos de sua excentraliza-
 15 ção se advertem mais promptamen-
 te na circumferencia, porque a ins-
 tituição municipal necessita figu-
 rar essencialmente na ordem admi-
 nistrativa, e na na [sic] politica.
 Com taes esclarecimentos ja é facil
 provar a enesactidão da maxima que
 20 aconselha centralizar o governo, e escen-
 tralizar a administração.
 Se por governo se intende [sic] aqui o po-
 der supremo, e este está centralisa-
 do ou centraliza-se, dar-se-ha com o
 absolutismo, o qual é forçoso que tro-
 25 [fl. 13]
 que a unidade pelas fórmulas collectivas
 na administração, e menos que a aban-
 done á descrição dos povos.
 Se o que se pretende é escentralizar
 30 na monarchia constitucional a acção
 governativa, e dar-lhe fôrça para
 attender ás altas miras da existencia
 e engrandecimento do estado, mal
 se poderá conseguir, como fica dito
 35 ⁴⁸em geral, sem os meios que presta
 uma administração bem organizada
 e obediente.
 Se se tem querido emfim, conceder
 ao governo uma administração centra-
 40 lizadora e forte para assegurar o
 cumprimento das leis em todas as par-
 tes, e escentralizar ou commetter aos
 povos o concernente a melhoras ma-
 teriaes e ás intellectuaes ate certo
 45 ponto, ainda se incorre nos incon-
 venientes que se tocam nas federa-
 ções. O bem não se logra sem gran-
 des esforços, e sem que haja quem

⁴⁸ Corroído no início da linha da folha.

os promova com efficacia e firme-
 sa, a differença do mal que nasce
 e se desenvolve por si só; o interes-
 se individual pugna geralmente
 5 com os interesses alheios; e o espirito
 de associação, sobre o que se demo-
 ra em generalisar-se, especúla,
 mas nem sempre fecunda.
 10 ⁴⁹Quem ignora que a obra monumen-
 tal do tunnel de Londres teria fica-
 do por concluir naquella paiz
 classico das companhias empre-
 sarias, se depois de larga interrup-
 15 ção não tivessem acudido os fundos
 [fl. 13v.]

do estado em seu auxilio? A empresa
 de vapores-correrios inglezes ás Indias
 occidentaes que acaba de estabelecer-se
 20 ⁵⁰não se mantem com subsidios do go-
~~ver~~ verno? Quanto mais se complicam
 as relações entre os individuos pela mul-
 tiplicidade de situações devidas ao desen-
 volvimento industrial, quanto mais
 se sente a urgencia de resolver, ate
 25 ao ponto que admitem solução legisla-
 tiva, os problemas sociaes, de organisa-
 ção do trabalho, deminuição [sic] do pau-
 perrismo, e depuração dos costumes, tan-
 to mais indispensavel é a acção be-
 nefica de um governo justo e illus-
 30 trado, para procurar o bem, para
 subministrar meios, formar homens
 de conhecimentos especiaes, evitar
 desordens, vencer difficuldades, offerecer
 35 estimulos, buscar saída aos productos,
 e concorrer auxiliando de uma ma-
 neira protectora, suave e paternal.
 O que se não pode fazer sem o contac-
 to da administração. Por que tão
 40 pernicioso como é nestes assumptos
 a mão ~~forte~~ <dura>, timida e injusta de
 um máo governo que destrue [sic] e ex-
 terilisa, é util e apetecivel á do bom,
 que fertiliza e fomenta. E na mo-
 45 narchia constitucional, além de
 estar o interesse do chefe do estado
 unido sempre ao publico, se tem
 procurado combinar todos os meios

⁴⁹ Espanholismo do autor.

⁵⁰ Espanholismo do autor.

que alcança a prudencia huma-
na para impedir que o governo
seja mau.

Do qual se deduz: 1º. que a ad-
ministração publica deve estar

14

5

[fl. 14]

centralizada, enquanto tem de obe-
decere ao impulso do governo, transmit-
tindo-o a todas as partes, com caracter
10 de autoridade para o desempenho das
leis e direcção dos interesses geraes,
e com o de protecção e estímulo com
respeito dos particulares; 2º que é [oi-]
ciosa a centralização excessiva, seja
15 por juntar incumbencias na alta
administração, seja por privar aos po-
[corroída em vos] vos de entrevirem no manejo de seus
negocios; e que é igualmente viciosa
a escentralização administrativa, que
20 traspassando a acção ás localidades,
prive ao governo da intervenção e
direcção convenientes para o melhor
serviço do estado; 3º que o excesso
de centralização administrativa é
25 proprio dos governos absolutos,
e sua falta procede das federações
republicanas; e que tudo o que ten-
da a emendar eses [sic] [vícios] é renun-
ciar á rigidez dos respectivos prin-
30 cipios essenciaes; e 4º que por
regra geral <onde> está verdadeiramente
a mola do poder, ahi está igual-
mente a administração

35 Refutação de exemplos vantajosos.

Todavia é possível que se preten-
da sustentar a sentença cuja fal-
sidade acaba de ser demonstrada,
40 allegando o exemplo dos Estados
Unidos americanos e o da Inglaterra,
onde tem succedido ~~per~~ sapor-se [sic] lo-

[fl. 14v.]

45

calisada a administração, [e] o governo
central energico, poderoso e independen-
te; mas o que nos admira é, que enten-
dimentos superiores e observadores pres-
picases [sic], se tenham equivocado neste
50 particular, por confundir a fôrça da

50

autoridade com a fôrça da opinião
pública.

Nos Estados Unidos segu-
ramente a maior parte da admi-
nistração em cada estado, ou pa-
[*corroído em poi-*] [ra] melhor dizer, em cada locali-
dade; porém ali reside também
o essencial do poder, pois o gover-
no central é necessariamente de-
bil, porque assim o instituiu
a susceptibilidade republicana.

Naquella confederação nem o
o congresso que legisla e governa,
nem o presidente que executa, cui-
dam mais que de um reduzido nu-
mero de interesses geraes, por meio
de uma administração não menos
reduzida: a acção do poder central
chega ate onde alcançam seus
meios administrativos. O dia em
a união faça um grande alar-
de de fôrça em defesa de sua
honra ou de seus interesses
materiaes, não será obra de uma
centralização que não existe,
senão que será a explosão da
opinião pública, rainha so-
berana desciminada no paiz e
[cantada] por cabeças, que concorre
a influir nos negocios e cujo in-
terprete é o governo, Quando na

15

[fl. 15]

antiga Roma não podia unifor-
mizar-se essa opinião dentro de seus
muros, appellava-se em momentos
criticos á dictadura, que era
dar a melhor centralização possi-
vel, ainda que temporalmente, ao
governo e á administração: Nos Esta-
dos Unidos são demasiado jovens para
haver experimentado ainda serios
conflictos desta especie em sua
[*corroído no canto esquerdo*] marcha.

Em Inglaterra, nação que vive
de tradiçções, porque as instituições
proveem menos da logica e das leis
que do costume, nem está tão cen-
tralizado o poder, nem tão escentra-
lisada a administração, como gratui-
tamente se julga. Em meio das

successões e anomalias que ali se notam, ha um correctivo geral, fructo do estudo e a experiencia, que serve de regulador em todos os ramos, e
5 é a sã razão applicada quasi sempre, ainda que não esteja escripta quasi nunca. A tendencia do dia é alargar pouco a pouco o circulo dos direitos politicos, como consequencia indispensável [*sic*] de todo o
10 incremento de illustração, ate onde o consinta o temor de despertar influencias revolucionarias, e a organizar a administração pública, levando-a á centralização correspondente áquella classe de governo. A sorte dos estados depende de ter em cada época homens proporcionados á situação; e em Inglaterra ha uma

[*fl. 15v.*]

classe predominante, que por largo espaço tem conhecido a necessidade de formal-os e adestral-os em
25 dois campos, divididos por uma debil barreira. A habilidade e a as riquezas ~~hes~~ attrahem o apoio da união pública: elles a empregam e a dirigem ate onde alcançam; e esta ordem de coisas não é o que menos contribue ao aspecto peculiar e caracteristico que offerece o governo daquelle paiz. A administração ingleza, como sua constituição politica, descansa principalmente nessa base, que so ali existe, e cujo esquecimento ou inadvertencia tem comprometido a boa intenção de alheios emitadores [*sic*]. Uma politica invariavel e nem sempre escrupolosa [*sic*], de engrandecimento, de fomento á producção facillitando-lhe consumos, e de preponderancia no commercio apartando rivalidades, contenta
45 aquella povoação industriosa, engrandece ao caracter nacional que a prosperidade tem ensubercido. Fóra de cuja linha não ha governo forte ne [*sic*] estavel em Inglaterra, porque não está nem pode es-

tar constituída sua acção em termos de possuir meios independentes da vontade geral: uma guerra impopular seria impossível. A grande fôrça reside no espirito público, nos recursos da nação e em que a marcha constitucional consolidada autoriza e sanciona as boas practicas de mando, abrindo o ca-

16

[fl. 16]

minho ás reformas da administração e consagrando dogmas que respeitavam os partidos que ate aqui tem tomado parte no manejo dos negocios. Os governos que teem a consciencia de vigiar pelo paiz, são ás vezes mais fortes do que elles mesmos julgam, porque o governo é uma necessidade que todos os dias se sente e a cada hora.

Em conclusão, a [summa] centralização do poder e da administração só existem no governo absoluto. E quando este tenta melhorar seu regimen administrativo, ja a impulsos da civilização, ja para augmentar [sic] com a produção pública as rendas do estado, quando o excentraliza ate certo ponto, ate esse mesmo ponto se introduz a tolerancia politica ou a liberdade do facto, relachando-se [sic] a doutrina do mando arbitrario, porque o mundo não progressa dividido, e o homem que produz e se illustra se apodera do presente, compara e põe em o pensamento no futuro. A summa excentralização do poder e da administração estão [sic] no governo republicano e especialmente no federativo; se nelle não houvera administração localizada e bem disposta, tampouco haverá ordem e <nem> fôrça, e a mesma liberdade sera mentida [sic]. E a centralização do poder com a excentralização da administração, não estão [sic] em parte alguma. Se alguma vez se julgasse devisa-las, não

[fl. 16v.]

seria mais que mui transitória-

mente.

Toda a fôrma de governo admitte
boa administração.

5

O que não quer dizer que a boa administração seja producto exclusivo desta ou daquela fôrma de governo, posto que a razão e a historia [demonst⁵¹

10

tra, que a umas e outras lhes tem chegado a sua vez de prosperar ou descahir, assim no regimen interior como em sua consideração exterior, e dominar ou ser dominadas, segundo vária combinação de successos, em que tem tido não menos parte que os elementos que em si abrigavam, os que se desenvolviam nas nações visinhas. Porque outra

15

20

seria a historia se outros houvessem sido os periodos em que appareceram os homens destinados a transtornar em diversos sentidos o aspecto do mundo. Em toda a classe de governos ha boa e ma administração porque em todas é possível legislar, ou não, segundo as necessidades do paiz, ordenar a sociedade, e prover ao cumprimento das leis. Sem embargo como os sensores e moderadores da administração pública são os homens chamados directa ou indirectamente a tomar parte na formação das leis, que na monarchia absoluta é um só, na republica são todos, e na

25

30

35

[fl. 17]

monarchia constitucional se aspira a que sejam os capazes; neste último systema é onde o entendimento encontra melhores e mais solidas prendas de acerto; como temperamento afastado dos extremos perigosos no presente estado da civilisação e das ideas.

40

45

A razoavel centralização administrativa é o instinto da nacio

17

⁵¹ Corroído.

nalidade: e nas massas e profundo
 sentimento da necessidade da
 ordem e nos individuos a cons-
 ciencia da debilidade de cada
 5 um e da fôrça de todos. Nella
 está a independencia do territorio,
 a autoridade do governo, e a li-
 berdade dos povos. Porque não é
 a centralização despotica a que
 10 convem ás nações, senão a atrac-
 ção e consequente convergencia
 dos esforços no sentido da utili-
 dade commum; de maneira que
 se toda a escentralização politi-
 15 ca suppõe bastante illustra-
 ção e patriotismo nos cidadãos
 influentes para reunir seus
 esforsos [*sic*] para a regularização
 e melhora da marcha do po-
 20 der supremo, tambem a excentra-
 lização administrativa suppõe
 a necessaria intelligencia e
 probidade para que os chama-
 dos por elleição popular a par-
 25 [*fl. 17v.*]

ticipar na direcção dos interesses es-
 peciaes, prehenchem funcções
 sem perder de vista os interesses
 da generalidade. Assim se dimi-
 30 nue o poder moral sem debilitar-o
 antes sin [*sic*] fortalecendo-o; assim os
 perigos da escentralização se dimi-
 nuem ou desaparecem ante a com-
 mum convicção de que o rompere
 35 a unidade de miras administra-
 tivas é renunciar ao futuro do
 paiz. O governo central não ha
 de ser invasor, porem deve ter a
 sufficiente autoridade para evitar
 40 e corrigir os abusos de todos os func-
 cionarios administrativos, qual-
 quer que seja sua procedencia
 ou delegação: autoridade mais
 inergica [*sic*] nas nações de tenden-
 45 dencias fraccionarias ou provinciaes
 e de irregularidade de antece-
 dentes no exercicio da acção muni-
 cipal. Se para vencer a enercia [*sic*]
 das localidades na via de per-
 50 feição social tem-se necessida-

de no governo de um activo e
constante impulso; quanto
maior não será quando não
abundem nellas os habitos da
decisão, e a aptidão! Em não
haver comprehendido bem estas
verdades, consiste o curto progres-
so, ou seja o atraso de algumas
nações. Concentrar prudentemente
a luz é dar-lhe maior reflexo; di-
vidir as fôrças é debilitat-as [*sic*]; bus-
18

[*fl. 18*]

car liberdade é preparar ordem; dese-
jar um povo moral é desejar-o
organizado com um governo forte;
e querer governo forte, é desejar-o
central. Comtudo fugir dos extremos
viciosos é condição essencial do equi-
librio das fôrças activas e passivas
da sociedade.

A administração é o apoio dos
governos.

O governo fôrma a administração,
porêm a administração mantem os
governos. De maneira que um sys-
tema de governo seja elle qual for,
pode considerar-se no ar, se não con-
segue fundar uma boa administra-
ção. E ao contrario, n'um paiz bem
administrado subsitirá por certo espa-
ço de tempo o governo, ainda quando
decaísse e deichasse [*sic*] que desejar. Don-
de se collige que se alguma maxi-
ma se podera sentar, em caso de
admittir-se a discrepancia entre a
marcha do poder supremo e a da
administração, seria a contraria
a que temos combatido, e consis-
tiria em que, qualquer que seja ex-
centralização do systema de governo,
convem conservar em ordem, com-
pacta e prudentemente centraliza-
da a administração. Comtudo nós
repugnamos tal discrepancia, por-
que ⁵²como se conceba a larga exis-
tencia de um governo debil e descom-

⁵² Espanholismo do autor.

[fl. 18v.]

5

posto, simultaneamente com a de
uma administração emanada delle,
firme e ordenada? ⁵³ Como deixaria
um governo habilmente combinado e
dirigido de plantear uma adminis-
tração bem entendida? Os effeitos
são consequentes ás causas.

10

É certo que nas nações ja adian-
tadas e praticas em materia de
politica e administração, quanto
maior parte alcança o elemento
democratico no direito e exercicios

15

da censura governativa com na-
tural tendencia á relaxação
dos vinculos sociaes, tanta mais
latitude e seguranca [*sic*] se dão pelo
raciocinio dos homens pensado-
res e pelo instincto da conservação

20

geral, á acção expedita e inergi-
ca [*sic*], bem que responsavel do gover-
no. A este ponto de suave rac-

25

ção chega tarde ou cedo a monar-
chia constitucional, senão hade
ser symbolo de completa impo-

30

tencia. Mas a acção do governo se
prepara e conduz nella por
uma administração fundada
no mesmo principio. Que por
grave erro tem de estimar-se a
supposição de que a monarchia,
por estar acompanhada de fór-
mas representativas, se ache

35

condemnada a ser uma installa-
ção vacilante e efimera [*sic*], e como
tal somente consentida e tole-
rada temporariamente. Assim

[fl. 19]

40

considerada, no seria forma admissi-
vel de governo. Se em nações pouco
preparadas para novidades politi-
cas são extereis e afflictas as epo-
cas de transicção á liberdade, porque
os costumes, os interesses e as pai-
xões se tocam [prodozindo] uma
subversão comparavel com o caos,
mais tarde veem a experiencia e
a illustração a [aleccionar] aos reis

45

⁵³ Espanholismo do autor.

e aos povos, e a fazer-lhes aceitar os principios ou axiomas sobre que deve assentar-se a sociedade em um novo estado, poucos, porém sagrados e inalteraveis. Se os reis querem subsistir, hão de ser bons: se os povos desejam prosperar, hão de ter juizo. A monarchia constitucional, deixando agora de investigar seus afastado futuro, é susceptivel de tanto concerto, firmeza e dignidade na parte politica, como de regularidade, vigor e justificação na administrativa, sem que a opinião pública as perturbe de necessidade, ainda em suas momentaneas [*em branco*] senão que o contrario possa servir-lhes de estímulo e de verdadeiro apoio. Quando os negocios da monarchia <constitucional> não correm deste modo, e porque não se entendem ou não se cumprem suas condições

A difficuldade ~~está~~ é o que n'um paiz mal administrado, e desordenado, e sobrevertido pelo repentino transito ás instituições representativas, se estabelece uma reforma radical e acertada de sua administração ou de sua

[*fl. 19v.*]

economia social, porque é concluir, por onde com mais fortuna se devia ter começado. Este arduo problema é, apesar disso o que ha que resolver no Brazil, grande e singular espectaculo á atenção do resto do mundo.

Administração na monarchia constitucional.

A monarchia constitucional serve essencialmente para melhorar o que ja está estabelecido. Procura evitar os inconvenientes dos governos absolutos e dos democraticos, apropriando-se suas respectivas vantagens, e combinando a rapidez da execução, com a madurez das deliberações; da autoridade proeminente á razão esclarecida pela discus-

são livre; e seguindo os conselhos da prudencia, aspira menos que a uma illusoria perfeição percipitada [*sic*], a ir corrigindo imperfeições.

Nella a administração pública leva impresso o mesmo sello e caracter: qualquer excesso em seu objecto e em seus meios traria funestas consequencias. Se a administração propendesse a ostentação de fôrça, a luxo de mando, a extremada concentração de faculdades, introduziria no governo livre os caminhos para o absolutismo. Se pelo contrario tornasse por divisa a debilidade ou abandonasse aos individuos o cuidado dos negocios que ella deve manejar, deicharia [*sic*] prevalecer, não ja a republica, mas sim a anarchia na sociedade. Com a constituição do estado ha de por-se em

20

[*fl. 20*]

harmonia a administração do paiz por meio das leis organicas, dando seu logar aos costumes, caracter, e actual illustração dos habitantes, e advertindo que por querer avançar muito, acontece fazer-se mui pouco, e que aos successivos legisladores corresponderá mais para o diante seguir com novas leis o movimento moral e intellectual da geração futura.

As sociedades não caminham com a mesma rapidez que a imaginação dos reformadores, e é mui perigoso o substituir qualquer genero de alteração violenta á acção [*fecufeytora*], pacifica, e pausada das ideas. As mesmas instituições politicas e administrativas que vivificam e fortalecem a grande republica do norte da America, estão apoucando e destruindo as mais republicas daquelle continente, só pela differença de civilização, de indole, e de preparação de uns e outros moradores.

Advertencias

Para passar destas considerações geraes á sucinta exposição dos principios da sciencia administrativa, só restam a fazer duas advertencias.

Em primeiro logar, occupar-nos-hemos
da administração publica com relação
á monarchia constitucional brazilei-
ra. Os principios são constantes, porque
5 a acção social que determinam e regu-
larizam se dirige sempre ao mesmo
fim; mas a applicação tem de ac-
commodar-se á natureza das ins-
[fl.20v.]

10 tiluições [*sic*] politicas, com as quaes não
cabe antagonismo. E se o tratar estas
materias, solicitar sua discussão, e
propagar suas noções, pode ser de u-
tilidade offerecendo um systema pre-
15 ceptivel [*sic*] á boa razão do paiz, justo
e conveniente é que ponhamos a
atenção e a vista no nosso.
Em segundo logar, observaremos
que entre a diversidade de combina-
20 ções que se tem ideado para organi-
zar politicamente um estado, onde
cabe tanta latitude de opiniões segun-
do os alcances ou os interesses de
cada individuo, ha, sem embargo, bas-
25 tante experiencia acumulada em
beneficio do genero humano, para
que sejam universalmente recibi-
das [*sic*] e acatadas as doutrinas que
servem de refugio á sociedade con-
30 tra o abuso de um e os abusos de
muitos. A ambição, o fervor, os de-
sejos espressados [*sic*] segundo o tempo
dos individuos, o mesmo anhelos do
bem que se devisa ou crê divisar
35 perto, resultam impotentes ou per-
judiciaes [*sic*] se os esforços combina-
dos se empenham fóra do caminho
que guia ao acerto: quanto maior
seja a vehemencia, tanto mais tras-
40 cendenta virá a reconhecer-se,
tardio o estravio. Determinadas as
condicções de cada fórma de gover-
no, o aceitar suas consequencias é
cordura, e o dominar os impetos do
enthusiasmo é patriotismo, porque
45 sendo as instituições politicas um
meio, á melhora social não se
chega senão mui demoradamente

com decisão, com perseverancia, com
rectidão de coração, com paciencia.

Nada é mais facil que a exagge-
ração; nada mais commodo que a for-
mação de teorias estremadas; nada
mais folgado que a proclamação de
systemas facilimos de governo e
administração feitos á medida do de-
sejo e exemptos [*sic*] de todo o inconveni-
ente; mas a [*sic*] semelhantes concepções,
filhas da illusão e inesperienza,
quando não são pretexto a mi-
ram ambiciosas, ha de tocar-lhes
passar do dominio da philosophia
ao da codificação, ha de chegar-
lhes seu dia de prova e de castigo, que
é o da practica. Nada mais usual
em tempos de paixões, que o accu[sa]
sar e injuriar os homens illusos
e ~~egg~~ exaggerados aos de maior il-
lustração e prudencia, apresen-
tando-lhes como egoistas, que
por proprio e reprehensivel in-
teresse guardam e occultam
noutra caixa de Pandora a igual-
dade, a liberdade, a felicidade
dos pobres e sacrificados povos; mas
chegam as occasiões dos assaltos,
abrem-se as portas da caixa por
mãos viciosas e desantentadas, e
o que d'ali tiram, repartem e
espalham, é o que elles não presu-
miam em sua cegueira, o mal
a desordem, a injustiça, a miseria,
a tyrania e por fim a licção
do escarmento. Se os systemas
desacertados não se desacreditassem

[fl. 21v.]

¿⁵⁵ onde estaria a verdade? E se desacredi-
tados não desaparecessem, ¿⁵⁶ onde estaria,
não ja a razão, senão o mero instincto
do genero humano?

Em administração, que é sciencia de
aplicações e methodos, são ainda me-
nos admissiveis os raptos da imagi-
nação, e [menos] desculpaveisnos ex-

⁵⁴ Autor manteve a mesma margem direita da folha ao escrever o texto

⁵⁵ Espanholismo do autor.

⁵⁶ Espanholismo do autor.

travios. Fundada no conhecimento do
 coração do homem, e no estudo das
 necessidades públicas, sua missão é
 satisfazer-as sem distincção, conservar
 5 a harmonia que convem a sociedade, e
 ampillial-a para que melhorando-se
 prospere. Criada uma boa adminis-
 tração, não nos cansaremos de inculcal-o,
 pouco affectam ao Estado as oscilações da
 10 discussão politica: pelo contrario, sem
 boa administração as sacudidas poli-
 ticas se traduzem por transtornos sociaes.
 "Deixai fazer" dizem os que levando
 ao campo da administração suas teo-
 15 rias exaggeradas em politica, preten-
 dem confiar ao interesse individual
 a ordem dos outros interesses que lhe são
 oppostos. "Fazei-o todo" dizem pelo contra-
 rio os que intentam introduzir a acção
 20 do governo até nos mais simples prome-
 nores [*sic*], sem conceder aos povos nem aos
 individuos liberdade, estimulo, nem
 recompensa. Todos os extremos são vi-
 ciosos, e alheios da monarchia consti-
 25 tucional, em que tanto logar teem os
 termos medios. Os principios adminis-
 trativos com applicação a ella, vamos
 procurar enuncial-o, os que estão re-
 conhecidos por fecundos, os que tem
 30 [*fl.22*]

22

logrado reunir o assentimento e ap-
 provação da generalidade dos ho-
 mens pensadores e censatos [*sic*] do mun-
 do civilizado.

35

Capitulo II

Attribuhições da adminis- tração Serviços Públicos.

40

Administrando se leva com a regu-
 laridade o conjuncto dos serviços pu-
 blicos. Estes serviços determinam a
 45 materia administrativa, na qual
 figuram os individuos como partes
 nas cargas e gozos communs.

45

Os serviços publicos que determi-
 nam a materia administrativa, cor-
 respondem as diversas necessidades
 50 collectivas ou sociaes. Estas se mul-

50

tiplicam com a civilização, e se referem, ou á vida material dos povos, ou á sua vida moral e intelectual.

Os interesses que surgem das necessidades, e na sociedade se agitam, são: de individualidade, de familia, de associações voluntarias, de commu-
nidades criadas pela divisão do ter-
ritorio, de nacionalidade, de civiliza-
ção, e de humanidade.

Por pouco que se examinem os interesses materiaes e immateriaes, se encontrará que tem intimo en-
lace e mutua dependencia. O tra-
balho que cria vañlores, melhora tam

[fl. 22v.]

bem os costumes, ao passo que os preceitos da sã moral e o progresso intellectual
fazem mais suportavel e productivo o
trabalho. Porem uns e outros interesses
estribam na base commum da segu-
rança, ou da profunda convicção que
assiste ao homem de que não sera monos-
cabada a liberdade que lhe conceder as
leis com respeito a sua pessoa, sua
propriedade, sua industria, e suas
opiniões. E como a seguranca [sic] indivi-
dual depende da ordem publica, ou
do estado normal procedente da regu-
lar e exacta observancia das leis,
segue-se que a ordem pública é mais
que um interesse social, porque á a sal-
vaguarda de todos os interesses ligiti-
mos [sic], é condicção precisa da existencia
da sociedade.

Assim é que ao distribuir e classi-
ficar a materia administrativa, pri-
meior se offerece á imaginação a idéa
da ordem publica, que a de direcção
e fomento dos interesses geraes e par-
ticulares, porque antes é existir que pros-
perar. Não porque deixem de ter
connexão ambas as ideas, mas sim por-
que sendo impossivel a simultanei-
dade em sua exposição, alguma suc-
cessão ha de estabelecer-se para pro-
ceder com methodo.

Conservação da sociedade com

respeito ao exterior.

A sociedade conserva-se e melhora-se.

Considerada a conservação ordenada

da sociedade dentro da órbita da
[fl.23]

23

administração, se encontrará que a
esta competem os meios adequados
a seu objecto, de fazer respeitar o
paiz no exterior, e de guardaivos di-
reitos de todos no interior.

Para o primeiro necessita o esta-
do apparecer forte, próspero e leal,
pois nada attrahe tanto o respeito co-
mo o ser respeitavel. Hoje está
socegado ou dissimulado o espirito
de conquista entre as nações da Euro-
pa, ainda que seus exorbitantes
exercicios seguem levantados como
em ordem de parada causando gas-
tos superfluos: o unico desafogo
que se toma tal qual o governo
mais audaz e o de sacudir as bom-
bardadas as nações menos fortes,
seja porque não querem commer-
ciar ao gosto alheio seja para esta-
belecer pontos de apoio á mais remo-
ta e provisoria ambição. Não ha
guerras abertas; porem se uma gran-
de luta industrial, em que os esta-
dos pequenos servem de pedestal
aos grandes: luta de interesses ma-
teriaes, onde os principios politicos
se arrojam como ameaça, donde as
maximas de caridades costumam
servir de mascara ao ~~governo~~
egoismo, e donde não se busca o
dominio, senão o despojo dos outros
povos.

As relações entre os estados con-
sistem: ou no cumprimento de
tratados e observancia do direito
das gentes, que são actos administra-
tivos, ou em negociações, que são

[fl.23v.]

questões diplomaticas, dirigidas pelo gover-
no com o objecto de fazer novos trata-
dos, e promover em todos os sentidos o
que mais convenha ao paiz. Para que
lhes sirva de preparação e base, estuda

ou deve estudar toda a administração
dos differentes interesses publicos e assig-
nal-a com tempo as transacções e per-
mutas favoraveis á industria, aperce-
bendo-se para promover opportuna-
mente o de conveniencia reciproca;
e para sustentar com energia e de jus-
tiça e honra nacional; que não ha
peor negociação que a que se enta-
bla em actitude supplicante. Des-
graçadamente emquanto no desejo
geral de estipulações mercantis não
haja tribunal: onde as nações ventil-
lem seus pleitos, os tratados entre iguaes
poderão ser mutuamente cumpridos,
mas os entre desiguaes somente
obrigarão ao débil ate arruinal-o

Em defesa da honra e dos interes-
ses veem as fôrças militares de mar
e terra. As primeiras são as mais es-
senciaes e as nações maritimas, tant-
to para efficaz protecção do commer-
cio em todo o globo, como para a con-
servação de suas provincias ou pos-
sessões afastadas, e para a defesa
do paiz ou ataque do do [sic] inimigo.

O direito maritimo adquire cada
dia maior importancia: no mar
se encontram, se roçam e se cruzam
as nações, e ali se decidirão de ho-
je em diante mais suas princi-
paes querelas. A fôrça terrestre
tem por primeiro objecto exterior [sic]
[fl.24]

24⁵⁷

a guarda do territorio e o apoio da
dignidade nacional.
A' administração corresponde neces-
sariamente o cuidado, ja de um mo-
do geral, ja de uma modo especial
de prehencher os quadros do exercito
e armada da disciplina militar,
e dos movimentos das tropas e
esquadras; attendendo ao mate-
rial como ao pessoal, aos insti-
tutos ou armas, á justiça em
delictos militares, aos prisioneiros
de guerra, as praças fortes e
portos com suas guarnições, aos

⁵⁷ Folha 24 frente verso foi recortada e colada.

assenços e retiros aos hospitaes,
transportes e provisoes e á ordem
e policia da navegação e pesca
no mar.

5

Conservação da sociedade
com respeito ao interior

10

Expostos brevemente os meios de
conservação social com respeito ao
exterior, consideremos os que se re-
ferem ao interior.

15

A fôrça publica como materia
administrativa, é mera auxilair
da autoridade civil. A' autoridade
pertence requerer e empregar a fôr-
ça, sempre que seja necessaria pa-
ra o cumprimento das leis, ou o
que vem a ser o mesmo para man-
ter a ordem publica. Dois são os
principaes fins da fôrça arma-
da; reprimir os delictos privados

20

[fl.24v.]

25

e cumprir os delictos e desordens publi-
cas. Para o primeiro servem mais espe-
cialmente os fuzileiros, a gendarmeria ou
outra fôrça de segurança publica; e
para o segundo a guarda civil ou nacio-
nal, que deve compor-se de cidadãos re-
almente interessados na tranquillidade
e boa ordem, e em evitar toda a classe
de excessos. Para o mesmo fim contribuem
em caso necessario as tropas do exercito.

30

Da administração é levantar, instruir
e utilizar todas [sic] estas fôrças no sentido
de seu respectivo instituto. Se o exercito
se emprega em tempo de paz em construir ca-
minhos, abrir estradas <canaes>, e fazer outras obras
publicas, decharia [sic] de ser uma carga pesa-
dissima aos povos, e de dificultar nas na-
ções grandes e impossibilitar nas peque-
nas toda a ordem economica, e a rea-
lização de todo consideravel projecto
de prosperidade. Se ao menos se illus-
trasse devidamente, seria um vehicu-
lo de noções uteis que levassem os sol-
dados feitos a suas terras, adquiridas
com o estudo e com a variada observan-
cia. E se a necessidade que de ha
muito se faz reconhecida no Bra-

45

50

zil de crear algumas companhias
provinciaes para perseguir os malfei-
tores, houvesse sido bem aprecia-
da, poderia habver-se uniformisa-
do, melhorado, estendido esta insti-
tuição, utillissima quando esta se
sabe estabelecer como fôrça civil de
policia, para auxiliar ás autori-
dades, e para não fatigar excessiva
[fl.25]

25

mente á milicia nacional com um
serviço que algum dia se lhe fará pe-
sado, nem ao exercicio distrahindo-o
de seus habitos de ordem e desciplina [sic].

A justiça é outro grande meio de
conservação social, pois sem ella não
poderiam permanecer reunidos os ho-
mens. A autoridade judicial pom [sic] em
ordem os interesses privados applican-
do a lei no civil e criminal com
independencia para os magistrados
em suas funcções, ainda que sempre
devem estar sujeitos á responsabi-
lidade em casos de prevaricação e
de infracção de lei. Materia admi-
nistrativa é tambem, e mui im-
portante, a ordem equitativa dos
interesses privados contrapostos aos
publicos.

[Pertence] á administração orga-
nizar e segundo as leis, vigiar a ordem
judicial em toda a sua extensão;
mostrar-se parte em representação
da sociedade pelo ministerio publi-
co a que erradamente chamamos fis-
cal para restabelecer a tranquillida-
de pública alterada, para comprovar,
perseguir e fazer castigar os delictos
e crimes, para proteger individuos
ou estabelecimentos desvalidos, e pa-
ra defender os interesses communs ou
o patrimonio do estado; e finalmen-
te pertence-lhe prestar auxilio para
a execução das sentenças.

A conservação da sociedade por
meio da justiça e da fôrça, suppõe
a fazenda pública, que supra
aquelles gastos, assim como a todos

[fl.25v.]

os outros do estado. As contribuições que

formam as rendas, devem ser geraes,
que não admittam excepção; proporcio-
nadas, que se repartam aos individuos
segundo seus haveres; necessarios, que
5 não agravem mais que o necessario
para cobrir as obrigações; e faceis,
que ~~não~~ custem pouco á adquirir, e
não originem sem necessidade vexa-
me nem mortificação.

10 A materia ~~im~~ impossivel, a natureza
dos impostos, e sua influencia sobre a
propriedade e sobre a industria, são
objecto de estudo para a administra-
ção, que ha de formar as probabilida-
15 des geraes de receita e despesa, que faz
effectivas as rendas, maneja o thesou-
ro publico cobre as atenções pecuniarias
de todos os serviços cunha a moeda e cui-
da das alfandegas, e de quanto possa
20 proporcionar o augmento [*sic*] de cabedaes.

Finalmente, ha outro elemento de
conservação social nas attribuições da
administração, uma instituição que
planteada em todas as partes de uma
25 ou d'outra maneira tem por objecto
prevenir ou refrear o crime, tranquil-
lizar a innocencia, e evitar a altera-
ção da ordem material: é a policia
de segurança. Desacreditada entre
30 nós, fraccionada, e pervertida como
tantas outras coisas que puderiam [*sic*]
ser boas, anda vergonhosa, informe,
e modando [*sic*] de nomes, sem existen-
cia regular e propria por isso mes-
35 mo para o damno antes que para o
proveito.

Os que não observam cuidadosamen-
te a marcha da civilização, nem
[fl. 26]

40 ~~vee~~

26

veem os germens de corrupção que se
desenvolvem á sua sombra, estão
mui distantes de imaginar o que tem
que velar a administração [para] que
45 elles vivam e descansem sem receio.
Os roubos, os salteamentos, os assassi-
natos, os disturbios, as conspirações
e os insultos, não se conteem sem
que haja quem profeccionalmente
50 se lhes anticipe [*sic*] e lhes saia ao en-

as suas melhoras.

Todavia avança á melhor administração. Não somente desenvolve sua acção propria para remover obstaculos, senão
5 que exerce sobre as acções de outros uma influencia saudavel, que as favorece e fecunda, procurando que logrem vantajosos resultados, e que chega a estimular-as, promovel-as, e crial-as.
10 Isto é propriamente fomentar. Porque a experiencia de meio seculo tem mostrado completamente a insufficiencia e exterilidade do individualismo como principio de progresso social, assim como tem posto em evidencia a falsidade de todos os principios [absolutos] proclamados dogmaticamente com respeito á adminis-
[fl.27]

27

tração, por uma escola que não podia ser mais que teorica, por que carecia das provas que hoje são propriedade de todos por effeito da practica.

Formam parte da materia administrativa as communidades territoriaes, como provincias e povos, e as [entendidas] intermedias, como os partidos ou districtos. Suas relações, ora com o estado, ora com outras communidades iguaes, ora com os individuos, seu modo particular peculiar de existencia, o manejo de seu patrimonio, a derrama de cargas, e o cuidado dos estabelecimentos, ja geraes, ja provinciaes, ja locaes, de humanidade ou de repressão, requerem a intervenção mais ou menos directa da autoridade, para que em tudo se cumpram as leis, se assegure o melhor serviço, e se mire pelo bem publico commum.

Os estabelecimentos formados por associações voluntarias a impulso da beneficencia, da previsão ou da economia, seja em socorro dos indigentes, em utilidade das classes operarias, ou no interesse da industria, necessitam estar

debaixo da alta inspecção da administração pública, com o unico fim de evitar os abusos a que a ma fê podera arrojar-se. Os terrenos do Estado devem cuidar-se e levar-se por um regimen especial, e ainda ~~em~~ mon-

5

[fl. 27v.]

tes e plantios de propriedade particular, convem certa inspecção administrativa que impeça sua destrucção [sic] imprudente. As minas se concedem geralmente a quem se propões benifical-as sob ~~pretexto~~ de regras estabelecidas, assim como os terrenos pantanosos a quem se compromette a dessecal-os.

Administração com caracter privado

20

Materias ha de administração, em que esta não tem mais caracter que o de pessoa privada. Assim succede quando tem á sua disposição propriedades, e as arrenda; quando celebra certos contractos em nome e por conta do Estado; e quando entende na construcção de obras publicas, quer as dirija ella mesma quer as adjudique por empresa. Em todos estes casos, e quando recebe objectos contractados, obra de igual a igual, e está sujeita ás condições do contracto: o que lhe corresponde é requerer o exacto e bom desempenho por parte dos outros, sem poder prescindir de cumpelil-os em caso necessario, e de cobrir sempre o serviço público; guardando pela sua aquella equidade e bom proceder, que são a primeira obrigação como o primeiro interesse de governos.

45 Policia administrativa
São materia administrativa as

50

28
coisas de uso commum ou do dominio publico, a qual disfrute cujo fructo se regulariza para que não

resulte prejuizo a terceiro nem á
 communidade; taes como a via
 pública, as aguas, o ar considera-
 do em sua salubridade, e quantos
 5 ~~gozos~~ <recreios> geraes permitam as leis. To-
 das estas coisas que interessam á
 boa ordem, são objecto da policia;
 que se entre as antigas era a po-
 licia o governo da cidade quando
 10 esta se confundia com o estado,
 hoje é o infimo governo se se
 quer assim consideral-o, infimo
 na ordem gerarchica, porêm im-
 portante e transcendental ~~ate~~ não
 15 em pouco, tanto pelos extremos que
 abraça, como porque constitue a
 athmosfera que immediatamente
 faz girar o homem na sociedade e
 em toda as partes o acompanha.
 20 Com effeito ás incumbencias da
 politica se eleva quem quer ou
 pode; as obrigações para com o es-
 tado pronto estão satisfeitas pela gene-
 ralidade; porêm os accidentes que nas-
 25 cem das pequenas relações da vida
 civil, activas e passivas são dia-
 rios, imminentes e enivitaveis.
 Entre os usos cuja posse é devida
 aos individuos, figuram a tranquil-
 30 idade pública, a liberdade e a se-
 guranca pessoal e real. Pelo qual
 entram na materia administra-
 tiva como propriedade publica e
 são objecto da policia cujo instituto
 35 [*fl. 28v.*]
 se estende na linguagem scientifica
 a proporcionar a todos os habitantes
 na ordem da economia social, as
 vantagens que não poderiam suf-
 40 ficientemente obter por seus proprios
 esforços. Um de seus ramos é a poli-
 cia de segurança acima mencionada,
 que ocorre á necessidade de precaver
 os delitos: a attenção de procurar o
 45 castigo dos que não poderem evitar-
 se, se satisfaz pela policia judicial,
 que em parte corresponde á ordem
 civil ou propriamente administra-
 tiva, e em parte á da justiça criminal.
 50 Este acto de policia a declaração de

utilidade publica em certos casos de
construções ou demuições, que deve
determinar a lei, e cuja consequencia
produz, ja a expropiação forçosa me-
diante [indenização] ja algumas car-
gos ou serviços locais.

Com a via pública se relacionam,
o alinhamento dos edificios que dão
aos caminhos, o serviço das casas con-
tiguas, seus desagudôros, seus pelan-
trós de arvores a carga dos carros se-
gundo sua classe e segundo seja
ou não o tempo de dejelos, a lar-
gura de seus eixos e rodas, e a or-
dem geral do tranzito. Por via pú-
blica urbana entende-se as ruas
e praças de povoação.

Nas aguas entram a navegação e
pesca dos rios, as canoas, o rego, os
saltos e tornas de agua para moendas
o [?] fornecimento das fontes e
mais applicações usuaes.

29

N

Na salubridade do ar com-
prehendem-se as precauções relativas
a manufacturas doentias e culti-
vos enfermiços á ventilação das
povoações, aos cemiterios, ao regi-
men sanitario, ao exercicio da arte
de curar e ao da pharmacia, aos
banhos mineraes, veterinaria,
e [epizootia].

Tambem tem aqui logar o cui-
dado da vida dos homens, pre-
cavendo incendios, innundações, e
outros desastres, preparando o ne-
cessario para atalhar-os, vigan-
do a solidez das construcções e
obrigando a reforma dos edificios
ruinosos.

As subsitencias, como neces-
sidade universal enlaçada com
a saude e socego do publico, não
podem ficar abandonadas ao
interesse particular. Pertence a
vigilancia á administração dos
padeiros, talhes e casas de pasto
de aceio das praças de mercado e

matadouros, dos peros, qualidade dos alimentos, assim como o ter tomadas com anticipação as opportunas disposições para que não cheguem a faltar provisões de primeira ~~necessidade~~.

A ordem nos sitios publicos, em festas, espetaculos, e pontos de reuniao, o serviço domestico, os jornaleiros, os mendigos, as prisões e degredos, o concernente a

[fl.29v.]

passaporte e vagabundos, ao uso e venda de armas, á repressão de escandalos publicos e de maos costumes a impelir o deterioramento ou destruição de obras, monumentos de arte, e melhoras materiaes devidas ao tempo e ao zêlo são entre outras atensões da vida commum, objectos de uma boa policia, quer geral quer municipal que se alguma vez podem ate afectar a conservação da sociedade, influem muito mais evidentemente na marcha diaria de seu progresso.

Industrias

A policia administrativa deve proteger a industria agricola assegurando-lhe o desenvolvimento de todas as suas fôrças. Auxillia por meio dos armazens aos lavradores atrazados favorece o credito territorial, excita e recompensa aos autores de qualquer invenção vantajosa, estimula o rompimento de terras novas, os plantios de arvores, a melhora das castas dos animaes uteis, a destruição dos daminhos, e procura que se mantenham um preço razoavel nos fructos depois de cobertas as necessidades da povoação.

O mesmo succede na industria fabril, donde a administração bem [en]attendida, além de proteger e estimular, vigia a preparação e confecção de alguns produtos delicados ou

expostos, obriga á fidelidade nas mar-
cas ou contrasenh~~as~~ dos fabricantes
evita as colisões entre capitalis-
las [sic] e seus obreiros e aprendizes, e
acode quando é necessario a conser-
var a ordem nas numerosas [sic] fa-
bricas.

Com respeito á industria com-
mercial, tem intervenção no re-
gimen das lojas contrato ou casas
de cambio nas feiras e vendas
publicas, na lei dos metaes pre-
ciosos negociação de papel ou
effeitos publicos, circulação de
moeda e exatidão de pesos e
medidas.

E a todas as industrias as
protege e favorece a adminis-
tração procurando que as leis
de alfandegas facilitem o aug-
mento da producção nacional
por meio de tarifas ou pautas
sabia e prudentemente accom-
modadas ao que demandam ca-
da epoca e cada situação.

Na industria fabril é on-
de melhor ~~o~~abida] encontram
[em branco] do fomento e boa direc-
ção porque essa industria é in-
sassignavel, e pondo os povos em
movimento os compromettem
frequentemente. As machinas
e vapores costumam acomular
e [em branco] em curto espaço de povoac-
ção e os productos, e faltando a
previsão são origem de grandes
oscilações e [violetos] abalos

[fl. 30v.]

por effeito da universal concorrência
nos mercados resultando de cada crisis
a miseria de muitas familias. Se a
livre acção do interesse particular,
quer seja de individuos, quer de associa-
ções, dá um avance disproporcionado
á industria, o que faz é caminhar ás
cegas para uma producção indefinida,
que ao cabo hade encontrar-se sem col-
locação: <se> acrescenta-se em cada paiz a
massa da riqueza publica é momenta-
neamente, e pode chegar o caso de que

seja viciando a indole mesma do trabalho, intibiando os sentimentos religiosos nas classes operarias, relaxando os laços de familia degradando os costumes, entorpecendo o desenvolvimento fisico e intellectual dos meninos redusidos ao nivel das machinas, encurtando a vida dos homens por effeito de um exercicio [*em branco*] que não os deixa saber mais que uma pequena parte de um officio, dando nascimento ao espirito desassocegado de gente de precaria [*subsistencia*] e estabelecendo separação e ate inimizade entre os que trabalham e os que lhes pagam. E a indifinida e incontrastada liberdade na fabricação seria equivalente á autoridade da fraude, que traz consigo o descredito e a ruina dos que procedem com legalidade e honradez.

Attribuición mui preferivel da administração é buscar correctivo a esses males, que corroem as entranhas das sociedades mais industriasas e ricas

31

ameaçando seu ~~per~~venir. Ate agora os meios conhecidos são: propagar o ensino industrial, promover associações empresarias bem constituidas e abundantes em recursos, rebustecer o credito, facilitar vias de communicações, buscar saidas aos productos, comter as falsificações, honrar a boa fe e o trabalho, abrir concursos e fazer exposições públicas, distribuir premios, practicar e costear ensaios, formar estabelecimentos modelos, conceder privilegios de invenção ou introdução segundo as leis, explorar paizes <e mercados> remotos; e practicar toda a classe de protecção e estimulo.

Mas se o prehencher estes extremos, o por restricções á absoluta liberdade da fabricação fixando as horas do trabalho diario e o adoptar outros correctivos com o fim de cortar abusos e diminuir males, é obra da administração apoiada na lei, não

deixa de ficar de pé a dificuldade
primordial, a incerteza dos consumos
que e inherente á desmedida in-
dustria fabril, e que até certo pon-
to afecta tambem a rural; nem
deixa tão pouco de causar inquieta-
ções ao mundo productor a actual
organização de trabalho, e seu in-
fluxo no preço dos jornaes. Difi-
cultosas tarefa é a de consolidar tão
rebeldes e fogazes elementos! porem
della depende em grande parte a

[fl.31v.]

prosperidade das nações segundo as
particulares circumstancias de cada uma;
ainda a que no Brazil se não tenha pas-
sado por todos os males que neste ramo
afligem os outros paizes, ja tem bastan-
te experiencia propria e aviso alheio para
conhecer a necessidade de boas medidas com
que prevenir-se a tempo. Se o extraor-
dinario progresso da industria leva com-
sigo a miseria das classes industriaes, se
a concorrencia occasiona frequentes catastro-
fes, se a profusão de machinas é desmora-
lisadora; somente á administração pública
sera possivel, com uma previsão illustra-
da, com actividade infatigavel, e um arden-
te desejo do bem, attrahir-se bastante fôrça
e ascendente para advertir aos empregado-
res incantos o perigo que os espera, para evi-
tar-lhes ou minorar-lhes os conflictos, pa-
ra inspirar-lhes sentimentos humanos,
benevelos, e paternaes para seus operarios,
para fazer que estes lhes correspondam
com consideração e gratidão, para concor-
dar em suas differenças e mutuas pretensões,
para proporcionar-lhes caixas economicas,
de previsão, e de socorros mutuos, [montes]
pios, e companhias de seguros, e para cri-
ar asylos onde se recebam no ultimo extre-
mo de sua desgraça. A experiencia e os
escarmentos indicam e facilitam esse cami-
nho. Em logar do frio calculo do interesse
particular, que ate aqui tem sido o prin-
cipio exclusivo da industria em logar desse
egoismo que obra por repulsão, começa a
acreditar-se por todas as partes o princi-
pio da caridade, que obra ao contrario por

atracção. Os effeitos religiosos são chamados de novo a encher o fundo vasio que deixavam nas sociedades, porque não se tem encontrado com que substituil-os: nelles está a vida dos povos com a principal esperança de atenuar os males que em meio de seus bens acompanham á civilisação em doloroso sequito. Trabalhar e orar era para os antigos a carreira do homem honrado.

Religião

Ao fazer a analisis do corpo social no que diz respeito á materia administrativa, era impossivel deixar de encontrar no intimo de seu organismo suas necessidades mais profundas, as moraes e intellectuaes.

A religião é a primeira e não se conta entre os meios de conservação, por que se dirige a mais: dirige-se constantemente á perfeição. Ali se encerra a grande escola da moral e o freio das consciencias: completamente extranha ao governo, está intimamente ligada com a felicidade geral. A administração promove a religião, e faz respeitar suas cerimonias e seus ministros no interesse da moral pública, assim como entende em todos os actos exteriores originados della, e os vigia no interesse da ordem social.

Educação

Vem depois a educação publica, que é o legado de umas a outras gera-

[fl. 32v.]

ções e a transmissão da vida social dos povos. Conforme se propaga a educação se diminuem os delictos: sem ella haverá n'um paiz habitantes, porêm nao cidadãos.

Æ A educação é [phisica], moral, e intellectual; scientifica e popular; privada ou domestica, e pública ou nacional. A phisica e moral é a boa criação, ou a educação propriamente dita: a intellectual é a instrucção. A primeira desinvolve as fôr-

ças do homem, fórma seu coração, e o dispõe ás virtudes: começa e rebustesse-se sob o tecto paterno. A segunda illumina seu entendimento.

5 Com respeito á primeira, o que compete ao poder supremo é não escrever nas leis coisa que prejudique a pureza dos costumes, assim como corresponde á administração no offerecer ao público nenhum
10 acto que não sirva de bom <exemplo> [?].

Com respeito á segunda, considera-se dividida em primeira, secundaria e superior.

15 A instrucção primaria é indispensavel a todos: ninguém deve carecer della, ao menos por culpa da sociedade. Ao pobre tem que proporcionar-se-lhe gratuitamente, pois nelle não só se cumpre com uma maxima carilativa, senão
20 que se faz muito pela paz e pelo bem geral.

A instrucção secundaria ou intermedia é util a muitos. Tem dois ramos principais: um que se dirige ás artes e ás sciencias que ellas se applicam; e o outro
25 que se ~~ap~~ inclina á carreira litteraria

E a instrucção superior desenvolve e amadurece as materias da intermedia a quem serve de complemento habilitando para o exercicio das profissoes facul-

30

33

35

tativas. Esta instrucção é conveniente a alguns, não a demasiados; pois se fosse excessivo o numero dos que a seguissem em busca de uma collocação vantajosa, de temer seria que não havendo logar para tantos se criassem elementos de perturbação na sociedade.

40

A medida que pregressa a civilisação, se simplifica a acção do governo com respeito á instrucção. A qual como deva ser retribuida pela generalidade dos que a recebem, é natural que se encontre servida e provida se escolas e mestras, e de estabelecimentos litterarios e seientificos, porque o cobrir esta necessidade social é uma honrosa especulação. Quando ainda se não tem chegado a tal ponto,

45

e se descuidam os particulares ou as associações em estabelecer as escolas convenientes para ambos os sexos, á admi-

50

ministração corresponde fazel-as plantear
imediatamente.

Á mesma compete cuidar de que a
instrucção se organise para as differen-
tes idades da vida, e que esteja em re-
lação com as luzes da epoca e as for-
mas politicas do estado para elle re-
commenda e favorece os melhores
methodos, estimula a composição e
programma de bons livros elementa-
res, cria, costêa, e põe á disposição
do publico, as bibliothecas, museos,
jardins botanicos, e collecções de histo-
ria natural, institue as academias
e corpos sabios e procura que em to-
das as provincias se siga o mesmo
implulso.

[fl. 33v.]

Tambem deve zelar que em nenhuma

parte se ensine coisa opposta á sã
moral, e ao respeito das leis do paiz;
e entre outras medidas exige dos mes-
tres e professores provas de bons costu-
mes e de capacidade. O qual se entende
ainda com os estabelecimentos privados,
pois assim o requer o interesse da socie-
dade, de que a administração é mandata-
ria ao passo que guardadoras.

Não é o Brazil nação que mais tenha
discuidado a educação pública, senão pelo
contrario a que maiores sommas tem inver-
lido nellas. Porêm occupada com algumas
discordias politicas, em quanto as outras
nações caminhavam em paz e caminha-
vam sempre para o melhoramento, ne-
cessita de constantes esforços para
não se atrazar nos differentes ramos de
instrucção, todos conhecidos, ainda que
não todos igualmente adiantados. O
vantajoso resultado [*em branco*]

34

Nem aqui nem em nenhuma ou-
tra nação da Europa, está bastante adi-
antada a instrucção pública para que
a administração se limite a inspec-
cionar, estimular, e proteger: mui
frequentemente tem que criar, dirigir
e forçar. De maneira que a erecção
de escolas onde fazem falta, a boa or-
dem nellas, a preparação de mestres,

a amplitude ou extensão do ensino e cada grão e as provas da sufficiência de mestres e discipulos, teem que ser assumpto de regulamentos administrativos.

E o complemento da educação geral por parte da administração, consiste em aproveitar toda a occasião de ~~aproveitar~~ elogiar e recompensar as acções generosas, em distinguir e premiar os pensamentos, os trabalhos, e os descobrimentos uteis em todos os ramos, e em favorecer o desenvolvimento da povoação, comprovar seu movimento por meio de censuras exactas, e derigil-a para as occupaões e profissões beneficas ao paiz.

Estatistica

Finalmente é objecto da administração a estatistica geral e parcial ou seja a reunião de documentos prova-veis de todos os factos sociaels. Neste interessante repertorio segue o philoso- pho com a vista o movimento do pro- gresso ou o retroceder de cada ramo, e pode assignar a cada effeito sua

[fl. 34v]

causa, na busca o legislador as exigen- cias públicas de presente e as conveniencias de futuro, para motivar a formação das leis; ali observa a mesma administração os resultados de sua acção mais ou menos acertada, e determina as melhoras e sua oportunidade; e ali se facilitam aos parti- culares todas as noticias relativas á producção e ao consumo, para iluminal-os na direcção e ~~dominio~~ emprego das fôrças industriaes que tenham disponiveis. Emquanto se careça de uma estatistica que va aproximando-se cada vez mais á perfeição, dos problemas que affectem á sociedade se resolverão sem pleno conhecimento de causa, a nação não formará uma familia, nem o espi- rito público será outra coisa mais que uma dessiminação de de vistas sem ponte de convergencia, numa base donde nunca se eleverá a dominadora piramide por estar su [sic] cúspide indeterminada.

Tal é o resumen da maleria [*sic*] administrativa, taes são as atribuições da
5 administração. Ao occupar-se dos objectos
indicados, cumpre e obriga a cumprir as leis
existentes e as que successivamente emanem
do poder supremo, ampliando e fazendo faceis
10 suas disposições em todos sentidos. Em cujas
leis se comprehendem todas aquellas cuja
execução corresponde ao governo nos diffe-
rentes ramos do serviço publico sem excepção.

Outra ordem de leis ha que propriamente

[*fl.* 35]

15 te pertence a uma esphera superior á
materia administrativa: é a das leis politi-
cas. E é superior, emquanto estas leis regu-
larisam o uso de direitos politicos de expon-
taneo exercicio por parte dos cidadãos,
20 sem que possa a administração torcer
em violentar sua vontade e acção em ne-
hum conceito. Sem embargo a adminis-
tração, contribue á execução dellas, ja
com medidas de policia para conservar
25 a ordem e proteger a liberdade de todos,
ja prehenchendo os deveres que nas
mesmas leis se lhes impoeem, como or-
gão constituido da acção social.

Capitulo III

30 Organização Administrativa
Acção, conselho, e decisão contenciosa.

35 Conhecidas as coisas que são materia
ou assumpto da administração, exa-
minemos o pessoas que dellas se occu-
pa, ou o instrumento que funciona,
ou o systema de fôrças organicas ins-
tituidas pela sociedade para assegu-
40 rar serviços publicos. Os agentes da
administração são os executores das leis,
interpostos entre ellas e os individuos,
donde se collige que sem bons agentes ou
empregados seria illusoria a melhor le-
45 gislação e sahiria fallida o melhor sys-

[*fl.* 35v.]

tema que se lhe quizesse applicar.

Antes de tudo suppõe-se o territorio da
nação dividido em diversas demarcações, sub-
50 divididas até o termo do conselho, que é o

deve a administração geral conservar
os meios de corrigir os abusos em que
chegar a incorrer a local ainda nas
funções que exercesse por immediata
atribuição da lei, e de contel-a nos
limites que lhe estivessem assignala-
dos, pois que o primordial interesse da
associação civil consiste em que n'ou-
tras partes se obre o bem e se conte-
nha o mal.

Vária fôrma poderia dar-se a estruc-
tura ou <organização> administrativa; porêm nisto
como em tudo ha uma forma de acertar
e muitas de equivocar-se. Ao fixar as
bases ou estabelecer os principios, procura-
remos demonstrar exactidão com respei-
to á justiça e á conveniencia, começan

[fl. 36v.]

do por dizer que as funções administrati-
vas são a execução que algumas vezes pre-
cede consulta ou conselho, e que n'outras
seguem-se reclamações que requerem de-
cisão em fôrma de juízo. Para deliberar,
como para julgar, são bons os muitos; pa-
ra executar, um só.

Esta maxima reconhecida por verdadeira,
e applicada com bom exito na alta região
politica, ou na composição dos poder supre-
mo nos estados melhor constituídos segun-
as ideas e as luzes do seculo, não encon-
tra oppositores directos; porêm sim mui-
tos desconfiados, que admittindo a como
principio, não se atrevem a tental-a
pelo de toda boa a tratar-se de reduzil-
a á pratica. E é porque curvando-se for-
çoza e machinalmente á influencia da
epoca actual, conservam sempre grava-
do na memória o que levam na epo-
ca anteriores, e o que elles mesmos viram
em sua juventude sem estudal-o.

Que em certos periodos da hislória [sic]
se encarregasse parte da administra-
ção a corpos colligados, e geralmente pri-
vilegiados, ou bem que elles a recolhes-
sem, se concebe facilmente. Era uma
ordem de coisas nascida de larga serie de
sucessos, na qual todos encontravam
suas vantagens: os mesmos corpos em
subterfugio aos compromissos pessoaes, os
povos un lenitivo aos golpes da harbitrarie-

dade central, e os reis mais autorizados
solemnidade em suas resoluções, e maior
número de pessoas e famílias dispostas
em cada localidade a fazel-as cumprir.

5 O qual longe de obstar para que se reu-

37

nisse em uma so mão todo o poder em-
ocasiões de perigo, veio trazendo uma
legislação que entregava o mando dos po-
vos á autoridade judicial, alternando
com a militar e presidida por esta.

10

Tambem se concebe que ao abater o abso-
lutismo revestido de taes fôrmas, aspi-
rassem as ideas triunfaes a realizar as
teorias puramente populares, e as ap-
plicassem franca e confiadamente
á administração pública para fazê-la
mais perfeita segundo seu bello ideal;
porêm as illusões disculpaveis nos que
antes foram, não autorizam, ~~senão~~ con-
demnam os erros dos que vimos depois.

15

20

As corporações não servem para
executar irresolutas, desiguaes, lentas
em sua marcha, inertes ao estimu-
-lo, pouco temerosas da responsabili-
dade, carecem por sua indole e essen-
cia da agilidade necessaria para at-
tender a cada momento ás necessidades
que surgem, e para accudir aos pontos
em que se requer sua presença. Pelo
contrario, quando se confere a um só
a autoridade, pode ser elegido com
maior esmero; e como saiba que nel-
le se fixam todas as vistas, que sua
reputação depende de seus actos, que
a glória ou descredito o seguirão de
perto e sem partidarios, e que nenhum
obstaculo encontrará seu zelo, nem po-
derá allegar sua indolencia, e de crer que
se penetre de seus deveres e faculdades, que
desenvolva sua actividade e recursos,
que obre com decisão, e que caminhando

25

30

35

40

[fl. 37v.]

com passo firme no caminho da lei, busque
ser fiel executor della, multiplicando-se
para que ninguem note sua falta em
nenhuma parte donde fosse necessario.

45

Excepções se encontram talvez, mas
não farão <senão> confirmar que esta é a ordem re-
gular das coisas. E quando nas combina-

50

ções humanas convertidas em regras geraes
não é dado aspirar á perfeição absoluta,
aconselha a razão ater-se aquellas proba-
bilidades que se aproximam á obrigação
5 moral. Em cuja virtude esensaremos a
continuação do parallelo entre a forma
collectiva e a individual para desempe-
nhar funcções activas, e deixaremos de
~~sacar~~ publicar os abusos de que em Hes-
10 panha se contam tantos exemplares, an-
tigos e modernos. Donde quer que as cor-
porações sejam chamadas a executar, bem
pode assegurar-se, ou que corre o periodo
febril dos ensaios demagogicos, ou que a so-
15 ciedade está tão atrasada que o homem
publico não tem aprendido a respeitar-se
a si mesmo, nem aspira o homem privado
a mostrar um character digno de ser posto
em evidencia, que se desconhecem os verda-
20 deiros progressos da epoca, e emfim que não
se entende a administração.

Mas a pessoa unica, encarregada de exe-
cutar, se bem que as coisas de perentorieda-
de e enas claramente determinadas nas leis
25 e instrucções não necessita tomar pare-
cer mais que de seu recto juizo e boa indole,
acha-se ás vezes em situações realmente dif-
ficeis e de perplexidade, nas quaes antes
de decidir-se convinha aconselhar-se.
30 Para discorrer em occasiões taes, deliberar e
dar conselho, conveem as corporações ainda

38

que não numerosas; e não porque sem-
pre se fixem no melhor prevalecendo
35 o dictame mais acertado, senão porque
na discussão raras vezes deixando apre-
sentar-se com mais ou menos brilho
consideração capazes de illustrar a cons-
ciencia do que tem implorado o au-
xilio intellectual. Se o funcionario
40 na tivesse a quem pedir conselho,
poderia comprometter-se o bom ser-
viço, porque em caso ambiguos pro-
cederia com timidez e com precipita-
ção segundo ~~sua templa~~ seu character e
45 genio: se recebido o conselho se lhe
imposera a obrigação de segui-lo,
ficaria responsavel de suas consequen-
cias, pois não se lhe haveria deixa-
do eleição; e se o despresasse sendo bom
50

e preferisse sua propria opinião
á dos outros se agravaria pelo con-
trario sua responsabilidade, porque
haveria carecido de criterio para con-
hecer a razão, ou de docilidade pa-
ra admittil-a ou de energia para
sustental-a.

Esta solução que é a chave da or-
ganização administrativa, combina
a madurez do conselho com a rapi-
dez da acção, sem monos [*sic*] cabo da respon-
sabilidade legal e moral.

Todavia ao fazer a administração
cumprir as leis, tropeça com diffi-
culdades, reclamações, e demandas
promovidas pelo interesse particu-
lar que cauteloso, sagaz, e empre-

[*fl. 38v*]

hendedor, luta ás vezes por invadir as
cargas e medrar á custa do interesse ge-
ral, ainda que outras pede com razão a
emenda de um erro commettido, ou o preço
do sacrificio de seus direitos a favor do pro-
communal. As oposições illegitimas, a
administração as domina e vence com a fôr-
ça de sua autoridade; porêm as ligitimas,
apoiadas em razões atendiveis, em leis ou
em disposições administrativas, mais ou menos
genuinamente entendidas ou interpretadas,
já exigem examinar-se e resolver-se appli-
cando o direito aos factos. Poderam estas in-
cidencias por-se em juizo ante os tribunaes
civis ou communs, como as questões de teu
e meu que entre particulares se ventitam;
porêm ha muito tempo que se reconhece
que semelhante systema é capaz de
comprometter gravemente o bom serviço
do estado. As fórmias vagarosas e protec-
toras daquelles tribunaes, e seu costume
de applicar a lei sem attender mais
que ao justo direito, atrasariam o des-
pacho de negocios que requerem summa acti-
vidade, e deixariam sem cabimento nas sen-
tensas as considerações que não emanam da
letra da lei, senão de preparações espe-
ciaes, e sobretudo de uma ordem de ideas
distincta, qual e a necessidade de dar pre-
ponderancia ao interesse: triumpharia regu-
larmente a demanda do litigante afanozo, fi-
caria a administração desautorizada (e

isso sem suppor rivalidade nem interven-
sion de paixões politicas), e a marcha dos
assumptos se intorpeçaria produzindo lar-

39

gos e perigosos paroxismos sociaes.

Com mira de evitar taes effeitos se
criaram entre nós os juizes priva-
tivos ou de attribuição, bons no ob-
jecto, defeituosos por sua multipli-
cação, seus privilegios, sua desigual-
dade, e sua propensão a abusos.
Consistindo a jurisdição conten-
ciosa na intervenção e reforma
dos actos da administração pura
ou activa, e necessario que a mesma
administração tenha a fôrça de
superar os obstaculos que se op-
ponham a sua marcha. De ou-
tro modo o governo não seria um
poder senão que estaria sujeito
á autoridade judicial, careceria
de expontaneidade de movimento,
e a responsabilidade suppõe liberda-
de de acção.

Assim é que, se os tribunaes or-
dinarios conhecessem dos negocios
administrativos, a dignidade da co-
rôa teria um superior no juiz de
seus feitos ou dos de seus agentes.

Tal systema [acumularia] a in-
dependencia do monarcha, e des-
truiria o regimen monarchico
e o constitucional. Para evital-o
se estabelece e reconhece em
bons principios a distincção da

[fl.39v]

justiça em administrativa ou retida,
e em ordinaria ou delegada. A primei-
ra consiste no direito de julgar e deci-
dir todo o contencioso administrativo,
e a retem a coroa exercendo-a no inte-
resse do melhor serviço público por seus
ministros opportunamente auxillia-
dos e sujeitos á responsabilidades. A
segunda exerce-a, em nome e por de-
legação do rei, dos tribunaes ordina-
rios em materias civis e criminaes, e
os especiaes no commercial. E logo se
demonstrará que esta ordem de coizas,
suggerido pela necessidade, alem de sa-

tisfazer as condições da instituição administrativa, ainda offerece na renúncia dos negocios deste ramo mais amplas seguranças ou garantias aos
5 interessados que na jurisdição ordinaria por quanto accomula maiores graos de responsabilidade e publicidade.

A justiça ordinaria, que, immovel
10 e occupada do passado mais que do presente conhece das relações dos individuos entre si, dos assumptos que interessam ao governo como pessoa que possui a contracta e de todos aquelles
15 cuja solução depende das disposições do direito civil ou penal, e de convenios ou possessão, não deve, pois, entender nas relações dos cidadãos com o estado, nem nas difficuldades que se
20 resolvem pela lei politica, e que ao governo interessam como tal governo

40
É contencioso judicial tudo que, segundo o
espressado, corresponde dicidir-se [*sic*] pela
25 autoridade judicial, ou pelos tribunaes ordinarios, delegação da coroa em funcionarios que institue sem poder os libremmente destituir. O contencioso administrativo abraça aquillo sobre que tem
30 ordenado a coroa, e que a mesma tem direito á modificar quando o julgue conveniente.

Porém intenda se que se a coroa
35 resolve administrativamente em direito sobre as reclamações e opposições relativas á execução do que tem ordenado e mandado, com objecto de que o serviço não se intorpeça, não
40 convem que a administração propriamente dita tenha o direito de castigar aos infractores de seus regulamentos e disposições nem ainda applicando-lhes as penas impostas anteriormente pelas leis, porque invadiria a ordem
45 judicial, ficando a sociedade privada das garantias que se tem procurado consentir na impassibilidade dos tribunaes ordinarios, a quem compete reprimir a generalidade das faltas ~~leves, justificam~~

~~a faculdade que constantemente~~
delictos, e crimes commettidos no paiz.

Unicamente a necessidade de que a
administração possa conter os desa-
catos á sua autoridade e a conveni-
encia de corrigir brevemente certas
faltas leves justificam a faculdade
que constantemente se lhe attribue

5

[fl. 40v.]

10 de applicar penas de infima entidade
em casos determinados, com as mais esqui-
sitas precauções para evitar todo o abuso

A administração contenciosa é o com-
plemento da administração activa: fei-
15 ta de maneira que comprehenda por
igual todos ou a maior parte dos ramos
adminsitrativos, e composta de pessoas
differentes e differentemente collocados
que aquelles cujos actos deve apreciar,
20 nunca resultará perigo de parcialida-
de, como em caso que fosse realmente
juiz e parte. Nem são os actos abusi-
vos os que aqui tenham de chamar-se
a juizo, que para elles ha castigo n'ou-
25 tro lugar, senão os incidentes que resultem
do cumprimento da lei, que ainda que le-
almente executada, nunca deixará de sus-
citar algumas reclamações; ou os que
sem razão de queixa se originem das
30 diversas encontradas pretensões dos in-
dividuos em negocios em que sempre seja
parte a sociedade. Os julgados adminis-
trativos, penetrados do lugar preferivel,
que em todo caso corresponde ao interesse
35 geral, estão destinados a sustel-os, sem
commetter contudo injustiças e atropel-
los com os particulares, que estes hão de
ter tambem suas garantias, e se devem
ceder ante o imperioso mandato da
40 conveniencia social, seja em fôrça de
uma preferencia legitimada. Ao in-
teresse privado que rectama [*sic*] com fun-
damento, se se satisfaz summaria-
mente, e com igual rapidez se deses-
45 timam as ociosidades e impertinencias,
afim de separar a um lado e outro

50

41

os obstaculos, e por desembaraça e
franca a marcha da administração.

Nestes julgados tem que predo-

minar o character administrativo sobre
 o judicial: suas atribuições [*sic*] , os colocam
 na esfera o espirito da administração,
 sem que tenham outra conexão com a
 5 ordem judicial, que a mais ou menos
 perfeita imitação de algumas de suas
 fôrmas e solemnidades. Assim é que
 em todo o rigor lhes quadra o nome de
 10 tribunaes e ainda o de julgados: seus
 tranmites são expeditos e suas senten-
 sas não merecem tal nome, senão
 meramente o de decisões.
 Os dois principaes caracteres da ad-
 ministração em sua abstracção or-
 15 ganisa com a unidade e a independen-
cia. A primeira faz desaparecer toda
 a divergencia nas miras; a segunda
 evita os inconvenientes das rivalidades,
 assegurando a livre acção, e servindo de
 20 base á responsabilidade. Para consti-
 tuir essa existencia independente de
 tudo quanto não seja o supremo gover-
 no, é preciso que as questões de com-
 petencia de jurisdição entre a autori-
 25 dade judicial e a administrativa, ou
 entre os tribunaes ordinarios e os jul-
 gados especiaes, que é o que se tem cha-
 mado conflicto de attribuição, se
 separam, não pelo tribunal supremo
 30 de justiça, nem por outro interessa-
 do em augmentar-se incumbencias
 e cuja decisão não esteja sujeita
 á responsabilidade nem admita

 [fl. 41v.]
 35 reforma ou emenda senão pelo monar-
 cha cujos ministros respondem ~~pelas~~
 ordens que firmam e das decisões que au-
 torisam. Sem a autoridade judicial observa-
 se soberanamente em taes casos, ~~gs~~sugeitaria
 40 ao governo ou ao poder supremo em acção:
 se falhasse o poder supremo legislador, des-
 cenderia a applicaras leis, quando somente
 lhes pertence formal-as. É seguro que o tribu-
 nal que resolvesse essas questões de compe-
 45 tencia, prompto se apoderaria da policia,
 da administração, e do governo, como fez em
 seu tempo e emquanto poudo o concelho
 de [*em branco*] E contra o espirito invasor
 dos tribunaes não ha remedio, pois até
 50 os corpos legislativos imudecem ante suas

faltas; pelo contrario os erros ou os abusos ministeriaes admittem correctivo, posto que os ministros podem constantemente ser censurados e accusados, e suas disposições erroneas
5 revogadas pelos mesmos ou por seus successores. D'ahi é que ao monarcha, chefe de um e outro ramo da justiça, corresponde o determinar a competencia ou impedir os conflictos de attribuição.

10 Do exposto se deduz que a administração activa requer na organização pessoal a unidade, se bem que com o arbitrio da consulta de corpos collegiados; e que as difficuldades e contendas que nasçam de suas
15 operações, devem ser salvas e resolvidas brevemente por julgados administrativos ou tribunaes de attribuição. Assim, em todos os grãos e marchas da gerarchia administrativa, ja se tenham em vista interesses
20 geraes, ja fraccionarios da sociedade,

42

hão de achar-se classificados e separados, o conselho, a acção, e a comprovação ou decisão contenciosa, residindo cada uma
25 destas funcções em autoridades e independentes entre si.

Administração suprema.

30 O supremo administrador do estado na monarchia constitucional é o monarcha, que tambem deve ser o supremo juiz em materias contencioso-administrativas, sob a responsabilidade de
35 seus ministros.

Se um ministro fosse sufficiente acudir a todos os negocios, poderia abraçar os despachos da administração geral do estado; mas não sendo isto possivel
40 em nações de alguma extensão, ha que formar divisões que comprehendam os grandes serviços ou ramos especiaes de despacho, que no intender e vontade do principe se considerem proporcionados para seu bom desempenho. Deste
45 modo encontram-se em todas as partes, quando menos, os ministerios de relações exteriores, da fazenda, de justiça e negocios ecclesiasticos, de guerra, e de marinha em nações maríti-

mas, encarregados de executar as leis em seu respectivo departamento, a que dão impulso, direcção, e regularidade.

O do interior é entre nós o da administração civil ou fundamental, porque é o que dirige a causa pública, sendo os outros uns encarregados de preparar-lhe e subministrar-

5

[fl. 42v.]

10 lhe os auxilios necessarios para que produza resultado satisfactorios. Delle nascem com o tempo outro ou outros, porque a instrucção pública, as obras públicas, e a industria, são negociações demandado longas e importantes para permanecer agcommuladas naquelle, com
15 tantos outros como acompanham ao do cuidado da ordem publica. Em [*em branco*] passou

20

25

O conselho de ministros delibera, prescindindo aqui de alta politica, sobre
30 os assumptos de suprema administração, sobre a acção administrativa, policia geral, segurança do estado, e manutenção da autoridade real. Dicide as [dívidas] que em cada ramo ou departamento ocorrem
35 sobre materias graves, e mantem a conveniente harmonia nas disposições transcendentaes, para que obtem seu combinado effeito como emanadas de um systema constante, sufficiente, e acreditado. Suas attribuições são rigorosamente consultivas, emquanto não pode o conselho sem a approvação do rei tomar decisões obrigatorias; porêm suas deliberações e opiniões são de summa transcendencia, emquanto se
40 differem das do monarca, se encontra este privado do curso de seus ministros, e
45 tem que cambial-os, modificando geral-

50

43

mente o systema politico do governo, ou acaso debilitando-o.

É portanto o conselho de ministros,
o que immediatamente aconselha á corôa:
as ordens q-desta as communica e faz
executar cada um dos ministros em
seu ramo.

A par da suprema ou central ad-
ministração activa, que reside nos mi-
nistros sujeitos ás ordens do rei, deve
haver um corpo consultivo a quem
possam pedir informes em assump-
tos de entidade e de difuso trabalho.
Na monarchia absoluta se veem ate
certo ponto vagar e merecer-se na
harbitrariedade os actos ministeriaes,
para o qual não se requer outra ha-
bilidade mais que a de saber preparar
e cubrir os expediente; mas na monarc-
chia constitucional em que todas as
proposições são combalidas, em que todas
as faltas podem e deveriam ser notadas,
e todos os passos observados, é indispen-
savel, ao dirigir escrupulosa ainda que
desembaraçadamente a execução das
leis, ter com quem consultar as dúvi-
das fundadas antes de resolver aobre
ellas. E ainda quando não se trate
mais que de actos de execução convem
não perder de vista que mais diffi-
culdades offere executar as leis
que o formal-as.

Os leitores sentirão o muito que
sobre tudo isto ha que desejar no
Brazil. Em principios do seculo
[em branco] se contavam no Brazil
concelhos, com attribuições ordinaria-
mente consultivas, judiciaes, e adminis

[fl. 43v.]

trativas: organização defeitoosa, e acco-
mulação confusa, que entorpecia os movi-
mentos da monarchia do estado. Hoje
sobe-uma constituição, e por uma daquel-
las anomalias que abundam em nosso
paiz, não se encontram nem ha nenhum.
Tem-se recorrido para os ministros (os que
tem querido [em branco]) a comissões e juntas
consultivas, geralmente sem apoio nem
representação legal; tem-se commettido
a enorme irregularidade de ixegir [sic] infor-
mes e consultas no administrativo e politico
aos tribunaes, cujo officio é unicamente pro-

nunciar sentenças; e em semelhante deslocação em que por tudo se passa, não ha nem pode haver ordem e freio no mando, nem respeito, e exactidão na obediencia.

5 Um alto corpo consultivo do ministerio, ou seja um conselho de estado, é de necessidade o dia que se trate seriamente de organizar nossa administração. Não para que se lhe pessa informe sobre todos os expedientes sem
10 distincção, de modo que se tenha o ministro que resolver com o conselho, convertendo em descansado officio, (taes mediana e ainda nulidades vão occupando as cadeiras no que levamos de seculo, ainda que com hon-
15 rozas excepções!) senão para illustrar pontos obscuros, sem participar da responsabilidade immediata, nem da instabilidade e oscillação propria do regimen constitucio-
20 nal, para afirmar um systema de governação fundado em principios, antecedentes, e tradições atesourar um deposito de boas doutrinas, ratificar erros, educar e preparar administradores avantajados
25 entre os jovens que instruam os expedientes, discutir os projectos de leis, regulamentos, e disposições de administração

44

30 geral, alliviar, illustrar, defender, e fortificar ao gabinete sem encadeal-o, tranquillizar os cidadãos ácerca da imparcialidade na execução, espalhar a ordem, a luz, e a unidade em todas as partes do serviço público, e sustentar a prerrogativa da corôa. E não ha dúvida que a elleição dos conselheiros se
35 terá de fazer com o maior cuidado e tacto, se ha de conseguir o bem em lugar de augmentar-se o mal: outro escolho de epocas de immodestas e exigentes ambições...tão terrivel, que acaso careçamos de um regular conselho de estado, porque se tenha retrocedido algum dia
40 ante a ideá das nomeações.

45 Depois disto, falta organizar na suprema administração o ponto final dos negocios contenciosos. Nos antigos conselhos havia salas de governo, e salas de justiça; e uma ordem analogia é o que
50 pode adoptar-se no conselho de estado. Além das salas ou secções em que se clas-

sifiquem e distribuam os assumptos que consulte ou informe aos differentes ministerios, deve haver uma secção composta de magistrados, e quando seja possível, de juizes administrativos em maioria, de notoria probabilidade, saber, e experiencia de negocios; a qual examine os expedientes, e em união com a secção do ramo a quem corresponda cada um destes, formule seu juizo, para pol-o em conhecimento do ministerio respectivo. Esta maneira de proceder não pode ser mais que transitoria, e até tanto que se forme uma collecção de disposições ou corpo de direito administrativo; então convirá que a secção contencioso-administrativa do conselho de estado, instrua

[*fl. 44v.*]

devidamente o expediente, que dê conta delle em pleno conselho, e em sessão publica, que se ouça a defesa verbal dos advogados, e que a porta cerrada se delibere logo, se escreva o accordado, e se funda. Para melhor assegurar a imparcialidade, devera o ministro que apresentasse ao rei os acordãos ou decisões do conselho em negocios contencioso-administrativos, ser completamente desinteressado nelles: o ministro de justiça reune a esta circumstancia, a de dirigir a magistratura, e estar á frente dos tribunaes ordinarios.

Os accordãos ou decisões judiciaes do conselho d' Estado, não podem ser mais que quasi sentensas, que so mediante a real approvação se executam. Os conselheiros devem ser quasi inamoviveis em seus destinos; e este character particular que afecta as pessoas como as coisas em toda a jurisdição contencioso administrativa, é inherente á sua indole e natureza. Se os conselheiros ou chefes fossem inamoviveis, e suas decisões levassem a fôrça absoluta de sentensas, elles seriam os arbitros da administração pública, petreficariam tal ver sem deixar-lhe jogo nem acção: os ministros não poderiam dirigir os negocios nem responder por elles, e isso é justamente o que se tem pretendido evitar declinando a jurisdição dos tribunaes ordinarios. Se pelo contrario, fossem os juizes ad-

ministrativos uns meros mandatarios dos
administradores directos, e escravos de suas
determinações, tanto valêra supprimir os
julgados de attribuição e [enthronizar] a
5 harbitrariedade ministerial. E como sejam
igualmente perniciosos ambos os extremos,
o temperamento proposto, por mais que
pareça indefinido até que adquira fir-

45

10 mesa com a practica, é o unico que
pode salvar-os: o qual concorda além dis-
so com nobre character que tem todos os
juizes administrativos, de ser ao mesmo
tempo conselheiros.

15 São pois agentes directos da adminis-
tração suprema, os ministros secreta-
rios d' Estado. São indirectos ou collac-
teraes os conselherios de estado. São au-
xiliares os chefes superiores de certos ser-
20 viços geraes administrativos dependentes
de cada ministerio, que exigem for-
mar corpos unidos, disciplinados, e
instruidos, como os de estudos, cami-
nhos, correios, minas, presidios, e mon-
25 tes no ramo de governação, os de rendas
públicas e do thesouro no de fazenda,
e as inspecções das armas no da guerra;
cujas dependencias devem estabelecer-
se com tino, e aperfeiçoar-se com o
30 andar do tempo: pretender suprimil-
as, todas ou algumas, para refun-
dil-as nos ministerios, prurido que
teve alguma voga entre nós é um
erro nascido de falsas idas de admi-
35 nistração. Essas direcções geraes devem
encommendar-se a homens de especi-
alidade e applicação, proprios para
preparar e executar as decisões dos
ministros, que no regimen consti-
40 tucional nem succede durar muito
tempo nos postos, nem ser tão expe-
ciaes como politicos e parlamentarios:
são as repartições intermedias, de pro-
menores e de movimentos ao passo que
45 as funcções do ministerio são de im-
pulso, de discernimento, de censura,
e de generalidade. E consideram

[fl. 45v.]

50 como auxiliares indirectos da administra-
ção suprema, os tribunaes de contas, os de

commércio, e algum outro estabelecimento analogo.

Administração superior ou principal.

A administração superior: no civil está em cada provincia a cargo de um chefe, que não devera chamar-se politico, porque ainda iniciado no pensamento do gabinete, o sempre docil a seu impulso, não tem outras funcções mais que as administrativas. Sustem-se o systema politico, conservando a boa ordem e fazendo cumprir as leis. O politico se refere ao regimen do estado, e não á administração do paiz: entre nós o adjetivo politico tem-se usado em contraposição ao militar, em tempos em que não se discernia bem o administrativo; e agora que tudo se tem ensaiado, se conhece que a ordem politica na monarchia constitucional, não cae sob a autoridade dos empregados publicos, por mais que a lei lhes confira alguma attribuição fomularia, senão que se eleva a uma atmospha particular, donde se exercem, expontaneamente e entre ondulações as vezes tempestuosas os direitos concedidos pelo constituição aos cidadãos para influir na formação das leis; emquanto que na ordem administrativa tudo está bem determinado, ajustada a lei, e sujeita a responsabilidade. Em cuja attenção, e para não distrahir as ideas, parece que o titulo mais accomodado seria o de prefeito, tomado do commum repertorio

46
dos Romanos; e senão agradasse pelo escrupulo pueril de haver se anticipado os Franceses a apropriarl-o, o do governador ou corregidor da provincia, porque o character de governador ja não ~~he~~ applicavel com propriedade ao commandante militar nem ao commandante de armas, nas praças fortes nem em outros pontos.

A autoridade do chefe superior administrativo, ou governador, é delegada da administração suprema.

Estes agentes superiores, encar<re>gados
de ilustrar ao ministerio, devem ins-
peccional-o e vigial-o, sem que sejam
5 estranhos a nenhum dos movimentos
do corpo social: applicam á sua pro-
vincia a medidas extensivas a todo o
reino com as mais particulares
que lhes foram communicadas, ao mes-
mo tempo que como administradores
10 proveem a necessidades locais e
attendem aos interesses de economia
e fomento. Convem que se entendam
directamente com cada um dos mi-
nisterios cujas ordens recebam e
15 estejam encarregados de executar:
o communicar-se com elles por in-
tervenção da governação, como se
faz eno Brazil, é perda de tem-
po e trabalho.
20 Ao lado do governador ha de por-se
uma corporação, que ate certo ponto se asse-

[fl. 46v.]
melhe em ponto pequeno ao conselho de
estado. Tem-se proposto por nossos escripto-
25 res e por varios projectos de lei, chama-
a conselho de provincia. Sua utilidade
e incontestavel, e deduz-se dos principios
já citados. Suas funcções como conselho
devem ser: evacuar as consultas e informes
30 que o governador lhe pedir para formar ou
fortalecer sua opinião, ya [*sic*] em qualquer
duvida ou difficuldade que se lhe offereça,
já nos casos previnidos pelas leis, e precisa-
mente nos interesses e contas dos povos
35 e nas funcções consideradas como de protecção
e tutela a respeito dos mesmos ou de estabe-
tecimentos publicos para comprar ou ven-
der bens de raiz e para entablar pleitos ou
abandonal-os. Como julgado administra-
40 tivo terá conhecimentos das demandas e
causas contenciosas relativas a tudo que
antigamente estava a cargo das subdele-
gações dos diversos ramos de administração,
é a policia administrativa. As decisões des-
45 tes julgados convem que sejam fundadas:
se houvesse appellação, seja pela parte
demandante, seja pelo governador, se acu-
dirá ao rei em conselho de estado.

Ainda não estão bem fixas as opiniões
50 ácerca de alguns pontos concernantes aos

tribunaes administrativos das provincias,
ainda que os resultados são mui satisfac-
torios onde quer que se tenham plantado.
O que a tal respeito tratamos e propo-
mos ou é conforme ás opiniões mais
geralmente acreditadas, ou ao que enten-

47

demos mais apropriado para nosso paiz.
Assim os conselheiros de provincia devem
ser vitalicios, e constantemente nomeados
peto rei: sua proposta não julgamos oppor-
tuno confial-a exclusivamente ao gover-
nador, se não que poderia encarregar-se-lhe
que ouvisse a deputação provincial, e
acompanhára original o parecer della,
fundado na carreira, honradez, aptidão,
e laboriosidade dos ellegiveis, para que
em vista de todos consultasse o conse-
lho de' estado. O número de quatro ou
cinco conselheiros é o mais accomodado
para cada provincia, ou pelo menos
metade, lettrados ou jurisconsultos, com
goso de soldo fixo. O ministerio poderá
suspendel-os: tambem poderá propor ao
rei com justa causa o separal-os: mas
para isto se deverá ouvir precisamente
o conselho d' Estado, e se seu voto fosse
contrario á separação, se considerará
sem faculdade o ministro para reali-
zal-a. _ O governador presidirá o com-
celho de provincia em negocios consul-
tivos. Nos contenciosos não devera assis-
tir em obsequio ao principio de que os
que falham sejam distinctos dos que
obrem, e cujos actos dão motivo ás
reclamações e demandas. Sem em-
bargos as circumstancias em que se
acha a sociedade brasileira, em que
as autoridades tem visto eclipsar seu
prestigio, ja por effeito de uma legis-
lação insufficiente, ja por outros
motivos, pode ser exigirião que

[fl.47v.]

durante alguns años se conferisse aos
governadores a presidencia do julgado
administrativo de sua provincia para
procurar autorisal-os e dar-lhes influen-
cia, ao mesmo tempo que se inteira-se mais
o julgado no espiricto da administração. Quan-
to maior esmero se ponha em constituir e

adestrar a estes corpos, e quanto mais se procure assegurar o acerto em suas decisões, tanto menor será o número dos recursos á superioridade, com diminuição de negocios para o conselho de estado, economia de gastos e tempo para os interessados, e augmento de moralisação geral.

As decisões do conselho de provincia devem levar-se á effeito, a menos que se interposesse appellação.

Outra corporação reclama um logar distincto á frente da provincia, e é a deputação provincial. Composta geralmente de um deputado por cada partido judicial, elleito pelo mesmos ou mais elleitores que os deputados ás cortes ou ao parlamento, não está perenemente reunida, senão que se junta em epochas prefixas, que o devem ser pelo rei. É a provincia uma demarcação até certo ponto arbitraria ou convencional, criada pela lei, personificação civil e administrativa que tem direito á sua conservação e melhora, e cujos interesses collectivos estão representados pela deputação provincial. A natureza, origem e character desta conferem-lhe um grau consideravel de independencia e irresponsabilidade; e por isso mesmo exige a prudencia que suas funcções sejam taes, que não comprometam fa-

48

cilmente nem perturbem a correspondencia e concerto entre as diversas partes da ordem administrativa, e que se o fizesse excedendo-se ou abusando de suas faculdades, possa ser contida e nulla.

Cada deputado provincial devera ser elleito por cinco annos pelo menos, porque as renovações demasiado frequentes removem as paixões, ao passo que diminuem o estímulo do bem, e impedem que os homens possam depois de inteirados nos negocios, ser uteis nelles, e concluir as obras que começaram.

O objecto das deputações não pode ser outro que repartir as contribuições e cargos geraes e provinciaes entre os districtos e quando estes não estivessem organisados, entre os povos, assim como o contingente de homens para substituir os empregos; ouvir e decidir as queixas e aggravos sobre estes pontos; exa-

minar e approvar em seu caso o registo provincial que annualmente apresente o governador, e por conseguinte suas contas; evacuar informes, e expor ao rei o estado e necessidades da provincia, manifestando sua opinião e desejos ácerca de quanto possa interessar á sua melhor ~~ra~~ administração e fomento. As deputações deveram dirigir todos os annos ao ministerio uma memória ou exposição sobre estes pontos cujos documentos se publicassem. E convem que sejam necessariamente consultadas nas questões geraes ou particulares de interesse provincial, para que seus dictames illus-

[fl. 48v.]

trem a administração suprema, depois de chamar a attenção pública, e dirigil-a no sentido das melhoras verdadeiramente uteis.

Nas materias administrativas de ordem permanente connexionadas com a conservação social, corresponde á deputação da provincia o observar se se desempenha cabalmente o serviço publico, para representar o conveniente em caso contrario; e nas materias de interesse provincial immediato, o competem-lhe a iniciativa, a preparação, e o impulso. A execução deve estar sempre a cargo da administração activa, ou seja do governador responsavel, pois que as corporações não são proprias para operações activas.

Toda outra attribuição que se confira ás deputações provinciaes, produziria perturbação administrativa. Se exercessem funcções de autoridade dependentes da administração suprema, se incurriria no contraprinzipio de responder os ministros pelos actos de funcionarios que não tinham nomeado. Se as exercessem com independencia, não haveria unidade nem concerto na administração; e se as collocassem sob a dependencia immediata do poder supremo legislador, se conheceria o erro, ja intoleravel, de suppor nos que fazem leis incumbencias de administração, confundindo o que se tem chamado divisão de poderes.

Administração subalterna ou de partido.

A administração civil subalterna deve
[fl.49]

49

estar nos partidos ou districtos administrativos, que poderiam logo ser os mesmos que os judiciaes. Um tenente de governador á sua frente nomeado pelo rei, faria executar as ordens do governador da provincia nos povos do partido, servindo de intermedio para as cominunciações respectivas, e informando todas as reclamações, pretenções e requisitos dos povos e dos individuos.

Uma deputação de partido á emitação da deputação provincial, teria por objecto promover e sustentar opportunamente os interesses da demarcação. Cuja organização não aconselhamos hoje para o Brazil, porque seria superabundante em finccionarios e demasia da custosa; porém poderiam os districtos administrativos compor-se, para destinar-lhes um tenente de governador, de varios partidos judiciaes, ou bem poderiam deixar-se nos actuaes limites destes, encarregando-se pela lei ao alcaide de cabeça de partido o cuidado dos povos de sua dependencia, ainda que fôra necessario fixar-lhe maior *número de tenentes que os que correspondessem á sua povoação. E tal poderia ser agora ou com o tempo e movimento*⁵⁸ da povoação e industria n'algum partido, que conviesse estabelecer n'um conselho para decidir em primeira instancia ou negocios contencioso-admi-

[fl.49v.]

nistrativos, e desempenhar junto do tenente de governador as funcções que o conselho de provincia junto do governador.

Administração local ou municipal.

Finalmente a administração local ou inferior está nos povos. Aqui a acção da

⁵⁸ Esta parte em itálico foi colada pelo autor de uma outra folha de papel.

autoridade se acha frente á frente dos individuos, a quem obriga ao cumprimento immediato das leis. O povo é a unidade natural e inalteravel da familia social:

5 sua organização administrativa deve respeitar a propria individualidade, ao passo que conserva a harmonia no corpo do estado. Porque com effeito, o mesmo abandono de liberdade natural que sappõe [sic] no homem
10 sua reunião em sociedade civil, alcança ao povo que forma communidade com outros povos para constituir uma nação.

O povo ou a sociedade municipal une os individuos entre si, sem separal-os
15 nem desprendel-os do estado. Acomulação de homens relacionados pela povoação e parte componente de uma nação, é objecto da administração publica geral agregação de familias mancommuna-
20 das por interesses, bens e direitos, entra na classe de pessoa civil, capaz de prover a suas melhoras, contratar, adquirir, possuir, ajuntar e obrar em justiça como os particulares que é a administração local. O exercicio destes direitos esta regido em parte pela ordem administrativa, e em parte pela civil.
25 [fl.50]

50

30 A administração geral necessita em cada povoação um agente responsavel, e como tal nomeado por ella. A administração local necessita tambem um encarregado de sua direcção, eleito
35 pelo povo interessado. Se em cada localidade pagasse a administração geral um empregado ou agente, resultaria um gasto exorbitante e seria difficil conservar a boa intelligencia entre
40 elle e o mandatario e magistrado do povo, que tal é a indole de suas funções, por onde se turbaria a harmonia social, quando um e outro serviço devem concilliar-se apoiando-se simultaneamente. Estas considerações teem aconselhado que se reunam
45 ambos os cargos n'um mesmo funcionario, que é o alcaide. Entre o principio de que aos moradores corresponde nomear seu administrador especial,

e o que de nenhuma parte da administração geral pode exercer-se sem delegação do monarca e responsabilidade de seus ministros cabe uma concordância e conciliação nos termos seguintes. Ou a administração suprema propõe certo número de indivíduos, e os que fazem a proposta, e aquella a eleição; ou emfim, nomeam os moradores suas municipalidades, e entre elles se designa pela administração geral o que haja de desmpenhar as funcções de alcaide. Este ultimo systema é preferivel a todas as luzes.

[fl.50v.]

O alcaide não entende sua autoridade mais longe do termo ou jurisdição do povo; porem em sua pessoa se concentram todas as funcções de execução, no geral e no particular, no politico, e no administrativo e ate no judicial. É uma representação em pequena escala de todos os ministerios, alem de ser geralmente delegado dos tribunaes. Assim, é que nas povoações de alguma consideração, necessita ter o competente número de adjunctos ou tenentes para que o auxiliem em seus trabalhos.

A seu lado está o ajuntamento, de eleição vizinhal, corporação que reúne respeito do povo as funcções da deputação e do concelho de provincia com respeito a esta, com a differença de não entender nos negocios contencioso-administrativos.

O ajuntamento ou concelho, aristocraticamente constituido pelos romanos nos paizes de conquista, e afastado cuidadosamente para suscitar rivalidades de povos abolindo a nacionalidade, reapareceu no Brazil na idade média animado de espirito democratico para resistir ás superfluidades dos senhores e expulsar os ultrages da gente de guerra: posteriormente se apoderou d'elle a nobreza, e hoje é quando seu verdadeiro character, asighalar-lhe sus [sic] attribuições, que são os cuidados dos fundos municipaes, a acertada inversão de seus recursos, e a realização das melhoras progressivas. Suas funcções devem

ser essencialmente de deliberação e
inspecção, nunca de execução.

É de notar que nem a provincia
nem o povo são em rigor proprie-
tarios, senão usufructuarios dos bens
da communidade como pessoa civil;
muito menos o serão a deputação e o
ajuntamento, que não podem mais
que administral-os em proveito com-
mum.

Com o ajuntamento como concelho,
deve consultar o alcaide em quali-
dade de mandatario do povo, e ain-
da como agente da administração
geral, as difficuldades que lhe occur-
rem, posto que as providencias que
tome hão de affectar aos moradores;
mas sem iludir por isso a respon-
sabilidade que em todo caso accompa-
nha seus actos. Como corporação re-
presentante dos interesses especiaes do
povo, forma a municipalidade
na parte economica, e no que toca
á commodidade, ornato e [salu-
bridade], as ordenanças e regulamen-
tos municipaes, que são a legislação
interior permanente, e que por sua
transcendencia requerem a aprova-
ção do governador da provincia.
O alcaide representa ao povo em
juizo é fóra d'elle, e executa tanto
o disposto pelas leis e ordens da admi-
nistração superior relativamente
a interesses geraes, como o correspon-

[fl.51v.]

dente aos locaes proprios de suas attri-
buições e o acordado pelo municipio no
circulo de suas faculdades; para cujo
fim publica regulamentos, editaes e
bandos, de que se constitue responsavel. Pa-
ra conciliar e pôr em ordem um e ou-
tros interesses, de seu connexado ainda
não accordes se necessita intelligencia,
applicação, e sobre tudo boa fé e
patriotismo.

Examina o municipio o contencioso
municipal e as contas annuaes do
alcaide, dando-lhes sua approvação

se a merecem. E de todas as suas disposições, unicamente esta causa e suas contas, as ordens municipaes e outros accordãos capazes por sua natureza de comprometter o pagamento das contribuições, ou os direitos das gerações futuras, ou a tranquillidade ou os interesses da geração actual, devem submetter-se pela lei ao previo consentimento do governador da provincia para adquirir o character executivo: no demais só conhecerá esta autoridade em queixa ou reclamação de algum morador.

Como consequencia do acima mencionado terá a administração central de estar revistida das necessaria faculdades para obrigar, o mesmo aos alcaides que ás camaras a encerrar-se no círculo de suas respectivas funcções, e a prehencher-as segundo as leis, suspendendo em caso necessario a uns e a [fl.52]

52

outros: o rei poderá depor aos alcaides e seus tententes, e dissolver as municipalidades, sem prejuizo da acção dos tribunaes, quando a elle houver lugar.

Organisação da Policia administrativa.

A organisação da policia requer especial attenção e esmero. Os governos suspeitos e assustadores gosam-se n'uma policia politica, systema tenebroso de pesquisacção e espionagem, com que contrariam a seus inimigos e a toda a classe de descontentes. O [sic] governos astutos e poderosos a teem nas cortes estrangeiras para influir nos negocios alheios. E nos governos constituccionaes não consolidados, succedem os partidos politicos organizar tambem sua policia de estado para conservar o poder, e no fervor das paixões para opprimir a seus adversarios: esse é um abuso e um máo calculo. Entre nós são por fortuna tão ruins e corruptidos [sic]

os elementos que se prestam a tal officio, que inspiram desprezo e horror e fogem de aceitar seus serviços ao homem em autoridade que se prese tão somente de honrado.

Na monarchia onde ha o desafogo de falar e escrever sem censura

[fl.52v.]

deve a policia ser puramente administrativa, e judicial.

Sendo o objecto da policia administrativa cuidar da ordem, e por consequente da razoavel liberdade nas coisas de disfructo commum, divide-se [*sic*] naturalmente como a administração em geral e local. A policia geral comprehende o relativo á segurança publica e privada, á tranquillidade e boa ordem, e ao que chamamos sanidade, tanto no povoado como no despovoado: esta encomendada aos governadores das provincias, e sol sua dependencia aos alcaides. A policia local, que se subdivide em municipal e rural, se indureça ao bem estar interior ao [aceio], commodidade, e ornato das povoações, e ao respeito da propriedade em seu termo estendendo-se áquellas necessidades em que a falta de um systema geral e uniforme nunca pode offender ao corpo social: está a cargo dos alcaides como administradores populares, com sugeição ás ordens municipaes e ás resoluções das camaras que hão de votar nos assumptos os gastos respectivos, sem prejuizo de superior approvação quando passam mediar abusos ou desacertos.

A policia de segurança necessita de agentes organisados convenientemente para vigiar os diversos pontos do territorio, porque a sociedade considerada em

[fl.53]

53

massa é o objecto constante de sua solitudine. N'umas partes como em França, formam estes agentes a gendarmeria constituida militarmente ainda que com dependencia de

varios ministerios, segundo corres-
ponde ás suas attribuições. Noutras
como em Inglaterra, a organiza-
ção deste ramo da policia é pu-
ramente civil, e seus individuos,
ainda que formados e unifor-
mados por companhias, são antes
roudas sem armas que soldados:
- Os costumes de cada paiz in-
dicam os meios que necessitam
empregar-se para conseguir o
objeto: No Brazil hade pas-
sar muito tempo antes que possa
confiar-se a segurança pública
a agentes, que não tenham mais
recursos que seus braços, a auto-
ridade da lei, e a cooperação dos
transitorios.

A policia municipal e a ru-
ral exigem igualmente a orga-
nização de agentes especiaes, pa-
ra a conservação da boa ordem
nas povoações e nos campos, sob
as ordens dos alcaides.

Uma consideração mui impor-
tante convem expor ao occupar-

[fl.53v.]

se da organização da policia. Em toda
a sociedade ha gente mal inclinada,
e a quem só contem o temor do castigo;
mas as medidas de repressão participam
necessariamente do character da epoca,
do estado politico, e da legislação vi-
gente. Quando as leis permitem conden-
nar por indicios, suspeitas, e mãos in-
formes arespeito [*sic*] dos vadios, e aos re-
putados malfeitores, estando ao harbi-
trio das autoridades o purificar as povoa-
ções desta maneira de informes qualquer
organização de policia é sufficiente,
pois não ha mais que alargar as pri-
sões e os presidios, afim de que recebam
quanto indistinctamente se lhes en-
vie, restituindo-o mais tarde á so-
ciedade no mais alto gráo possivel
de corrupção.

Mas quando a legislação não con-
sente o castigo sem provas, nem o sim-
ples soquestro [*sic*] sem fundadas [presun-
ções], então o delinquente bastante des-

tro ou afortunado para não ser colhi-
do no acto de cometer os roubos, vio-
lencias, ou outros excessos, ou para reu-
nir as necessarias testemunhas contra
5 a sua, gosa de sua completa liber-
dade, e succede empregal-a em ~~en~~con-
certar-se com seus companheiros pa-
ra mudar novas expedições. Assim é
como em algumas grandes cidades da
10 Europa formam os ladrões e ratoneiros
massas tão numerosas, que mereceriam o no-
me de exercitos se se apresentassem reunidos e em
[fl.54]

54

armas. A sociedade se inquietaria
a toda hora sem semelhante praga
immunda aglomeração de todas as
[em branco] coherentes pela immoralidade,
não estivesse incessantemente viagia-
da e contida; e para vigial-a e con-
tel-a, para estorvar-lhe o crime
ou para lh'o provar de modo que o
ealcanse o castigo da lei, é indispen-
savel uma activa, honrada, e for-
te policia. Se a ella se agregam
já o pauperrismo filiado e indolen-
te que se desenvolve no seio das socie-
dades mui adiantadas, recebendo como
socorro ou esmolla o que negado se
tomaria como despojo, ja o outro pau-
perrismo dissimulado e activo de de-
zenas de milhares de pessoas, que
nas mesmas povoações saudam ao
sol da manhã sem saberem absolu-
tamente se encontrarão alimento pa-
ra aquelle dia ou albergue para
aquella noite, se comprehendera tro-
do [sic] o que se deve ter de vasto, de cumpli-
cado [sic], e de bem entendido o serviço
que, sugeitando tantos elementos
de desordem, mantem sem esforço
apparente e perceptivel a paz, a
segurança e o bem estar de uma
sociedade numerosa, trabalhado-
ra, e confiada.

[fl.54v.]

Afortunadamente não ha povoação
no Brazil onde se concentrem taes e
tantos inimigos da boa ordem; porêm os
50 vicios inseparaveis da humanidade, [?] o

uso generalizado nas classes inferiores
 das armas das armas [*sic*] prohibidas, faceis
 instrumentos de morte no calor das dis-
 putas, e a tendencia a buscar nos mon-
 5 tes o refugio donde se fomenta a [vida aiva-
 da], são circumstancias que não consentem
 o menos descuido na administração, se
 ha de proporcionar á sociedade da segu-
 rança a que tem direito. A policia deverá
 10 organizar-se do modo mais adequado á
 indole e ao estado do paiz tendo presente
 que seu character e o proteger sem vexar,
 e seu dever o não fazer-se esperar onde for
 necessaria o estar em todas as partes sem
 15 mostrar-se inoportunamente em nenhu-
 ma, o acudir aos incendios, manter a or-
 dem na marcha das carruagens, evitar
 rixas, deter in [*sic*] flagrante ao que [quebim-
 tar] as leis ou os bandos da autoridade,
 20 ou o que de qualquer modo molestar
 injustamente a outro, o impor sauda-
 vel terror aos delinquentes, zelar aos
 suspeitosos e proteger as pessoas e bens,
 sem incommodar absolutamente em
 25 nada ao homem bom e pacifico nem
 inspirar-lhe outro sentimento que o da
 convicção do importante serviço que lhe
 [fl.55]

55

30 presta noite e dia.
 Tanto o governador como os alcaides
 despoem para prehencher suas attribui-
 ções de policia, de seus respectivos de-
 pendentés do ramo; mas no caso de
 35 perigar a tranquillidade publica,
 ou a segurança de pessoas ou bens,
 se faz geral a obrigação de acudir:
 toda a fôrça organizada com este
 objecto especial, todo o agente civil
 40 ou municipal, como os regedores, e
 no campo os piões caminheiros, os
 guardas ruraes, [?] e cada qual se-
 gundo sua posição, devem apresen-
 tar-se em auxilio da autoridade.
 45 Quando fosse necessario, alcança
 igual obrigação á milicia nacio-
 nal, ás tropas do exercito, e a
 todos os bons cidadãos.

50 Policia judicial

A policia judicial esta naturalmente encarregada em parte preventiva aos agentes de segurança publica. Na parte repressiva ou criminal é uma delegação dos tribunaes ordinarios, para praticar as primeiras diligencias de instrução. E na penal ou correccional, é um supplemento aos mesmos tribunaes em causas leves, com objecto de evitar expedientes embaraçosos para elles, custosos e vexatorios para os interessados,

[fl.55v.]

e tardios para o escarmento.

A organização que institue aos alcaides, juizes conciliadores em demandas civis e nas injurias verbaes, juizes ordinarios para falar em questões civis de menor quantia, juizes de policia para castigar faltas leves, e juizes ou officiaes de instrucção para proceder de officio ou a instancia de parte, formando as primeiras diligencias nos crimes comettidos dentro de seu termo municipal é sertamente facil e pouco custosa, é uma facil concepção para sair do apuro, porêm que compromette em alto grau o serviço publico. Tantas attribuições, tão difficeis e transcendentaes, é quasi impossivel que sejam bem desempenhadas, quando se acumulam sobre as muitas que ja correspondem aos alcaides, como agentes da administração geral, e como administradores locaes.

Melhor fôra estabelecer juizes letrados de paz, que partidos nos povos de alguma consideração, se encarregarão das infimas funcções da ordem judicial onde não houvesse julgados ou tribunaes de primeira instancia, entregando-se a elles com a devida intelligencia, desembaraço, e afinco que são de esperar de sua carreira e posição. Este pensamento encontrará difficuldades no Brazil, a causa de requerer desimbol-

[fl.56]

sos do erario público; mas poderia
 adoptar-se o partido de eleger aos
 advogados mais idoneos para juizes
 de paz nos povos de sua residen-
 cia sem fixar-lhe soldo, nem ou-
 tras prerrogativas que as da pauta
 mui modica, tendo-se-lhes presen-
 te o merito contraido e a pratica
 adquirida nestes postos, para ser
 colocados mais adiante em promo-
 torias fiscaes ou julgados.
 A organização dos julgados de
 paz não é deste logar, por não
 pertencer propriamente á admi-
 nistração civil, ainda quando
 sejam actos civis as complacencias
 de conciliação que ante elles se
 celebram. De todos os modos, e ainda
 que se criassem estes julgados tão uteis,
 deveriam os alcaides conservar o unico
 e excepcional character na ordem ju-
 dicial e sob a dependencia dos
 tribunaes ordinarios de juizes de sim-
 ples policia municipal; isto é que
 nos pontos donde não houvesse juiz
 de paz, entendessem e julgassem a pre-
 venção com o de sua comarca, em todas
 as faltas leves por infracção de regula-
 mentos e bandos, em injurias verbaes,
 e em demandas ou reclamações de dam-
 nos e perjuizos por curtas e determi-
 nadas quantidades

[fl.56v]

Recapitulação

Tal é segundo bons principios, a or-
 ganização administrativa em sua ordem
 gerarchica e em seus diversos ramos. Uni-
 dade no systema; acção livre e desemba-
 rassada ao unico encarregado da execução
 em cada grau; conselho no obrigatorio
 para illustrar sua consciencia; e senten-
 sa ou decisão expedita para vencer obs-
 taculos, decidir contendas, e facilitar a
 acção. Responsabilidade em toda a esca-
 la administrativa, com presumpção de
 maior imparcialidade na administração
 suprema, alheia a interesses e inspiraões
 locaes e constantemente chamada a dar
 pública razão de suas determinações.

Uma ordem de agentes unicos e subordi-
nados que formam a cadêa de transmis-
são e ejecução; uma ordem de corppos colle-
giados, que rebustecendo o impulso central,
5 lhes servem de conselho e julgado; e outra
ordem de corporações de indole popular,
que impedem os descuidos e os estravios;
completam o systema donde melhor combi-
nados estão os interesses sociaes, os das partes
10 e o todo, os do centro e da localidade, sem
confusão, sem collisões, sem dificuldades.
O conselho d' estado em sua elevação, o con-
selho de provinvia e a deputação provincial
em sua mediania, o conselho de partido em
15 seu caso e [ilegível] municipio em sua
especialidade, constituem em toda ex-
tenção da escala um opportunissimos
apoios, ao passo que servem de contrapeso
á oppressão administrativa, assim como as
20 cortes servem de contrapeso á oppressão politica
[fl. 57]

57

com differença de que estas votam leis
e mudam ministerios, quando aquelles
25 tem que sugeitar-se precisamente á lei, e
abstrair-se da politica activa, que lhes
é materia inconnexa e completamen-
te estranha.

30 Dos funcçionarios ou agentes administra-
tivos.

Os empregados ou agentes da
administração publica são livremente
35 nomeados e separados pela lei, ainda
que com maiores formalidades e
mais detidos tranmites os que exercem
funcções quasi judiciaes. Esta é uma
consequencia da responsabilidade que
40 a todos alcança, obrigando-os a ser
órgãos fieis e exactos das leis, e ser-
vindo de prenda material de seu
bom comportamento. Está no interes-
se do estado que os empregados perma-
45 neçam largo tempo em seus destinos
ou carreira; mas o pertender que não
possam ser despedidos senão em vir-
tude de sentença judicial, é um
erro conhecido. Não ha tribunal que
50 alcance a guardar, apreciar, e casti-

gar certas faltas de zelo, de assiduidade, de intelligencia, de character, se maneiras para com o publico; pequenas geralmente, porém que [miudo-se] umas ás outras, ou aggravando-se pelo despeito de defraudada ambição ou outros motivos, servem de mau exemplo, e sem che-

[fl.57v.]

gar á constituir nem delicto, veem a occasionar quando menos o recargo de braços nas repartições ou de trabalho nos demais empregados. Pelo contrario, ainda que nas casas ou companhias particulares, donde são amoviveis e temporareos os encarregados e dependentes, se observa pelo regular maior e mais duro trabalho, mais subordinação, e mais constante empenho em acreditar-se e fazer-se necessario, cada qual no ramo que lhe pertence; tao pouco esta practica é applicavel á administração publica, por que não mediando e perseverante estímulo de interesse especulador de quem paga, e sendo antes tranzitorios os chefes dos ramos e officinas, ou poderiam estes por avareza dotar mesquinamente o pessoal, de modo que não fosse bom ou sufficiente para o serviço, ou caminhar por genialidade com suma frequencia os empregados, com que o desalentaria sua instabilidade não contrastada nem ainda pelo merito, e se impossibilitariam de adquirir os conhecimentos especiaes e a practica, que se são de necessidade para o acertado manejo de todos os negocios, hão de elevar-se a um character professional nos do público. Donde resulta que se a responsabilidade do superior, e o incentivo á applicação do inferior requerem a amabilidade nos empregos, com excepção ou restrição nos de judicatura, o interesse do estado aconselha e exige que de tal faculdade não se faça uso senão com-prudente e discreta parcimonia. Mediando crimes ou delictos, o empregado ja

[fl. 58]

58

e materia ao braço inflexivel dos tribunaes

5 Outro character das funcções admi-
 nistrativas é a subordinação. Cada em-
 pregado tem de ter attribuições proprias
 e perfeitamente determinadas, reconhecen-
 do-se sujeito á inspecção, e reforma ou
 emenda do superior. É igualmente a
 10 residencia, pois o empregado deve estar
 em seu posto; que não são os destinos
 um meio de satisfazer a vaidade, ou
 de entregar-se á madreice, senão um
 serviço continuo e penoso, que exige
 mais abnegação que as profissões inde-
 pendentés, com muito zelo público e mui-
 ta actividade. Se a administração con-
 15 serva a sociedade, é velando; se produz,
 é trabalhando. E o é emfim a fideli-
 dade. O empregado que pugne entre
 sua consciencia e sua obrigação de obe-
 decer, por que se lhe faça concorrer a
 20 medidas que julgue inconstitucionaes
 ou immoraes, deve renunciar: fóra
 desse caso extremo, e quaesquer que
 sejam suas opiniões politicas, a ad-
 ministração superior deve prescindir
 25 dellas, assim como o empregado não
 tem para que vociferar-as, posto-
 que serve ao estado e não aos parti-
 dos, e seu serviço, puramente ad-
 ministrativo, ha de ir sempre accom-
 30 panhado de esmero e boa vontade.
 O espetaculo de muitos funcçiona-
 rios de todas as cathogorias conspi-
 rando contra o governo que os man-
 tem, e gloriando-se delle depois
 35 [fl.58v.]
 de havel-o transtornado, é repugnante
 e revela uma degeneração moral, a
 que não se acostuma facilmente numa
 nação pondenorosa.
 40 Os empregados teem direito a um sol-
 do, a ascensos, e retiro, havendo cumprido
 *com probabilidade e zelo*⁵⁹. Se todo o ca-
 pital procede do trabalho, justo é que
 45 não seja improductivo o de homens que
 contribuem mui activa e directamente
 á conservação social e a todos seus pro-
 gressos. E contribuirão cada vez mais
 efficazmente, se se faz sua eleição

⁵⁹ Esta parte em itálico foi colada pelo autor de uma outra folha de papel.

com summo escrupulo e prudencia;
pois são como as differentes partes de uma-
grande machina, que em varios e
compassados giros propagam o movi-
5 mento em virtude de sem impulso
central, donde não se conseguirá a
regularidade e bom effeito, sem que ca-
da peca ocupe seu logar do modo ade-
quado.

10 O estudo da sciencia da administra-
ção, do direito administrativo do direito
publico e privado, da economia po-
litica, e das sciencias que illuminam
as artes, deve formar seu cabedal de
15 conhecimentos: os administradores não
se improvisam, e tão necessario lhes
é instruir-se para saber seu officio,
como para dar realce ao caracter
moral e temperamento d'alma de
20 que hão de estar revestidos e dotados.

Teem que levar sobre si uma grande
carga, e hão de poder marchar
sós, desembaraçados e firmes.
[fl.59]

25 59
A natureza e o exemplo formam
o guerreiro, o estudo o juiz: mas o ad-
ministrador hade formar-se a
si proprio, unindo ás disposições na-
turaes, o tacto delicado e o discerni-
30 mento que nascem da observação,
a reflexão illustrada que resolve
as difficuldades, e a paciencia
laboriosa que as vence. Com virtu-
de e sem talento, seria opprimido: com
talento e sem virtude, seria um mons-
truo; e quando o governo chegasse a
votar seus vicios, ja teriam estes cau-
sado o escandalo de uns, e a desmo-
40 ralização de outros
O empregado que obedece a seu
superior cobre sua responsabilidade.
Nos crimes e delictos communs to-
dos devem estar sujeitos aos tribu-
naes ordinarios, e o mesmo quando
se lhes acuse de corrupto ou venal.
Suas funcções os sujeitam a deveres
especiaes; e quando fazem um uso tor-
pe da posição que occupam não
50 merecem nenhuma consideração.

Pelo contrario no exercicio de suas
atribuições, e em consequencia de
actos propriamente administrativos,
não convem que possam ser accusa-
dos (excepto os ministros), sem preceder
autorisação do governo em consulta do
conselho d'estado. Esta practica se
deriva do principio da independencia
administrativa: sem ella os tribu-
naes poderiam invadir indirectamen-
te a administração, e por outra parte

[fl. 59v.]

careceriam os empregados de escudo e
defensa no cumprimento de seu dever.

Não hão de servir de victimas de sua
obediencia á autoridade superior; e só
a respeito della lhes cabe a responsa-
bilidade, quer tenham desconhecido ou
resistido seu impulso, quer tenham
deixado de prever ou consultar sua opi-
nião. Quando o inferior tem obrado sem
ordem ou contra ella, tem coberto com
pretexto de administração seus feitos de
homem, e deve soffrer seu castigo.

Mas quando tem obedecido ou cumpri-
do bem, quando um ministro, ouvi-
do ou não o conselho de estado, nega
a licença para proceder contra o em-
pregado por actos do serviço, faz sua
a responsabilidade, aceita as conse-
quencia do feito, e dando um aspec-
to politico a questão dispõem se a de-
fendel-a na tribuna parlamentaria.

Os alcaides gosam da salvaguarda
dos empregados, que nunca se refere á pe-
soa senão ás funcções emquanto tem pro-
cedido como agentes da administração ge-
ral, ou como executores dos pareceres
municipaes. Mas em suas malversações
como magistrado do povo, convem que
possam ser perseguidos ao igual dos
particulares. Neste mesmo caso se
acham os recebedores de contribuições, e to-
do o depositario infiel de cabedaes publicos:
os governadores das provincias hão de estar
autorisados para levar ante os tribunaes or-
dinarios a uns e outros quando a isso des-
sem logar, da mesma maneira que os che-
fes superiores de certos serviços especiaes.

[fl. 60]

a seus subalternos, como em montes, correios, louterias enquanto subsistirem, [ilegível]. Por que semelhantes assumptos não dão treguas, e a dilação poderia alentar a esperança á impunidade, ao proprio tempo que entorpeceria em sua origem os serviços que mais affectam aos interesses públicos e aos privados.

Da mais alta importancia é o que todas as restricções á liberdade absoluta dos individuos, todos seus cargos e obrigações, assim como seus direitos ao teor das leis, se recompilem e consigam clara e explicitamente em codigos que facilmente se consultem e manegem. Em todas as partes considereamos util a codificação, sem que nos façam fôrça as razões allegadas em contrario: No Brazil julgamol-a sobre necessaria, urgentissima. Quando não ha regras fixas e conhecidas, caminha-se por

por [sic] entre perigos e para-se commumente na harbitrariedade: o que manda, ou cede duvidoso ante qualquer opposição, ou bem irritando-se della ainda que fundada, castigal-a sem califical-a; enquanto que o mandado, ou se resiste ainda ás providencias mais justas, ou adquire o habito de submetter-se á obediencia possuido de um terror que o degrada.

Não é menos necessario classificar terminantemente os crimes, delictos e faltas que podem cometter os empregados como taes

[fl. 60v.]

e o estabelecer as penas relativas, para que em cada caso se faça effectiva a responsabilidade. De outro modo a desordem da injustiça [rasura] correrá as raizes da administração; e a impunidade os tentará seu triumpho diario, umas vezes por não ter penas fixadas outras por parecer desproporcionada e inaplicavel. O codigo penal deve conter os castigos irremissivel

mente impossiveis aos empregados que
se levantassem contra a obediencia á
autoridade superior, contra a execução
das leis ou ordens do governo, ou contra
5 a segurança interior do estado; aos que
fiscalisassem firmas, suplantassem
ou alterassem os feitos nos extractos e ins-
trução dos expedientes; aos que entras-
sem em funcções sem as formalidades
10 requeridas, ou não cessassem legalmente
notificados; aos que não guardassem
segredo em materias que o requeiram;
aos que extraviassem os cabedaes publi-
cos; aos que faltassem á integridade e
15 pureza prestando-se a qualquer gene-
ro de traficancias, e admittindo dadi-
vas ou tratando recompensas por
fazer qualquer coisa ainda que fosse
justa; aos que tomassem parte com
20 seus proprios fundos ou sem elles, nos
contratos fornecimentos ou outros
adjudicações, que a elles lhes tocas-
se administrar ou vigiar, ou bem
em creditos que tivessem de liqui-
25 dar ou pagar; aos que violassem
a correspondencia pública, aos que
[fl.61]

61
usassem de parcialidade, ou comet-
tessem vexações; e a quantos incorres-
sem em algum algum genero de excesso, ou
faltassem de qualquer modo ao mais
estricto cumprimento de seus deveres.
A inconstancia e indeterminação
35 denotam confusão de ideas e per-
petuam a desordem: o melhor sys-
tema de organização pessoal, e o
mais exacto methodo de expedição ma-
terial, valem pouco se os emprega-
dos não são a proposito; e não é
40 facil que o sejam, se alem de cui-
dadosamente eleitos não teem perfei-
tamente deslindadas suas attri-
buições, nem estão intimamente
convencidos de que obterão a recom-
45 pensa ou o castigo segundo o me-
recimento de suas obras.
Funcionarios de eleição po-
50 pular.

O que acaba de dizer-se dos empregados da administração geral e o que se juntar logo, é igualmente applicavel aos funcionarios de mais ou menos categorica eleição popular e aos subalternos que estes tivessem que nomear a seu tempo. A essencia dos coizas não varia, porque a prerrogativa nomeação radica numa parte ou n'outra.

[fl. 61v.]

Capítulo V

Accion⁶⁰ administrativa

Su⁶¹ caracter.

Para que as leis saiam da esphera das maximas ou das teorias, necessitam ser postas em acção. A lei é aqui o direito: sua execução é o feito. A lei determina a acção, porêem esta põe de sua parte as luzes da experiencia; de maneira que suas relações são as da teoria ou a practica.

Para que o feito, que é a consequencia; seja conforme ao direito, que é o principio, ha de ser a lei recta e sã entendida por todos os funcionarios que concorram a executal-a, e por todos os individuos a quem marque obrigações. Explicar a lei, amplial-a, suprir a seu silencio, determinar o que para conformar-se com ella devem praticar uns e outros, e fazer de modo que assim se verifique, é a acção administrativa: contrariar a lei não pode nunca.

Não consiste a acção administrativa em applicar (como faz a autoridade judicial) uma regra inflexivel a factos consumados, resultantes da instrucção de um processo, senão em antever os acontecimentos futuros, em tomar medidas capazes de desviar os adversos e de attrair os prosperos, e em satisfazer as necessidades numerosas e variaveis da sociedade para isso tem que recorrer de um golpe de vista toda a superficie do territorio

[fl. 62]

⁶⁰ Espanholismo do autor.

⁶¹ Espanholismo do autor.

5 combinar os interesses frequentemente
 encontrados de suas diferentes partes, e
 de suas diversas industrias, tomar em
 consideração os obstaculos moraes e phi-
 sicos que apresentam a povoação e o
 solo fraccionarios e subdividir-se até
 chegar aos froutos e attenções mais dis-
 tantes e fazer uso em beneficio de todos,
 10 de um poder que precisamente ha de ter
 muito de discripcional, e que o tem, ain-
 da que dentro de um circulo traçado
 pelas leis. A parte discripcional ou
 indeterminada dessa acção, consiste
 em que a administração mesma é a
 15 unica que apreciaos motivos de utili-
 dade de algumas de suas medidas.
 Tem-se dito que o melhor governo é o
 que está animado de melhores intenções;
 e a proposição é certissima sempre que
 20 se supponha a inteligencia necessaria.
 Não basta, com effeito, organizar a
 administração publica: é preciso dar-
 lhe impulso, regularisar seu movi-
 mento, e inspirar-lhe o espirito do bem,
 25 cuja acção é influxo possa dizer-se que
 não conhecem limites porque não teem
 conta as occasiões e os instantes de sa-
 tisfazer uma necessidade. Supposta a
 indispensavel preparação nos funcçiona-
 30 rios administrativos, e a instrucção de
 que acima fizemos merito, deve seu carac-
 ter moral ou sua boa intenção fazer
 que em suas relações com os adminis-
 trados sejam pacientes, attendendo ás
 35 queixas e reclamações, que exemptos de
 [fl. 62v.]
 orgulho rectifiquem e emendem seus pro-
 prios erros, que julguem e apreciem os ne-
 gocios, não as opiniões politicas dos interes-
 40 sados, e que não deem credito exclusivo a ne-
 nhum partido ou classe de pessoas, por temor
 de fazer-se parciaes. Uma decisão sem limi-
 tes pelo cumprimento de seu dever, uma
 integridade que brilhe em esplendida delica-
 45 deza, um ardente desejo da felicidade pública,
 um [honror] seus postos com virtudes priva-
 das, tanto como com virtudes publicas, uma
 imparcialidade inalteravel, uma benevolen-
 cia activa, uma constante solitudine, mi-
 50 radas, e ate differença onde coubesse; essa boa

intenção é a que attrae e capta a confiança, em que consiste a fôrça principal da administração, e que escusa e economisa muita parte do mando. Com este preço e condições
5 teem tambem direito os funcçionarios publicos á consideração e respeito dos cidadãos, e á protecção que lhes dispensam as leis, signalando proporcionado castigo a todo o que os offendesse, ou devendo-lhes obediencia se
10 lha negasse.

Temos visto que a applicação das leis tem tres principaes objectos: as relações da nação com as demais; as relações do estado com os individuos entre si. Segundo
15 o objecto toma differente character a acção do poder. Na communicação internacional é a personificação do paiz que occupa seu posto n'uma concorrência de iguaes, donde não se reconhece juiz
20 sobre a terra, se ja não serve de tal a razão. Nas questões entre individuos institue a autoridade judicial, e entregando-lhe o deposito da justiça, anula-se
[fl. 63]

[fl. 63]

63
ante suas sentenças. Nas relações entre os individuos e o estado, leva ao contrario uma fôrça irresistivel acompanhada de responsabilidade.

30 A acção administrativa ha de ser illustrada, justa e prudente. Se não houvesse bastante illustração para penetrar o pensamento criador da lei, e para conhecer a indole das difficuldades
35 que encontra sua applicação, com o modo de salvar-as ou vencel-as, faltaria a correspondencia entre o preceito e a execução, e os resultados seriam quando menos incompletos: Se
40 não tomasse por guia a justiça, que nos casos indeterminados é a equidade, careceria de força moral e de ascendente, suscitaria a opposição dos
45 agravados, porque só a justiça é a que não agrava, e teria que substituir a força material ao imperio da razão. E se lhe faltasse a prudencia, conselheira da opportunidade e dispensadora do tacto para manejar aos
50 homens, se privaria do cordeal apoio que

d'outra maneira devera encontrar na
generalidade dos administrados. O es-
pirito vivificador das qualidades que
ha de ter acção administrativa,
é a boa intenção que tanto temos
encarecido.

Considerando pois, planteada a
organisação administrativa, tal como
a temos applicado á monarchia consti-
tucional, e posta sempre á vista no
nosso Brazil, ainda que singindo-nos
ao desenvolvimento de principios ja

[fl.63v.]

sentados, diremos que quando as funcções
são desempenhadas por um agente único,
é a administração essencialmente activa, que
quando a este agente se lhe dão conselhos, é
essencialmente detiberante, e que quando
se toma decisão em direito, é essencialmen-
te contenciosa. A generalidade dos individuos
se amolda á lei emquanto a conhece;
e assim bastam-lhes as communica-
ções ou prescripções da administração
activa ou directa. Alguns fazendo-se sur-
dos ou aludem ou quebrantam a lei, e
para elles são as desposições coercitivas
ou penaes. E outros allegam fundadas
excepções, que devem decidir-se pela via
contencioso-administrativa.

Acção Directa.

A administração funciona necessaria-
mente em duas distinctas esferas: ou
caminhando directa e immediatamen-
te a seu objecto, consulta a utilida-
de [sic] pública, prove aos varios serviços, e
obra expontaneamente sem haver sido
provocada senão acaso pedindo-se-lhe
auxilio; ou antes encontra em sua
marcha os interesses individuaes com
que se toca, e que reclamam contra
ella.

Quando caminha directamente o obejc-
to, pode ser:

1º_ Orgão de comprovação para buscar,
recolher, e transmittir os esclarecimentos,
para inspeccionar, confrontar e apreciar
os documentos e informes, e fazer declara-
ções autenticas;

2º _ Instrumento de operações puramente materiaes, que maneja os bens e propriedades communs, adquire e engana, executa obras públicas repara-as e mantém, exerce acções activas ou passivas sustentando litigios, recebe as rendas públicas e paga os gastos, fazendo as correspondentess liquidações;

3º _ Fôrça moral, com certo poder, ainda que sem rigora autoridade, que gosa da prerogativa indeterminada e eminentemente benefica de fomentar instruindo, animado, recompensando, assistindo, protegendo, e soccorrendo aos individuos; e de vigiar, autorizar, y⁶² dirigir ás corporações prestando-lhes seu apoio tutelar;

4. Autoridade positiva que manda em nome do precommunal, umas vezes no concernente as coisas, como quando pela declaração de utilidade pública somente a certos serviços a [propri<e>dade], e outras no tocante ás pessoas, procurando em serviço da sociedade o cumprimento das leis e a obediencia dos agentes administrativos, ou dos contratadores da administração, ou dos individuos particulares.

Esta autoridade se exerce: ja por regulamentos, ordens e instrucções, que levam certo character de generalidade, que se estendem aos casos analogos antecipando-se ao futuro, e teem muito de imperativo ou obrigatorio no ramo do serviço que abraçam;

[fl.64v.]

ja por medidas locaes, momentaneas, e individuaes. Em sua ordem a administração requer, prescreve, permite, ou prohi-be. Succede chamaram-se regulamentos de administração publica os que firmam os ministros; regulamentos administrativos os que emanam dos governadores das provincias, e municipaes os da autoridade local.

⁶² Espanholismo do autor.

Os promenores de execução das leis, as precauções provisórias ou accidentaes, e as coisas que requerem a vigilancia da autoridade que administra, mas que a attenção do supremo poder que legisla, são objecto de regulamentos, ordenanças decretos, e editos que emanam sempre do rei: actos de magistratura, assim como as leis o são de soberania. Não podem os regulamentos, e mais disposições de applicação, autorizar impostos, nem definir ou qualificar delictos, nem estabelecer penas, nem prejudicar aos direitos publicos dos cidadãos, nem estatuir sobre seus direitos privados, porque estes pontos são objecto de lei; senão unicamente desenvolver no sentido da lei mesma, os principios cujas consequencias lhes são por ella encommendadas. Todo o demais é um abuso, e uma infracção das regras constitucionaes.

O concernente a assumptos locaes, : e especiatmente em materias de boa ordem ou policia, é objecto de regulamentos e bandos particulares ou municipaes, que possam dictar-se e publicar-se pelas autoridades respectivas [fl. 65]

65
sempre sujeitos a superior revisão ou revocação, em caso de conter medidas injustas ou erroneas, ja porque assim o exige o melhor acerto, ja porque cem sob a responsabilidade ministerial.

Acção jurisdiccional.

Quando a administração tem que pronunciar sobre interesses que se lhe oppõem, ou que chocam entre si em assumptos publicos, pode dar quatro generos de decisões;
1 _ Repartir equitativamente as cargas [sic] e gozes communs, entre os que estão submettidos áquellas, ou teem direito a estes. É uma mera operação administrativa, que descança sem embargo sobre o juizo estimativo dos respectivos direitos, e que admite discussão com os interessados: a administração

obra de officio. Isto é, equitativamente entre os particulares em causas publicas.

2 Examinar e cogitar as contas do erario publico, e dos estabelecimentos da mesma classe. Aqui precede sempre uma discussão contradictoria, sem que geralmente tome character de litigio: o responsavel dos cabedaes apresenta os documentos comprovantes da legitima inversão; e a decisão administrativa se proporciona aos meritos. É o negocio entre um depositario de fundo e o estado ou suas dependencias.
3 Resolver sobre as reclamações que se

[fl. 65v.]

elevam contra seus proprios actos. Então o negocio se faz contencioso e tem certa analogia com os juizos dos tribunnaes em materia civil. É entre um particular e o publico.

4 _ Reprimir em certos e determinados casos a violação das leis e regulamentos administrativos, por uma faculdade especial emanada da lei, ou prover á recompensa de damnos e perjuisos. O negocio é tambem contencioso ao teor dos juizos ordinarios em materia de simples correcção. É contra o individuo em applicação executiva de uma disposição penal.

Jurisdição administrativa.

No contencioso-administrativo, o litigio suppõe a existencia anterior de um acto de administração, e nasce da reclamação a que este acto tem dado logar. O que em sua origem não era mais que uma operação de administração activa, se transforma em contencioso com occasião do perjuizo que experimenta ou pretende experimentar o que reclama. Este litigio é a luta real ou aparente do interesse commum. Assim, para cortal-a basta frequentemente definir e aclarar um e outro de ambos os interesses, com o que se põe em evidencia o direito, e suc-

cede desvanecer-se a reclamação.

Aos litígios administrativos podem
[fl.66]

66

5

unicamente dar origem: a repartição de cargos e disfructos communs; as operações resultantes de contratas, subministros, e empresas de obras publicas; a applicação das diversas serventias de utilidade pública; as requisições exigidas pelo serviço do estado; a concessão das causas publicas, reclamadas por terceiro; e em geral todo o acto administrativo, que havendo criado entre o estado e uma communidade o individuo direitos reciprocos não fundados no direito commum, promove contestações que não podem resolver-se senão pela interpretação daquelle acto. Por onde se vê que quando a administração pública forma regulamentos para a execução das leis, ou os applica aos casos particulares e indefinidos que apresentam, exerce o mero imperio: limita-se a exigir a obediencia dos cidadãos. Mas quando decide, depois de debater contradictorios, sobre as reclamações suscitadas por interesses que se lhe oppõem, exerce o mixto imperio a que é inherente a jurisdição. A regra para deslindar umas e outras attribuições, é que pertence á administração pura ou activa o que participa mais do character de mando que do de jurisdição; é a administração jurisdiccional o que tem mais

10

15

20

25

30

35

[fl.66v.]

40

de jurisdição que de mando. Na primeira catégoria entra o que se toca unicamente com o interesse ou a conveniencia; e na segunda o que prejudica ou [ilegível] direitos [existentes].

45

A lei confere jurisdição sempre que dá direito de applicar as leis aos casos particulares, por decisões cuja fôrma determina cuja execução autoriza.

50

A jurisdição administrativa ou o direito

de conhecer e decidir, tem dois caracteres distinctos: é voluntaria, e contenciosa.

A primeira, que tambem se chama regulamental ou discripcional, exerce-se por reclamação de uma, ou várias pessoas, sem tranmites contracditorios. Sobre este acto expontaneo de um ou muitos particulares pode ou não recair resolução administrativa.

A segunda exerce-se entre interesses oppostos, que são o privado e o público, ventilando-se contradictoriamente o direito entre as partes, uma das quaes tem citado a outra em juizo. Aqui sempre ha de recair decisão quasi judicial.

A jurisdição voluntaria corresponde aos agentes activos da administração: a contenciosa aos julgados administrativos. E ha outros actos de jurisdição que correspondem privativamente ás deputações provinciaes, e sob sua dependencia ás deputações de partido quando as houver, que são as decisões em materias de repartes publicos.

[fl.67]

67

Para que um litigio conserve o caracter de administrativo, é necessario que a reclamação não se funde sobre nenhum titulo que pertença ao direito commum, porque então é da incumbencia dos tribunaes ordinarios, ou do contencioso judicial.

Differencas entre a acção judicial, e a administrativa, activa, e contenciosa.

Entre a autoridade judicial, e a acção administrativa, activa e contenciosa, ha as differenças essenciaes:

A primeira applica as leis a casos previstos; pronuncia entre pessoas ou coisas privadas; funda-se em convenios, documentos, e testemunhos autenticos para decidir por regras escriptas e absoütas sobre direitos positivos; necessita ser provocada e solicitada; pronuncia sobre feitos preexistentes e individuaes; declara o direito; e castiga o crime, o delicto, ou a falta.

A segunda deve estar encarregada

pelas leis de estender suas prevenções de preceito ou prohibição a particularidades a que ellas não tem podido ou querido descer, dicide sobre assumptos politicos, ou entre a causa pública e a privada; consulta a utilidade geral e o interesse da ordem pública, guiando-se por consideração de equidade, ou de pura conveniencia; obra expontaneamente; olha ao futuro e provê as iven-tualidades; faz frequentemente nascer o direito; previne e evita os accidentes

5

10

[fl.67v.]

15

e a desordem; e indemniza de danos e perjuizos.

20

25

30

35

40

45

50

E todavia ha outra differença mui substancial entre a autoridade judicial ordinaria e a administração contenciosa, e é que na primeira se dicidem os negocios pelos votos de certos numeros de juizes, sem recurso no humano para volver á luz um expediente fenecido, nem para castigar aos que julgassem mal em ultimo termo; emquanto que na segunda pode considerar-se que o, negocios nunca fenecem ate que resolvem em equidade, porque não se aquietam nos paizes bem governados o administrativamente offendido, que tem o arbitrio de appellar á oppinião publica, e de provar o agravo ante os corpos legislativos, donde se accusa e se exige a responsabilidade aos órgãos da suprema administração. Se estes exemplares são pouco frequentes, é, ou porque carecem de fortaleza de animo os aggravados, ou porque a maior parte dos que se queixam não o fariam se podessem os que escutam examinar seus expedientes e pezar umas e outras razões, ou porque se atrevessem periodos terriveis de convulsão, de irregularidade, e de vingança, durante os quaes não se pode contar com razão nem com justiça em nenhuma parte. O que se deduz da essencia da organização administrativa e de sua ordem de procedimentos, é que as seguranças ou garantias que ali encontram no estado normal os direitos de cada um, são superiores, como se indicou anteriormente, ás de qualquer outra combinação, posto

que em difinitiva é o paiz quem vem
a julgar e decidir as reclamações dos individuos.

5

Auxilio das leis á administração.

10

As leis devem prestar á administração pública varios generos de assistencia para o desempenho de seu cargo. Assim, ao manejar o patrimonio público, sem outra representação ante os tribunaes que a da pessoa privada, disfructa sem embargo, privilegios a favor do thesouro para as cobranças, emprega fórmulas particulares nas acções intentadas por ella e contra ella, e tem garantias especiaes a respeito dos que interveem nos fundos da comunidade.

20

Corresponde ás leis estabelecer e attribuir uma sancção penal aos regulamentos que formar a administração, e ás medidas que poder tomar no desempenho de suas funcções, investir-lhe necessariamente o character lato e dentro de certos limites discrecional que lhe corresponde; consagra por igual sancção e requisito de várias autorisações conferidas por ella aos particulares; assegurar a independencia da ordem administrativa, e a consideração que lhe é devida; reprimir e castigar os abusos de poder por parte de seus agentes; proteger as causas publicas e os serviços administrativos; e encommendar geralmente aos funcionarios e agentes da administração algumas attribuições relativas á marcha da instrucção criminal.

25

30

35

40

Na repressão pela via administrativa

[fl.68v.]

das leves infracções aos regulamentos e ordens, e na indemnisação de damnos occasionados á causa pública, obra a administração de um modo excepcional, e tão somente em virtude de faculdades concedidas pelas leis em casos especiaes e determinados. O effeito das penas administrativas limita-se a destruições demolições, restituições e resarcimentos: as multas e embargos

45

50

que n'algumas circumstancias impõe, são
tambem ou uma especie de reparação,
ou uma pena ao desacato da autoridade,
ou um supplemento á acção dos tribu-
naes em assumptos expeditos e de me-
nor quantia.

Acção da administração suprema.

Assentes as maximas que regulam a
acção administrativa, ou as relações entre
os administradores e os administrados, exa-
minemos sua applicação na ordem das
categorias.

A acção da autoridade régia manifes-
ta-se de quatro maneiras: ou fazendo uso
da fôrma discrecional e graciavel que
nomeia, institue, e revoga os funcionarios
publicos, e distribue recompensas, e con-
decorações; ou prescrevendo medidas nos
differentes ministerios, para assegurar o
bom serviço; ou tomando disposições supre-
mas que estatuem de uma maneira
geral e solemne com relação aos in-
teresses publicos; ou resolvendo difiniti-
vamente em conselho de estado os assump-
tos contencioso-administrativos.

Os ministros referendam os documentos
que levam a rubrica do principe, auto-
[fl.69]

69

zam [*sic*] como responsaveis os actos emana-
dos da régia vontade, e teem parte no
governo como immediatos conselheiros. Exe-
cutam além disso actos de simples negocio
em intervenção nem concurso da corôa.
Estes ultimos actos que são os mais nume-
rosos, deverão levar o sello exclusivo da
autoridade do ministro, pois o invocar o
nome do rei para as mais insignificantes
disposições, como se faz no Brazil, e
prepetuar um costume de tempos di-
muidos; desnecessario, porque sa-
bido é que o ministro não tem autoridade
senão delegada do monarcha; viciosa, por-
que é contrária á verdade material dos
feitos; e inconveniente, porque sem
realçar ao throno, desnaturaliza o ca-
racter de seus primeiros agentes, que
não parece senão que buscam um

escudo, quando elles deveria servir de
tal. Nesta parte [as] fórmulas mais
[varocús] e gallantes são as usadas em
Inglaterra.

Não ha autoridade de mando nos
ministros quando negociam ou
contratam em nome do estado, nem
quando dão noticias e esplicações. Os
mais actos são da autoridade, e os
exercem, ja sobre os agentes admi-
nistrativos que lhes estam subordi-
nados, confirmando, reformando,
ou annullando suas disposições ja
sobre a generalidade dos individuos
no espirito das leis.

Exercem tambem os ministros
certa jurisdicção, emquanto dicidem
varios negocios de natureza con-
tenciosa, que admittem appellação

[fl. 69v.]

ao rei em conselho d'estado. A sentensa
ou a decisão do rei em conselho d'estado
hade receber a aceitação de um minis-
tro, e levar sua firma responsavel:

mas o ministro que alguma vez se
resolvesse a instar ao principe pa-
ra separar-se daquella respeitavel
determinação, usará de um direito que
deve economisar muitissimo: e que é
assumpto de grave responsabilidade.
As instituições se acreditam e mantem
pelo bem que dellas resulta. Se o conse-
lho d'Estado não adquirisse uma al-
ta reputação de sabedoria, e impar-
cialidade, minar-se-hiam seus, pro-
prios cimentos; e se os mesmos se pro-
nunciassem caprichosamente contra
as decisões daquelle corpo, desconcerta-
riam a administração.

Os directores geraes ou chefes dos
differentes serviços especiaes, não podem
exercer autoridade mais que sobre
seus subalternos e dependentes: as me-
didas que em harmonia com as leis
hajam de dictar-se de resultados de
seus trabalhos, e que interessem aos
particulares, necessitam ser pres-
criptas e intimadas a estes pela
autoridade civil ou administrativa.

Acção da administraccion⁶³ provin-
cial.

A acção de autoridade civil da provin-
cia é do governador. Notifica, transmite,
5 e faz executar as determinações da au-
toridade suprema; provê por suas propria
[fl. 70]

70

disposições ás necessidades do serviço publi-
co provincial no interesse economico do
territorio que administra. Todos os chefes
e empregados no ramo civil, correspon-
de que estejam sob suas ordens no rela-
tivo á concorrência no desempenho das
15 funcções respectivas. Procede sem carac-
ter de autoridade ou mando quando
vigia, dá conta, ou evacua infor-
mes, quando entalha ou sustem acções
sobre a propriedade publica ou sobre
20 os bens provinciaes; e quando maneja
alguma parte do patrimonio do
estado em seu nome, ou as rendas
particulares da provincia. Ao ins-
peccionar os differentes ramos do servi-
ço publico, não só exerce um direito,
senão que cumpre com um dever. Obra
com attributo de protecção ou tutela
com respeito aos estabelecimentos pu-
blicos e dos concelhos, ao examinar as
30 causas, autorizar obras, ao revisar as
contas, e a aprovar certas delibera-
ções. E exerce autoridade de mando
sobre seus subalternos, e n'alguns
casos sobre os particulares, ordenan-
do em detereminadas materias por
medidas geraes, requerendo ou dici-
dindo, especialmente em pontos
de applicação e pormenores, ja no
40 interesse da governação, da ordem
publica, e da utilidade geral,
ja no da execução de obras ja
no da cobrança de impostos.
Esta ultima attribuição lhe corres-
ponde naturalmente quando ha

45 [fl. 70v.]
um bom systema de fazenda publica, e
estão metodizadas as contribuições geraes
e as provinciaes.

⁶³ Espanholismo do autor.

A acção do governador da provincia é de transmissão das leis aos administradores e das reclamações destes á superioridade, emquanto não lhas poder <satis> fazer por si, como uma agencia de communicações reciprocas entre a vontade geral e os interesses particulares e directa sobre as cousas e pessoas em tudo o que incumbe a sua autoridade; e o é tambem em procurar a execução por parte de seus subordinados. Porque o governador, assim como o ministro, teem menos que executar por si, que obrigar os outros a que executem afim de que esteja bem desempenhado o serviço em cada um dos povos de sua demarcação e cuidado. E respeito do publico, se tem dito com oppor- tunidade, que não tanto hade querer-se que faça como fazer-se que queira.

O mandar e fazer cumprir o mandado, leva comigo os actos seguintes: 1º instrucção, que é explicar aos empregados inferiores as leis, regulamentos, ou ordens que devem executar, e aos administrados o que lhes corresponde cumprir: 2º especificação, que é dictar as disposições especiaes requeridas pelas circuns- tancias de tempo e lugar: 3º impulso, que é determinar e activar a execução: 4º inspecção, que é inteirar-se de se se virifica: 5º com- provação, que é fazer-se dar conta do exe- cutado, e receber as observações dos subalter- nos; assim como as reclamações das pessoas que se considerem prejudicadas: 6º autorização [fl. 71]

71

que é admittir ou desprezar as proposi- ções de interesse publico no circuito de suas faculdades: 7º. censura, que é fazer cum- prir com os seus deveres os superiores que os desconheçam ou esqueçam: 8º. revogação, que é reformar ou annular os actos contra- rios ás leis ou ordens superiores: 9º. emen- da, que é fazer reparar as omissões ou injustiças; e 10º. correccção ou castigo, que consiste em suspender aos funcionarios incapazes, destituir ou fazer destituir aos negligentes, e perseguir criminal- mente aos prevaricadores.

O governador, ainda que em certos casos exerce jurisdicção que deve conferir-

lhe a lei nunca pode decidir por si só os negocios que tomem a fôrma contenciosa; pois esta attribuição corresponde ao conselho de provincia.

Com respeito da deputação provincial, obra o governador, ou como representante da autoridade real, ou como administrador da provincia. Com o primeiro character, mantem a deputação dentro dos limites [*sic*] de suas attribuições legaes, como incumbencia de ordem e policia repressiva, e estabelece as relações entre ella e a administração suprema. Com o segundo communica-lhe documentos e noticias que lhe sirvam de governo em suas deliberações; propõe-lhe os trabalhos e gastos de utilidade provincial, e os meios de cobril-os; apresenta-lhe os gastos e suas contas despois [*sic*] de verificadas as obras; e da mesma deputação re-

[*fl. 71v.*]

148

cebe a seu turno as propostas, projectos, e consultas em beneficio da provincia, que com sua approvação possam realizar-se ou que deva remetter ao ministerio com seu informe. É, enfim o executor de tudo o convencido e legalmente approvedo.

A acção da deputação provincial participa de [*taes*] caracteres: o cargo de repartir o [*em branco*] das contribuições geraes e o de homens para o exercito, que se houvessem assignalado á provincia, com o direito de resolver definitivamente nas reclamações; a obrigação de deliberar sobre as contribuições provinciaes, e sobre as materias de interesse administrativo para a provincia com obediencia á approvação da administração geral, e a faculdade de expor e pedir ao rei as melhoras que julgue convenientes ao bem da mesma provincia. No primeiro conceito obra a deputação como suberana, á maneira de emanação do poder supremo em suas funções legislativas: criação que se tem julgado necessaria para procurar a maior independencia n'uma atribuição importantissima, cuja responsabilidade moral é ante os proprios electores interessados na mais escrupulosa equidade. Sem embargo ha um interesse social que é o de dar a maior la-

titude possível aos direitos e reclamações dos particulares, o qual em nossa opinião aconselharia a admissão do recurso contencioso ao rei em conselho d'estado, contra as injustiças ou erros que nos repartimentos podesse cometer uma deputação provincial, porque nada é mais doloroso que o [fl. 72]

72

cerrar hermeticamente a porta ás queixas do que se considere aggravado. No segundo e terceiro conceito representa a deputação os interesses geraes da provincia, em todo o concernente a promover-os com oportunidade, e a evitar que a administração suprema ou central os desatenda por modo algum, ou resolva sobre elles de uma maneira desacertada.

Se uma deputação se excedesse de suas attribuições, corresponde ao rei pronunciar a nulidade de seus actos illegaes.

Os tenentes de governador nos partidos hão de ter uma acção limitada, dependente da do governador, em especial respeito do cobro das contribuições.

Acção da administração municipal.

A acção do alcaide na ordem administrativa, e prescindindo de suas funcções como official da ordem judicial, é, ou de delegação da administração geral para a execução das leis e regulamentos, ou de representantes e órgão do concelho ou do povo

No primeiro caso, e por delegação sob as ordens da administração superior, certifica e autoriza informações e comprovantes; notifica e executa, procurando a applicação

[fl. 72v.]

última e immediata, individual e positiva das leis, regularmentos, e desposições de administração geral, e zelando sua execução; mantem a ordem pública

no povo e seu termo, com faculdade de prescrever medidas de policia [as] effeito; e n'alguns casos pronuncia e fala em difficuldades cuja soluçao se lhe submette, ejercendo jurisdicção contenciosa.

No segundo caso e por delegação directa da lei e sob a simples vigilancia da administração superior, maneja e cuida o patrimonio do povo, dirige as obras públicas delle, livra para os gastos, exerce as acções do commum, e em occasiões deve estar revistido de uma especie de patronato officioso para os habitantes. Assistido em tudo o de alguma gravidade das luzes do municipio, executa seus accordãos relativos ao reparto de cargos locaes, e aos demais pontos em que a corporação municipal está facultada para legislar e acordar, previa a superior approvaçao quando fosse necessaria.

Tutela administrativa.

A tutela exercida pelo governador da provincia sobre os povos alcánça também ás provincias, e a certos estabelecimentos publicos, não em um sentido humilhante, senão em um espirito previsor e n'um ramo determinado. Destinadas estas existencias sociaes a perpetuar-se, se acha frequentemente no interesse da geração actual em pugna com o das gerações futuras [fl. 73]

73

Aos habitantes, por exemplo, de um logar lhes viria mui folgado o repartir-se todos os bens de concelho, ou vendel-os para pagar as contribuições alguns annos, assim como o celebram emprestimos cujo producto se apropriassem elles, deixando aos futuros a carga do interesse e amortização. Poderia succeder assim mesmo que alguns administradores dos logares e de estabelecimentos publicos, sacrificassem a seu particular interesse os bens dos administrados ou que os compromettessem imprudentemente em pleitos injustos ou rui-

nosos. Contra taes e outros abusos
ha que previnir-se, estabelecendo a
protecção e defesa dos habitantes
futuros, e confiando-lhas a uma
autoridade imparcial e desinte-
ressada. Esta não pode ser outra se-
não a administração responsavel, a
qual não só cuidará de que não se-
jam sacrificados os interesses pos-
teriores aos presentes, senão tam-
bem de evitar o vicio opposto por-
falta de intelligencia ou de zelo pa-
ra promover os differentes ramos
do publico bem estar. O governador
da provincia é o tutor natural de
taes interesses em sua demarcação: o
concelho de provincia é seu concelho
de tutela. O rei com o concelho d'esta
do deve decidir nas difficuldades e dis-
cordancias.

[fl. 73v.]

Acção da policia

A acção da policia administrativa
de distinguir-se pela vigilancia, pela
celeridade, pela exactidão, e por aquelle
caracter paternal proprio de uma admi-
nistração protectora e illustrada. Ao obri-
gar a cada individuo a submeter-se ás re-
gras de vigilancia nas relações de boa
visindade e no desfructo das causas com-
muns, propõe-se evitar desgostos, trans-
tornos e perjuizos na generalidade.

Ao alcance de todo individuo que
infringir as disposições de policia
administrativa, deve estar o conhecimen-
to da pena em que incorre segundo o
caso, o mesmo que pode estar o as do
juiz encarregado de impol-a. A melhor
lei, nesta parte, será a que classifican-
do as várias transgressões ou infracções,
lhes marque por graos a pena correspon-
dente em multas de differentes quan-
tias, ou outras que figurem como su-
periores nas faculdades do juiz de sim-
ples policia. Em cada grao deve haver
sua maxima e minima pena, entre
cujos limites caiba certo regulamento ao
arbitrio prudencial do juiz, segundo as
circumstancias da falta e da pessoa, e

tambem hade estar marcado o opportuno
recargo aos reincidentes; porêm tudo com
respeito á lei, nada arbitrario, nada que
possa dar entrada ao acaloramento ou
5 á parcialidade. Por carecer-se entre nós
de semelhantes legislação, ouvem-se
tantas queixas diarias de impunidade [*sic*], e
não poucas de tropelias.

O primeiro gráo da policia correccional
10 [*fl. 74*]

74

é o que intende em materias que cos-
tumam chamar-se de simples policia
municipal e castiga as injurias verbaes
15 e infracções de lei ordenanças, regula-
mentos, ou bandos em pontos tenues,
porem que exigem repressão. Justifica-
da a falta ou infracção em juizo ver-
bal e público, deve applicar-se a pe-
na procedente em cada caso, sin [*sic*] sepa-
20 rar-se do estabelecido pela lei. Sua
applicação corresponde ao juiz de paz,
fazendo de fiscal ou alcaide; e em-
quanto não existem os julgados de
paz pertencerá ao mesmo alcaide co-
mo juiz de simples policia. Mas o que
é de todo ponto irregular e intoleravel,
25 é que se cream competentes pa-
ra applicar a lei exigindo multas os
regedores, cabos de segurança e outros
dependentes, gente de ordinario arbitra-
ria, mas acostumada, propensa a abu-
sos, e que nunca exerce autoridade.

A falta de pagamento da multa
35 imposta pelo juiz de policia leva ge-
ralmente consigo execução na pessoa
e sua detenção pelo tempo determina-
do. A setenção, sem embargo, pode
considerar-se como pena bem pesada
40 no actual estado das prisões do Bra-
zil. Devêra haver nas povoações
importantes: casa de detenção para os
castigos leves de policia municipal;
casa de prevenção para os presos que
45 tenham de ser julgados pelo tribu-
nal de policia correccional; prisão
para os complicados em materia cri-
minal ante os tribunaes ordinarios; e

[*fl. 74v.*]

50 estabelecimentos de correcção para os con-

demnados a tempo de prisão sem merecer a pena de desterro. Ainda reclamam maiores subdivisões carcelarias o progresso da civilização; mas se o que acabamos de indicar
5 unido ao bom regimen interior, se conseguira entre nós pelos esforços do governo, ou da associação philantropica que delle se occupa na capital do reino, não seria
pequeno senão mui grande trascendental o serviço prestado á moral publica,
10 á humanidade, e também á illustrada politica que busque seu apoio na felicidade social.

Em certas occasiões convem permittir o
15 recurso do que se considere aggravado no julgado de simples policia, ao tribunal immediato, que deverá sel-o o de primeira instancia do partido, ja collegiado, ja composto de um só juiz, como hoje está no
20 Brazil. Ante elle e em sua qualidade de tribunal de policia correccional ou de segundo gráo se chamará dos juizos verbaes do primeiro, que aos olhos da lei merecessem esta importancia ou quando me-
25 diassem nulidade ou injustiça notoria; ao passo que se acudirá a elle directamente sempre que a materia o requeira por sua entidade, ou por corresponder penas mais fortes que as que estão nas
30 faculdades do inferior

Repressão de attentados contra a ordem pública

35 Para o caso de que a vigilancia da policia não tenha alcançado a impedir a turbação da tranquillidade publica,
[fl. 75]

75
[haude] estar prevenidas e dispostas pela lei as medidas que mais prompta e efficazmente possam restabelecel-a. Se a alteração é pouco importante, bastará provavelmente a intervenção dos agentes de policia municipal ou rural, segundo que a occorrendia fosse dentro ou fóra de povoado: se apresentasse maior seriedade, toca á milicia civica ou nacional o sair ao encontro dos gru-

5

10

15

20

25

30

35

40

45

50

pos constituídos em tumultos procurando que se dispersem pacificamente. De não conseguir-se este resultado, tem a autoridade de dispor-se, a tomar medidas energicas: nossas leis previnem que se publique um bando em que se intime a dispersão dos sediciosos, e que em seguida se proceda á prisão dos desobedientes, empregando a fôrça militar contra os que fizessem resistencia. Esta pratica está conforme com a seguida em Inglaterra; porêem a legislação franceza nos parece muito mais perfeita sobre o particular. Segundo ella se fazem pela autoridade revistida da banda tricolor que é sua insignia, tres intimações solemnes precedidas de ~~redobrad~~ toque de tambor ou corneta: depois de cada uma das duas primeiras se procura prender os desobedientes e principalmente aos que fossem cabeça de motim; e ao cabo da terceira se dispersa á viva fôrça a reunião, sem responsabilidade pelas consequencias, e ainda antes se os alborotados fizessem uso de armas para hostilizar em fôr-

[*fl.* 75v.]

ma de ataque, ou se dessem ao saque, assassinato, ou incendio. Em taes casos. [*sic*] Em taes casos emprega-se as tropas do exercito chamadas á prevenção. Os apreghendidos entregam-se aos tribunaes ordinarios, e não a comissões militares, para ser julgados segundo sua culpa, aggravada gradualmente pela insistencia na desobediencia a cada uma das intimações da lei. Os presos depois da terceira intimação respondem civil e solidariamente das condemnas pecuniaras por indemnização dos damnos causados no motim: e além disso applica-se individualmente aos presos antes e depois, a pena que lhes corresponda por crimes que podessem haver comettido durante a desordem. De todos os modos, e qualquer que seja o procedimento formulado á autoridade para cortar uma desordem, tumulto, ou sedicção,

deverá conduzir-se com serenidade,
firmeza, e promptidão, procurando
economizar o sangue dos que tem
sido enganados e desatentados cida-
5 dãos, porêm não consistindo que tri-
umfem, nem que com vacilação co-
brem alento, nem que fique escarnecida
a lei, porque seria entregar a socieda-
de á anarchia.

Contratos administrativos.

Os contratos da administração com os
particulares podem ser de quatro ma-
15 neiras: ou arrendando bens ou aprovei-
tamentos publicos; ou estipulando sub-
ministros; ou contratando obras publi-
[fl. 76]

76
cas; ou arrendando o direito a perceber
rendas geraes ou locaes.
No primeiro caso, as questões que so-
bre o cumprimento do arrendatario
se suscitem, devem identificar-se ante
25 os tribunaes ordinarios, porque a ad-
ministração não tem outro caracter
que o de pessoa privada. Se o arren-
datario não paga, acode o agente
da administração ante um juiz
30 para que o faça cumprir: se o juiz
se desentendesse de proceder, deman-
dar-se-hia ante seu superior por
negativa de justiça direito inhe-
rente a todo o individuo quando ha
35 leis de jurados e se observam; e
se [decidissee] com parcialidade, se
appellaría de sua sentensa. O mes-
mo succedería se a administração,
em vez de arrendadora, fosse ar-
40 rendataria.
No segundo caso, a complicação
da materia, y⁶⁴ a necessidade de exa-
minar a boa qualidade dos effei-
tos subministrados, e de não consen-
45 tir que fique desantedido nenhum
ramo do serviço público, aconselham
que as respostas se dicidam pelos
tribunaes contencioso-administra-

⁶⁴ Espanholismo do autor.

tivos. Se houvesse [retraro] nos sub-
ministros, se não correspondessem
ao pactuado, se não se entregassem
nos termos e pontos concordados, ha
logar a que a administração activa
celebre com outras pessoas contra-
tos de urgencia para cubrir o serviço

5

[fl. 76v.]

10 sendo de conta do contratista primitivo
as perdas por differença de prêços com
a responsabilidade de sua fiança.
As representações do contratista pri-
mitivo, ~~as perdas~~ devem resolver-se
15 pelo ministerio; mas as reclamações
com character judicial, hão de deci-
dir-se pelo concelho de provincia, ou pe-
lo rei em concelho d'estado, segundo
as circumnstancias. Pelo contrario as dis-
20 putas entre em contratista e seus associa-
dos ou subalternos, pois se consideram co-
mo questão entre particulares, e se ven-
tilam nos tribunaes ordinarios. Por
regra geral se desfaz a interposição
de arbitros em todo negocio contencioso
25 em que seja parte o estado, [ilegível] ~~as~~
~~circumstancia~~ porque seria de temer que
resultassem prejuizos aos interesses publicos.
Nos paizes onde a legislação autorisa a
prisão por dividas, procede a execução
30 na pessoa do contratista ou assentista de-
vedor aos fundos publicos; e de todos os
modos deve estar sugeito a penas mar-
cadas e terminantes, se maliciosamente
deixasse em descoberto o ramo do serviço
35 que havia tomado a seu cargo, especial-
mente em artigos destinados ao exercito
de mar ou terra.

No terceiro caso a administração ins-
pecciona as obras, e recebe-as depois de con-
40 cluidas e provadas. A mesma entende
nas questões relativas ás clausulas da
folha de condições e a seu exacto cum-
primento. Se por falta de materiaes
acopiados ou de jornaleiros resulta
45 nas obras tal demora, que faça temer
[fl. 77]

50

com fundamento que não se
conclua o prazo marcado deve es-
tar ao arbitrio da administração
e o reincidir o contrato celebrando

5 outro de urgencia á custa do adjudicatorio primitivo ou bem fazelle cargo por si dos ~~direitos~~ trabalhos, com igual responsabilidade para o negligente. Toda a reclamação relativa ás obras em queixa do disposto pela administração - activa, dicidi-se pela contenciosa, isto é, pelo concelho de provincia nas resoluções do governador, e pelo rei em conselho d'estado nas dos ministerios: Entende-se regularmente por obras publicas as que interessam á generalidade dos habitantes da nação, de uma provincia, e ainda de um concelho, quando o interesse ou a utilidade não procedem de propriedade patrimonial ou privada.

10 E no quarto caso, se um governo se acha na triste situação de chamar ao arrendo das rendas publicas, como se ve em [Hespanha], cópia e [transumpto] do praticado nos tempos de maior decadencia da monarchia, é applicavel o dito no segundo respeito aos subministros, com as duas differenças seguintes: 1^a. que sendo operação puramente administrativa a concernente ha-de fazer effectivas as rendas, á administração pertence a decisão de

15
 20
 25
 30

[fl. 77v.]

35 todos os pontos duvidosos que ella diceria por si, ja activa, ja contenciosamente se não houvesse arrendado; 2^a- que desde o momento que o arrendatario deixe de pagar o preço estipulado constitue-se detentador dos cabedaes publicos, e sugeito a todas as acções reaes e pessoas autorizadas pela legislação em taes circunstancias. E se a renda arrendada consistisse no producto de objectos monopolizados e de consumo público, toca á administração

40
 45
 50 cuidar de que nunca faltem nos sitios convenientes ao espendio e de que sua qualidade seja a contratada. As causa para a recisão ou modificação deste contrato, como dos demais adminis-

trativos a cuja frente está o conselho de estado.

Nos contratos administrativos, *deveria conceder-se o recurso aos tribunaes-*

*ordinarios, sempre que fosse possivel uma administração tão immoral, ou um governo tão inicuo, que se negas-*⁶⁵

sem ao pagamento do estipulado com os particulares, quando estes tivessem cumprido bem. Mas no regimen constitucional, em que os incidentes administrativos podem levar-se ate a censura e responsabilidade ministerial mediante a discussão parlamentar, parece escusada tão denigrante precaução

Modo de proceder em administração.

Por regra geral, o modo de proceder [fl. 78]

78
der na ordem administrativa, hade ser facil, expedito, y ajustado á razão, equidade, e prudencia. Em cada negocio se averiguam e comprovam os factos apreciam-se as circumstancias vantajosas, e toma-se em consideração o futuro. Quando os feitos se referem a coisas de arte que exigem conhecimentos especiaes, fazem-se informações periciaes, ouve-se aos interessados, convoca-se as vezes por editos a concorrencia dos que poderam reclamar; e com estas provas se recolhe a administração, examina o dictame do ajuntamento, da deputação provincial, do conselho de provincia, segundo o grau ou do conselho d'estado, da escala e a importancia do assumpto e instruido o expediente nas officinas com metodico estudo dos antecedentes e documentos reunidos, se põe em estado de tomar uma resolução
Em materias contencioso-administrativas a instrucção é contra-

⁶⁵ O autor colou esta parte de outra folha recortada.

dictoria e por escripto no conselho de provincia, sem intervenção de advogado, e sem custas. No conselho d'estado poderão admittir-se a informar verbalmente os advogados.

Quando um acto da administração activa occasiona representações de parte dos particulares, é bem que estes tenham franco accesso ate os administradores su-

[fl. 78v.]

periores, que no último termo hão de sublevar-se a responsabilidade; é o modo de desvirtuar as influencias locais, e de instruir opportunamente ao ministerio, cujos agentes podem, sem intenção ou com ella, haver desfigurado os factos. Estas representações; a menos de pôr em questão a competencia da administração mesma, só versam sobre a utilidade ou conveniencia das medidas dispostas ou executadas: os que as promovem se apoiam no interesse geral, ou sustentam que este se conciliaria com o seu privado por meio de outra medida que indicam e propõem. E como se trata de coisas que dependem da faculdade discrecional da administração, deve ser a representação singella, e dirigir-se geralmente ao mesmo funcionario, cujo acto se solicita modificar ou reformar mediante mais ampla informação.

No contencioso ao contrario, como o que obra não enŕvoca um simples interesse, senão que reclama um direito, a demanda deve estar sujeita a formas legaes para seguir os tramites necessarios, ainda que breves, do juizo administrativo.

Penas administrativas. Interpretação de pontos duvidosos

Temos dito, e não nos cansaremos de repitil-o, o que por ponto geral não
[fl. 79]

pode a administração estabelecer em seus regulamentos e bandos penas arbitrárias, nem outras que as determinadas nas leis ainda que seja com alguma generalidade para as respectivas faltas e transgressões. Se estas disposições administrativas teem fôrça e sanção penal é porque da lei a trasem e porque estejam no circulo della. Do mesmo modo carecem os tribunaes ordinarios de faculdade para interpretar os regulamentos e bandos nos pontos duvidosos ou obscuros: á administração pertence fazer as necessarias aclarações de suas anteriores anteriores [sic] providencias, e aos tribunaes obrar em consequencia de cada aclaração.

Recursos contra a administração. Cumpetencias.

Pode a administração activa peccar no exercicio de suas funcções, por incompetencia, por excesso de poder, ou por abuso. Por incompetencia, quando se entromete a ordenar e determinar sobre materias que não são de sua attribuição; por excesso, quando se propassa a estabelecer penas que excedem ás leis com objecto de conter as infracções a seus regulamentos e medidas; e por abuso, quando obra com arbitrariedade, ja vexando em lugar de proteger, ja preva

[fl. 79v.]

ricando na applicação penal que em conceito de simples policia possa estar-lhe encomendada.

Contra a incompetencia e excesso deve ter direito a representar governativamente todo o individuo á autoridade superior administrativa, para procurar a derrogação e correcção. Pela via contencioso administrativa corresponde unicamente o recorrer aquelle a quem se tivesse feito applicação particular e expressa do regulamento, bando, ou mandato, não ajustados á lei.

Contra os abusos do juiz de simples policia, segundo se tem dito que haja recurso

n'alguns casos á justiça ordinaria ou delegada. E não só contra os abusos, senão também contra os erros notorios applica-se uma pena não justa a lei, ou incorre
5 em nulidade, procede a appellação ante o tribunal de primeira instancia, ou seja de policia correccional, a quem incumbe reformar

165

Aqui se nota uma importante precaução para obrigar á administração a atemperar-se constantemente ás leis. Os regulamentos, ordens, e bandos que se expedem segundo as faculdades conferidas pela lei e dentro do circulo della, temos dito que levam a mesma força que a lei de que emanam: mas se nas materias ou nas penas se excedem da lei, todo o excesso é nulo, e perde o character de obrigatorio. Assim é que devendo a pena aos desobedientes ser applicada pelo juiz de paz ou pelo de
[fl.80]

simples policia, faltaria a seu dever qualquer delles que impothesse castigo a um acto não reprovado pelas leis, porque n'um paiz livre somente á lei é devida a obediencia. Se lh'o fizessem, deveriam ser corrigidos pelo tribunal superior ordinario.

De maneira que se a administração pública expedisse uma ordenança, instrucção, regulamento, ou ordem, ou tomasse uma disposição, geral ou parcial, fóra de suas faculdades, e por consequente inconstitucional, ha para todos os cidadãos tres caminhos por donde fazer-lhe frente. Acudir ao rei melhor informado, supplicando-lhe a revogação da ordem sorprehendida a sua religião pelo ministro responsavel; usar do direito de pelição [*sic*] ante as assembleas legislativas, solicitando a accusação dos ministros; e oppor a resistencia passiva, ou a força individual de inercia, dos mandatos illegaes. Os tribunaes não podem impor pena a tal resistencia; pois ainda que não está em sua attribuição o reformar as disposições administrativas, obrariam contra boa lei, se se resentisse do vicio a

elegalidade lhes prestasse concurso e apoio a ordem judicial e a administrativa, se susteem reciprocamente sem mesclar-se; porém sustentam-se para a execução das leis, não para quebrantal-as. No contencioso-administrativo cabe conflicto de jurisdição, que é quando duas autoridades do ramo disputam sua competencia a conhecer de um

[fl. 80v.]

negocio. O conflictto se deslinda pelo rei em conselho d'estado. Os excessos ou abusos que cometta, os tribunaes administrativos, devem ventilar-se no mesmo conselho d'estado, á reclamação da parte agravada.

Os mais acreditados publicistas dão esse nome de conflictos de jurisdição á disputa entre autoridades, julgados ou tribunaes de um mesmo ramo, e de conflicto de attribuição ao que se produz entre ramos distinctos com a autoridade judicial ordinaria e a administrativa. São os conflictos positivos quando se reclama por ambos os lados o direito de conhecer, e negativos quando um ou outro o recusam. Noutros nos atreveríamos a aventurar a opinião de que haveria mais exactidão se se invertessem laes [sic] denominações. Com effeito que o conflicto entre jurisdição ordinaria e a administrativa devesse chamar-se propriamente de jurisdição, e que o que dentro de uma jurisdição determinada surge entre duas autoridades unidas por um laço commum, é de ordem interior e versa sobre attribuições.

Petições, reclamações, e desagravos.

A acção administrativa hade procurar que os individuos respeitem e cumpram as leis, conservando-lhes toda a liberdade compativel com a boa ordem; ha de obrigar aos agentes e empregados publicos a cumprir seus deveres, deixando-lhes a necessaria latitude para obrar o bem no exercicio de suas funcções; e ha de precaver todo o erro ou excesso de sua parte

estabelecendo uma escala de dependência para a responsabilidade, e de recurso para as reclamações. De-se facilidade a uns e outros para inteirar-se e aprender os respectivos deveres e direitos. Assim o individuo que se creia prejudicado por actos administrativos, deve poder fazer-se ouvir de quem tenha autoridade para satisfazer-lhe, com as unicas a fim de que esta faculdade de fenciva não chegue a fazer-se viciosa.

Todo o erro possa ser emendado, todo o abuso corrigido e reprimido. Para elle necessita-se uma legislação clara, precisa e perceptivel á generalidade. O individuo particular que falte á lei, saiba o castigo que lhe espera: o funcionario de qualquer catagoria [*sic*], o concelho de provincia, a depulação [*sic*] provincial, o ajuntamento, saibam igualmente que faltas ou excessos comettem, e em que penas incorrem. Todo o tribunal tenha á vista tão comprehensivel e facil o direito, tão detalhado, tão explicito, que uma vez aclarado o facto nenhuma vacillação caiba em prehencher a fórmula de applicação do correctivo. Não de outro modo se consegue o que cada cal [*sic*] conheça sua verdadeira posição, perceba o limitado circulo de suas faculdades, e possa encerrar-se nelle, firme e seguro em seu terreno, satbidor de quando obra bem, e quando obraria mal. Sem tanta prolixa e esmerada exactidão, e por conseguinte sem uma legislação que proveja a tão profunda e universal necessidade, não ha nem

[fl.81v.]

pode haver administração.

Doloroso é que muitos expedientes relativos a manejo de fundos publicos e de interesses geraes, provinciaes, e municipaes, se hajam sepultado debaixo do po dos archivos, com suspeitas de não estar sufficientemente depurados e castigados. Mas na

⁶⁶ Esta folha foi a última folha que o autor numerou na parte superior direita.

necessidade de dal-os por fenecidos depois de certos tramites, como o aconselha o mesmo interesse social, que sanciona a prescrição e assignala o termo falal [*sic*] aos assumptos que acham em juizo, o que se exige é que os tramites sejam tão solemnes, tão acrisolados, tão de immediata responsabilidade, que possa descançar a consciencia pública sobre a justificação, pureza, e exactidão em todas as operações de exame, revisão, comprovação, glosa, e reparos.

Pelo mesmo principio de estirpação de abusos devera todo o que soffra o mais leve vexame, ou qualquer condemna, por insignificante que pareça, achar expedito o caminho para appellar della, a fim de obter seu desagravo, ou tocar o desengano de sua sem razão. E tal é a regra para a generalidade dos casos: ha alguns, sem embargo em que a curta entidade ou a qualidade do assumpto aconselham que não se permittam dar-lhes importancia com appellações ou recursos: porque a cavilosidade, a ignorancia, ou o capricho poderiam complicar extradiordinariamente as actuações, produzindo á sociedade um verdadeiro prejuizo com o embaraçoso curso dos mais livianos negocios. Porém ao cortar os voos ao genio de enredo e á capciosidade, é preciso deixar bem franco e accessivel o caminho á reclamação nas [fl.82]

lesões positivas que afectem á honra ou á fazenda, ja na administração activa ja na contenciosa ja na ordem judicial ordinaria quando ella derem logar os abusos dos juizes de policia.

Assim como as funções da administração activa descendem do rei pelos ministros aos governadores, destes, a seus tenentes se os teem, e depois aos alcaides que fazem chegar as ordens aos administrados; nas petições e reclamações segue-se a ordem inversa. Das disposições do alcaide, ja como órgão do povo, acode-se, com effeito de reparação por sua parte, ao governador da provincia quando se trate de corrigir erros administrativos; e ao tribunal ordinario de primeira instancia em appellação das penas que

5 houvesse imposto como juiz de policia,
 sempre que sejam harbitrarias ou excedam do limite assignado. Dos accor-
 dãos das municipalidade se recorrer
 em assumpto de quintas e reparto de
 10 contribuições geraes á deputação provinci-
 al; e nos restantes ao governador que
 despachará por si o activo, e passará
 o contencioso ao conselho de provincia.
 Do governador se recorre ao ministro; do
 concelho de provincia se appellará ao
 rei em conselho d'estado pela via con-
 15 tenciosa, e o mesmo das deputações pro-
 vinciaes se a lei chegasse a determiná-lo
 em negocios de repartimentos. Das ordens
 firmadas pelos ministros se recorre ao
 rei pela via governativa ou graciavel;
 e se dão logar ao litigio, recorre-se
 ao rei em conselho d'estado.
 20 A administracção deve ser circumspec

[fl.82v.]

ta e morigerada: seus vicios estragam
 aos povos; suas virtudes contribuem
 poderosamente a reformal-os.

25 Não estará bem ordenada a admi-
 nistração publica, em quanto tenha de
 que temer della o particular que não
 infrinja as leis emquanto os agentes
 em vez de respeitar como devem aos ci-
 30 dadãos que contribuem para seus paga-
 mentos, lhes causem a mais minima
 offensa lhes inspirem temor ou sobresal-
 to, ou lhes exijam outra coisa mais que
 o mandato pela lei, e isso com miras.
 35 Sobrado frequente é que os empregados se
 excedam de suas faculdades, especial-
 mente á medida que se affastam da su-
 prema autoridade, aspirando em sua pe-
 quenez a ser os tiranos dos pacificos e
 40 aponcados habitantes

Em todas as povoações, no mais ignora-
 do alvergue, ha de poder o ultimo e mais
 obscuro individuo, atropellado em sua pes-
 soa, insultado em sua honra, ou pertur-
 45 bado em sua propriedade por um agen-
 te da administração em abuso de suas
 funcções, obter directamente, e pela
 via criminal diante do julgado ordina-
 rio do districto, sem viagens, sem gas-
 50 tos, sem perigos, sem dilacção, as repa-

rações e indemnisações que lhe sejam devidas. A administração superior deve immediatamente e sem vacilar, a menos de invilecer-se, pôr o agente accusado á disposição do tribunal, e não apoial-o nem por modo algum protegê-lo ~~sem~~ resultasse delinquentes. Emquanto isto não succeder poderá inferir-se sem mais exame que não ha boa administração nem espirito publico no paiz. [fl.83]

Capitulo V.
Reformas administrativas no
Brazil.
Considerações preparatorias.

Estabelecidos os principios fundamentais da sciencia da administração, ja relativas as attribuições ou seja do objecto, ja da organização, ja dalacção ou seja das relações entre administradores e administrados, principios cuja exactidão está demonstrada pelo diverso aspecto que offerecem os paizes que procuram ir-se-los applicando, e os que ainda os desconhecem, diremos alguma coisa ácerca das melhoras de que o nosso Brazil carece, e que depois de offerecidas se lhe fazem demasiado tempo desejar.

Concebido um grande pensamento de organização administrativa, se podem desenvolver especulativamente todas as suas applicações, concordar , suas differentes partes, e arranjar suas funcções de maneira que se obtenham todas as probabilidades de um resultado completo e satisfactorio.

Até aqui não se haverá feito mais que fundar uma theoria, porém esta é a marcha natural das acções humanas: pensar para formar juizo e tomar uma resolução, e depois executar. O proceder sem plano concertado, e seguindo os impulsos do momento é pouco menos que caminhar

[fl.83v.]

ás cegas; e isso é cabalmente o que tem

sucedido no Brazil.

A sciencia social progressa rapidamente á vista de todos; e assim como o frequente commercio de ideas entre as nações contribue ao incremento da civilização refluindo sobre os costumes ás vezes sem concorrência e ainda contra a intenção dos governos, do mesmo modo e por uma consequencia enivitavel surgem as necessidades administrativas inherentes a cada epoca, e se vai fazendo sentir a importancia de satisfazer-as. D'aqui provêm que para apreciar o estado da sociedade seja indispensavel tomar conhecimento do que se houver adiantado em outras sociedades, posto que comparando se aprende, e que em administração como nas demais sciencias os descobrimentos feitos pelo entendimento do homem neste ou naquella paiz, entram indistinctamente a ser patrimonio da humanidade.

Mas a mirada escrutadora que examine as alheias instituições, que gradue sua maior ou menor perfeição respectiva, e que abrace sua conexão e relações ao teor das diversas circuntancias que todavia dão ás nações certo character de especialidade, tem que concentrar-se em seguida sobre o proprio paiz, para analizar e desantranhar sua situação, e reconhecer com exactidão a capacidade e distribuição dos elementos Moraes, que regularmente hajam de combinar-se n'um bom systema administrativo. Esta é materia de profunda meditação e largo discernimento.

Não basta, com effeito, haver tido

[fl.84]

ocasião de palpar os inconvenientes de tal ou qual ramo de administração, se faltam noções dos meios imaginados noutras partes para corrigil-os, e se se carece da sufficiente elevação de miras para referir todas as melhoras a um systema que as enlace na devida fôrça e consistencia. Nem basta pelo contrario, o haver viajado, nem o haver lido livros; que a sociedade ha de

5 estudar-se na sociedade mesma,
 bem que seja conveniente, e necessaria
 a luz das investigações dos homens pen-
 sadores, que nos precedem na carreira
 servindo-na de guia. Para saber re-
 almente o que pode e deve importar-
 se do estrangeiro e para aclimatal-
 o e profundamente enraizal-o, ne-
 10 cessita-se ser capaz de haver conce-
 bido ou inventado aquillo mesmo,
 a haver chegado a ponto de ser prim^o.
 Combinado um systema de adminis-
 tração pública com presença das neces-
 sidades do paiz, e dos adiantamentos
 15 universaes da sciencia, todavia é gran-
 de e difficil empenho o infiltral-o
 no mechanismo social, o fazel-o
 estimar dos povos, o obter seu concen-
 so, e o leval-o a cabo sem convulsões
 20 nem violencias. Nesta parte muito
 pode esperar-se do Brazil: depois
 de tantas tentativas, de tanta desordem,
 de tanto desengano nenhum projecto
 razoavel deve encontrar grandes dif-
 25 ficultades, pelo mesmo motivo que
 não ha apego a nada. Fora de

[fl.84v.]

alguns espirictos turbulentos cujas inten-
 ções se tem desacreditado porque se tem
 30 conhecido, não se divisam obstaculos
 serios para que a sensatez publica, e o ca-
 racter honrado, nobre, e apezar do maos
 exemplos, religioso dos Brasileiros, coope-
 ram efficaamente ás reformas necessa-
 35 rias na administração, quando dellas
 dependem mui principalmente o ir-se
 recobrando do actual abatimento, e o que
 de entre os despojos de uma velha e cadu-
 ca sociedade, acabe de levantar-se outra
 40 nova, cheia de vida e legitima esperança.

Vista historica.

45 O impulso dado á administração
 pública pelos ^{177 67}

⁶⁷ Ao longo do texto, o autor coloca numerações que aparentam ser referências que ele poderia colocar posteriormente talvez.

5 [fl.85] [em branco]
[fl.85v] [em branco]
[fl.86]

Qual haja de ser a base da
administração no Brazil.

10

¿⁶⁸Convem ao Brazil estabelecer sua
administração sobre uma base lata-
mente popular, donde se dê novo exci-
tante aos provincialismo, e se localise
essencialmente a acção; ou convem-
lhe melhor adoptar a unidade e cen-
tralização administrativas, com razoa-
vel participação das provincias e
localidades?

15

20

Nossa opinião é já conhecida,
porque este problema é o da centra-
lização ou excentralização adminis-
trativa que na introdução resolve-
mos por meio de uma fórmula ge-
ral. O systema administrativo deve
guardar consonancia com o syste-
ma politico e estando este fixado para
o Brazil pela constituição vigente, aquel-
le não pode autorisar-se senão no
mesmo principio, nem estribar se-
não no mesmo cimento, sob pena de
produzir uma criação inconherente
e inílica.

25

30

35

A utilidade das instituições hu-
manas é principalmente de tempo
e relação. A melhor administração
será a que offereça maiores benefi-
cios e menores inconvenientes, con-
ciliando segundo as epochas os inte-
resses dos individuos com os da commu-
nidade; e por isso se requer sumo dis-
cernimento para não partir de provas

40

[fl.86v.]

45

equivocas, vindo a parar no absurdo. Quan-
do um povo laborioso, frugal, morigerado,
exaltado em materia de religião, discuti-
dor sem violencia, e facil apreciador de
seus direitos e deveres, encontra-se em cir-

⁶⁸ Espanholismo do autor.

cunstances de receber ou dar uma orga-
nização politica e administrativa, donde
apenas cabe eleição, senão que a fôrça das
coisas faz refluir para as massas e os
5 individuos o principal do governo de si
proprios; verifica-se uma rara reu-
nião de condições para adjudicar-lhe
e manter-lhe uma existencia democra-
tica, cuja duração, sem embargo, depende
10 de varia combinação de successos no
transcurso dos annos. Mas quando ou-
tro povo está ~~adeantado~~ avesado a não
descorrer, senão a calar, quando se lhe tem
escasseado a instrucção, quando se lhe tem
15 prégado doutrinas irreligiosas e immo-
raes, quando lhe são desconhecidos os habi-
tos da tolerancia, e quando carece de prepa-
ração para exercer a arte difficil de man-
dar e obedecer a um tempo; claro é que sen-
do tão distinctas as situações fôra desacerta-
do proposito o applicar cegamente o mesmo
20 systema de governo tanto n'um como n'ou-
tro caso. As nações não avançam mais
indo de salto, senão a passo lento; porém
este passo as conduz ate mui longe se se
25 cuida de vencer-lhes as difficuldades do
caminho

O povo brasileiro tem progressado em
todos os sentidos durante o curso de suas
30 vicissitudes, e por isso se acha hoje em
disposição de comprehender e utilizar
sua constituição politica, e receber uma
administração em harmonia com ella. Porém
[fl.87]

seria notavel desacordo o pretender le-
val-o mais longe. Se os homens que
recusam reconhecer que se equivocavão
affectam ainda seguir erguidamente
a diante, são bem cegos em não perce-
ber que vão sós, e que se espaciam
40 n'um mundo que não é o da epo-
ca, nem o da realidade. E prompto
se desenganariam, se em meio de suas
abstracções parassem a examinar a
sociedade, ou bastante para conhecer
que uma boa administração, energica,
temperada, e mui differente de suas il-
lusiones inconstancias, é o que se ne-
cessita no Brazil para generalizar
50 a educação e as luzes, acrescentar a mo-

rigeração, inaugurar o fomento público, e apresentar perto o estado de prosperidade que todos apeteçemos.

5

Dos systemas propostos em epocas recentes

10

Dois systemas, ainda que não completos, de administração, tem sido apresentados aos collegisladores; diferentes entre si como os tempos e as leis dominantes: ¹⁸³

15

20

É o transtorno revolucionario como o terremoto, que se depois de derribar as eminencias das torres donde são as oscilações mais censiveis [*sic*], continúa por largo tempo trabalhando com sacudimentos os edificios, grande hade ser necessariamente o conflicto

25

[*fl.87v.*]
que occasione, estenso e duradeiro seu estrago. ¹⁸³

30

Exame do systema proposto pelo ministerio ¹⁸⁴

35

40

45

50

[fl.88]

Princípios que devem reger com
respeito a corporações
populares.

5

Com respeito ás attribuições dos cor-
pos populares na monarchia cons-
titucional e suas relações entre
si, não se vira a encontrar um des-
linde preciso, exacto, e correcto, ate
que se fixem os principios de uma
maneira positiva, e se deduzam
suas consequencias rigorosas e incon-
testaveis.

10

15

O primeiro de cujos principios seja,
que não devendo as corporações ter outras
incumbencias que as fossão cum-
pridamente desempenhar beneficio
publico, nunca convem attribuir-
lhes funcções de execução sobre o qual
ajuntaremos ao acima dito alguma
breve reflexão que acabe de esclare-
cer a materia.

20

25

Se se considerasse aos corpos colli-
gados aptos para obrar, seria logi-
co e consequente o dar-lhes logar e
acção em toda a escala da ordem
social. Se na categoria inferior se
pozessem camaras activas, e na su-
perior deputações provinciaes com
igual character, ⁶⁹ porque não se collo-
ca na suprema, outra [corporação]
que governe e administre com ¹⁸⁶
ou como os conselhos da angstigua mo-
narchia? A fórma que se adopte
por boa, deve sel-o por igual; pois

30

35

[fl.88v.]

que na unidade ou na exacta correspon-
dencia entre as partes é donde se reconhe-
ce o systema. E se a concepção é absurda
em sua applicação a um ponto o é tam-
bem relativamente aos mais.

40

A afflicção ao mando e administra-
ção das corporações se comprehende
e ainda se desculpa, quando por estar
confusas e indefinidas as funcções,
formigueam os conflictos e os com-

45

⁶⁹ Espanholismo do autor.

promissos, que é o que tem succedido
no Brazil, resultando que buscava re-
fugio no seio de uma reunião de muitos,
quem não se attrevia a lançar-se só co-
5 mo sem bussola em um mar cheio de
escolhos donde tropeçaria a [mendo] a
risco de perderse~~ha~~. Porê~~m~~ entende-se, e
como tal se conhece, e com elle desaparece a
disculpa, que a uma boa organização admi-
10 nistrativa hade acompanhar preci-
samente a legislação que assignale de uma
maneira clarissima as attribuições de to-
do o funcçionario e que torne facil a
autoridade no completo desenvolvimento
15 de sua acção. Sem este auxilio nenhum
systema produziria effeito.

Seja o segundo principio, que cons-
tituindo as funcções que segundo sua indole
e composição podem desempenhar satis-
20 fatoriamente os corpos colegiados, nas de [*sic*]
deliberação, de regularisação e de censura,
são essas, e não outras, as que lhes convem
e correspondem.

O Municipio tem um [dobre] character.

[*fl.89*]

Representa os interesses privativos e pecu-
liares do commum, em cujo conceito se
assemelha ate certo ponto á deputa-
ção provincial a respeito dos collectivos
30 da provincia; e aconselha ou illustra
ao alcaide nos negocios de ordem ge-
ral, á maneira que o faz o concelho
de provincia em sua parte consul-
tiva com o governador. No primeiro
35 sentido é o municipio elegido pelo po-
vo: no segundo deveria sel-o pela ad-
ministração superior. Tal complica-
ção por um lado, e a harmonia por ou-
tro, que hade reinar entre o todo e a par-
40 te do corpo social, fariam escusada seme-
lhante duplicidade de eleição, ou acaso de,
corporações, se não mediasse outra razão
mais forte que era a um direito em fa-
vor do soffragio visinhal, e é que no mu-
45 nicipio proporá notavelmente o character
de conservador e moderador dos interesses
locaes, sobre o mero aconselhador, quando
conselho e luzes se pedissem nos geraes
50 Não assim no alcaide; executor este de
uns e outros mandatos; dos da lei e su-

prema administração, e dos do concelho;
dos que affectam ao estado, e dos que só
pertencem á localidade; dos que se re-
ferem á ordem publica e as melhoras
geraes, e dos que tendem ás melhoras
materiaes que poderam chamar-se
domesticas; alcança maior acção e
responsabilidade no primeiro con-
ceito que no segundo, posto que na
coexistencia de uns e outros interesses

[fl.89v.]

quando estão encontrados, são os do povo
os que teem que ceder e humilhar-se an-
te os da sociedade.

As funcções que em seu [dobro] carac-
ter competem ao municipio, o constituem
legislador do povo, censor da execução do
representante da administração central.
A legislação municipal ou as ordenan-
ças de bom governo do povo, ha de procurar-
se que tenham respeito deste o mesmo caracter
que tem a lei a respeito da nação, de ge-
neralidade, previsão, e conveniente estabi-
lidade, porque não se estatue bem fazendo
variações cada dia, senão para que dure
muito tempo. Cujos objectos se conseguem to-
dos sem necessidade de continuas e super-
abundantes secções de municipio. Esta pro-
posição toca com o costume, porêm acomoda-
da-se á razão, e bem prompto se dissipa-
riam as preocupações se por algum trans-
curso de tempo se vira aos alcaides cuidar
da execução e aos municipios congregar-se
em epocas fixas e apartadas, a menos de
rarissimos casos de urgencia, a examinar o
facto, e dispor em quanto tivesse logar, ma-
teria de trabalho para outra temporada.
No municipio com o alcaide se divisa
um remedio das côrtes e o ministerio, e em
certo modo da deputação provincial e o che-
fe politico; e os mesmos motivos que aconselham a não perenne reunião destes cor-
pos, militam para que sejam periodi-
cas e não demasiado frequentes as jun-
tas da corporação municipal.

Muitos são os pontos de dessimilhan-
[fl.90]

ça entre a deputação provincial e o mu-
nicipio, porque tambem os ha entre a
provincia e o povo. Como os interesses das

localidades ja teem quem os cuide, o que
 naturalmente recae sobre a deputação
 é a vigilancia dos collectivos que affectam
 a toda a provincia ou a boa parte della,
 e que hajam de attender-se com os recur-
 sos ou os fundos provinciaes. São tam-
 bem funcções proprias da deputação,
 porque pode desempenhal-as melhor que
 ninguem, as mui importantes do re-
 parto de contribuições e cargas geraes
 entre os povos.
 Uma rasão que logo se exporá, occa-
 siona continuos esforços no Brazil para
 fazer possiveis outras attribuições na depu-
 tação provincial, esforços que se deixam
 ver em uma serie visivel de incompati-
 bilidades [*sic*], de que n'outro lugar fica
 feita sucinta menção Sendo a depu-
 tação de origem electiva, e de funcções
 gratuitas é improprio o colloca-la sob
 a dependencia da administração activa,
 com quem occorririam além disso fre-
 quentes desacordos. Estando separada, não
 pode o ministerio responder de seus actos,
 o qual troca a cadêa da responsabilidade,
 tão necessaria na ordem administra-
 tiva. Sendo independente e irresponsavel
 a deputação por actos que interessam aos
 individuos e aos povos, falta a garantia
 do cabal desempenho, pois se bem pode
 ser contida pela administração central
 de maneira que não se saia do circulo
 de suas attribuições, cabe ainda dentro
 delle o erro, e cabem todas as coisas que
 se tratam de evitar quando não se

35 [fl.90v]
 admite por base das instituições a presump-
 ção da impecabilidade humana. Ao qual
 é forçoso ajuntar uma difficuldade mate-
 40 rial, que está acreditada pela experiencia os
 deputados provinciaes, aposentados nos par-
 tidos, não podem deixar abandonadas suas ca-
 sas e attenções senão por curtas temporadas,
 succedendo que na aglomeração de expe-
 45 dientes, ou tem que encarregar-se a commis-
 sões sem despacho ou illustração para dar-
 lhes direcção, ou vira a ~~dizer-lhes~~ decidil-os
 quem por qualquer motivo resida mais lar-
 go tempo na capital, se acaso não fica-
 50 rem confiadas aos dependentes, com as más

[vesultas] que l saltam á vista.

A consequencia racional e indestructivel do que parece é, que a corporação administrativa provincial não pode ter attribuições de resolução definitiva, senão acaso nos repartimentos (nem tão pouco lhe corresponde intrevir nos negocios politicos, como as elleições a cortes), que não deve exercer autoridade sobre corporações locaes, pois tudo isso é proprio da administração geral responsavel, e que a influencia e censura que competem, tanto á deputação como ao municipio, são precisamente com respeito do governador da provincia á primeira, e com respeito do alcaide ao segundo.

De caminho será bem fazer notar o erro da disposição contida nos projectos do ministerio [*em branco*] que requiere a intervenção de uma lei para dissolução de uma deputação provincial, ou de um ajuntamento. A lei tem por objecto derogar ou modificar outra lei criar direitos ou obrigações; porém de nenhuma [*fl. 92*]

maneira o cumprimento das leis que essa é simples medida de execução, nem o exame do modo de applical-as no exercicio da autoridade, que essa é em seu caso materia de censura parlamentaria.

E o terceiro principio consitirá, em que ainda quando convenha dar latitude e fôrça ás disposições proprias dos corpos populares administrativos, é necessaria em certas occasiões a authorisação da administração superior para imprimir-lhes o character executorio.

Se um municipio, por equivocação ou malicia, impoesses ao povo, ainda quando fosse para objectos louvaveis, impostos agravosos que impossibilitassem o pagamento das contribuições geraes, de que resultasse nas rendas publicas um falta que haveria de recair sobre os outros povos; se ainda com os recursos ordinarios emprehenderia uma desnecessaria, ou ainda que necessaria, de desproporcionadas dimenções, excessivo custo, ou nulidade de effeito, por donde ficassem frustrados os direitos e esperan-

ças da povoação; se se abandonassem as obras começadas, ainda que uteis pelo simples facto de começar outras ao capricho do tempo; se os estabelecimentos locais de educação, beneficencia, e correcção não estivessem devidamente attendidos e administrados; se por sair de uma pecuniaria momentanea, ou por espirito de especulação ou manejo, se empenhassem ou se transferissem levianamente os bens do commum, irrogando um prejuizo irreparavel ás gerações futuras; e emfim, se um povo se resistisse

[fl.92v.]

a seguir o movimento geral de civilização fazendo ma [sic] vesinhança aos outros alterando a harmonia social; claro e incontestavel é que se originaria no graves inconvenientes, é que as leis devem anticipar-se a previnil-os e evital-os. Em todos estes casos as faculdades do municipio não podem menos de estar coartadas e submettidas a superior approvação.

A respeito da deputação, como que suas funções devem ser ou de [vesolução] definitiva em negocios de reparto de contribuições e imposições, ou de vigilancia, informe, ou proposta nos restantes, resulta que em nenhum caso está sugeita a reforma ou censura, a menos de invadir alheias faculdades. Acima se indicou a especie de que podia ser util e necessario conceder aos que se conceituassem aggravados nos repartos da deputação e não alcançassem reparação por sua parte, o recurso á administração suprema: assim parece aconselhalo a rasão; porêm tanto para conservar a deputação sua consideração e prestigio, quanto para afastar a officiosa intervenção ministerial, deveria o negocio adquirir precisamente o character contencioso-administrativo, e decidir-se com todas as ritualidades pelo rei em conselho d'estado.

Que as corporações são rodas latteraes na ordem administrativa, distantes e sem communicação entre si, e que seu modo de participação no movimento geral é unicamente pelo cantacto [sic] com a administração activa collocada a sua respectiva altura ou nivel é a idéa precisa que

de forma quem tenha concebido o verdadeiro systema, e esteja alheio de pre
[fl.93]

5

10

15

20

25

30

35

40

[fl.93v.]

o resultado apparece como era de presumir, incompleto.

45

Do exposto se deduz que o principal feito na organização facultativa dos projectos do ministerio [*em branco*] depende de não se haver decidido a propor os conselhos ou tribunaes contencioso-administrativos, cuja instituição haveria permittido
50 modificar opportunamente a planta das

venções e injustas repugnancias. Se a monarchia não é ja, como n'outros tempos, uma religião, é a fôrma politica mais accomodada para introduzir e manter a ordem na liberdade. E se os agentes directos da suprema administração representam ou devem representar a opinião preponderante nos corpos collegisladores e estes reassumem a razão politica dissiminada no paiz como feitura que são da opinião publica solemnemente pronunciada, toda resistencia parcial equivalará a a [*sic*] rechassar a condição fundamental das maiorias, a desestimar a garantia da responsabilidade, e a sustentar a perpetuidade do cahos na administração.

A razão da esterilidade dos esforços para arranjar convenientemente as disposições, não podem ja desconhecer-se nem por-se em duvida: tem-se pretendido vammente conciliar coisas incompativeis, que se excluem e contrariam. E semelhante situação, de tão intrincado labyrintho, não ha mais que uma saída: dividir em duas partes as attribuições e funcções que se contrapõem, distribuil-as em duas corporações distinctas, a deputação provincial, e o conselho de provincia. Quando se estabeleceram no Brazil as deputações não se deixou de ver a grande falta que havia de ficar, ou não se julgou chegado o momento de prehenchel-o. Adoptou-se do estrangeiro uma parte do systema administrativo, ainda que com reminiscencia brasileira, e feita a opperação a meio

corporações administrativas que hoje existem.

Inconstitucionalidade dos projectos do ministerio¹⁹⁶

5

[fl. 94]⁷⁰

[fl. 94v.]⁷¹

10 [fl. 95]⁷²

[fl. 95v.]

Fazenda e Justiça

15 Grande hade ser a obra, difficil e pe-
nosa a tarefa de consolidal-a; porêm é
de precisão o emprehendel-a. Não fala-
remos do ramo especial de Fazenda, tão
entrelaçado com a administração civil; o
20 qual ha [menester] uma refundição abso-
luta; que não é o que se gasta o que oppri-
me e distroe, senão o que se desperdiça
e perde; e a desordem economica, e os
apuros pecuniarios dos governos ajudam
25 ás revoluções ainda mais que as ambi-
ções politicas. Para que o estado
consiga verdadeira e solida exis-
tencia, hão de igualar-se os productos
aos gastos; para que as rendas prospe-
rem, tem que estabelecer-se com in-
30 telligencia o systema tributario, e levar-
se com pureza e zelo; e para por ordem
tanto na arrecadação como na distribui-
ção, hade proceder-se com equidade con-
ciza, contabilidade facil e clara, e
35 responsabilidade severa e infalivel.
Tudo isto deve crear-se, porque se pode
dizer que nada existe. As intendencias
de rendas necessitam incorporar-se aos
governos civis das provincias, se acaso
40 ainda nestes momentos angustiosos em
que os intendentos são uns obrigados
ministros de apremio e desolação o dia
em que um bom systema combinado per-
mita verificar os cobros com menos dif-
45 ficuldade, e ater-se francamente cada
funcionario a suas proprias e co-
nhecidas attribuições.

⁷⁰ Folha em branco.

⁷¹ Folha em branco.

⁷² Folha em branco.

[fl.96]

Nem nos occuparemos da justiça civil e criminal, tão indispensavel para a vida ordenada dos povos, tão identificada com os progressos sociaes. Quando falta uma legislação civil, criminal, e de procedimentos, accommodada ás luzes da epoca, quando ainda se criam a discricção tribunaes excepçionaes depois de comettido os delictos, quando é illusoria a responsabilidade e quando ás impassiveis funcções da magistratura servem de merito e escala as exagerações e os excessos de partido, facil é inferir quanto reclama de melhoras a applicação das leis no direito privado, para alcançar o gráo de perfeição que lhe corresponde. Tambem para esta reforma e para a da fazenda ha bons materiaes acopiados: não temos espaço para estender-nos sobre estes pontos; porêm sim affirmaremos que, o dia em que satisfeita e rendida de cansaço elle ancía pela contenda politica, dê-se principio com firme vontade e inteira convicção á a tarefa regeneradora reclamada a vos em grito pelas classes e os homens que não especulam com outra coisa mais que com seu trabalho e sua industria nenhum ramo consentirá permanecer retardado, e o aspecto público geral mudara vantajosamente com segurança e até com rapidez.

[fl.96v.]

Occasião mallograda das reformas administrativas.

O que poderá e que [deve] ser a ordem administrativa no Brazil concebe-se: o que é, todos desgradacadamente [*sic*] o tocamos e o sentimos. Fatalidade deve chamar-se o que as principaes reformas administrativas não estivessem feitas e em ordem quando em 18... se abre a porta ás novidades politicas ao

Correctivo dos males publicos por
meio das leis

Os males e os estragos inseparaveis
das guerras, e o desencadeamento das paixões
políticas, hão empeorado o que ja tinha a
administração publica de defeitoso. Seu
remedio hade consistir de hoje em dian-
nas leis, no desempenho das funcções
administrativas, e na cooperação dos par-
ticulares.

As antigas leis e regulamentos cuida-
vam, na verdade, de prescrever e pro-
hibir, frequentemente com excesso;
porêm variada, novas as ideas
[fl.97]

distincta a constituição politica, de cur-
to auxilio e o facto em tão differentes
circumstancias e tempos, muitas vezes
contradictorio o não poucas sob a impre-
são de accidentes fugazes e mal aprecia-
dos sirvam de exemplo entre outras leis
recopiladas, a que prohibe [caçar]

206

No cahos da indifusão e incerte-
sa, carece a autoridade de regras para
saber em que termos e ate que ponto ha-
de suster-se a fim de prehencher seu
dever, atida sempre a superior censura
descricional; ao passo que as questões
com os corpos administrativos se desna-
turalizam, e talvez se ulceram sendo o
público pelo geral o que perde nellas.
Por outro lado os individuos que só con-
cebem uma idéa vaga de liberdade
e independencia, tomam a violação de
seus direitos quanto fere seu interesse,
ou contrariam seus projectos e cope-
ranças; e como ainda nos verdadeiros
abusos da administração sejam um
phenomeno a reparação e o castigo,

pois regularmente o particular vexado ou atropellado com seu damno ficasse, bastando-lhe ao causador do desmanche a protesta de sua boa intenção, para temer ao menos uma transição, ou

5

[*fl. 97v.*]

uma paragem, se já não lograsse um ascenso; d'ahi é que se estende pelo paiz o escandalo, a irritação ou a indiferença que facilmente degenera em desprezo.

10

As leis necessitam pela mesma razão organizar a administração, e em seguida de terminar o movimento que haja de ter em meio da sociedade, dar-lhe acção conferir-lhe virtude benefica e vivificadora. O que as leis estabelecem, as disposições regulamentarias o applicam: a recopilação das primeiras seria a legislação estabelecida ou o código administrativo; a das segundas formaria manuaes ou promptuarios especiaes para os differentes serviços administrativos, accomodados ás circumstancias dos tempos. Ao código correspondem as leis organicas, que são a parte material ou a fórma administrativa, e as obrigações, que são sua parte, ou a razão escripta que move aos funcionarios e que governa aos individuos. Sua ordenação natural parece a seguinte: principios geraes de administração, e regras de conduta de seus agentes, ou seja da autoridade; acção administrativa sobre as pessoas; acção sobre as coisas ou saber a propriedade; obras publicas, gastos, e contabilidade administrativa; e decisão, ou falho em materias contenciosas de administração. Os promptuarios ou manuaes devem ter por cabeça o fragmento de legislação que lhes serve de titulo primordial e que a continuação se desenvolve na methodica distribuição e articulação de regulamentos, ordens e mandatos,

15

20

25

30

35

40

[*fl. 98*]

45

administrativos, com aquel [*sic*] rigor, escriptulosidade, e nitidez, que constituem a essencia deste genero, grave, difficil e utilissimo de trabalhos. O prolixo e consciencioso estudo que sopõe a necessaria intervenção dos governos, e os

50

5

10

15

successivos retoques que requerem para
levar-se ao corrente com sua causa de
que em nenhuma nação tenha no chega-
do ao grao de perfeição e amplitude de
que são susceptiveis; Quem sabe se o
Brazil, das ultimas em emprehender
a carreira, porêm avida de recorrel-a
com rapidez, sera das primeiras ou a pri-
meira, que depois de completar sua refor-
ma administrativa, não se detenha no
impulso adquirido, senão que prosiga ate
dar a última mão de obra cordenando á
ver o codigo e os promptuarios, magni-
fico dom ao paiz, digna recordação á his-
toria!

Por meio dos funcçionarios

20

25

Muito pode contribuir ao remedio dos
males que experimentam em adminis-
tração o bom desempenho dos funcçiona-
rios; porêm será quando haja leis,
quando haja systema: entretanto
sua acção está como paralizada. Ine-
ficaz é o esforço dos bem intencionados,
escasso o effeito das parciaes tentativas
de algumas corporações populares por-
que falta a base para tudo.

201

30

[fl. 98v.]⁷³

35

40

45

Os funcçionarios de boa intenção, de zelo
e conhecimentos, podem adiantar pocaø o
actual estado de coisas menos ha que es-
perar de homens desprovidos de prendas
faltos de sciencia, noviços na adminis-
tração, e ingeridos nella pela parciali-
dade ou os amanhos, a favor da disloca-
ção geral, em que não ha medida no pe-
dir nem no conceder, e em que aos mais
altos postos de fazenda e de governação
aspira, e ás vezes sobre, quem para ne-
nenhuma outra coisa tem parecido bom
nem mediano. D'ahi o que em mui-
tas partes não se administra, porque
não se sabe o que é administrar,
senão que se manda com violencia,
ou se põe toda a attenção em intrigas
políticas; d'ahi o figurar-se que se

⁷³ Metade da primeira parte da folha está em branco.

cumpre maravilhosamente com so
dirigir [campamdas] e ridiculas pro-
clamações donde se conhece a luzir
[fl.99]

5

a ignorancia; d'ahi o contentar-se com
repetir o cem vezes ordenado sem curar-se
de seu cumprimento, e o traslador des-
cobertamente as disposições superiores á
maneira de estampilha, sem explicar,
sem facilitar a execução, sem fazer o me-
nor bem aos povos; d'ahi, enfim, os
abusos, as concussões, e o máo exemplo.
Os bons empregados apparecerão quan-
do se busquem, e abundarão quando se
formem, e quando observem que se tra-
ta certamente [sic] de regenerar a adminis-
tração. Não faltam no Brazil homens
aptos, honrados, e dignos:

10

15

20

211

25

Dedique-se a cada um aquillo que me-
lhor desempenhe: honre-se-lhe e recom-
pense-se-lhe sem tiral-o de seu ele-
mento, se fóra delle houver de confun-
dir-se na mediana; e então appare-
cerá a grandissima influencia que
podem exercer os empregados, distribui-
dos em uma organização atinada,
e apoiados n'uma legislação pre-
visoria, para fazer nascer bens es-
tirpando males.

30

35

Por meio dos particulares

40

São finalmente, efficaz correctivo
os esforços dos particulares, sempre
que se utilizam e não se desprezam

[fl.99v.]

Innumeraveis são os monumentos, quasi
todos em ruinas, das caridade com que acu-
diam nossos antepassados ao soccorro de seus
semelhantes á propagação da instrução
e ás melhoras sociaes que compreendiam.
Mas quando muitas daquellas funda-
ções tem caído em mas mãos e é notorio
o abandono o [decapidação] dos recursos que

45

50

instituíram, nada ha de estranho em que
outros se guardem de imitar beneficencia
tão indignamente retribuida. A boa admi-
nistração fará renascer a confiança; os sen-
5 timentos de humanidade que se resplandecem
entre nossas calamidades, cobrarão vigor
e acrecentamento e o espirito publico adqui-
rirá a tenção e o poder que lhe correspondem
n'uma nação como brasileira. Os ateneos,
10 liceos, institutos, e outros estabelecimen-
tos analogos, donde se dão á juventude
gratuitas explicações das sciencias por
homens zelosos e ás vezes por varões
emminentes, indicam a propensão da
15 epoca ao verdadeiro progresso e ao desen-
volvimento dos principios de sociabili-
dade por entre o descredito do charlate-
nismo. E sobre estes elementos de reuni-
ão de fôrças individuaes se formará a
20 legitima opinião pública, ante moral
dos direitos communs, e perpetuo regu-
lador das operações administrativas que
ajudará aos funcçionarios de todas as
classes a manter-se na senda da lega-
25 lidade e nobre anhelos de glória, me-
diante a merecida censura ou applauso.
[fl. 100]

Pensamento fixo capaz de reali-
zar as melhoras.

30
Taes são os meios de melhorar a ad-
ministração no Brazil: taes serão os re-
sultados. Um systema perseverante,
patrimonio do estado e não de banderias,
35 e menos dependente de vicissitudes pesso-
aes que de um pensamento fixo de alta in-
teresse social, é o que pode obrar a pacifi-
ca regeneração que se deseja, trazendo a
justiça, a ordem, e a liberdade. Não
40 seria toleravel a inercia do frio ego-
ismo, que se retraisse de procurar trans-
mittir a nossos filhos uma situação
mais feliz que acaso não disfructe-
mos nós outros; nem admittiria descul-
45 pa o cego despeito que [vanmente] es-
perasse o remedio do excesso do mesmo
mal; nem conheceria aos Brasileiros
quem imaginasse que nesta terra
de paixões ardentes tudo se bastardêa
50 e se faz impossivel, quando ainda cabe-

dizer-se que não tem disfructado os benefícios positivos do regimen constitucional, e menos os do administrativo. Os partido politicos que se respeitam, são os que disputam a boa lei e a occasião de engrandecer e augmentar seu paiz sem o extorvar uns aos outros, até que a cada um chamem ao posto as exigencias da situação, e as oscilações proprias da instabilidade das coisas e das contades [*sic*]. E os partidos podem estar no Brazil persua-

[*fl. 100v.*]

didos o satisfeitos de que a nenhum delles lhes he dado governar por carecer de administração publica; por donde senão lhes bastára considerar o quanto está a patria fundida e a etevação [*sic*] a que é chamada, devera seu proprio interesse aconselhar-lhes o entender-se para estabelecer e consolidar um bom regimen administrativo, e para conservar tradicionalmente o ordenado movimento da maquina procurando junctar-lhe melhoras, em logar de pensar em fazel-a em pedaços.

Todavia haverá muitos que ainda admittindo a exactidão da doutrina, julguem conveniente il-a applicando por grãos, para preparar o terreno, para evitar transições violentas e para não ferir susceptibilidades. Necessarias são em todas as coisas a prudencia e a oportunidade e; mas não ha que confundir o sofisma com o raciocinio. Os que não teem fé e apenas alcançam persuasão, succedem estar pelos termos medios, como menos perigosos em todo caso, sem fazer-se cargo de que entre o bem e o mal, entre a verdade e a mentira, não cabem temperamento nem composição. A preparação requiere-se certamente e se obtem por meio da instrucção progressiva para ir alargando a participação no governo e a administração publica dos individuos que nas massas adquiram a correspondente aptidão; porém quando reconhecido o estado social se adverte que por effeito de illusorias theorias se tem avançado de mais por esse caminho, e se tocam as consequencias la-

[fl. 101]

mentaveis de tal error, sempre se está
a tempo de retroceder do ponto de per-
dição ao de consistencia e possivel per-
feição temporal, não com aparato reac-
cionario, senão com o temperado, e franco
continente de que não dá ouvidos ás pai-
xões porêm escuta a significativa licção
da experiencia. A opinião pública não
é estacionaria, senão que se modifica
e troca, o mesmo neste que em qualquer
sentido em fôrça das impressões que re-
cebe e das causas que a impelem. O resis-
tir obsecadamente suas exigencias é
o que occasiona as crisis sociaes, ora no
sentido demagogico, ora tambem no abso-
lutista, entrando por muito para ace-
leral-as, retardal-as, ou conjural-as,
a casualidade, as conjuncturas e as mi-
ras de outros governos: o comprovar em
cada epoca aquellas exigencias e satis-
fazel-as opportunamente é a essencia
e o baluarte do systema constitucional.
Várias nações da Europa teem experi-
mentado suas temporadas de laurar-
se na carreira da irreligião, e o desgor-
verno; e ja vemos como o desengano as
torna religiosas e lhes ensina a adoptar
os sãos principios que presidem á politi-
ca e a administração; principios que an-
tes obscuros e indeteminados, tem sido ele-
vados em nossos dias ao gráo das ver-
dades demonstradas. Ja não ha em
sabel-os e professal-os o merito da
novidade, porêm sim e do juizo; de
modo que se hoje o desejo de reformas
uteis e prudentes, é honroso, e proprio
como sempre de homens generosos e illus-

[fl. 101v.]

trados, as existencias e aberrações revolu-
cionarias arguem ainda mais ignorancia
que loucura. Pretender que o desarranjo
administrativos não se corrija, senão a me-
tade é uma especie de [peuvilidade] de ve-
lhos, é querer capitular em favor do amor
proprio, é aspirar ao mediano podendo
conseguir o bom, e esquecer-se de que a ra-
zão como se tem dito muito bem, acaba sem-
pre por ter razão. E emfim o [rerelar] de
individuos ou de corporações cujo costume

de mando irresponsavel possa haver lan-
çado raizes, seria fazer-lhes aggravo, e con-
tar mui pouco com sua lealdade e seu
intendimento; seria suppor-lhes menos
5 patriotismo que a tantos antigas servi-
dores e partidarios da monarchia pura
ou absoluta como calam e se atemperam
ao movimento que está trabalhando
á sociedade brasileira; e seria ignorar
10 que a maior parte dos sujeitos que
tem exercido cargos de eleição popu-
lar, reconhecem e deploram o vicioso
da actual legislação sobre a materia.

Quando se porá mão á obra, quan-
15 do se começará a organizar e plantear
a administração não é facil determi-
nal-o de antemão. Ha sem embar-
go um signal precursor e infalivel:
quando haja governo. Entretanto temos
20 por util ou [onvavel] os-esclarecer as
ideas, dispor os animos, e generalizar
o convencimento, tanto de sua urgencia
como de sua possibilidade.

[fl. 102]

Capitulo VI

Conclusão

Excellencias da administração publica

Pouco mais que indicaciones são as que
30 se contem neste escripto, materia de re-
flexão aos intelligentes, e de estimulo aos
laboriosos.

A administração é uma sciencia, por-
que não somente consiste na acção que
35 cuida e assegura o cumprimento das leis, se-
não que buscando a cada necessidade social
sua satisfação e fomentando os interesses le-
gitimos, se encontra nestes differentes conceip-
tos em contacto com todos os individuos, e
40 em presença de todas as eventualidades, ten-
do que confiar uma multidão de coisas á sa-
gacidade, prudencia, e illustração dos agen-
tes. Como sciencias que ensina a conhecer as
necessidades e os interesses, e o melhor
45 modo de dar lhes satisfação e fomento se-
gundo os casos, tem sua teoria, ou o que
é o mesmo, seu systema de principios
methodicamente ordenados; que são os que
até aqui se tem procurado enunciar. E a
50 applicação da teoria á practica constitue

a arte dos administradores. A prosperidade do paiz é seu objecto; fazer o bem é seu meio; e o zelo illustrado é um movel. Não é sciencia van a da administração, nem escusado seu estudo; pelo contrario é tão importante e trascendental, que della dependem a grandeza das nações e a existência dos estados. A mesma differença que ha entre uma casa arranjada, donde estão corren

[fl. 102v.]

tes os pagamentos, se sustem a ordem, e gosar-se de credito, e outra desarranjada onde se contraem dividas, se introduz a anarchia, e se cae no descredito e a abjecção; ou entre uma grande fabrica em que reinam a regularidade, a harmonia, e o aproveitamento de tempo e materiaes, e outra em que não se vejam mais que descuido, indisciplina, malverção e miseria; essa mesma differença colloca na região do respeito e a consideração universal á acção que estiver bem administrada, e deixa cair no abysmo da prostração, da desordem, e da nullidade politica, á que o estivera mal, por poderosa que tenha sido n'outros seculos, por muito que seja seu ambito geografico, o valor de seu solo, e o merecimento de seus filhos. Nesta não se sabe cuidar a causa pública: para seu representante não haverá assento entre as potestades da terra.

Nem se affecte um meio exaggerado á acção administrativa. Se a administração é a ordem, ⁷⁴ quem poderá temel-a, fóra dos que apetece e necessitam a desordem? Numa terra de plantio, o que faz o cultivador é proporcionar a cada vegetal espaço livre, ar, agua, e terreno convenientemente abonado; com estas condições se desenvolvem, crescem, e fructiferam, assim as pomposas e elevadas arvores, como as tenras e modestas hortalças. O cultivador faz obrar a natureza: ao intento aproxima-lhe materiaes e auxilios. Se se empenhasse em manoscas demasiado as plantas, ou em atormentalas por qualquer modo, privando-as de seu livre viver, ou de alguma de suas condições

[fl. 103]

⁷⁴ Espanholismo do autor.

ainda que não fosse mais que a luz, mur-
chariam ou levariam uma existencia lan-
guida e penosa: pelo contrario desde o mo-
mento que se discuide e abandonne a na-
tureza a suas proprias fôrças brotam her-
vas estranhas, acodem os insectos, e o cam-
po que offerecia colheita, o viveiro que devia
dar arvoredos e horta, e o jardim, perdem
seu vigor e formosura, convertendo-se
pouco a pouco n'um areal universal, e
duramente offensivo aos olhos. O mesmo
succede com a administração: se quer fazer-
se demasiado, afoga e mata; se não faz
o necessario deixa morrer. Assim a má go-
vernação de um paz não é culpa da scien-
cia, senão dos que a não comprehendem,
ou não sabem, ou não querem applical-
a do modo conveniente.

Ponto de vista para administra-
ção e a legislação.

Para formar cabal idéa da adminis-
tração, é preciso fugir dos pontos de vista
perigosos: nem remontar-se á região espe-
culativa, donde livremente se alarga a
imaginação pelo mundo, como se sua
superficie fora inteiramente plana e
sem excombros; nem encerrar-se no mes-
quinho circulo donde um nasceu ou don-
de vive, e pretende amoldar a elle toda
a sociedade politica. No primeiro caso
se generaliza sem sentir, e seja que se
centralize a acção administrativa, conta
se demasiado facilmente com a unidade
de miras, com a igualdade de condições
com a uniformidade de institutos e com

[*fl. 103v.*]

a harmonia de movimentos. No segundo
incorre-se no erro de julgar sem haver com-
parado e de applicar ao todo o que acaso con-
venha de abraçar a generalidade dos interes-
ses legitimos, para que discernindo-os, classi-
ficando-os, e dando seu logar a cada um,
de maneira que sejam proporionalmente
attendidos sem prejudicar-se; e a practica ad-
ministrativa ha de descender até ás locali-
dades mais deminutas, bastante illustrada
para conhecer a necessidade diaria e eventu-
al e bastante elastica para encontrar meios

espedidos de satisfazer-a.

Nem é menos indispensavel o fixar as relações entre a legislação e a administração: em todas as materias o primeiro é definir e
5 o por-se de acordo sobre os princípios fundamentaes. Na economia social o poder supremo é ou deve ser o pensamento publico: elle põe em ordem os interesses geraes e parciaes, e as leis são sua expressão. Mas a legisla-
10 ção, ora civil, ora penal, ora política, ora industrial, necessita ser executada: nos outros chamamos actos de administração a tudo o que seja cuidar e assegurar o cumprimento do que a legislação dispõe. Em cujo sentido lato não ha leis propriamente administrativas,
15 pois que todas as leis são uma letra morta em tanto que a administração não as faz executar ja pela via judicial, ja por meios de autoridade que se lhe attribuem. Um circulo
20 ha mais estreito, dentro do qual se considera á administração manejando o patrimonio público, protegendo aos individuos, e promovendo as melhoras: funcções que exigem faculdades ate certo ponto discricionaes, como acima dissemos. Porêem tambem aqui hade haver
25 [fl.104]

legislação que lhe assignale, e emquanto possivel seja, lhe traz suas regras de conducta; tendo a administração em tudo o discrecional que as leis não hão podido minuciosamente preservar, que dar conta e responder sempre que na assembleas legislativas fosse interrogada ou reconvenida. Porque a legislação que ordena a sociedade, e que encarrega á administração responsavel a realização de pensamento público ou social, assim em grande como em pequeno indica e previne a esta mesma administração, que ~~é~~ seu agente, o modo com que deve desempenhar seu comettido. Com má legislação é possivel uma administração boa: com boa legislação é difficil que a administração *seja una; como*
30 *que <é> a administração o que o preceito á obedi-*⁷⁵
35 *encia, o que a vontade á acção o que o impulso ao movimento.*

Necessidade da administração, senti-

⁷⁵ O autor colocou este trecho recortado de outra folha.

da no Brazil.

A importancia da administração é universalmente sentida. No Brazil pode dizer-se que ha sede della, porque o paiz que lamenta seus males, demasiado conhece que o que lhe faz falta e bom governo, que quer dizer estar bem administrado. Assim é que em poucos annos se tem occupado da materia, ainda que parcialmente, clarissimos ingenhos e acreditados patri-
cios

222

15 [fl. 104v.]

A administração em distincta esfera da politica.

20 A administração funcçiona n'uma esfera distincta e separada da politica, em um terreno que pode considerar-se neutro para os partidos. As deputações provinciaes, concelhos de provincia, e camaras são corpos pura e exclusivamente
25 administrativos: desnaturalizal-os é o mesmo que confundil-os e corrompel-os. Inocular nelles os debates politicos seria soltar as paixões no recinto administrativo, e falsear a politica e a administração. E o
30 considerar-lhes direito de resistencia aberta á autoridade do governo, valeria tanto como constituir em regimento permanente a anarchia. Tão pouco os empregados publicos ou agentes da administração teem
35 contacto com a ordem politica: unicamente os ministros pertencem a ella, sendo sen- cível que as exigencias do systema constitucional facam recair ás vezes a alta direcção dos negocios em homens de tribuna,
40 antes que n'outros administradores fortificados com pratica dos negocios politicos, e com a experiencia das funcções subalternas. A prolixa investigação dos feitos, o estudo das questões, o apreço das deducções
45 da economia social, e aquella applicação estantanea e exacta que domina as difficuldades e se connaturaliza com o acerto, succede parecer ingrata tarefa aos entendimentos afficcionados a dissertar e genera-
50 lizar com brilhantez, que é o que basta pa-

ra excitar o applauso do momento nas assembleas. Este inconveniente não se diminuiria ate que o publico se acostume
[fl.105]

5 a dar seu verdadeiro valor a cada coisa,
pois que se a politica modera e censura
ao governo, não passa de ser um meio para
chegar ao fim, que é o bom manejo dos
assumptos publicos.
10 Assim é que os principios politicos
perdem diariamente em importancia, ou
ao menos em interesse de novidade, porque se se encontram esgotados: os administrativos ganham, porque ainda não
15 estão difundidos, e porque seus pontos
de applicação são innumeraveis, continuos,
e interessantes a todos e a cada um dos individuos da sociedade. Duas epocas ha em
que se escreve e discute pouco sobre uma sciencia: quando é desconhecida, e quando pelo
20 contrario passa a ser trivial. Neste ultimo
caso acha-se a politica: a administração
occupa hoje o termo medio, que é a temporada em que movida a attenção e acreditada a utilidade, abundam os interpretes e
25 obteem aceitação suas investigações. A politica levanta e decora os muros e a têa do edificio social; porêm a administração põe
em ordem as instancias, e institue o regimen interior. E é evidente que dentro da
30 magnifica fachada e sob entalhada artezaõ poderá haver, se se carece de direcção e
tino, improprio comportamento, molestas habitações, e desagradavel methodo de vida, origina<n>do uma desordem, que venha
35 a parar ate em abandono daquelle local
que com melhor ordem haveria sido objecto
de celebridade e imitação

[fl.105v.]

40 Se a administração poderia estabelecer-se no Brazil de um modo original.

Um ponto nos fica unicamente por
45 tocar, e é se poderia combinar-se e estabelecer-se uma administração puramente á
Brazileira, sem mescla de estranhos usos; pensamento que tem em seu favor ou em
sua desculpa o futuro de um instinctivo
50 apego ao decoro nacional.

Se a administração tivera de formar-se dos elementos que existiam no Brazil nos tempos mesmos em que dominava e despu-
nha de dois hemispherios, sem duvida re-
sultaria mal para as necessidades de nos
5 sos dias. Ainda então entendiam a se cuida-
vam mais os Brasileiros de conquistar e
adquirir, que de administrar; porque a or-
dem, a economia, e a especulação tem nas-
cido da escacez dos pobres, e não dos sonhos
10 [doirados] dos ricos, nem ainda da orgulhosa in-
dolencia de seus minguidos herdeiros. No cam-
bio de costumes, na actividade que se apodera
de todos os animos, no movimento que segue
15 às guerras e às revoluções, e na fôrça dos suc-
cessos que impele para a industria a homens
de capacidade que pareciam unicamente nas-
cidos para os empregos, as ideas e as coisas da
administração de outros seculos são comple-
tamente inoportunas e ineficazes, assim como
20 os antigas [*sic*] e preciados teares de

230

se hoje existissem, os desmonta-
riamos para substituir-lhes mecanismos mo-
dernos, muito mais faceis e productivos.

25 Se pelo que se suspira é por abrir
um caminho novo, e ignorado das outras
nações, manifesta-se desconhecer a indole
[*fl. 106*]

do entendimento humano, a espontanei-
dade de suas criações e a mancommu-
nidade de seus recursos. Não porque os li-
mites das sciencias estejam acotados de
modo que os futuros não possam passar
mais longe, senão porque o mundo intel-
lectual tem uma marcha prefixa em
cada epoca, e mal se exigiria d'uma frac-
ção o que não produzam os esforços reuni-
dos de todos os homens. As verdades que
se descobrem e se demonstram, as que ob-
teem o assentimento dos intelligentes, pas-
sam de direito a propagar se entrando no
dominio da generalidade. E o não fazer-
lhes caso, e o lançar-se em busca de origi-
nalidade por tarefa, argue tanto idiotismo,
concertando-nos á administração, como
45 o pretender inventar uma [nova] geometria.

A nação que mais tem adiantado
na administração é a franceza, o que
se esplica por duas razões. Primeira, por-
que é a unica que n'um estado avança-

do de civilização destruiu todas suas instituições antigas, e pôde sem obstaculo formular e plantear um systema completo fundado em teorias luminosas, que suas differentes fórmulas de governo tem contribuido a aperfeiçoar. A segunda, porque o genio fecundo, logico, e methodico de seus publicistas, que quando não consegue a iniciativa das grandes ideas, se encarrega sempre de propagal-as, tem encontrado no povo ou seja na opinião publica, a melhor acólhida e cooperação para os progressos da doutrina administrativa, que pronto se tem convertido em feitos pelo commum [assentimen-

[fl. 106v.]

to] o concurso. A Inglaterra e a Europa continental não apartam os olhos daquellas instituições, e pouco a pouco se lhas vão apropriando emquanto o consentem as circumstancias particulares de cada paiz; que é privilegio da verdade o prevalecer tarde ou cedo, e interesse de quem procura adiantar o admittir os meios mais adequados e seguros. O codigo romano, por ser o melhor dos conhecidos tem sido o renascimento das luzes o codigo das nações civilizadas, e todavia fórmula e formará constantemente sua parte essencial: as leis francezas, especialmente em administração, podem chamar-se um codigo europeu, porque a ellas se consulta em todas as partes, e ellas servem de guia nos vacuos da propria e domestica legislação, sempre que podem applicar-se como regras de eterna razão e equidade. A Inglaterra pede por agora leis administrativas á França, assim como a França encarga, tambem por agora, machinas de vapor á Inglaterra.

Não é isto advogar cegamente por causas estrangeiras, não. Que não estrangeiro tudo o contido no presente escripto, nem estrangeiro senão mui brasileiro, o espirito que o tem dictado. Isto é aconselhar que se estude e se medite o bem e que se procure adoptar de um modo judicioso e apropriado, aquillo que as mais nações gabam e imitam, aquillo que faz falta na nossa sociedade e que possa implantar-se nella, florear, e fructificar.

O verdadeiro brazileirismo não hade con-

sistir em desprezar o util dos estrangeiros se-
não em ellegal-o, e depois de assiminal-o
ou incorporado a nosso systema, procurar
[fl.107]

5

superal-os elles

10

De conseguinte, os que com são ainda
que deslumbrado proposito, anhetam uma
administração propriamente brasileira,
devem penetrar-se de que essa administra-
ção se ha de formar da reunião do me-
lhor que por todos lados se visse e ade-
quirisse, e que em seguida toca ao pa-
triotismo o utilizar, aperfeiçoal-a, e inal-
tecel-a.

15

Mas os que com animo mesquinho afec-
tam presumpçoso desdem pelas institui-
ções forasteiras, quando elles não hão fei-
to toda a sua vida mais que copialas, po-
rêm copial-as no máo e desacreditado,

20

para trazel-o a infestar nosso solo; os
que em sua pueril insipidez enviam
a estudar a c [sic] Allemanha o que ignoram
que não pode transportar-se ao Bra-
zil porque consiste em temperamento

25

e em costumes, emquanto que em Fran-
ça encontrariam o que pode vir com
um pouco de cuidado, que são os bons
regulamentos e as autorizadas prati-
cas administrativas esses não mere-
cem mais que um sorriso de compai-
xão. O desviver-se pelo que passou
e de nada serve, ou por uma origina-
lidade irrealizavel, é q chimera; o pre-
ferir o mediano por ser de um paiz,

30

desfazendo o bom por ser de outro, é
mais que miseria.

35

Excitação aos ingenhos que podem
difundir as noções administrativas.

40

Terminamos protestando a intima

[fl.107v]

45

convicção que nos assiste da exactidão das
doutrinas espalhadas neste escripto; ainda
que as submettemos á censura dos conhecedo-
res e ao criterio do público. Ao emitir um
dictame de consciencia sobre o estado de nosso
paiz, e ao julgar alguma vez os actos e
as opiniões, respeitamos e deixamos a salvo
50 os partidos, as corporações, e as pessoas em-

quanto a sua intenção, que constantemente cremos pura, ainda que nem sempre bastante illustrada. Os falsos amigos des-
simulam a verdade, os adulares torcem-a,
5 os homens de caracter dizem-a.

E excitaremos aos bons ingenhos que possuam teoria e practimente a administração, não somente a trabalhar para seguir difundindo as noções da sciencia reunidas em corpo completo de doutrina, senão
10 também a occupar-se dos ramos especiaes, de fazenda, e de justiça. A erecção da escola de administração no Brazil poderá dar productos, porém requer sustentar-se e
15 estimular-se para que opportunamente se estenda a instrucção ás universidades, provendo o paiz de habéis administradores que necessita, e que até agora não tem tido donde aprender nem onde formar-se
20 A coordenação ja começada e a multiplicação de promptuarios e manuaes donde se contenham com clareza os direitos e deveres de administradores e administrados, por classes e serviços e donde se recolha a successiva jurisprudencia, que
25 emane e se desprenda das decisões dos julgados administrativos e do conselho de estado quando estejam criados estes corpos, é também sumamente interessante e transcendental; Trabalho modesto, que por
30 não ser assumpto de brasileiros de
[fl.108]

parcialidades, é assumpto de Brasileiros, e que por não ter grande brilho porém sim muita utilidade, se avem com o genuino espirito do seculo, tão pouco afficcionado á van palestra, como disposto a admitir e engrandecer todo esforço que conduza a resultados positivos, especie de culto tributado pelo desengano á verdade de volta de illusões!

[fl.108v.] [em branco]

[fl.109] [em branco]

[fl.109v.] [em branco]

45 [fl.110] [em branco]

[fl.110v.] [em branco]

[fl.111] [em branco]

[fl.111v.] [em branco]

C. A leitura de uma obra histórica

A leitura e transcrição do manuscrito só foi possível graças aos estudos da paleografia.

a. A importância da paleografia

A paleografia, segundo a explicação de Acioli (2003, p. 05)

é a ciência que estuda a escrita antiga. Sua designação é grega e significa: palaios = antigo e graphien = escrita. [...] A Paleografia é, assim, antes de tudo, um instrumento de análise do documento histórico. Não cabe ao paleógrafo somente ler textos; a ele compete igualmente datá-los, estabelecer sua origem e procedência e criticá-los quanto à sua autenticidade, levando em consideração o aspecto gráfico dos mesmos. Das ciências auxiliares da história, a Paleografia é a mais importante porque ela se dedica ao estudo da escrita sobre o material brando, principal fonte de informação do historiador.

Ou seja, a paleografia é importantíssima para o estudo do documento pelo historiador. Ela viabiliza a leitura e interpretação do documento. Contudo, a paleografia não fornece conhecimento sobre a escrita somente para a história, auxilia também o estudo da filologia, da linguística, do direito e outras ciências (ACIOLI, 2003, p. 06).

Ana Virgínia Pinheiro diz que "pertencem à Paleografia o estudo da escrita e seus instrumentos; a confecção do livro e sua ilustração; o exame de sua arquitetura. (...) Estudo das maneiras de escrever e de sua evolução, incluindo os materiais nos quais e com os quais se escreve." (PINHEIRO, 1995, p. 195).

Acioli (2003, p. 01) salientando a importância do documento manuscrito e diz que é a mola-mestra da história, possibilitando recursos inestimáveis ao historiador e ainda que a interpretação dos documentos históricos depende do conhecimento paleográfico do historiador. E ainda acrescenta que, para que o trabalho de interpretação do conteúdo do documento manuscrito seja legítimo, o historiador deve analisar o mesmo sob o ponto de vista paleográfico. A primeira etapa do trabalho do historiador no estudo do manuscrito é o estudo paleográfico do mesmo.

Portanto, o estudo da paleografia se torna fundamental para este trabalho, por trazer à luz da história a leitura de um documento que pode trazer respostas ou mesmo

questionamentos sobre um período da história. Para auxiliar a leitura paleográfica do documento, proponho analisar alguns aspectos específicos do manuscrito, destacados como de importância para a diplomática:

É esta a constituição formal de um documento, segundo os preceitos da Diplomática. O teor diplomático do documento e a língua em que se encontra redigido constituem os chamados caracteres internos do documento; os caracteres externos são representados pela matéria subjetiva (material suporte da escrita - papiro; pergaminho, papel), pela matéria aparente (as tintas utilizadas), pela matéria instrumental (pena de ave, pena metálica, etc.), pela grafia (traçado das letras) e pela forma mecânica (a pautação, paragrafação, a pontuação, as abreviaturas, etc). (SPINA, 1977, p. 57)

Aspectos gráficos do manuscrito⁷⁶

Os aspectos gráficos de um manuscrito podem "informar as características dos documentos paleográficos, possibilitando uma virtual visualização dos aspectos que lhe são marcantes" (BERWANGER; LEAL, 2008, p. 107), sendo fundamental para delimitar as características do manuscrito analisado.

O manuscrito é autógrafo, apesar de não possuir a assinatura do autor. Ou seja, foi escrita pelo próprio autor, no caso, Francisco Adolfo de Varnhagen, porém não está assinado pelo mesmo. Proponho neste trabalho provar que a letra é do mesmo, apesar de não estar assinado. O manuscrito está escrito em português com alguns espanholismo ao longo do texto. A letra do manuscrito tem o traçado leve. O ângulo, no caso, é destrógado, ou seja, pende para a direita. Quanto ao automatismo, podemos destacar algumas características peculiares ao traçado da letra do manuscrito. Um primeiro exemplo é a letra "d" na sua forma minúscula quando presente, em algumas palavras, no meio. O traçado é elegante e a haste superior é aberta e pende para a esquerda. Observe o exemplo abaixo.

[fl. Iv.]

Foto 001 AP GCCA

⁷⁶ Os aspectos gráficos estão baseados em BERWANGER, Ana Regina e LEAL, João Eurípedes Franklin. **Noções de paleografia e diplomática**. 3^a. ed. revista e ampliada. Santa Maria: Ed. da UFSM, 2008, p. 107.

Outro exemplo é a letra minúscula "s" na forma minúscula. O traçado é simples, contínuo, porém as hastes ficam muito próximas, dificultando, muitas vezes, a leitura.

Fotos 002 e 003 AP GCCA

Um outro exemplo é a letra "z" na forma minúscula. O traçado se aproxima da letra de imprensa, mas é contínuo e não é neste manuscrito alongado.

Fotos 004 e 005 AP GCCA

A letra "r" na forma minúscula também tem um traçado específico no manuscrito, principalmente quando está no fim da palavra e se aproxima da letra de imprensa também.

Foto 006 AP GCCA

O peso da escrita é moderado e, principalmente quando há rasura, pode-se observar a tinta marcada no verso da folha. A letra do manuscrito possui uma altura de 0,5 cm para o corpo do texto em geral. A letra do manuscrito presente nos títulos dos capítulos possui 1,0 cm. O ângulo da escrita é de aproximadamente 75° pendendo para a direita. O autor usa letras maiúsculas e minúsculas ao longo do texto. Geralmente, para nomes próprios e início de frases o autor usa a letra maiúscula e no restante usa a letra minúscula. Ele também distribui uniformemente as palavras nas frases e quando necessário separa a palavra de uma linha para outra, usando, geralmente, um traço "-".

Identifiquei os seguintes sinais de pontuação: . ; , ! ? ¸ - _ . Em algumas situações o autor não pontua. Em outros momentos, utiliza o ponto de interrogação

característico da língua espanhola. Apesar do manuscrito ser escrito na língua portuguesa, isso mostra a influência da língua espanhola na escrita do autor. Os seguintes acentos foram identificados ao longo do manuscrito: ` ' ~ ^ . Identifiquei o uso de dois tipos de numeração. A numeração romana aparece para numerar os capítulos. A numeração árabe aparece para numerar as páginas, e ao longo do texto e a partir da folha 71 verso aparecem números pequenos próximos ao texto, parecendo ser uma referência que o autor colocaria posteriormente.

c. Aspectos materiais do manuscrito

"Desde os tempos mais primitivos, o homem lançou mão dos mais variados materiais para deixar expressas suas ideias" (BERWANGER; LEAL, 2008, p. 79). Estes materiais eram de natureza "animal, vegetal e mineral". Estes eram constituídos "do material de base e do material impressor".

O material de suporte identificado neste manuscrito é o papel. Acredita-se que o papel seja uma "invenção dos chineses. O inventor teria sido T'Sai Lun (105 d. C.), mas foi difundido pelos árabes. A Espanha foi o primeiro país na Europa a fabricar o papel (século XIII)" (BERWANGER; LEAL, 2008, p. 82). O papel tem uma cor amarelada que pode ter alcançado esta tonalidade por conta do processo de deterioração do mesmo ao longo do tempo. O material impressor, ou seja, o instrumento utilizado para escrever no manuscrito foi, provavelmente, a pena de ave. "A pena de ave, principalmente de ganso, foi usada no pergaminho e papel depois do século VI" (BERWANGER; LEAL, 2008, p. 82).

A tinta utilizada no manuscrito é a tinta ferro-gálica.

A tinta ferrogálica, utilizada desde a Idade Média até o início do século XX, é genericamente composta de tanino, sulfato ferroso, goma arábica e água, sendo que em algumas formulações há adições de corantes. Ao longo dos séculos, inúmeras receitas foram criadas para preparar a tinta ferrogálica, porém sempre há a presença de três ingredientes básicos: a noz de galha, como fonte de tanino; o sulfato ferroso como fonte de ferro; a goma arábica, como ligante. (GONÇALVES, M. F., 2014, p. 3568)

Para confirmar o tipo de tinta é preciso que seja feito um estudo mais apurado com instrumentos adequados. "Os exames visuais, sob luz reversa e ultravioleta são os primeiros que apontam indícios se uma tinta é ferrogálica ou não, percebendo as

tipologias de degradação" (GONÇALVES, 2014, p. 3570). Portanto, para maior precisão, um trabalho mais detalhado usando tais instrumentos seria o mais interessante para determinar se a tinta é a ferro-gálica.

O manuscrito foi encadernado em 10 maços de folhas. Cada bloco de folhas tem 40 folhas. Os blocos foram encadernados com uma linha fina e branca. O primeiro bloco vai até a folha 20 verso. O segundo bloco vai até a folha 30 verso. O terceiro bloco vai até a folha 40 verso. O quarto bloco vai até a folha 50 verso. O quinto bloco vai até a folha 60 verso. O sexto bloco vai até folha 70 verso. O sétimo bloco vai até a folha 80 verso. O oitavo bloco vai até a folha 90 verso. O nono bloco vai até a folha 100 verso. O décimo bloco vai até a folha 111 verso. Este último bloco possui 42 folhas, excepcionalmente. As dimensões do manuscrito estão identificadas na imagem fotografada da primeira folha do manuscrito.

Profundidade do
manuscrito
completo: 1,5 cm

Altura: 31,3 cm

Largura: 21,6 cm

Foto 007 AP GCCA

O manuscrito tem uma característica específica quanto à sua disposição nas folhas. As folhas de frente estão, geralmente, escritas na margem esquerda e no verso estão na margem direita. De acordo com Acioli, nos documentos brasileiros "é habitual redigi-las quase em coluna, na segunda metade da folha, deixando-se a primeira, à

esquerda" (ACIOLI, 2003, p. 55). No caso, o autor do manuscrito opta por escrever em colunas na frente e no verso das folhas do manuscrito.

As dimensões das colunas seguem um padrão ao longo do manuscrito. Observe a folha 1 e a folha 1 verso abaixo.

11,0 cm de largura das folhas de frente

10,5 cm de largura das folhas do verso

Fotos 008 e 009 AP GCCA

A marca d' água também segue a mesma por todo o documento.

A filigrana ou marca de água é efectivamente uma invenção europeia. Tem origem, no final do século XIII, em Itália, na cidade de Fabriano. Os produtores de papel desta cidade começaram a usar uma marca que indicava o fabricante ou a proveniência do local onde havia sido produzido o papel. A mais antiga marca que se conhece, foi recolhida por Briquet, em Bolonha e, remonta a 1282 (CARREIRA, 2012, p. 16).

Ana Virgínia Pinheiro define a marca d'água como "uma marca visível na transparência dos papeis, obtida por meio de um desenho qualquer feito de arame de boa qualidade colocado sobre a rede do molde na fabricação do papel." (PINHEIRO,

1995, p. 188) Porém, a marca d' água entrou em desuso em meados do séculos XIX. De acordo com GARCIA,

na maioria dos manuscritos da primeira metade do século XIX, os papéis eram grossos, formados por envergaduras, e apresentavam filigranas em forma de marca d'água em seu corpo. Após 1849, é possível a encontrar papéis de textura mais fina, sem envergaduras, e com maior frequência o uso de filigranas pequenas, em alto relevo, no canto superior esquerdo da folha (GARCIA, 2009, p. 26 e 27).

Melo defende que a marca d'água é fundamental para "determinar a idade e a origem dos antigos documentos" (MELO, A. F. A., 1926, p. 12). Portanto, o estudo da marca d'água pode trazer mais elementos para datar o manuscrito. em análise. O manuscrito em análise tem sua origem até a metade do século XIX. Porém, isso não significa que o autor tenha escrito até 1849, pois as folhas podem ter sido guardadas e utilizadas anos depois. Outros elementos do texto serão fundamentais para nos aproximarmos da data do manuscrito. Segue abaixo as dimensões das filigranas nas folhas do manuscrito.

Foto 010 AP GACCA

23,0 cm de altura da parte superior até o início da marca

5,0 cm da parte inferior da marca d' água para o fim da folha

A marca d' água mede de largura 5,0 cm e de altura mede 3,0 cm. A filigrana do manuscrito é um desenho de um ramo de folhas com a letra de imprensa "M" no centro. A marca d' água está centralizada, porém na parte inferior das folhas. O estado

de conservação do manuscrito é bom. As folhas são grossas, por ser uma característica comum de manuscrito até a metade do século XIX. Por possuir folhas mais grossas, o material encontra-se bem conservado. A cor amarelada do documento não impede a leitura do mesmo. No geral, o material está em condições excelentes para leitura e manuseio pelo pesquisador.

d. Aspectos Complementares⁷⁷

O manuscrito encontra-se disponível para a pesquisa na Coleção Francisco Adolfo de Varnhagen, no Arquivo Histórico do Itamaraty, no Rio de Janeiro, na Lata 352 e Maço 1. Todos os documentos e livros que pertenciam ao Arquivo Pessoal de Francisco Adolfo de Varnhagen que foi obtido pelo Arquivo, possuem uma identificação no início dos documentos e na contracapa dos livros, em língua espanhola. Esta identificação aparenta ter sido feita pela família do historiador, enquanto ainda possuía sua biblioteca e acervo documental. Segue abaixo a fotografia da identificação padrão que identifiquei, inclusive, em outros documentos e livros presentes tanto no Arquivo Histórico do Itamaraty, quanto na Biblioteca do Itamaraty.

O documento é autógrafo, escrito pelo próprio autor, porém sem assinatura do mesmo. O escrito é original e não possui cópias e nem publicação.

[fl.Iv.]

Foto 011 AP GCCA

⁷⁷ Os aspectos materiais estão baseados na divisão apresentada em BERWANGER, Ana Regina e LEAL, João Eurípedes Franklin. **op. cit.**

Como a marca d' água não foi datada nesta pesquisa pela dificuldade em identificar material de apoio, outros aspectos de análise são fundamentais para a datação do manuscrito. Proponho fazer uma análise aproximada da data, utilizando trechos que podem indicar a data aproximada que o autor estava escrevendo.

Nas folhas 9, frente e verso, o autor fala sobre o exemplo da monarquia constitucional francesa,

Os que censuram aquelle grande homem por semelhante modo de proceder, poderiam ter presente que na larga vida das nações é um beneficio da Providencia o enviar-lhes quem saiba aproveitar o instante fugaz proprio para regeneral-as, porque não era de assembleas deliberantes donde podéra a França esperar por fructo uma boa administração. Foi certamente excessiva a centralização do imperio para um paiz que pensaba na liberdade: mas não podia occultarse a seu autor, que depois d'elle tinha que corrigirse pelo influxo das ideas politicas, que com mas moderação havia necessariamente de continuar seu interrompido curso. Sem aquelle antecedente não haveria chegado a França ao enevitavel regimen administrativo que hoje disfructa, nem provavelmente a seu acertado governo constitucional.⁷⁸

Neste trecho, Varnhagen está escrevendo sobre a centralização política de Napoleão I no período imperial, justificando ter sido necessária esta passagem na história da França para chegar ao atual "acertado" regime constitucional. Sobre o período que antecede este governo constitucional, a Revolução de 1830 na França, Perry diz que

a burguesia, os estudantes e os trabalhadores se rebelaram. Esperavam estabelecer uma república, mas a burguesia rica que tomou as rédeas da revolução temia o radicalismo republicano. Ofereceram o trono ao duque de Orleans; Carlos X abdicou e foi para o exílio na Inglaterra. O novo rei, Luís Filipe (1830-1848), jamais se esqueceu que devia seu trono aos burgueses prósperos (PERRY, 2002, p. 401).

⁷⁸ VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. Manuscrito do Arquivo Histórico do Itamaraty, na Coleção Francisco Adolfo de Varnhagen. Intitulado *Da administração pública*, fl. 9 e 9v.

A Revolução de 1830, na França, tirou do poder os Bourbons, mas manteve a monarquia liberal que se baseava em uma Constituição. O rei, Luís Filipe e seus ministros moderados não tinham interesse de restabelecer os valores do Antigo Regime, mas também não tinham a intenção de caminhar para uma democracia. Essa situação se estendeu até 1848, quando uma nova Revolução na França estabelece um governo republicano (PERRY, 2002, p. 402).

Varnhagen defende que a França tem um governo "acertado" ao se referir a Monarquia Constitucional francesa no período de Luís Filipe (1830-1848). Portanto, a data do manuscrito não pode ser posterior a 1848, quando foi adotado o regime republicano. O manuscrito pode ser inserido no contexto entre 1830 e 1848.

Francisco Adolfo de Varnhagen fez uma viagem para o Brasil em 1840, sobre a qual escreve que queria resolver a questão de sua cidadania brasileira, visto que havia saído do país antes da independência, e não solicitado seus direitos quando houve a possibilidade no período pós independência, e sua situação pessoal era mais complexa também por ter lutado na guerra civil no exército português. Varnhagen ficou no Brasil até 1841, mas não conseguiu resolver a questão da cidadania. Apenas em setembro de 1841 saiu o decreto que virá em fevereiro de 1842 a garantiu que o historiador retomasse sua cidadania brasileira. Varnhagen conseguiu sua demissão do exército português e iniciou sua carreira como diplomata brasileiro do Império. Ou seja, o historiador vivenciou a agitação política que surgiu no Brasil entre 1840 e 1842.

Considero que Varnhagen apenas terminou de escrever o manuscrito em 1842, após conseguir sua cidadania brasileira, pois ao fim do texto, faz a seguinte colocação:

Trabalho modesto, que por-
não ser assumpto ~~de brasileiros~~ de
parcialidades, é assumpto de Brasileiros,
e que por não ter grande brilho porém sim
muita utilidade, se avem com o genuino
espírito do seculo, tão pouco afficcionado
á van palestra, como disposto a admit-
tir e engrandecer todo esfôrso que con-
duza a resultados positivos, especie de
culto tributado pelo desengano á verda-

de de volta de illusões!⁷⁹

Quando o historiador defende seu trabalho, atribuindo-lhe a importância de ser assunto de brasileiros só poderia fazê-lo. O historiador só escreveria defendendo-se como brasileiro, após 1842, quando teve a questão de sua cidadania resolvida e pode se considerar de fato brasileiro.

Varnhagen, na folha 43v e 44, fala sobre a necessidade de um Conselho de Estado e diz que

Hoje sobe uma constituição, e por uma daquelas anomalias que abundam em nosso paiz, não se encontram nem ha nenhum. (...) Um alto corpo consultivo do ministerio, ou seja um conselho de estado, é de necessidade o dia que se trate seriamente de organizar nossa administração.⁸⁰

Varnhagen afirma que no momento em que escrevia, o Brasil estava com uma Constituição, mas não tinha um Conselho de Estado. Ele sugere que "um alto corpo consultivo do ministério, ou seja, um conselho de estado, é de necessidade" quando se quiser realmente organizar a administração no Brasil. Em 1834, o Ato Adicional "aboliu o Conselho de Estado" (CARVALHO, 2012, p. 90). E foi somente em 1841, quando os conservadores assumiram que aprovaram a lei que determinava "a recriação do Conselho de Estado abolido pelo Ato Adicional" (CARVALHO, 2012, p. 97). Se Varnhagen defende a necessidade de um Conselho de Estado que não existia naquele momento, as datas prováveis em que o manuscrito foi escrito deve ser colocada entre 1841 e 1842. Acredito que Varnhagen começou a escrevê-lo em 1841, antes do decreto da lei que determinava a recriação do Conselho de Estado, ou seja, antes de 23 de setembro de 1841 e que somente terminou o manuscrito em 1842, pois ao final do texto coloca que o mesmo era "assunto de brasileiros", ou seja, se coloca como cidadão brasileiro. Como a sua cidadania brasileira só foi resolvida em 1842 e também o Conselho de Estado só foi recriado em 1842, acredito que o manuscrito foi finalizado em 1842.

⁷⁹ Idem, fl. 107v. e 108.

⁸⁰ Idem, fl. 43v e 44.

A dúvida que ainda existe é por que Varnhagen não publicou este manuscrito.

e. Comparação do traçado do autor com outro manuscrito do mesmo

Na tentativa de comprovar a autoria de Varnhagen do manuscrito transcrito nesta dissertação, fiz uma análise comparativa da escrita do mesmo em outro documento assinado por Varnhagen. O documento que proponho utilizar pertence ao acervo de manuscritos da Biblioteca Nacional, no Rio de Janeiro. Este documento faz parte também do acervo digital da biblioteca, e faço uso da cópia digital, oferecida pela instituição online. Da mesma forma que usei na leitura do manuscrito que transcrevo nesta dissertação, recortei palavras da cópia digital que foi fotografada para fazer a comparação.

O título do documento da BN/RJ é: "Resposta dada ao embaixador da França, Ms. de Rouvilhé sobre a réplica que ofereceu em ordem a mostrar que pertencem a coroa de França as terras do Cabo do Norte.", que faz parte do acervo de manuscritos da Biblioteca Nacional, localização I-32,18,006, nº 002 (Coleção Carvalho). O endereço da obra digital disponível em pdf é:

http://obdigital.bn.br/acervo_digital/div_manuscritos/mss1244846/mss1244846.pdf

O documento foi transcrito por Varnhagen como uma cópia feita pelo mesmo de um manuscrito sobre a história colonial do Brasil. O documento possui 35 folhas frente e verso. Ao final do documento Varnhagen transcreve o local, a data do documento e coloca a assinatura que verifica no documento transcrito. Varnhagen assina sua transcrição ao final do documento. Há também no verso esquerdo, antes da assinatura de Varnhagen, a assinatura de A.J.Lisbôa junto a palavra “conferido”. Observe a imagem do original abaixo:

Ao fazer a análise comparativa do traçado de Varnhagen na cópia deste manuscrito com o traçado do autor do manuscrito pertencente à Coleção Francisco Adolfo de Varnhagen do Arquivo Histórico do Itamaraty, Lata 352, Maço 1, que transcrevo nesta dissertação. Diferencio as imagens de cada documento, e denomino o documento da BN de Ms1 e o documento do Itamaraty de Ms2.

A letra "Q" na forma maiúscula tem o mesmo traçado em ambos os documentos. O traçado é contínuo, elegante, mas pode facilmente ser confundido com a letra "G" maiúscula. Observe os exemplos abaixo:

Ms1[fl. 1v.]

Ms2[fl. 13]

Foto 012 AP GCCA

A letra "R" na forma maiúscula também possui o traçado bem parecido. Apesar do início do traçado estar diferente o fechamento do traçado é parecido, pois ambas fecham pouco a letra, definindo pouco a letra, dificultando a leitura. Ambas tem o traçado contínuo.

Ms1[fl. 1]

Ms2[fl. 83]

Foto 013 AP GCCA

A letra "M" na forma maiúscula é bem parecida em ambos os documentos. O início de ambas é igual, ou seja, bem desenhado e com excesso de tinta. As duas hastes da letra tem o traçado parecido, mas a finalização da letra é diferente.

Ms1[fl. 1v.]

Ms2[fl. 26]

Foto 014 AP GCCA

A letra "A" na forma maiúscula tem exatamente o mesmo traçado. Em ambos os casos, o traçado é bem desenhado, contínuo, elegante e se aproxima da letra de imprensa.

Ms1[fl. 1v.]

Ms2 [fl. 22]

A palavra "Brazil" é bem parecida em ambos os casos. A letra "B" na forma maiúscula tem o mesmo traçado, começa e termina da mesma forma. É um traçado de letra cursiva, intermitente e elegante. A letra "r" na forma minúscula também segue o mesmo traçado, se aproximando da letra de imprensa. A letra "a" na forma minúscula tem o mesmo traçado também, com a haste mais levantada ao finalizar a letra, podendo confundir-se com a letra "c". A letra "z" na forma minúscula tem o traçado similar se aproximando da letra de imprensa. A letra "i" também tem o traçado parecido. A letra "l" na forma minúscula tem o traçado diferente.

Ms1[fl.2v.]

Ms2[fl.83]

Foto 016 AP GCCA

A palavra "razão" quando comparada a palavra "Não", também apresenta o mesmo traçado no "ão". O til tem o mesmo desenho em ambos os casos. A letra "o" na forma minúscula também tem o mesmo traçado, podendo ser confundida com a letra "a".

Ms1[fl.7]

Ms2[fl.61v.]

Foto 017 AP GCCA

A palavra "França" tem traços similares e traços diferentes. A letra "F" na forma maiúscula é bem diferente. Porém, o restante da palavra é bem similar. A letra "r" na forma minúscula se aproxima da letra de imprensa. O primeiro "a" também tem o traço parecido. A letra "n" e "ç" tem o traço igual. A letra "n" pode ser confundida com a letra "u", o "c" é igual e a cedilha fica solta da palavra da mesma forma.

Ms1[fl.7]

Ms2[fl.9]

Foto 018 AP GCCA

A palavra "Não" é bem parecidas em ambos os casos. A letra "N" na forma maiúscula é igual. O traçado é alongado, elegante, intermitente e se aproxima da letra de imprensa. O traçado do til segue a mesma direção, mas parece um pouco diferente.

O traçado da letra "a" é bem parecido também, porém no segundo caso ele não está fechado. O traçado da letra "o" é igual e pode ser confundido com a letra "a".

Ms1[fl.7v.]

Ms2[fl.61v.]

Foto 019 AP GCCA

A letra "T" na forma maiúscula tem o traçado parecido nos dois casos. A letra começa da mesma forma, se aproximando da letra de imprensa, porém mais desenhada. O traço da letra na parte superior está diferente.

Ms1[fl.8]

Ms2[fl.2]

Foto 020 AP GCCA

A palavra "erro" quando comparada com a palavra "erros" tem o traçado similar. A letra "e" na forma minúscula tem o traçado simples e parecido. O duplo "r" tem o traçado similar e característico da escrita cursiva. A letra "o" parece diferente, pois o autor termina com a letra "o" no primeiro caso, já no segundo dá continuidade com a letra "s", mudando o traçado como é de costume do autor.

Ms1[fl.8v.]

Ms2[fl.2]

Foto 021 AP GCCA

A letra "d" na forma minúscula no meio da palavra é bem similar quando comparamos os primeiros "d" das duas palavras. O traçado é parecido, intermitente, aberto, elegante e pendendo para a esquerda.

Ms1[fl.9]

Ms2[fl.1v.]

Foto 022 AP GCCA

O "nh" nos dois exemplos abaixo tem o traçado similar. A letra "n" pode ser confundida com a letra "u". A letra "h" na forma minúscula tem a haste unida na parte

superior, na parte inferior desce um pouco mais que a linha da palavra e termina dando continuidade a palavra da mesma forma.

Ms1[fl.10]

Ms2[fl.1v.]

Foto 023 AP GCCA

f. Alfabeto do manuscrito em letras maiúsculas e minúsculas

As palavras abaixo foram recortadas das fotografias do manuscrito original e possibilitam a análise da letra do autor alfabeticamente. Foram escolhidas palavras que iniciavam com a letra maiúscula e minúscula, assim como palavras que possuíam a letra do alfabeto em questão no meio da palavra. Alguns exemplos não foram encontrados em palavra alguma no manuscrito.

A letra "a" na forma minúscula no manuscrito tem uma característica bem peculiar. Numa primeira leitura do manuscrito, esta pode facilmente ser confundida e dar a impressão de que a letra "a" é seguida pela letra "c", como podemos observar abaixo na palavra "administração". O segundo "a" da palavra, após a letra "r" e antes do "ç", para um leitor mais desatento pode parecer que a letra "a" é seguida por um "c" antes do "ç". Porém, isso não é verdadeiro, pois a característica da letra "a" em todo o documento, no início, meio e fim das palavras é sempre a mesma, ou seja, sempre parecendo que puxa para um "c". A letra "A" na forma maiúscula também se repete da mesma forma no manuscrito. O autor opta sempre pela letra "A" de imprensa e não na forma cursiva. Porém, seu traçado segue as outras letras na forma cursiva, conferindo certa elegância na letra "A" maiúscula. O exemplo abaixo mostra esta situação na palavra "Atribuições".

[fl.1v.]

[fl.1v.]

[fl.22]

Fotos 024, 025, 026 AP GCCA

A letra "b" na sua forma minúscula é a mesma tanto para as palavras no início da palavra, como no meio da palavra. É um "b" característico da escrita cursiva, porém

pela agilidade da escrita do autor, algumas vezes o traçado da letra "b" minúscula aparece mais unido e outras vezes mais desenhado, conforme os exemplos abaixo das palavras "publico" e "busca". A letra "B" na forma maiúscula segue da mesma forma por todo o manuscrito também. Sendo aberta na parte inferior, mas simples nos seu traçado. Observe a palavra "Brazil" abaixo.

[fl. 1v.]

[fl. 1v.]

[fl. 83]

Fotos 027, 028, 029 AP GCCA

A letra "c" na forma minúscula tem um traçado simples de letra cursiva. Ela se mantém a mesma tanto no início da palavra, como no meio da palavra, conforme os exemplos abaixo. Já a letra "C" na forma maiúscula tem um traçado bem elegante, mas fica separada do restante da palavra, como o exemplo abaixo da palavra "Capitulo". Muitas palavras ao longo do texto, tem a letra "c" seguida pela letra "c" com a cedilha, conforme o exemplo da palavra "funções".

[fl. 1v.]

[fl. 1v.]

[fl. 35]

Fotos 030, 031, 032 AP GCCA

A letra "d" na forma minúscula possui vários traçados em palavras diferentes no manuscrito. O "d" minúsculo, no início da palavra, tem um traçado de letra cursiva simples. O "d" minúsculo no meio da palavra possui três formas diferentes de traçado. Na palavra "administração", a letra "d" tem um traçado elegante, contínuo e pende para a esquerda. Na palavra "Donde", a letra "d" minúscula também é contínua, mas não pende para a esquerda como a anterior. Na palavra "indivíduos", o primeiro "d" é intermitente, com traçado mais elegante e pende para a esquerda, mas o segundo "d" é contínuo, com traçado mais rápido e que se confunde com o início da letra "u" que o segue. A letra "D" na forma maiúscula é bem parecida por todo o manuscrito. Nos exemplos abaixo, porém, estão um pouco diferentes. Na palavra "Donde", o traçado é

elegante e contínuo. Já na palavra "D'ahi", que é uma contração de palavra, o traçado é também elegante, mas é intermitente por conta da separação do apóstrofe.

Fotos 033, 034, 035, 036 e 037 AP GCCA

A letra "e" na forma minúscula também se mantém parecida em todo o manuscrito, tanto no início, como no meio de palavras. As palavras "em" e "seus" possuem o traçado da letra "e" bem parecido. É um traçado de letra cursiva simples e contínuo. A palavra "externo", já possui dois traçados diferentes da letra "e". O primeiro pode ser confundido com a letra "c", pois o traçado não se faz por completo. O segundo "e" segue um traçado contínuo e simples. A letra "E" na forma maiúscula se mantém o mesmo ao longo do manuscrito. O traçado não é tão rebuscado como já vimos em outras maiúsculas, mas também não é simples. É característico por possuir a tinta mais carregada na parte superior e inferior da letra, mas segue continuamente a palavra, sem quebra alguma.

Fotos 038, 039, 040 e 041 AP GCCA

A letra "f" na forma minúscula é elegante e contínua. Possui traçado parecido tanto no início de palavras, quanto no meio. O duplo "f" no meio da palavra tem o traçado parecido, como podemos observar no exemplo abaixo da palavra "insuficiente". A letra "F" a forma maiúscula, assim como mencionado anteriormente para a letra "A" maiúscula, tem um traçado que foge á letra cursiva e mais se aproxima

de uma letra de imprensa. Porém, a letra não é intermitente e fica solta, separada do restante da palavra, como vimos no exemplo do "B" maiúsculo.

[fl.1v.]

[fl.1v.]

[fl.9]

Fotos 042, 043 e 044 AP GCCA

A letra "g" na forma minúscula também se mantém o mesmo por todo o manuscrito. O traçado é longo (chegando muitas vezes a tocar a palavra da linha abaixo), elegante e contínuo. Tanto no início, como no meio da palavra, o traçado é o mesmo. A letra "G" na forma maiúscula também tem um traçado elegante, longo e contínuo, seguindo a forma da escrita cursiva. Porém, a parte superior não se fecha, dando um traçado peculiar para letra maiúscula em questão. Observe os exemplos abaixo.

[fl.1v.]

[fl.1v.]

[fl.95v.]

Fotos 045, 046 e 047 AP GCCA

A letra "h" na forma minúscula possui traçados ora parecidos e ora diferentes ao longo do manuscrito. No exemplo abaixo, a palavra "ha" se caracteriza por um traçado rápido, simples e intermitente. Na palavra "reconhecido", o traçado é bem parecido com o anterior, simples e contínuo. Assim como na palavra "preenchendo" também observamos o mesmo traçado, simples e contínuo. A letra "H" foi difícil de encontrar no manuscrito. Apenas identifiquei na palavra "Hespanha", porém como está

rasurada, fica difícil de compreender seu traçado. O traçado parece rebuscado, elegante, característico de uma escrita cursiva.

Fotos 048, 049, 050, 051 e 052 AP GCCA

A letra "i" na forma minúscula possui o mesmo traçado tanto para o início da palavra, quanto para o meio. Tem um traçado de letra cursiva, simples com o ponto próximo. Observe os exemplos abaixo. Já a letra "I" na forma maiúscula, apesar de estar intermitente, segue o traçado de letra cursiva, mas simples.

Fotos 053, 054 e 055 AP GCCA

A letra "j" minúscula tem o traçado alongado como mencionamos na letra "g", contínuo, simples, seguindo a forma de escrita cursiva. A letra "J" na forma maiúscula é alongada, elegante e também seguindo a escrita cursiva. Apesar da falha na tinta, no exemplo da palavra "Justiça", o traçado é contínuo, sem quebra.

Não foram identificadas palavras que possuísem a letra "K" nem na forma maiúscula, nem na forma minúscula.

A letra "l" na forma minúscula tem traçados diferentes dependendo de onde se encontra a letra na palavra. Na palavra "allegar", o traçado é simples, contínuo e as hastes quase não se separam na parte superior. Na palavra "publico", a letra "l" tem um traçado mais claro, as hastes se afastam na parte superior da letra, mas também tem um traçado contínuo. Na palavra "trabalho", o traçado da mesma é simples, contínuo e as hastes não se tocam. Na palavra "leis", o traçado é mais claro, as hastes se afastam na parte superior e o traçado é contínuo. Já a letra "L" na forma maiúscula, no exemplo abaixo, o traçado é elegante, segue uma escrita cursiva e também é contínuo.

L/l/lh/l?

[fl. 1v.]

[fl. 1v.]

[fl. 2]

[fl. 35]

[fl. 13]

Fotos 058, 059, 060, 061 e 062 AP GCCA

A letra "m" na forma minúscula tem o traçado parecido, tanto no início da palavra, como no meio. O traçado é simples, contínuo e como as hastes ficam praticamente unidas, podem ser confundidas com a letra "u". Observe os exemplos abaixo. Já a letra "M" na forma maiúscula tem um traçado elegante, intermitente e se aproxima na escrita de letra de imprensa, ficando separada do restante da palavra, conforme o exemplo da palavra "Melhoramento".

[fl. 1v.]

[fl. 1v.]

[fl. 26]

[fl. 22]

Fotos 063, 064, 065 e 066 AP GCCA

A letra "n" na forma minúscula tem um traçado parecido por todo o manuscrito. O traçado aproxima do traçado da letra "m" na forma minúscula. É um traçado simples, contínuo e com as hastes pouco definidas, lembrando a letra "u". Observe os exemplos abaixo. Já a letra "N" na forma maiúscula, como podemos observar na palavra "Não", tem um traçado elegante, alongado, intermitente e se aproximando da escrita de letra de imprensa.

[fl. 1v.]

[fl. 1v.]

[fl. 61v.]

[fl. 22]

Fotos 067, 068, 069 e 070 AP GCCA

A letra "o" possui o traçado diferente ao longo do manuscrito, de acordo com a posição da letra na palavra. Na palavra "ou", o traçado é claro, simples, contínuo e segue o traçado de letra cursiva. Já na palavra "direito", o traçado da letra "o" no fim da palavra não parece completo e pode ser facilmente confundido com a letra "a". A figura abaixo, possui o artigo "o" seguido da palavra "governo". O traçado do artigo também não parece completo, podendo ser confundido com a letra "a". O traçado do primeiro "o" da palavra é bem claro, simples, contínuo e característico da letra cursiva. Já o segundo "o" que fica ao fim da palavra tem o traçado incompleto e facilmente confundível com a letra "a". O artigo "O" na forma maiúscula, na figura abaixo, tem um traçado elegante e característico de letra cursiva, porém sua haste fecha-se na parte superior.

[fl. 1v.]

[fl. 1v.]

[fl. 1v.]

[fl. 2]

Fotos 071, 072, 073 e 074 AP GCCA

A letra "p" na forma minúscula tem o traçado simples, contínuo e alongado (podendo muitas vezes tocar na palavra da linha abaixo). Possui o mesmo traçado tanto no início da palavra, como no meio. Já a letra "P" na forma maiúscula se aproxima da letra de imprensa, tem um traçado simples e intermitente, ficando separada do restante da palavra, como podemos observar no exemplo abaixo.

[fl. Iv.]

[fl. Iv.]

[fl. Iv.]

Fotos 075, 076 e 077 AP GCCA

A letra "q" na forma minúscula tem um traçado simples, sem cortes, contínuo, alongado e com hastes separando-se na parte inferior, como podemos observar na palavra "que". Na palavra "qualquer", o primeiro "q" tem o traçado diferente, pois é intermitente, ficando separado do restante da palavra. O segundo "q" é simples, contínuo e com hastes separando-se na parte inferior. A letra "Q" na forma maiúscula tem um traçado elegante, contínuo e pode ser facilmente confundido com o "G" maiúsculo.

[fl. Iv.]

[fl. 13]

[fl. 81]

Fotos 078, 079 e 080 AP GCCA

A letra "r" na forma minúscula tem um traçado diferente dependendo da palavra. Na palavra "recursos", o primeiro "r" tem um traçado simples, com características de letra cursiva e contínuo. O segundo "r", apesar de ser contínuo, se aproxima da letra de imprensa, dando uma característica peculiar à escrita do autor. Na palavra "privado", o traçado é simples, contínuo e característico de escrita cursiva. Na palavra "cumprir", o traçado do "r" se aproxima da escrita de letra de "forma" ou "bastão", mesmo sendo contínuo. Todas as palavras do manuscrito que terminavam com a letra "r" possuem esta mesma característica. A palavra "erros" possui um traçado simples, contínuo e característico da escrita cursiva. Já na letra "R" na forma maiúscula

o traçado é contínuo, simples e sem definições, sendo difícil de ser transcrito, como podemos observar no exemplo abaixo.

[fl. Iv.]

[fl. Iv.]

[fl. Iv.]

[fl. 2]

[fl. 83]

Fotos 081, 082, 083, 084 e 085 AP GCCA

A letra "s" na forma minúscula tem um traçado diferente dependendo da palavra. Na palavra "seus", o primeiro "s" é simples, contínuo e com hastes bem próximas, dificultando sua leitura. O segundo "s" também tem o traçado bem próximo também. Na palavra "Esta", a letra "s" tem o traçado mais definido, porém segue a escrita cursiva, contínua e simples. Já na palavra "administração", o traçado da letra "s" é simples, bem definido, mas intermitente, mostrando uma pausa do escritor na escrita. Na palavra "interesses", o traçado do duplo "s" é bem parecido, simples, contínuo e com as hastes muito próximas. O último "s" desta palavra é bem parecido com o último "s" da palavra "seus". Já a letra "S" na forma maiúscula tem um traçado elegante, intermitente e característico da escrita cursiva.

[fl. Iv.]

[fl. Iv.]

[fl. Iv.]

[fl. Iv.]

[fl. Iv.]

Fotos 086, 087, 088, 089 e 090 AP GCCA

A letra "t" na forma minúscula tem o traçado diferenciado dependendo da palavra. Nas palavras "tenha", "interesses" e "commettendo" o traçado é bem parecido.

O traçado é simples, com traço forte e longo do "t", contínuo e característico da letra cursiva. Já na palavra "tão", a haste não se junta, parecendo a letra "l" com o traço do "t". A letra "T" na forma maiúscula tem um traçado elegante, intermitente e se aproxima da escrita de imprensa. A palavra "commettendo", usa um mesmo traço para riscar o "t" na palavra.

[fl. Iv.]

[fl. Iv.]

[fl. 2]

[fl. 2]

Fotos 091, 092, 093, 094 e 095 AP GCCA

A letra "u" na forma minúscula tem o traçado simples, definido e contínuo quando se encontra no meio da palavra, como na palavra "cumprir" abaixo. Já quando se encontra no início da palavra, possui o traçado muito parecido com as letras "n" e "m". A letra "U" na forma maiúscula possui o traçado elegante, alongado, contínuo e a segunda haste da letra se parece com a letra "l" podendo ser facilmente confundida pelo leitor desatento.

[fl. Iv.]

[fl. 14]

[fl. 9]

Fotos 096, 097 e 098 AP GCCA

A letra "v" na forma minúscula tanto no início da palavra, quanto no meio da palavra possui o traçado parecido característico da letra cursiva e contínuo.

[fl. Iv.]

[fl. 2]

Fotos 99 e 100 AP GCCA

Não foram identificadas palavras com a letra "w" no manuscrito.

A letra "x" na forma minúscula tem o traçado parecido e só foram identificadas palavras com o "x" no meio da palavra. Não foram identificadas palavras com a letra "X" maiúscula.

[fl. 1v.]

[fl. 2]

Fotos 101 e 102 AP GCCA

A letra "y" na forma minúscula tem o traçado de escrita cursiva, contínua e bem parecida tanto no início de palavras, quanto no meio ou até mesmo quando sozinhas na frase, conforme se observa nos exemplos abaixo. A letra "Y" na forma maiúscula segue a escrita de letra cursiva e elegante. O único exemplo encontrado está rasurado, dificultando a transcrição. Observe os exemplos abaixo.

[fl. 1v.]

[fl. 10v.]

[fl. 35]

Fotos 103, 104 e 105 AP GCCA

A letra "z" na forma minúscula tem o mesmo traçado quando está presente no meio da palavra. Tem um traçado característico de letra de "forma" ou "bastão", porém é contínua e pode ser confundida com a letra "r". A letra "z" quando está presente no fim da palavra pode facilmente ser confundida com a letra "r". Não foram identificadas palavras que começassem com a letra "z" e com a letra "Z" maiúscula.

[fl. 83]

[fl. 2]

Fotos 106 e 107 AP GCCA

IV. Análise da obra

A. Entre a Filologia e a História

De acordo com SPINA, "o texto manuscrito ou impresso, é o objeto fundamental da investigação histórica, filológica e literária."(SPINA, 1977, p. 74). E ainda que "a história é, sem dúvida, a disciplina que maiores pontos de contacto apresenta com a Filologia, pois o objeto e o método de ambas são os mesmos: o texto e o método crítico". (SPINA, 1977, p. 74). Ou seja, existe uma linha muito próxima entre o estudo filológico e a pesquisa histórica. Uma complementa a outra.

A investigação histórica baseia-se fundamentalmente na crítica externa e na crítica interna dos seus documentos. As operações da crítica externa são próprias da investigação filológica. A restauração do documento, restituindo-o a sua forma original e genuína; o estabelecimento da autoria e a crítica de procedência (foi o autor do documento testemunha pessoal dos fatos comunicados ou serviu-se de fontes? E qual o seu comportamento perante as fontes utilizadas?) A crítica interna divide com a Filologia as suas operações: a Hermenêutica, preocupada com o sentido literal, alegórico, moral, anagógico do texto constitui também tarefa da Filologia; mas a crítica de objetividade de carácter eminentemente histórico, interessa-se pela competência da testemunha dos fatos: se a testemunha se serviu de fontes, qual a natureza delas? Tradição oral, documentos escritos? Tinha a testemunha domínio da língua do texto original? A que distância cronológica ela ficava das fontes utilizadas? A sua capacidade sobre o assunto? Possuía o dom da observação? Era exata, minuciosa nos dados fornecidos? (crítica de competência); interessa-se ainda pela sinceridade da testemunha na exposição dos fatos (crítica de sinceridade); e, na hipótese de haver mais de uma testemunha sobre o mesmo fato, preocupa-se com as razões das divergências entre elas (crítica de controle). (SPINA, 1977, p. 74 e 75)

Todas estas perguntas surgiram ao longo deste trabalho de dissertação. Para tanto, com intuito de fazer uma análise crítica do manuscrito em análise e determinar a autoria do mesmo, proponho, nesta etapa, fazer a análise do manuscrito, comparando-o com o **Memorial Orgânico**, de autoria de Varnhagen.

a. Tipologia Documental

Memória como "documento não-diplomático informativo, horizontal. Dissertação acerca de assunto científico, literário ou artístico para ser apresentada ao

governo, a uma corporação ou academia" (BELLOTTO, 2008, p.57). O manuscrito *Da Administração Pública* não teve uma tipologia determinada pelo historiador, pois aparenta não ter sido corrigido e finalizado. A tipologia mais adequada ao manuscrito é a de memória, ou seja, o título que escolhi como mais apropriado do texto é *Memória da Administração Pública*.

b. Diferenças entre o Memorial Orgânico e a Memória da

Administração Pública

O **Memorial Orgânico** é um livro escrito por Varnhagen cujo conteúdo apresenta propostas de melhoramentos que contribuiriam para o melhor desenvolvimento da nação. Ele foi escrito e publicado em duas partes. “A primeira parte, foi publicada em Madri, em 1849, na Tipografia de D. J. R. Dominguez, com o título de **Memorial orgânico que à consideração das Assembleias Geral e provinciais do Império, apresenta um brasileiro**, com 49 páginas, além da folha de rosto, uma folha preliminar com texto do editor e um mapa do Brasil com a nova divisão territorial proposta. No ano seguinte, foi editada a segunda parte do trabalho, com 16 páginas, na mesma tipografia. O título **Memorial orgânico**, foi mantido, constando logo abaixo o indicativo “‘segunda parte’ e uma descrição do conteúdo.”

A *Memória da Administração Pública* é um manuscrito que possui o total de 107 folhas, frente e verso, totalizando 221 folhas, sendo as sete últimas em branco. As folhas foram numeradas pelo autor na parte superior, no canto direito do documento apenas nas folhas de frente. O manuscrito não possui folha de rosto e inicia o texto a partir da primeira folha. A folha de rosto foi feita pelo arquivo histórico Itamaraty com o título *No. 41 - Documento sobre a Administração Publica*. Logo no início do texto, o autor rasura dois possíveis títulos da obra e define o título *Da Administração Pública*. Na parte rasurada, apenas é legível em um dos títulos a palavra *Brazil*. Isto é um indício de que o autor fez uma memória sobre como deveria ser administrado o Brasil, mas decidiu mudá-lo talvez por começar com algumas definições gerais sobre administração pública nas nações e somente depois se aprofundar no caso brasileiro.

O manuscrito aparenta ser um versão prévia por ter inúmeras rasuras e alguns espaços em branco ao longo do texto. O texto não transcorre por toda a página. Nas folhas numeradas o autor utiliza para o desenrolar do texto a metade da folha para a margem esquerda. Nas folhas não numeradas, o verso das numeradas, o texto transcorre da metade para a margem direita da folha. Esta característica é peculiar ao manuscrito, mas não fica clara a razão pela qual o autor optou por tal formatação. de

seu texto. O manuscrito não está datado e ou assinado. A letra é legível e mantém ao longo do texto a mesma forma e dimensão. O tema tratado é como deveria ser administrado um Estado, uma Nação e depois ao longo do texto, o Brasil.

Em ambos os textos, a proposta do autor é desenvolver ideias e proposições sobre a melhoria na administração do Brasil. O primeiro texto, o **Memorial**, em duas partes, foi publicado em vida pelo historiador. O segundo texto, o manuscrito, ainda não teve publicação, sendo um documento inédito. Segue abaixo a foto da primeira folha do manuscrito.

Fonte: 1ª. Folha do manuscrito. Arquivo Histórico do Itamaraty.
Foto 108 AP GCCA.

c. Diferenças entre os Índices do *Memorial Orgânico* e da *Memória da Administração Pública*

A primeira parte do **Memorial Orgânico** possui um índice, que foi publicado como fac-similar por Arno Wheling em *Varnhagen no caleidoscópio*, com a supressão das páginas relacionadas pelo visconde por terem sido colocadas equivocadamente. Nos índices podemos observar a diferença e a semelhança entre os dois textos.

Segue abaixo o índice da primeira parte do **Memorial Orgânico**:

“Índice

Capítulo I. Alguns Enunciados

Capítulo II. Justificam-se as seis proposições

§. I. Limites

§. II. Situação da Capital

§. III. Comunicações Interiores

§. IV. Divisão atual em Províncias

§. V. Defesa Interna

§. VI. População

Capítulo III. Solução e remédios

§. I. Limites

§. II. Situação da nova capital

§. III. Comunicações internas

Caminhos de ferro

Entradas imperiais

§. IV. Divisão de territórios

I. Preliminares

II. Novos Departamentos

III. Advertências

IV. Classificação dos depart. etc.

§. V. Plano de defesa interior

§. VI. População

I. Dos Africanos⁸¹

II. Dos Índios Bravos

III. Dos Colonos Europeus⁸²

A Segunda Parte do **Memorial Orgânico** não possui índice formulado quer por Varnhagen ou por Wehling. A partir dos capítulos do do 2º. volume do **Memorial**, organizei o índice que segue,

“Índice

§. I. Introdução

§. II. Abertura de comunicações gerais

§. III. Nova divisão de território

⁸¹ No texto lê-se “População Africana”.

⁸² No texto lê-se “Colonização da Europa”.

- §. IV. Situação da capital
- §. V. Questão dos Africanos
- §. V. Civilização dos Índios por tutela⁸³
- §. VI. Colonização europeia
- Conclusão⁸⁴”

A *Memória da Administração Pública* não possui um índice criado pelo autor do manuscrito. Baseando-me nos capítulos e subtítulos que se apresentam ao longo do texto, elaborei um sumário

“Sumário

Da Administração Pública

Capítulo I. Ideia Geral da Administração

- §. I. Definições
- §. II. Diferenças em administração e em direito administrativo
- §. III. A quem corresponde entrever na administração.
- §. IV. Se deve estar centralizada a administração
- §. V. Se pode centralizar-se o governo e excentralizar-se a administração
- §. VI. Excentralização e a revolução
- §. VII. Refutação de exemplos vantajosos
- §. VIII. Toda a forma de governo admite administração
- §. IX. A Administração é o apoio dos governos
- Advertências

Capítulo II. Atribuições da administração

- §. I. Serviços Públicos
- §. II. Conservação da sociedade com respeito ao exterior
- §. III. Conservação da sociedade com respeito ao interior
- §. IV. Melhoramento da sociedade
- §. V. Administração com carácter privado
- §. VI. Polícia administrativa
- §. VII. Indústrias

⁸³ Varnhagen coloca na edição uma repetição de capítulos (§. V. Questão dos Africanos e Civilização dos índios por tutela).

⁸⁴ O índice está baseado no texto publicado por Arno Wehling. O conservadorismo reformador de um liberal: Varnhagen, publicista e pensador político. IN: GUIMARÃES, Lúcia Maria Paschoal e GLEZER, Raquel (org.). **Varnhagen no caleidoscópio**, op. cit., p. 160-199.

- §. VIII. Religião
- §. IX. Estatística
- §. X. Leis Políticas

Capítulo III. Organização Administrativa

- §. I. Ação, conselho, e decisão contenciosa
- §. II. Administração suprema
- §. III. Administração superior ou principal
- §. IV. Administração subalterna ou de partido
- §. V. Administração local ou municipal
- §. VI. Organização da Polícia Administrativa
- §. VII. Polícia Judicial

Recapitulação

- §. VIII. Dos funcionários ou agentes administrativos
- §. IX. Funcionários de eleição popular

Capítulo V. Ação Administrativa⁸⁵

- §. I. Seu carácter
- §. II. Ação Direta
- §. III. Ação jurisdicional
- §. IV. Diferenças entre a ação judicial e a administrativa, e contenciosa
- §. V. Auxílio das leis administrativas
- §. VI. Ação da administração suprema
- §. VII. Ação da administração provincial
- §. VIII. Ação da administração municipal
- §. IX. Tutela administrativa
- §. X. Ação da Polícia
- §. XI. Repressão de atentados contra a ordem pública
- §. XII. Contratos administrativos
- §. XIII. Modo de proceder em administração
- §. XIV. Penas administrativas. Interpretação dos pontos duvidosos.
- §. XV. Recursos contra a administração: Competências.
- §. XVI. Petições, reclamações, e desagrados

Capítulo V. Reformas administrativas no Brasil

⁸⁵ O autor se equivocou e colocou dois capítulos V.

- §. I. Considerações preparatórias
- §. II. Qual haja de ser a base de administração no Brasil
- §. III. Dos sistemas propostos em épocas recentes
- §. IV. Exame do sistema proposto pelo Ministério
- §. V. Princípios que devem reger com respeito a corporações populares
- §. VI. Inconstitucionalidade dos projetos do Ministério
- §. VII. Fazenda e Justiça
- §. VIII. Ocasão malograda das reformas administrativas
- §. IX. Corretivo dos males públicos por meio das leis
- §. X. Por meio dos funcionários
- §. XI. Por meio dos particulares
- §. XII. Pensamento fixo capaz de realizar as melhoras

Capítulo VI. Conclusão

- §. I. Excelências da administração pública
- §. II. Ponto de vista para a administração e a legislação
- §. III. Necessidade da administração, sentida no Brasil
- §. IV. A administração em distinta esfera da política
- §. V. Se a administração poderia estabelecer-se no Brasil de um modo original
- §. VI. Excitação aos engenhos que podem difundir as noções administrativas”.

No primeiro capítulo do manuscrito, ou preâmbulo, o autor faz um balanço sobre os princípios gerais que regem a administração de uma nação, cita exemplos que acredita não serem os ideais e defende a monarquia constitucional. Neste capítulo aparecem os princípios que o historiador defende para a administração de qualquer nação. No segundo capítulo, explica quais seriam as atribuições da administração, abordando os serviços públicos e a importância da Polícia Administrativa.

No terceiro capítulo, trata da organização administrativa, retomando alguns conceitos do primeiro capítulo quanto a quem corresponde as funções administrativas no Estado. No capítulo IV, o autor se equivoca e coloca capítulo V. O capítulo trata da ação administrativa, descrevendo a administração suprema, a administração provincial e a administração municipal.

No capítulo V, o assunto refere-se as reformas administrativas no Brasil, somente nesse passo do manuscrito aparece o país. Ele começa falando sobre qual deveria ser a base da administração no Brasil e sobre os sistemas propostos em épocas recentes. Ele aborda também o sistema proposto pelo Ministério e a inconstitucionalidade dos projetos dos Ministérios. Por este item, podemos estabelecer a data aproximada do manuscrito.

No último capítulo, o VI, o autor faz uma conclusão que parte do geral para a situação no Brasil. É interesse destacar que o autor aborda “se a administração poderia estabelecer-se no Brasil de um modo original”. Ou seja, ele propõe no último capítulo algo novo para o Brasil que não fosse imitação de modelos estrangeiros. Neste ponto, o autor converge com o texto do **Memorial Orgânico**. Ambos defendem uma originalidade na administração do Brasil.

d. O Corpo Político

Nos dois textos, o autor usa analogias referentes ao corpo humano para descrever suas ideias. O conceito de analogia ao corpo humano foi muito usado por filósofos modernos. Um filósofo que Varnhagen cita em muitos de seus escritos é o diplomata e jurista suíço Emer de Vattel. Em sua obra, **The Law of Nations** o filósofo usa a mesma analogia, ao tratar do corpo do Estado como um corpo humano. “Nations or states are bodies politic, societies of men united together for the purpose of promoting their mutual safety and advantage by the joint efforts of their combined strenght” (VATTEL, 2008, p. 67). Para o filósofo suíço, a definição de Nação ou Estado é a de um corpo político com o propósito de promover a segurança e as vantagens a partir da união das forças combinadas dos homens que nelas vivem.

O autor do texto manuscrito faz uma analogia ao corpo humano ao tratar do corpo político.

De maneira que, sendo o poder supremo a vontade social representada na cabeça é a administração o braço que executa, e suas funções compreendem o cumprimento das leis enquanto ao governo compete juntamente com o cuidado das melhoras, que são o fim e a condição de a reunião de homens civilizados.⁸⁶

⁸⁶ VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. *Da administração pública*, op. cit.

Isto é, o poder supremo é representado pela cabeça e representa também a vontade social que está em comum acordo com os homens daquela nação. A administração representa o braço que executa, sendo responsável pelo cumprimento das leis e pelas melhorias da nação.

Vattel (2008, p. 81-82) aprofunda esta reflexão.

It's evidente, that, by the very act of the civil or political association, each citizen subjects himself to the authority of the entire body, in every thing that relates to the common welfare. The authority of all over each member, therefore, essentially belongs to the body politic, or state; but the exercise of that authority may be placed in diferentes hands, according as the society may have ordained.

Ou seja, em qualquer ato civil ou político de associação, cada cidadão se submete a autoridade de todo o corpo, em tudo que esteja relacionado ao bem estar comum de todos. A autoridade de cada membro pertence essencialmente ao corpo político, mas a autoridade pode ser exercida por diferentes mãos, de acordo com o que que a sociedade acordou. Neste trecho, o filósofo faz novamente a analogia ao corpo humano, relacionando-o ao corpo político, ao Estado, assim como o autor do manuscrito. E sua reflexão continua e define as formas de governo que podem existir em uma nação.

If the body of nation keeps in its own hands the empire or the right to command, it is a popular government, a democracy; if it entrusts it to a certain member of citizens, to a senate, it establishes an aristocracy republic; finally if it confides the government to a single person, the state becomes a monarchy (VATTEL, 2008, p. 82).

No **Memorial Orgânico**, ao falar sobre a localização ideal da capital do Brasil também faz uma analogia ao corpo humano. “É nessa paragem bastante central e elevada, donde partem tantas veias e artérias que vão circular por todo o corpo do Estado, que imaginamos estar o seu verdadeiro coração; é aí que julgamos deve fixar-se a sede do governo do Império” (VARNHAGEN, 2013, p. 223). Ou seja, o coração para ele seria a capital do Império que se estabelecida centralmente, poderia fazer

circular a sua administração por todo o corpo do Estado, através das artérias e veias que seriam as estradas imperiais e de ferro.

Varnhagen aborda em seus textos esta analogia ao corpo humano que acredito ser influência da leitura de Vattel e de outros filósofos. Há no manuscrito muitas e teorias de filósofos que podem ser exploradas, trabalho que talvez seja mais apropriado para o estudo mais aprofundado do conteúdo do manuscrito.

e. Trechos comuns entre o Memorial Orgânico e a *Memória da Administração Pública*

Na publicação do **Memorial Orgânico** realizado por Arno Wehling no livro **Varnhagen no caleidoscópio**, há nas notas de rodapé anotações que Varnhagen aponta para serem inseridas no texto principal da primeira parte capítulo II, § 4º.

Sem nos querermos envolver na questão de maior, ou menor centralização do poder e do governo, que se debate entre os partidos do Brasil, estabelecemos por única máxima que a centralização da administração deve estar sempre em relação com maior ou menor que tenha o poder, e rechaçamos como inaplicável o sistema de centralizar o poder e descentralizar a administração (VARNHAGEN, 2013, p. 276-277).

Para o historiador, o sistema de centralizar o poder e descentralizar a administração é inaceitável. No manuscrito, o autor coloca como subtítulo do primeiro capítulo “se pode centralizar-se o governo, excentralizar a administração”.⁸⁷ O subtítulo pode ser entendido como se pode centralizar-se o governo (poder) e descentralizar administração. Sobre este tema, o autor fala que

este modo de resolver o problema que serve de base á doutrina da administração pública, manifesta claramente o erro dos que tomam como axioma de progresso social que convém centralizar o governo e excentralizar a administração, pois que proclamam um pensamento falso.⁸⁸

⁸⁷ Idem, fl. 8.

⁸⁸ Idem, fl. 8.

Em ambos os textos, as ideias convergem no debate sobre centralizar o poder ou o governo e descentralizar a administração. O autor se mostra contra esta proposição em ambos os textos.

Voltando ao **Memorial Orgânico**, Varnhagen escreve, na mesma citação acima, sobre o exemplo dos Estados Unidos da América e deixa clara sua posição contrária a administração pública nos Estados Unidos.

E nem admitimos em sentido contrário o exemplo dos Estados Unidos (a cuja organização fomos em parte, pelo Ato Adicional, sujeitar a nossa Constituição) pois todas as pessoas, que têm estudado de perto esta nação, sabem o quão débil é poder central, que ainda não se viu na crise de encontrar os estados discordes nas guerras que até agora têm sustentado. As da independência só serviram a uni-los e a formar-lhes espírito público; a do México...quem não a desejaria...? (VARNHAGEN, 2013, p. 277).

No manuscrito, encontramos passagem semelhante sobre os Estados Unidos, conforme lemos:

Nos Estados Unidos existe seguramente a maior parte da administração em cada estado, ou por melhor dizer, em cada localidade; porém ali reside também o essencial do poder, pois o governo central é necessariamente débil, porque assim o institui a susceptibilidade republicana.⁸⁹

Neste trecho do manuscrito, o autor usa a mesma palavra para julgar o governo norte-americano – a palavra débil. E justifica porque considera o poder débil, ou seja, porque o governo republicano com a descentralização do poder para o nível local está suscetível a isso.

No mesmo trecho do **Memorial Orgânico** ele cita um talentoso administrador da época, o qual não está identificado. Na citação de Varnhagen do dito autor:

Em aquela federação, diz o nosso autor, nem o congresso que legisla e governa, nem o presidente que executa, cuidam mais que de um

⁸⁹ Idem, fl. 14v.

reduzido número de interesses gerais por meio de uma administração não menos reduzida: a ação do poder central chega até onde alcançam seus meios administrativos. No dia em que a União faça [sic] um grande alarde de força, em defesa de sua honra ou de seus interesses materiais, não será obra de uma centralização que não existe; mas sim da opinião... Quando na antiga Roma não podia uniformizar-se a opinião dentro dos seus muros se apelava, em momentos críticos, à ditadura, que era dar a maior centralização possível, ainda que temporalmente, ao governo e à administração. Os Estados Unidos são demasiado jovens para ter experimentado em sua marcha sérios conflitos desta espécie (VARNHAGEN, 2013, p. 277).

A mesma citação consta no manuscrito, com algumas diferenças pequenas, mas referência do autor.

Naquella confederação nem o Congresso que legisla e governa, nem o presidente que executa, cuidam mais que de um reduzido numero de interesses geraes, por meio de uma administração não menos reduzida: a acção do poder central chega até onde alcançam seus meios administrativos. O dia em que a união faça um grande alarde de força em defesa de sua honra ou de seus interesses materiaes, não será obra de uma centralização que não existe, senão que será a explosão da opinião pública, rainha soberana desciminada no paiz e contada por cabeças, que concorre a influir nos negócios e cujo interprete é o governo. Quando na Antiga Roma não podia uniformizar-se essa opinião dentro de seus muros, apelava-se em momentos críticos á ditadura, que era dar a melhor centralização possível, ainda que temporalmente, ao governo e á administração: Estados Unidos são demasiado jovens para haver experimentado ainda serios conflitos desta especie em sua marcha.⁹⁰

O trecho reproduzido no manuscrito é o mesmo que Varnhagen reproduziu em sua nota no **Memorial Orgânico**. A citação do manuscrito tem acrescido este trecho: “pública, rainha soberana desciminada no paiz e contada por cabeças, que concorre a

⁹⁰ Idem, fl. 14v e 15.

influir nos negócios e cujo interprete é o governo.”⁹¹ No começo da citação, também há diferença. No **Memorial** o texto começa com “em aquela federação” e no manuscrito com “Naquella confederação”.

Tais convergências de ideias e reprodução do texto que destacamos no **Memorial Orgânico** e no manuscrito nos permite identificar a autoria do manuscrito a Varnhagen.

⁹¹ Ibidem, *fl.* 15.

Considerações Finais

Há em toda obra literária omissões significativas, com o mesmo alcance das referências explícitas. O que não se diz significa, às vezes, mais do que aquilo que se proclama, com solenidade ou a altas vozes.

Raymundo Faoro (2001, p. 365)

O manuscrito *Memória da Administração Pública* é um importante documento sobre como Varnhagen e outros possíveis intelectuais conservadores contemporâneos à obra acreditavam que deveria ser a administração pública no Brasil Imperial. Traz à luz informações sobre as influências do historiador ainda em fase de amadurecimento intelectual.

Não foi publicado em vida pelo visconde, acredito, por dois motivos: primeiro porque o historiador ainda jovem, com apenas 27 anos, não se sentia seguro em fazer publicação na qual questionava uma política contemporânea, visto que havia há pouco tempo resolvido a questão da nacionalidade brasileira. Segundo porque o autor não via a questão da centralização política ameaçada no momento que terminou este texto, pois os conservadores já haviam voltado ao poder e a centralização política no Brasil fazia parte do projeto de Estado naquele momento. A escolha do historiador pela não publicação também pode trazer outros questionamentos.

Acredito que o manuscrito *Memória da Administração Pública* pode ser uma obra complementar à sua obra **Memorial Orgânico** por conta da continuidade de pensamento em ambos os textos. Talvez uma análise mais aprofundada entre as obras possa confirmar esta hipótese.

Em virtude do que foi mencionado, acredito que a leitura do texto é imprescindível para a historiografia que discute as questões presentes no jogo político no Segundo Reinado, mas é também fundamental para historiografia que estuda as publicações do Visconde de Porto Seguro. E não posso deixar de dizer que contribui também para os estudos da paleografia e filologia sobre documentos do século XIX no Brasil. Que este trabalho abra caminho para novos historiadores, paleógrafos e filólogos trazerem discussões novas sobre um lugar, uma época, uma pessoa, um grupo social e uma língua.

Esta dissertação de mestrado teve como principal objetivo a leitura e transcrição paleográfica de um manuscrito inédito de autoria de Francisco Adolfo de Varnhagen que está na Coleção Francisco Adolfo de Varnhagen, Lata 352, Maço I, no Arquivo Histórico do Itamaraty, apresentada nas páginas acima. Considerando a relevância da produção do Visconde de Porto Seguro e as inúmeras possibilidades de pesquisa que o manuscrito oferece, sugiro que em uma etapa posterior esta transcrição seja editada para as normas atuais da língua portuguesa, de acordo com o novo acordo ortográfico.

Referências

Fontes Manuscritas

Os documentos históricos aqui referenciados fizeram parte de toda a pesquisa que realizei para a conclusão desta dissertação de mestrado. Muitos destes documentos não foram citados ao longo da dissertação, mas fizeram parte do amadurecimento deste trabalho, bem como ajudaram na definição dos traços da letra do historiador. Há documentos sobre seu pai, Friderico Luis Guilherme de Varnhagen e também de sua mãe, Maria de Varnhagen. Há toda documentação sobre a correspondência de Varnhagen com Pedro II. Esta classificação baseando-se na cronologia dos documentos históricos pesquisados foi feita para ajudar na localização dos documentos e cruzar com a trajetória de vida do Visconde de Porto Seguro. Não foram colocados todos os documentos históricos pesquisados sobre o historiador, mas somente os que são pertinentes para este trabalho.

Tabela de Referência Manuscritas pesquisadas em Arquivos e Bibliotecas

Instituição de Custódia	Localização	Documento	Datação
Seção de Manuscritos da Biblioteca Nacional	I- 46, 13, 37, nº. 2	Assentamento de Batismo de Francisco Adolfo de Varnhagen.	São João de Ipanema, 19 de março de 1816.
Arquivo Histórico Militar	Processo militar nº. 1443 de Frederico Luis Guilherme de Varnhagen, cx 22.	Esboço biográfico de Friderico Luis Guilherme de Varnhagen.	Lisboa, 26 de fevereiro de 1825.
Arquivo Histórico Militar	Processo militar nº. 1443 de Frederico Luis Guilherme de Varnhagen, cx 22.	Requerimento de Friderico Luis Guilherme de Varnhagen, pedindo ao rei que pagasse as despesas da vinda da família do Brasil para Portugal.	Sem data.
Arquivo Histórico Militar	Processo militar nº. 1443 de Frederico Luis Guilherme de Varnhagen, cx 22.	Requerimento de F. L. G. V. ao rei pedindo que seu filho, Francisco Adolfo de Varnhagen,	Marinha Grande, 8 de junho de 1825.

		possa ingressar como aluno no Real Collegio Militar de Lisboa.	
Arquivo Histórico Militar	Processo militar nº. 1443 de Frederico Luis Guilherme de Varnhagen, cx 22.	Requerimento de F. L. G. V pedindo à Rainha que admitisse seu filho Thimotheo de Varnhagen, na Alemanha, como oficial do Exército de Portugal.	Lisboa, 4 de outubro de 1826.
Arquivo Histórico Militar	Processo militar nº. 1443 de Frederico Luis Guilherme de Varnhagen, cx 22.	Requerimento de F. L. G. V. pedindo ao rei que pagasse as despesas que teve de transporte de sua família do Brasil para o Reino de Portugal.	Sem local e sem data.
Arquivo Histórico Militar	Processo militar nº. 1443 de Frederico Luis Guilherme de Varnhagen, cx 22.	Requerimento de Friderico Luis Guilherme de Varnhagen pedindo à rainha que lhe concedesse a promoção do posto de coronel do Real Corpo dos Engenheiros.	Lisboa, 3 de dezembro de 1831.
Arquivo Histórico Militar	Processo militar nº. 1134 de Francisco Adolfo de Varnhagen, cx 44.	Nota de informação a um requerimento em que pede para servir em Artilharia.	Lisboa, 09 de agosto de 1833.
Fundos documentais da Academia Real de Ciências de Lisboa.	Processo de Francisco Adolfo de Varnhagen. Eleito dia 22 de maio de 1839.	Carta do Bispo Conde D. Francisco sobre <i>As Reflexões Críticas</i> de Francisco Adolfo de Varnhagen.	Lisboa, 7 de fevereiro de 1839.
Arquivo Histórico Militar	Processo militar nº. 1134 de Francisco Adolfo de Varnhagen, cx 44.	Ofício comunicando à respeito da Portaria de 22/10/1839.	Lisboa, 4 de novembro de 1839.

Seção de Manuscritos da Biblioteca Nacional	I-28, 31, 016 nº001	Carta a Januário da Cunha Barbosa, comentando as atividades históricas de Varnhagen em Lisboa, e enviando um dos exemplares intitulado "Reflexoes Criticas".	Lisboa, 10 de novembro de 1839.
Arquivo Histórico Militar	Processo militar nº. 1134 de Francisco Adolfo de Varnhagen, cx 44.	Requerimento pedindo para passar para a engenharia.	Lisboa, 16 de dezembro de 1839.
Arquivo Histórico Militar	Processo militar nº. 1134 de Francisco Adolfo de Varnhagen, cx 44.	Ofício de remessa de requerimento.	Lisboa, 7 de janeiro de 1840.
Arquivo Histórico Militar	Processo militar nº. 1134 de Francisco Adolfo de Varnhagen, cx 44.	Nota de informação sobre requerimento.	Lisboa, 11 de janeiro de 1840.
Arquivo Histórico Militar	Processo militar nº. 1134 de Francisco Adolfo de Varnhagen, cx 44.	Minuta de ofício dando conhecimento do despacho.	Lisboa, 14 de março de 1840.
Arquivo Histórico Militar	Processo militar nº. 1134 de Francisco Adolfo de Varnhagen, cx 44.	Requerimento pedindo promoção a capitão.	(Lisboa), 22 de junho de 1841.
Arquivo Histórico Militar	Processo militar nº. 1134 de Francisco Adolfo de Varnhagen, cx 44.	Ofício de remessa do requerimento anterior.	(Lisboa), 1 de julho de 1841.
Arquivo Histórico Militar	Processo militar nº. 1134 de Francisco Adolfo de Varnhagen, cx 44.	Minuta de ofício comunicando o despacho.	(Porto), 30 de setembro de 1841.
Arquivo Histórico Militar	Processo militar nº. 1134 de Francisco Adolfo de Varnhagen, cx 44.	Requerimento pedindo a demissão do posto que ocupa.	(Porto), 1 de outubro de 1841.

Arquivo Histórico Militar	Processo militar nº. 1134 de Francisco Adolfo de Varnhagen, cx 44.	Ofício de remessa do mesmo requerimento.	(Porto), 2 de outubro de 1841.
Arquivo Histórico Militar	Processo militar nº. 1134 de Francisco Adolfo de Varnhagen, cx 44.	Requerimento pedindo a demissão.	Lisboa, 14 de fevereiro de 1842.
Arquivo Histórico Militar	Processo militar nº. 1134 de Francisco Adolfo de Varnhagen, cx 44.	Ofício de remessa do requerimento acima.	Lisboa, 17 de fevereiro de 1842.
Arquivo Histórico do Itamaraty	Lata 352, Maço 1.	Instrução para a administração pública.	Sem autoria e sem data.
Arquivo da Casa Imperial (POB)	Maço 112 - Doc. 5526	Memorial de Francisco Adolfo de Varnhagen sobre algumas inovações úteis ao Exército Imperial em Campanha.	Madri, 2 de abril de 1849.
Seção de Manuscrito da Biblioteca Nacional	SO, 03, 006 nº. 053.	Álbum de autógrafos coletados por Maria Luiza Alves de Azevedo. (Dedicatória em forma de Poema)	Rio de Janeiro, 9 de junho de 1851.
Seção de Manuscrito da Biblioteca Nacional	I-32, 18, 5 (22,1, 040)	Memória sobre os trabalhos que se podem consultar nas negociações de limites do Império, com alguma lembrança para a demarcação.	1851
Arquivo da Casa Imperial (POB)	Maço 116 - Doc. 5784	Apontamentos de Varnhagen para seu sucessor no cargo de secretário do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro	Rio de Janeiro, 13 de dezembro de 1851.
Arquivo da Casa Imperial (POB)	Maço 117 - Doc. 5818	Cartas (7) de Francisco Adolfo de Varnhagen a	01/02/1852; 07/02/1852;

		D. Pedro II falando da necessidade do imperador visitar as porvncias do Norte entre outras coisas.	29/06/1852; 18/07/1852; 02/11/1852; 02/12/1852.
Arquivo da Casa Imperial (POB)	Maço 119 - Doc. 5940	Cartas (6) de Francisco Adolfo de Varnhagen a D. Pedro II sobre a <i>Historia Geral do Brazil</i> entre outras coisas.	Madri: 07/02/1853; 04/03/1853; 06/05/1853; 08/07/1853; 18/02/1853; 02/12/1853.
Arquivo da Casa Imperial (POB)	Maço 120 - Doc. 6036	Cartas (4) de Francisco Adolfo de Varnhagen a D. Pedro II sobre sua visita a Sevilha entre outras coisas.	Madri: 05/02/1854; 28/02/1854; 07/10/1854 e uma sem data.
Arquivo da Casa Imperial (POB)	Maço 122 - Doc. 6093	Carta de Francisco Adolfo de Varnhagen a D. Pedro II oferecendo o 1º. Volume de <i>Historia Geral do Brazil</i> .	Madri, 20 de junho de 1855.
Arquivo da Casa Imperial (POB)	Maço 122 - Doc. 6114	Cartas (2) de Francisco Adolfo de Varnhagen a D. Pedro II remetendo um exemplar de poesias, entre outras coisas.	Madri, 12 de janeiro de 1855. Lisboa, 12 de novembro de 1855.
Arquivo da Casa Imperial (POB)	Maço 123 - Doc. 6158	Carta de Francisco Adolfo de Varnhagen a D. Pedro II desabafando sobre a indiferença do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro com a sua obra.	Madri, 24 de setembro de 1856.
Arquivo da Casa imperial (POB)	Maço 124 - Doc. 6234	Cartas (3) de Francisco Adolfo de Varnhagen a D. Pedro II comunicando-lhe, entre	Madri: 03/06/1857; 14/07/1857; 21/11/1857.

		outras coisas, a conclusão da Historia Geral.	
Arquivo da Casa Imperial (POB)	Maço 126 - Doc. 6236	Cartas (2) de Francisco Adolfo de Varnhagen a D. Pedro II sobre D'Avezac.	Paris: 01/01/ 1858; 05/03/1858.
Arquivo da Casa Imperial (POB)	Maço 127 - Doc. 6310	Ofício (cópia) de confidencial de Francisco Adolfo de Varnhagen ao Conselheiro José Maria Silva Paranhos, Visconde do Rio Branco pedindo providência sobre as questões dos limites com o Paraguai.	Rio de Janeiro, 10 de junho de 1859.
Arquivo da Casa Imperial (POB)	Maço 127 - Doc. 6314	Cartas (3) de Francisco Adolfo de Varnhagen a D. Pedro II comentando a questão do Paraguai.	Montevideo: 16/07/1859; 30/07/1859; 18/08/1859.
Arquivo da Casa Imperial (POB)	Maço 130 - Doc. 6386	Carta de Francisco Adolfo de Varnhagen a D. Pedro II dando notícias sobre sua viagem para a Bahia.	Recife, 18 de abril de 1861.
Arquivo da Casa Imperial (POB)	Maço 132 - Doc. 6483	Carta de Francisco Adolfo de Varnhagen a D. Pedro II dando sua opinião sobre as Repúblicas do Pacífico.	Ilha de S. Thomas, 26 de janeiro de 1863.
Arquivo da Casa Imperial (POB)	Maço 132 - Doc. 6516	Carta de Francisco Adolfo de Varnhagen a D. Pedro II comentando, entre outras coisas, sobre a sua transferência.	Caracas, 20 de julho de 1863.
Arquivo da Casa Imperial (POB)	Maço 137 - Doc. 6735	Carta de Francisco	Santiago, 10 de

Imperial (POB)		Adolfo de Varnhagen a Otaviano de Almeida Rosa sobre Pareja.	dezembro de 1865.
Arquivo da Casa Imperial (POB)	Maço 140 - Doc. 6840	Cartas (4) de Francisco Adolfo de Varnhagen a D. Pedro II comentando, entre outras coisas, o desejo de voltar para a Europa.	Lima: 11/01/1867; 21/01/1867; 20/04/1867; 26/10/1867.
Arquivo da Casa Imperial (POB)	Maço 142 - Doc. 6893	Cartas (2) de Francisco Adolfo de Varnhagen a D. Pedro II remetendo trabalhos.	Lisboa, 12 de maio de 1868. Viena, 16 de novembro de 1868.
Arquivo da Casa Imperial (POB)	Maço 143 - Doc. 7019	Carta de Francisco Adolfo de Varnhagen a D. Pedro II sobre a história do Brasil.	Viena, 20 de outubro de 1868.
Arquivo da Casa Imperial (POB)	Maço 148 - Doc. 7182	Carta de Francisco Adolfo de Varnhagen a D. Pedro II remetendo trabalhos.	Viena, 20 de outubro de 1869.
Arquivo da Casa Imperial (POB)	Maço 149 - Doc. 7210	Carta de Francisco Adolfo de Varnhagen a D. Pedro II comentando sobre o aniversário do imperador.	Viena, 6 de dezembro de 1869.
Arquivo da Casa Imperial (POB)	Maço 156 - Doc. 7285	Cartas (2) de Francisco Adolfo de Varnhagen a D. Pedro II solicitando, entre outras coisas, a transferência para Bruxelas.	Viena: 09/03/1870; 20/04/1870.
Arquivo da Casa Imperial (POB)	Maço 156 - Doc. 7306	Cartas (4) de Francisco Adolfo de Varnhagen a D. Pedro II comentando sobre um trabalho seu em espanhol., entre outras coisas.	Viena: 22/04/1870; 25/04/1870; 20/06/1870; 31/10/1870.
Arquivo da Casa Imperial (POB)	Maço 160 - Doc. 7397	Cartas (2) de Francisco Adolfo de Varnhagen a	Viena: 04/03/1871; 30/05/1871.

		D. Pedro II sobre as joias da d. Leopoldina.	
Arquivo da Casa Imperial (POB)	Maço 160 - Doc. 7426	Cartas (2) de Francisco Adolfo de Varnhagen a D. Pedro II dando os pêsames em relação à morte de d. Leopoldina.	Viena: 15/02/1871; 17/07/1871.
Arquivo da Casa Imperial (POB)	Maço 162 - Doc. 7515	Ofícios (5) de Francisco Adolfo de Varnhagen (Barão de Porto Seguro) ao Visconde de Castilho sobre autores.	São Petersburgo: 19/05/1872; 23/05/1872; 26/05/1872; 28/06/1872; 25/08/1872.
Seção de Manuscritos da Biblioteca Nacional.	I-02, 21, 062.	Concessão de título de Barão de Porto Seguro ao Francisco Adolfo de Varnhagen.	Rio de Janeiro, 24 de julho de 1872.
Seção de Manuscritos da Biblioteca Nacional	I-03, 04, 018	Carta de Francisco Adolfo de Varnhagen a José Carlos Rodrigues guardecendo a publicação no Novo Mundo de um esboço de sua biografia.	Viena, 12 de maio de 1873.
Arquivo da Casa Imperial (POB)	Maço 166 - Doc. 7650	Ofício do Barão de Porto Seguro ao Visconde do Bom Retiro sobre a Exposição de Viena.	Viena, 25 de junho de 1873.
Arquivo da Casa Imperial (POB)	Maço 166 - Doc. 7658	Cartas (5) do Barão de Porto Seguro a D. Pedro II sobre a Exposição de Viena, entre outras coisas.	Viena: 08/08/1873; 01/09/1873; 28/10/1873; 23/11/1873; 26/11/1873.
Arquivo da Casa Imperial (POB)	Maço 169 - Doc. 7735	Cartas (6) do Barão/Visconde de Porto Seguro a D. Pedro II, comentando sobre o conflito com	Viena: 26/01/1874; 17/02/1874; 03/05/1874; 09/06/1874; 26/06/1874;

		Buenos Aires, entre outras coisas.	10/09/1874.
Seção de Manuscritos da Biblioteca Nacional	I-02, 08, 055	Carta de concessão do título de Visconde de Porto Seguro.	Rio de Janeiro, 09 de maio de 1874.
Arquivo da Casa Imperial (POB)	Maço 172 - Doc. 7873	Carta de Visconde de Porto Seguro a D. Pedro II sobre a <i>História da Independência do Brasil</i> .	Viena, 16 de junho de 1875.
Arquivo da Casa Imperial (POB)	Maço 173 - Doc. 7899	Carta o Visconde de Porto Seguro a D. Pedro II sobre uma grande descoberta.	Viena, 06 de outubro de 1875.
Arquivo da Casa Imperial (POB)	Maço 175 - Doc. 7956	Carta do Visconde de Porto Seguro a D. Pedro II sobre a 2. ^a edição de Historia Geral.	Viena, 19 de janeiro de 1876.
Arquivo da Casa Imperial (POB)	Maço 175 - Doc. 7957	Carta do Visconde de Porto Seguro a D. Pedro II desejando boa viagem para Nova York.	Viena, 25 de janeiro de 1876.
Arquivo da Casa Imperial (POB)	Maço 177 - Doc. 8081	Cartas (2) do Visconde de Porto Seguro a D. Pedro II sobre pesquisa no Brasil.	Viena, 7 de abril de 1877. Bahia, 27 de setembro de 1877.
Arquivo da Casa Imperial (POB)	Maço 180 - Doc. 8222	Carta do Visconde de Porto Seguro a D. Pedro II sobre trabalhos seus.	Viena, 20 de outubro de 1878.
Arquivo da Casa Imperial (POB)	Maço 149 - Doc. 1097 - Cat. B	Carta de Francisco Adolfo de Varnhagen ao conde D'Eu sobre notícias à princesa Isabel.	Sem data
Seção de Manuscritos da Biblioteca Nacional	I-32,18,006, nº 002 (Coleção Carvalho)	Cópia feita por Francisco Adolfo de	sem data.

		Varnhagen: "Resposta dada ao embaixador da França, Ms. de Rouvilhé sobre a réplica que ofereceu em ordem a mostrar que pertencem a coroa de França as terras do Cabo do Norte."	
--	--	---	--

Obras de Referência

BARBOZA, Jeronymo Soares. **Grammatica Philosophica da Lingua Portugueza**, Principios da Grammatica Geral applicados á nossa linguagem, por Jeronymo Soares Barboza, deputado da Junta Direcctoria Geral dos Estudos, e Escolas do Reino em a Universidade de Coimbra, e Socio da Academia Real das Sciencias. Segunda edição. Lisboa: Na Typographia da Mesma Academia, 1830.

BLUTEAU, Raphael. **Vocabulario portuguez & latino: aulico, anatomico, architectonico ...** Coimbra: Collegio das Artes da Companhia de Jesus, 1712 - 1728.

BRASIL, Constituição (1824). Carta de Lei de 25 de Março de 1824. Brasília, DF: Fundação Projeto Rondon - Minter, 1986.

Diário da Assembleia Geral, Constituinte e Legislativa do Império do Brasil - 1823/ introdução Pedro Calmon. Ed. fac-similar. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2003.

COMITÊ DE PALEOGRAFIA E DIPLOMÁTICA. **Normas de transcrição e edição de documentos manuscritos**. Arquivo Nacional, 1993.

FUNDAÇÃO ALEXANDRE DE GUSMÃO. CENTRO DE HISTÓRIA E DOCUMENTAÇÃO DIPLOMÁTICA. **Catálogo da Coleção Varnhagen da Biblioteca do Itamaraty**. Coordenação de Maria Liânia Coutinho Bueno; colaboração de Maria da Conceição Novaes Dias, Leandro Mendonça Felicissimo, Cibele Seixas Alves da Silva. – Brasília: FUNAG, CHDD, 2002, pág. 7 e 8. (Disponível para download no site da FUNAG).

PINHEIRO, Ana virgínia. **Glossário de codicologia e documentação**. ANAIS da BN, Rio de Janeiro, RJ, 115: p. 123-213, 1995.

SILVA, Antonio Moraes. **Diccionario da Lingua Portuguesa** recopilado de todos os impressos até o presente por Antonio de Moraes e Silva natural do Rio de Janeiro.

Offerecido ao muito alto, e muito poderoso Senhor D. João VI, re de Portugal, Brazil e Algarves. Terceira edição, mais correcta e accrescentada de cinco para seis mil artigos, que levão este sinal * extrahidos dos Authores Clássicos Portuguezes, com disvello e curiosidade. Tomo I e II. Lisboa: Na Typographia de M. P. de Lacerda, 1823.

_____ **Diccionario da lingua portugueza** - recompilado dos vocabularios impressos ate agora, e nesta segunda edição novamente emendado e muito acrescentado, por.... Lisboa: Typographia Lacerdina, 1813.

_____ **Diccionario da Lingua Portuguesa** composto pelo padre D. Rafael Bluteau reformado e acrescentado por Antonio de Moraes Silva, natural do Rio de Janeiro. Lisboa: Na Officina de Simão Thaddeo Ferreira, 1789.

Obras citadas

ABREU, Capistrano. Necrológio de Francisco Adolfo de Varnhagen, Visconde de Porto Seguro. IN: -----, **Ensaio e Estudos** (Crítica e História). Liv. Briguiet, 1931.

ACIOLI, Vera Lúcia Costa. **A escrita no Brasil colônia**. Um guia para leitura de documentos manuscritos. 2ª. Ed. Apresentação de Leonardo Dantas Silva. Prefácio de José Antônio Gonsalves de Mello. Recife: Fundação Joaquim Nabuco; Ed. Massangana, 2003.

ALMEIDA, Gisele Cristina Cipriani de. Francisco Adolfo de Varnhagen: um alemão, um português, um brasileiro ou um carreirista? IN: Luna Halabi Belchior; Luisa Rauter Pereira; Sérgio Ricardo da Mata (orgs) **Anais do 7o. Seminário Brasileiro de História da Historiografia – Teoria da história e história da historiografia: diálogos Brasil-Alemanha**. Ouro Preto: EdUFOP, 2013. Cd-rom.

_____ Correspondência Ativa de Varnhagen - Análise da edição. **Anais do XIX Encontro Regional de História da Seção São Paulo da ANPUH: Poder, violência e exclusão**. 08 a 12 de setembro de 2008. FFLCH/USP - São Paulo.

_____ Fortuna crítica de Varnhagen. Painel de IC. **Anais do XVIII Encontro Regional de História – O historiador e seu tempo. ANPUH/SP – UNESP/Assis**, 24 a 28 de julho de 2006, Cd-rom.

AYRES, Christovam. "O historiador brasileiro Varnhagen na Academia e na Torre do Tombo." IN: **Memórias da Academia das Ciências de Lisboa**, Classe de Letras, Lisboa: Academia das Ciências de Lisboa, tomo V, 1951.

BARBOSA, Silvana Mota. **A Sphinge Monárquica**: o poder moderador e a política imperial. Tese de doutoramento. Orientação: Izabel Andrade Marson. São Paulo: UNICAMP, 2001.

BELLOTTO, Heloísa Liberalli. **Diplomática e tipologia documental em arquivos**. 2ª. ed. Brasília, DF: Briquet de Lemos/Livros, 2008.

BERWANGER, Ana Regina e LEAL, João Eurípedes Franklin. **Noções de paleografia e diplomática**. 3ª ed. rev. e ampl. Santa Maria, RS: Ed. da Universidade Federal de Santa Maria, 2008.

BITTENCOURT, Vera Lúcia Nagib. "Bases territoriais e ganhos compartilhados: articulações políticas e projeto monárquico-constitucional". IN: MARSON, Izabel Andrade e OLIVEIRA, Cecília Helena L. de Salles. **Monarquia, Liberalismo e Negócios no Brasil: 1780-1860**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2013.

BLOCH, Marc. **Apologia da história, ou, O ofício do historiador**. Prefácio: Jacques Le Goff; apresentação à edição brasileira: Lília Moritz Schwarcz; tradução: André Telles. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2001.

BONIFÁCIO, Maria de Fátima. **A Monarquia Constitucional (1807-1910)**. Portugal: Texto Editores, Lda., 2010.

CARREIRA, Maria de São Luiz da Silva. **Marca d'água**. Arquivo Histórico Militar (Monarquia Constitucional 1821-1910). Dissertação de Mestrado orientada pelo Prof. Doutor Carlos Guardado da Silva. Universidade de Lisboa. Faculdade de Letras. Programa em Ciências da Documentação e da Informação, 2012.

CARVALHO, José Murilo de. (org.) A Construção Nacional, 1830/1889. IN: **História do Brasil Nação**, dir. Lilian M. Schwarcz. Rio de Janeiro: Objetiva/Fundação Mapfre, 2012. Vol. 2

CERTAU, Michel de. **A escrita da história**. Tradução: Maria de Lourdes Menezes. Revisão técnica de Arno Vogel. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982.

CEZAR, Temístocles. "Varnhagen em movimento: breve antologia de uma existência." IN: **TOPOI**, v. 8, n. 15, jul-dez 2007, p. 159-207.

CONSTANT, Benjamin. IN: CARVALHO, José Murilo de. (Organização e Introdução). **Paulino José Soares de Sousa, Visconde do Uruguai**. São Paulo: Ed. 34, 2002.

DELACROIX, Christian. **As correntes históricas na França: séculos XIX e XX**. Tradução: Roberto Ferreira Leal. Rio de Janeiro: FGV, 2012.

DOSSE, François. **O desafio biográfico**: escrever uma vida. Tradução: Gibon César Cardozo de Souza. São Paulo: Ed. USP, 2009.

FAORO, Raimundo. **Machado de Assis: a pirâmide e o trapézio**. 4^a. ed. rev. São Paulo: Globo, 2001.

-----, **Os donos do Poder**: formação do patronato político brasileiro. 2 ed. rev. e aumentada. Porto Alegre: Globo; São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, 1975.

FLEURY, Renato Sêneca. **Varnhagen - o Visconde de Porto Seguro**. São Paulo: Edições Melhoramentos, s.d.

GARCIA, Rodolpho. *Ensaio Biobibliográfico sobre Francisco Adolfo de Varnhagen*. IN: VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. **História geral do Brasil antes de sua separação e independência de Portugal**. 3 ed. Integral. Volume 2. São Paulo: Companhia melhoramentos de São Paulo, 1927.

GARCIA, Rosicleide Rodrigues. **Para o estudo da formação e expansão do dialeto caipira em Capivari**. Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Filologia e Língua Portuguesa do Departamento de Letras Clássicas e Vernáculas da Faculdade de Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, para a obtenção do título de Mestre em Letras. Orientador: Prof. Dr. Manoel Mourivaldo Santiago Almeida. São Paulo, 2009.

GLEZER, Raquel." 'Amicíssimo': cartas entre Varnhagen e Cunha Rivara (1839-1849)." pp. 26-54. In: Lúcia Maria Paschoal Guimarães e Raquel Glezer (orgs.), **Varnhagen no caleidoscópio**. Rio de Janeiro: Fundação Miguel de Cervantes, 2013.

GONÇALVES, Marina Furtado. O Tratamento de manuscritos em tinta ferrogálica: exemplos de instituições de guarda no Brasil. Artigo apresentado e publicado no **ANAIS do 23º. Encontro da ANAP - Ecossistemas artísticos**, entre 15 e 19 de setembro de 2014. Belo Horizonte, MG. Disponível em:

<http://www.anpap.org.br/anais/2014/ANAIS/simposios/simpósio11/Marina%20Furtado%20Goncalves.pdf>

GUIMARÃES, Lúcia Maria Paschoal e GLEZER, Raquel (org.). **Varnhagen no caleidoscópio**. Rio de Janeiro: Fundação Miguel de Cervantes, 2013. (Coleção Memória do Saber).

GUIMARÃES, Lúcia Maria Paschoal. "Grande Jornada a vapor: um segredo do visconde de Porto-Seguro?" IN: Lúcia Maria Paschoal Guimarães e Raquel Glezer

(orgs.), **Varnhagen no caleidoscópio**. Rio de Janeiro: Fundação Miguel de Cervantes, 2013.

GUIMARÃES, Manoel Salgado. **Historiografia e Nação no Brasil 1838-1857**. Tradução de Paulo Knauss e Ina de Mendonça. Rio de Janeiro: Ed.UERJ, 2011.

HARTOG, François. **O século XIX e a história**: o caso de Fustel de Coulanges. Tradução: Roberto Cortes de Lacerda. Rio de Janeiro: Ed. da UFRJ, 2003.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. *O processo de emancipação*. **História Geral da Civilização Brasileira – Tomo II – O Brasil Monárquico – 1º volume**. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1962.

HORNER, Erik. Partir, fazer e seguir: apontamentos sobre a formação e a participação política no Brasil da primeira metade do século XIX. IN: MARSON, Izabel Andrade e OLIVEIRA, Cecília Helena L. de Salles. **Monarquia, Liberalismo e Negócios no Brasil: 1780-1860**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2013.

KOSELLECK, Reinhart. **Futuro passado**: contribuição à semântica dos tempos históricos. Tradução: Wilma Patrícia Maas, Carlos Almeida Pereira; revisão de tradução: César Benjamin. Rio de Janeiro: Contraponto; Ed. PUC-Rio, 2006.

LE GOFF, Jacques. **História e memória**. Tradução: Bernardo Leitão. 5ª. ed. Campinas, SP: Ed. da UNICAMP, 2003.

LESSA, Clado Ribeiro de. **Correspondência Ativa Varnhagen**. Rio de Janeiro: INL, 1961.

MARSON, Izabel Andrade e OLIVEIRA, Cecília Helena L. de Salles. **Monarquia, Liberalismo e Negócios no Brasil: 1780-1860**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2013.

MELO, Arnaldo Faria de Ataíde. O Papel como elemento de identificação. IN: **Anais das Bibliotecas e Arquivos**. Lisboa: Oficinas Gráficas da Biblioteca Nacional, 1926. Separata nº 18,19,20,21 e 22.

NEVES, Lúcia Maria Bastos Pereira das e NEVES, Guilherme Pereira das. "Um bibliófilo liberal: Varnhagen diplomata nas Repúblicas do Pacífico (1863-1867)". IN: Lúcia Maria Paschoal Guimarães e Raquel Glezer (orgs.), **Varnhagen no caleidoscópio**. Rio de Janeiro: Fundação Miguel de Cervantes, 2013.

PERRY, Marvin. **Civilização ocidental**: uma história concisa. Tradução: Waltensir Dutra, Silvana Vieira. 3ª. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2002.

RODRIGUES, José Honório. **A pesquisa histórica no Brasil**. 3ª. ed. São Paulo: Ed. Nacional; Brasília: INL, 1978.

RIBEIRO, Renilson Rosa. "**Destemido bandeirante à busca da mina de ouro da verdade.**" Francisco Adolfo de Varnhagen, o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e a invenção da ideia de Brasil Colônia no Brasil Império. Orientador: Dr. Paulo Celso Miceli. UNICAMP, 2009.

SANTOS, Paulo Vieira. "Varnhagen e as fontes da História". IN: **Memórias da I Semana da História**. Franca, SP, 1979.

SOUSA, Paulino José Soares de Sousa (Visconde de Uruguai). **Ensaio sobre o direito administrativo**. Organização e Introdução de José Murilo de Carvalho. Coleção Formadores do Brasil. São Paulo: Ed. 34, 2002.

SPINA, Segismundo. **Introdução à Edótica**. São Paulo: Ed. Cultrix e EDUSP, 1977.

THIERRY. "Essai sur l'histoire de la formation et des progrès du tiers état." Paris: 1850, prefácio. IN: HARTOG, François. **O século XIX e a história: o caso Fustel de Coulanges**. Tradução: Roberto Cortes de Lacerda. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 2003.

VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. **Réplica Apologética de um escriptor calumniado e juízo final de um plagiário difamador que se intitula general**. Madrid: Imprensa da Viuva de R. J. Dominguez, 1846.

-----*.Memorial Orgânico. Segunda Parte. Madrid: Na Imprensa da viúva de D. R. J. Dominguez, 1850. IN: WEHLING, Arno. O conservadorismo reformador de um liberal: Varnhagen, publicista e pensador político. IN: Lúcia Maria Paschoal Guimarães e Raquel Glezer (orgs.), Varnhagen no caleidoscópio. Rio de Janeiro: Fundação Miguel de Cervantes, 2013.*

-----**. História da Independência do Brasil: até o reconhecimento pela antiga Metrópole, compreendendo, separadamente, a dos sucessos ocorridos em algumas províncias até essa data.** Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2010.

-----**. História Geral do Brasil antes da sua separação e independência de Portugal.** Tomo V. Revisão e notas de Rodolfo Garcia. 8ª. edição integral. São Paulo: Ed. Melhoramentos e Instituto Nacional do Livro/ Ministério da Educação e Cultura, 1975.

-----**. História da Independência do Brasil até o reconhecimento pela antiga metrópole, compreendendo, separadamente, a dos sucessos ocorridos em algumas províncias até esta data.** Anotada pelo Barão do Rio Branco e por uma comissão do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. 3a. edição revista e anotada pelo Prof. Hélio Viana. São Paulo: Edições Melhoramentos, 1957.

VATTEL, Emer de. **The Law of Nations**, or Principle of the Law of nature, applied to the conduct and affairs of Nations and Sovereigns, with three early essays on the origin and Nature of Natural Law and on luxury. USA: Liberty Fund, Inc., 2008.

WEHLING, Arno. *O conservadorismo reformador de um liberal: Varnhagen, publicista e pensador político*. IN: Lúcia Maria Paschoal Guimarães e Raquel Glezer (orgs.), **Varnhagen no caleidoscópio**. Rio de Janeiro: Fundação Miguel de Cervantes, 2013.

Apêndice:

Glossário explicativo baseado no dicionário de Moraes

Ao estudar os métodos que poderia usar para a transcrição deste manuscrito, encontrei algumas questões complexas. O primeiro deles foi em relação aos possíveis erros de ortografia do autor no manuscrito. Assumindo neste trabalho que o manuscrito tenha sido escrito por Francisco Adolfo de Varnhagen, adotei um método para esta análise.

Em sua obra **História Geral do Brasil antes de sua separação e independência de Portugal**, no Tomo V, da 8^a. edição integral de 1975, Varnhagen destaca o dicionário de Moraes como obra de referência para o século XIX, nas segundas e terceiras edições, datadas, respectivamente de 1813 e 1823. A primeira edição é de 1789 e para o historiador esta primeira seria apenas “um resumo do de Bluteau” (VARNHAGEN, 1975, p. 210).

Na leitura da obra de Moraes de 1823⁹², pude identificar palavras que estivessem escritas “erradas” de acordo com o nosso atual acordo ortográfico. Partindo destas palavras, comparei com o constava no dicionário de Moraes de 1823, no intuito de concluir se o autor havia se equivocado na redação ou se seguia o padrão ortográfico contemporâneo. Esta edição de Moraes, partindo dos conceitos do historiador parece ser a mais apropriada para análise de como se escrevia na época contemporânea ao historiador. Foi feito um glossário com as palavras escritas, teoricamente, erradas pelo historiador, quando cotejadas com o mesmo dicionário. Aponto a correção destas palavras e também marco com um (x) as palavras que estão escritas corretamente de acordo com o dicionário de Moraes, mas que são diferentes do nosso atual acordo ortográfico.⁹³

Algumas palavras estavam escritas corretamente, de acordo com a Gramática da época, quer nos casos de mesóclise, ênclise e próclise, quer nos casos dos verbos “vigial-o”. Como explica BARBOZA (1830, p. 49):

⁹² **Diccionario da Lingua Portuguesa recopilado de todos os impressos até o presente por Antonio de Moraes e Silva natural do Rio de Janeiro.** Offerecido ao muito alto, e muito poderoso Senhor D. João VI, re de Portugal, Brazil e Algarves. Terceira edição, mais correcta e acrescentada de cinco para seis mil artigos, que levão este sinal * extrahidos dos Authores Clássicos Portuguezes, com disvello e curiosidade. Tomo I e II. Lisboa: Na Typographia de M. P. de Lacerda, 1823.

⁹³ A base utilizada foi o **Dicionário de Português Online** atualizado com o novo acordo ortográfico no site: www.michaelis.uol.com.br.

As enclíticas dos Verbos são todos os casos obliquos dos Pronomes, a saber, *me, nos, te, vos, se, o, a, os as, lhe, lhes*. Todos elles, segundo mais convem ou ao sentido, ou á collocação, podem, ou hir diante dos Verbos, como *Louvo-me, Louvamos-nos, Louva-te, Louvais-vos, Louval-o, Louval-a, Louval-os, Louval-as, Fazer-lhe, Fazer-lhes*: ou atraz como: *Eu me Louvo, Tu te Louvas, Elle se Louva*, etc. ou no meio, como *Louvar-me-ia, Louvar-te-êi*, etc.

Em decorrência, estas palavras não foram colocadas neste glossário, apesar de serem escritas diferentemente da atual gramática e nem alguns nomes no plural que terminaram com "aes", como no caso de "geraes". De acordo com BARBOZA (1830, P. 136-137),

Todo o nome acabado em consoante forma o seu plural do singular, accrescentando-lhe *es* do modo seguinte. (...) Os que acabão em *ál, ól, ul*, tirada a consoante final, com o accrescentamento do *es* se fazem pluraes, como: *Aninál, Animaes, Faról, Faróes, Azúl, Azúes*. Exceptuão-se *Mal, Cal* de Moinho, e *Consul*, que considerando o *l*, formarão o plural *Males, Cales, Consules*.

As palavras que não estão corretas de acordo com a nossa gramática atual e que não foram encontradas referências no dicionário de Moraes e Silva de 1823, estão indicadas com um ponto de interrogação (?). Segue abaixo o glossário:

Palavra	Corretas	Correção	Palavra	Corretas	Correção
abandonne		abandone	adequirisse		adquirir
Abjecção		abjécção	adjudicações	x	
abnegação	x		adjudicar-lhe	x	
abstracção		abstrácção	adjudicatorio	x	
abstracções		abstrácções	adjudique	x	
Abstracto		abstrácto	adjunctos		adjunto
Acção		ácção	admissíveis		admissíveis
accessível		accessível	admissível		admissível
acesso		acêso	admittam	x	
accidentaes	x		admitte	x	
accidentes		accidéntes	admittem	x	
acções	x		admittendo	x	
accommodadas	x		admittir	x	
accommodar-se	x		admittir-se	x	
acompanha		acompanha	admittiria	x	
acompanhado		acompanhado	adoptado	x	
accumula		accumula	adoptar		adoptár
accumulação		accumalação	adoptar-se		adoptár-se
accordado		acordado	adopte	x	
accordãos		acórdão	adoptou	x	
accordar		acordár	Adoptou-se	x	
accordes		acorde	adquados		adequados
accudir		acudir	adquiril-a	x	
accusa	x		adversarios		adversários
accusação	x		advertem	x	
accusado		accusádo	Advertencias	x	
accusados		accusádos	afanozo		afanoso
aceio		acêio	afecta		affecta
acepção		accépção	afectam		affectam
ácerca	x		afectar		affectár
acólhida		acolhida	afectem		affectem
acommoda		acommoda	affastam		afastár
acommodada		acommodada	affectam	x	
acommodado		acommodado	affecte	x	
acommodados		acommodados	afficcionado	?	
acommodam		acommodam	afficcionados	?	
Acomulação		accumulação	affirmaremos	x	
acomuladas		accumuladas	afflicção		afflicção
acomulam		accumulam	afflictas		afflictas
acomular		accumular	aflue	?	
aconselhal-o	?		agencia		agência
acopiados	?		agentes	x	
acotados		acotádo	aggrava	x	
acrecentamento	x		aggravada	x	
acrisolados		acrisólados	aggravado	x	
activa		actíva	aggravados	x	
activamente		actívamênte	aggravando-se	x	
activar		activár	aggravo	x	
activas		actívas	aggravos	x	
actividade		actividade	agricola		agrícola
activo		actívo	agua	x	
activos		actívos	aguas	x	
acto	x		ahi	x	
actos	x		alborotados	x	
actuações	x		alcaide		alcáide
actuaes	x		alcaides		alcáides
actual	x		alcânça	x	
acudirá	x		alcanse		alcance

Palavra	Corretas	Correção	Palavra	Corretas	Correção
alem		além	applicam	x	
além	x		applicando	x	
alêm		além	applicando-lhes	x	
alfandegas	x		applicar	x	
alhêas		alhêia	applicar-se	x	
allegadas	x		applicavel		applicável
allegam	x		appoio		apòio
allegando	x		aprovação	x	
allegar	x		aprovado	x	
Allemanha		Alemanha	aprovar		aprovar
alliviar		alliviár	apreciaos	?	
alvergue	x		apreciavel		apreciável
amanhos	x		apreciem	x	
ambiguos		ambíguos	aprehendidos		aprendidos
ambito	x		apremio	x	
America	x		aquella		aquèlla
amoviveis	?		áquella		aquèlla
analisis		análisis	aquellas		aquèllas
analizar		análisar	áquellas		aquèllas
analogo		análogo	àquellas		aquèllas
analogos		análogos	aquelle		aquèlle
analyse		análysi	aquelles		aquèlles
anarchia		anarchía	aquillo		aquillo
ancia		ancia	arbitra		árbitra
anhelo		anhélo	arbitrarias		arbitrário
anhetam	x		arbitrariedade	x	
animaes		animáes	arbitrario		arbitário
animo		ànimo	arbitrio		arbitrio
animos		ánimos	arbitros		árbitros
annos		ánnos	archivos		arqchivos
añnos		ánnos	arduo		árduo
annuaes	x		areal		aréal
annualmente		annúalmente	armazens		armazéns
annulando		annullando	arrendataria	x	
antenomasia	?		arrendatario	x	
anticipação	x		artezão	x	
anticipar-se	x		arvores	x	
apetecivel	?		ascenso	x	
apezar	?		ascensos	x	
apoucando	x		asim		assím
apparece	x		assemblea		assembléa
apparecer		apprecèr	assembleas		assembléas
apparecerá	x		assenços		assénso
apparecerão	x		assignal-a		assinal-a
apparente		apparénte	assignala		assinala
appellação	x		assignalado		assinalado
appellações	x		assignale		assinale
appellar		appellár	assignar		assinar
appellará	x		assistencia		assistência
appellaría	x		associações	x	
appellava-se	x		assumpto		assúmpito
applauso		appláuso	assumptos		assúmpitos
applica	x		astronomico		astronômico
applica-se	x		asylos	x	
applicação	x		ate		até
applicações	x		atêa		atea
applicada	x		atendiveis	x	
applicado	x		ateneos	?	

Palavra	Corretas	Correção	Palavra	Corretas	Correção
atesourar	x		avida		ávida
athmosphera		atmosfera	banderias		bandeira
atida		atida	bastardêa		bastardias
atmosfera		atmosfera	bello		bélio
atracção		atracción	benefica		benéfica
atras	?		beneficas		benéficas
atrasariam	?		beneficiencia		beneficência
atrazada		atrazáda	beneficiencia		beneficência
atrazados		atrazádos	beneficio		benefício
atrazando-se	x		beneficios		benefícios
atrazar		atrazár	benevelos		benévolos
atreveriamos	x		benevolencia		benevolência
atribuições		atribuições	bibliothecas		bibliothecas
atropellado		atropellado	bombardadas	x	
atropellos	x		botanicos		botânicos
atenção	x		Brazil		Brasil
atenções	x		brazileira		brasileiro
attendem	x		brazileirismo		brazileirismo
attendendo	x		brazileiro		brasileiro
attender		attendér	Brazileiros		Brasileiros
attender-se		attendér-se	buena		buena
attendida	x		bussola		bússola
attendidos	x		cabedaes	x	
attentados	x		cadêa		cadêa
attrae		attrahe	cae		cáe
attrahe	x		cahos		cáhos
atrahem	x		caido		cahído
atrahir	x		calammnidades		calamidades
atrahir-se	x		calculo	x	
atrair		atrahir	camaras		câmara
atrevia		atrevia	cambio		câmbio
atribue	x		capases		capazes
atribuem	x		capciosidade	x	
Atribuição	x		Capitulo		capítulo
atribuições	x		capta	x	
atribuição		atribuição	character		carácter
atribuições		atribuições	characteristico		característico
atribuir		atribuir	carcelarias	?	
atribuir-lhes		atribuir-lhe	carilativa	?	
augmento	x		catastrofes		catástrofes
augmentar-se	x		catégoria		cathegoria
autenticas		authênticas	categorica		cathegórica
autenticos		authênticos	cathegoria	x	
autoridad		autoridade	cathegorias	x	
autorisa		autorizar	cavilosidade	?	
autorisação		autorização	cemiterios		cemitérios
autorisações		autorizações	centralisação	?	
autorizados		autorizados	centralisado	?	
autorisal-os		autorizal-os	centralização	?	
autorisam		autorizam	cerimonias		ceremônia
autorisar-se		autorizar-se	certissima		certíssima
autorizar	x		cessassem	x	
auxilio		auxílio	chamal-a	x	
auxilios		auxílios	charlatenismo		charlatanismo
Auxillia		Auxilia	chimera		chimera
avareza		avareza	cidadaos		cidadão
avem	?		cindindo		cingindo
avesado		avesado	circolo		círculo

Palavra	Corretas	Correção	Palavra	Corretas	Correção
circulo		círculo	commum	x	
circumferencia		circunferência	commumente	x	
circumnstancias		circunstancias	communal		comunál
circunstancias		circunstancias	communica	x	
circunspecto		circunspécto	communica-lhe	x	
circunstancia	x		comunicação	x	
circunstancias	x		comunicações	x	
circuntancias	x		comunicadas	x	
civel		cível	comunicar-se	x	
civica		cívica	comunidade		comunidade
civilisação	?		comunidades		comunidades
clarissima		claríssima	communis	x	
clarissimos		claríssimos	comparavel		comparável
classico		clássico	compativel		compatível
clausulas		cláusula	competencia		competência
coartadas	x		complacencias		complacência
cobros		còbros	complecto		complêto
codigo		código	compoem		compõe
codigos		códigos	comprehenda	x	
coercitivas	x		comprehendam	x	
coexistencia		coexistência	comprehende	x	
coherentes	x		comprehendem	x	
collacteraes		collateraes	comprehendem-se	x	
collecção	x		comprehender	x	
collecções	x		comprehendera	x	
collectiva	x		comprehendido	x	
collectivas	x		comprehensivel		compreensível
collectivos	x		compromettessem	x	
collegiado		collegiádo	compromette	x	
collegiados		collegiádós	compromettem	x	
collegisladores	?		comprometter	x	
colligados		colligádós	comprometter-se	x	
collige	x		comter		contêr
collisões	x		Comtudo	?	
colloca	x		conceito		concêito
collocação	x		conceitos		concêitos
collocada	x		concelho	x	
collocados	x		concelhos	x	
cometta	x		concervação		conservação
comettem	x		concilliação		conciliação
cometter	x		conciliar-se		conciliar-se
comettessem	x		conciza		concisa
comettido	x		concluidas	x	
comettidos	x		concorrencia		concurrência
comflictos		conflicto	concussões	x	
cominunciações	?		condemna		condena
commandante		commandante	condemnada		condenada
commercial		comercial	condemnados		condenados
commerciar	x		condemnam		condenam
commercio		comércio	condemnas		condenas
commércio	x		condicção		condição
commettendo	x		condicções		condições
commetter		commettèr	conducta		condúcta
commettido		commettído	conexionadas	?	
commettidos		commettídós	confecção	?	
commissões	x		confiando-lhas	x	
commodidade		commodidade	conflicto		conflicto
commodo		cómodo	conflictos		conflictos

Palavra	Corretas	Correção	Palavra	Corretas	Correção
conflitcto		conflicto	convicção	x	
conjuncto		conjuncto	coopera	x	
conjuncturas		conjuntura	coperanças	?	
connaturaliza	x		cordura		cordúra
connexado	x		corôa		corôa
connexão	x		correcção	x	
consciencia		consciência	correccional	?	
consciencias		consciências	correctivo		correctivo
conselherios		conselhêiro	correctivos		correctivos
conselhos		conselhos	correcto		correcto
consentrar		concentrar	correspondencia		correspondência
consequencia		consequência	corrupção	x	
consequencias		consequências	corrupto		corrupto
conservando	x		côrtes		côrtes
consideravel		considerável	cosa	?	
consistencia		consistência	costêa		costea
consolado		consuládo	costear	x	
consonancia		consonância	cousas		côusa
constituccionaes		constitucionaes	cream		creyam
constitucionaes	x		crear		creyar
constitucional	x		crear-se		creyar-se
constitue		constitui	credito		crédito
constituída	x		creditos		créditos
constituídas	x		criminaes	x	
constituídos	x		crisis		crízes
construcção	x		criterio		critério
construções	x		criticos		críticos
contacto		contacto	cumpelil-os		compellil-os
conteeem	?		Cumpetencias		competência
contem	?		d'ahi		ai
contenciosa		contenciosa	d'ali		ali
contiguas		contígua	D'aqui		aqui
continúa		contínua	d'estado		de estado
continuas	x		d'outra		de outra
continuo		contínuo	d'uma	?	
continuos		contínuos	D'ahi		ai
contracditorios		contraditório	dadivas		dádivas
contracta		contrácta	dado		dádo
contractados	x		dalacção	?	
contracto		contrácto	damninhos		daninho
contractos		contráctos	damno		dano
contradicção	x		damnos		danos
contradictoria		contraditória	dannos		danos
contradictoriamente		contraditoriamente	daquella	x	
contradictorio		contraditório	daquellas	x	
contradictorios		contraditórios	daquelle	x	
contraído		contrahido	daquelles	x	
contraprinipio	?		debil		débil
contraria		contrária	decadencia		decadência
contrario		contrário	deem	?	
contratas	x		defeitoosa		defeituosa
contribue		contribui	defeitoso		defeituoso
conveem	?		defensa	x	
convem	?		defraudada	x	
conveniencia		conveniência	deicha		deixa
conveniencias		conveniências	dejelos	?	
convenios	?		delicto		delicto
convergencia		convergência	delictos		delictos

Palavra	Corretas	Correção	Palavra	Corretas	Correção
della	x		destrictos		destritos
dellas	x		desvirtuar	x	
delle	x		deteem	?	
delles	x		devera	?	
demagogico	?		Devêra	?	
demagogicos	?		devisa	x	
deminutas		diminútas	diaria		diária
democratica		democrática	diarias		diárias
democratico		democrático	diario		diário
democraticos		democráticos	diarios		diários
demulções		demolições	dicidam		decidam
denigrante	?		Dicide		decide
dependencia		dependência	dicidem		decidem
dependencias		dependências	dicidi-se		decide-se
depositario		depositário	dicidindo		decidindo
deposito		depósito	dicidiria		decidiria
derribar	x		dicrepcional	?	
derrogação	x		dictadas		dictádas
desagradavel		desagradável	dictado		dictádo
desaguadôros	?		dictadura		dictadúra
desantranhar	?		dictame	x	
desassocegado		desassossegado	dictames	x	
desautorizada		desautourisáda	dictar		dictár
descahir		descahír	dictar-se		dictár-se
descançar	x		differem	x	
descernimento		discernimento	diferença	x	
desciminada	?		Diferencas		diferenças
descirnir		discernir	diferenças	x	
descredito		descrédito	Diferençãs		diferenças
descricional	?		diferente	x	
desculpaveisnos	?		diferentemente	x	
desembaracadamente		desembaraçadamente	diferentes	x	
desembarassada		desembaraçada	difficuldades		difficuldades
desfallecerá		desfalecerá	difficeis		difficeis
desfructo		desfruto	difficil		diffícil
desiguaes	x		difficuldade	x	
desimbolsos		desembólso	difficuldades	x	
desinontariamos	?		difficil		diffícil
desinvolve		desenvolve	difficultar		difficultár
desnaturaliza	x		difinição		definição
desnaturalizam	x		Difinições		definições
desnecessaria		desnecessária	difinitiva		definitiva
desnecessario		desnecessário	dilação	?	
desobediencia		desobediência	dilacção	?	
despeza		despêsa	diligencias		diligências
despoem		dispõe	dimanando	x	
desposições		disposições	dimenções		dimensões
despotica		despótica	diminue		diminui
despoticos		despóticos	diplomaticas		diplomática
despresar		desprezar	direcção		dirécção
despresasse		desprezasse	direcções		dirécções
despreso		desprezo	directa		dirécta
desprezar	x		directacmente		diréctamente
desproporcionada	?		directamente		diréctamente
dessimilhança		dessemelhança	directamentte		diréctamente
dessiminação	?		directores		diréctores
dessiminado	?		directorio		diréctório
destinos	x		directos		dirèctos

Palavra	Corretas	Correção	Palavra	Corretas	Correção
discernindo-os		descernirndo-os	edifício		edifício
discipulos		discípulos	edifícios		edifícios
discordancias		discordâncias	editaes	x	
discordias		discórdias	editos		éditos
discrecional	?		eduzila	x	
discrecta		discréta	efectiva		effectiva
discrepancia	x		effectiva		effectiva
discrecional		descripcionaes	effectivas		effectivas
discripcional		descripcional	effectivos		effectivos
discuidado		descuidado	efeito		effeito
discuide		descuide	efeitos		effeitos
disculpa		desculpa	efficacia		efficácia
desculpaveis		desculpaveis	efficaz		efficáz
disfructa		desfruta	efficazmente		eficazmente
disfructado		desfrutado	egoismo	?	
disfructarse		desfrutar-se	egoistas	?	
disfructemos		desfrutemos	ejecução		execução
disfructo		desfruto	ejercendo		exercendo
disfructos		desfrutos	elastica		elástica
dislocação	x		electiva		eléctiva
dislocado	x		elegalidade	?	
disponiveis	?		elegido		elegido
dissiminada	?		elegirá	x	
distancia		distância	electores		eleitores
distincção	x		ella	x	
distincta		distínta	ellas	x	
distinctas		distíntas	elle	x	
distincto		distínto	ellegel-o		elegel-o
distinctos		distíntos	ellegiveis		elegiveis
distrahindo-o	x		elleição		eleição
distrahir	x		elleições		eleições
distribue		distribui	elleito		eleito
distribuil-as			elleitores		eleitores
districto		districto	elles	x	
districtos		ddistrictos	emanados		emanados
distroe	?		embaraçosos		embaraçados
disturbios		distúrbios	emfim	?	
divergencia		divergência	eminencias		eminências
dividas		dívidas	emitação		imitação
divisar	?		emminentes		imminente
docil		dócil	empeorado		empeiorado
doctrina		doutrina	emprehendedor		empreendedor
domestica		doméstica	emprehendedores		empreendedores
domesticas		domésticas	emprehender		emprender
domestico		domésticos	emprehenderia		emprenderia
dominio		domínio	empresarias		empresárias
donde	?		emprestimos		empréstimos
duradôras		duradoura	emquanto	?	
duvida		dúvida	encadeal-o		encadeial-o
ecclesiasticos		ecclesiásticos	encarregar-se-lhe	x	
ecommanda		encommenda	encommendada		encomendada
economica		econômica	encommendadas		encomendadas
economicas		econômicas	encommendar		encomendar
economico		econômico	encommendar-se		encomendar-se
economisa	x		energica		energica
economisar		economisár	energicas		energicas
edade		idade	energico		energico
edictos		éditos	enesactidão	?	

Palavra	Corretas	Correção	Palavra	Corretas	Correção
enevitavel		inevitável	espetaculo	?	
enfermiços	?		espetaculos	?	
enivitaveis		inevitáveis	esphera		esphéra
enivitavel		inevitável	espiricto		espírito
enraizal-o	?		espirictos		espíritos
entabla	?		espirito		espírito
entablar	?		esplica		explica
enteressados		interessádos	esplicações		explicações
entusiasmo		entusiásmo	Esplicar		explicar
entusiastast	x		essencia		enssência
entrevirem	x		essenciaes	x	
entrigas		intrigas	estabelecendo		estabelecendo
entromete		intromette	estãm		estão
ephoca		época	estantanea		instantânea
epizootia	?		Estatistica	?	
epoca		época	estatue		estatui
época	x		estavel		estável
epocas		épocas	estenso		extênso
epochas		épocas	estimulo		estímulo
equilibrio		equilibrio	estimulos		estímulos
equivocas		equivocas	estirpação	x	
equivocavão	x		extractos	?	
erario		erário	estravio		extravio
erecção	x		estravios		extravios
erroneas		errôneas	estremadas		extremada
error	?		estremos		extremos
escacez		escacêz	estricto		estricto
escandalo		escândalo	estructura		estructúra
escandalos		escândalos	européo		européo
escarmento		escarmêto	evidencia		evidência
escentralisada	?		exacta		exácta
escentralização	?		exactas		exáctas
escentralizar	?		exactidão		exáctidão
escolhos		escôlhos	exacto		exácto
escripta		escrita	exactos		exáctos
escriptas		escritas	exaggeração		exageração
escripto		escrito	exaggerações		exagerações
escriptores		escriptores	exaggeradas		exgeradas
escrupuloso		escrupulôso	exaggerado		exagerado
escrupuloso		escrupulôso	exaggerados		exagerados
escrupulo		escrúpulo	Exaggeram		exageram
escrupulosidade	x		Excellencias		excellências
escrutadora	x		excentralisação	?	
escusa		escúsa	excentraliza	?	
escusada	x		excentralização	?	
escusado	x		excentralizar	?	
esensaremos	?		excentralizar-se	?	
esfôrso		esfôrço	excepção		excépção
esforsos		esfôrços	excepcionaes	?	
esmolla		esmola	excepcional	?	
especiaes	x		excepções	x	
especialissimos		especialíssimos	excessiva		excessíva
especie		espécie	excita	x	
espectaculo	?		excombros	?	
especúla		especula	executorio		executório
especulação	x		exemptos		exémptos
espeditos		expeditos	exercicio		exercício
espendio	?		exercicios		exercícios

Palavra	Corretas	Correção	Palavra	Corretas	Correção
exercito		exército	fôrça		fôrça
exercitos		exércitos	fôrças		fôrças
exorbitante		exorbitante	forçoza		forçosa
exorbitantes		exorbitantes	fôrma	x	
exigencias		exigência	formará	x	
existencia		existência	fôrmas	x	
existencias		existências	formigueam	?	
exito		êxito	fôrmula	x	
expeciaes		especiaes	fossão	?	
expedicta		expedíta	fracção		frácção
expedictos		expeditos	fraccionada	x	
expedito		expedito	fraccionar	x	
experienca		experiência	fraccionarias		fraccionárias
explendida	?		fraccionarios		fraccionários
explendor	?		fragil		frágil
explicito		explícito	Franca		França
expontaneamente		espontaneamente	franceza	x	
expontaneidade		espontaneidade	francezas	x	
expontaneo		espontâneo	frecuentemente		frequentemente
extensão		extensão	frecuencia		frequência
extende		extende	froutos	?	
extereis		estéril	fructiferam	x	
exterilidade		esterilidade	fructificar	x	
exterilisa		esterilisa	fructo	x	
exterilisarão		esterelisarão	fructos	x	
extorvar		estorvar	frugal	x	
extraordinario		extraordinário	fugazes	x	
extraviassem	x		fumentando		fomentado
fabrica		fábrica	funcciona	x	
fabricas		fábricas	funcionario		funcionário
facam		façam	funcionarios		funcionário
faceis		fáceis	funções	x	
facil		fácil	Funcionarios		funcionário
facilimos		facílimos	fundamentaes	x	
facillitando-lhe		facilitando-lhe	fundamententaes		fundamentaes
factigada		fatigáda	gallantes		galántes
facto		fato	gendarmeria	?	
factos		fatos	generalisar-se	?	
fallida		fallída	generaliza	?	
familia		família	genero		género
familias		famílias	generos		géneros
favoraveis		favoráveis	generosas	x	
fe		fé	genio		gênio
fenecem	x		genuina		genuína
fenecido	x		genuino		genuíno
fenecidos	x		geografico		geográfico
ficcassem		ficassem	geraes	x	
fiéis	x		geraés		geraes
finccionarios		funcionário	gerarchia		gerarchía
firmesa		firmêza	gerarchica		gerárchica
firmeza		firmêza	glosa	x	
fiscaes	x		gosa		goza
fiscalisassem	x		gosam		gozam
fisico		físico	gosam-se		gozam-se
fogazes		fugazes	gosar-se		gozar-se
Fóra	?		gosaria		gozaria
fôra	?		goso		gozo
fórassassinato			gozes	x	

Palavra	Corretas	Correção	Palavra	Corretas	Correção
graciavel		gracível	imediatamente		imediatamente
grandissima		grandíssima	imediatas		imediatas
grao		grão	imediato		imediatô
grão	x		imediatos		imediatos
graos		grãos	iminentes		iminente
grãos	x		immodestas		imodestas
ha		há	immoraes	?	
habeis	x		immoral	?	
habil		hável	immoralidade	?	
habilitando	x		imovel		imóvel
habito		hábito	immunda		imunda
habitots		hábitos	impassibilidade	x	
hade		há de	impassiveis		impassíveis
haja	x		impeccabilidade		impeccabilidade
hão	x		imperio		império
harbitraria		arbitraria	impertinencias		impertinências
harbitrarias		arbitrarias	impetos		ímpetos
harbitrariade		arbitrariade	impulso		impulso
harbitrariades		arbitrariades	impoeem	?	
harbitrario		arbitrário	importancia		importância
harbitrio		arbitrário	importantissima		importantíssima
hastára	?		imposera	?	
havera	?		imposesse	?	
hemispherios		hemisfério	impossiveis		impossíveis
hervas		hervas	impossivel		impossível
Hespanha	x		impotencia		impotência
historia		história	impresão		impressão
historica		histórica	improductivo	?	
honre-se-lhe			improprio		impróprio
honrozás		honrosas	impunidad		impunidade
hospitaes	x		inadvertencia		inadvertência
ideá		idéa	inaltecel-a		
Idéa	x		inalteraveis		inalteráveis
ideado		ideado	inalteravel		inalterável
ideas		idéas	inamoviveis	?	
identicas		idênticas	inaplicavel	?	
idoneos		idôneo	incantos		encantos
ignorancia		ignorância	incarrega		encarrega
iguaes	x		incendio		incêndio
ilegaes	?		incendios		incêndios
illegaes	?		incertesa		incertéza
illegitimas		illeg'timas	incidencias		incidência
illumina	x		incommodar	x	
illuminam	x		incompativeis		incompatíveis
illusão	x		incompativel		incompatível
illuções	x		incompentencia		incompetência
illusoria		illusória	inconherente		incoherente
illusorias		illusórias	inconnexa		inconnéxa
illustra	x		inconstancia		inconstância
illustração	x		inconstancias		inconstâncias
illustrada	x		inconstitucional	x	
illustrado	x		incontestaveis	?	
illustrar	x		incontestavel	?	
illustrasse	x		incontrastada	x	
illustrem	x		incumbencia		incumbência
iluminal-os		iluminal-os	incumbencias		incumbências
immateriaes	x		incumpetencia		imcompetência
immediata		immediata	incurria		incorria

Palavra	Corretas	Correção	Palavra	Corretas	Correção
indecencias		indecências	inspecção		inspécção
indemnisação	x		inspecciona	x	
indemnisações	x		inspeccional-o	x	
indemniza		indemnisa	inspeccionar	x	
indemnização		indemnisação	inspecções	x	
independencia		independência	installa	?	
indispensavel		indispensável	instancia		instância
indispensavelmente		indispensavelmente	instancias		instâncias
indestructivel	?		instinctivo	x	
indicaciones		indicações	instincto		instíncto
indicios		indícios	institue		institui
indifferença		indiferença	instituidas		instituídas
indifição	?		instituiram		instituíram
indifinida		indefinido	instrucção	x	
indirectamente		indirectamente	instrucções	x	
indirectos		indirectos	instruido		instruído
indispensavel		indispensável	instruidos		instruídos
indistinctamente		indistinctamente	insuficiente		insuficiente
individuaes	x		insuficiencia		insuficiência
individuo		indivíduo	inteligencia		inteligência
individuos		indivíduos	intellectuaes	x	
indole		índole	intellectual	x	
indolencia		indolência	intelligencia		inteligência
indureça	?		intelligentes		inteligétes
industria		indústria	intenção		intensão
industriaes	x		intenda		entenda
Industrias		indústrias	intendencias		intendência
inercia		inércia	intender		entender
inesperencia		inexperiência	intendimento		entendimento
inexperencia		inexperiência	intermedia		intermédia
infalivel		infallível	intermedias		intermédias
infatigavel	?		intermedio		intermédios
infima		ínfima	intermedios		intermédios
infimo		ínfimo	interposesse	x	
inflexivel		inflexível	interpretes		intérpretes
influencia		influência	interveem	?	
influencias		influências	intervensiou	?	
infracção		infracção	intibiando	x	
infracções		infracções	intima		íntima
infractores		infractores	intimo		íntimo
ingenhos		engenhos	intoleravel		intolerável
ingleza	?		intorpeça		entorpeça
inglezes	?		intorpeçaria		entorpeçaria
inherente		inherente	intrevir		intervir
inherentes		inherentes	introducção	x	
inicuo		ínico	invariavel		invariável
inificaz		ineficáz	invilecer-se	?	
inimizade		inimizade	irrealizavel	?	
injurias		injúrias	irremissivel		irremissível
innocencia		innocência	irreparavel		irreparável
Innumeraveis		innumeráveis	irresistivel		irresistível
innundações		inundações	irresponsavel	?	
insassiaavel		insaciável	irrogando	x	
insectos		insécto	iventalidades		eventualidades
inseparaveis		inseparáveis	ja		já
insignia		insígnia	jornaes	x	
insipidez		insipidez	judicatura		judicatúra
insistencia		insistência	judiciaes	x	

Palavra	Corretas	Correção	Palavra	Corretas	Correção
juiz		juíz	manteem	?	
juizes		juízes	mantem	?	
juizo		juízo	manuaes	x	
junctamente		juntamente	manufacturas		manufactúras
junctar-lhe		juntar-lhe	mao		mão
jurisdicção	x		máo	x	
jurisdiccional	x		maos		maós
laboriosa		laboriòsa	mãos	x	
labyrintho		laberinto	maquina		máquina
lamentaveis		lamentáveis	maritimas		marítimas
languida		lânguida	maritimo		marítimos
latteraes		lateraes	maskara		máscara
legaes	x		materia		matéria
legítima		legítima	materiaes	x	
legítimos		legítimos	materias		matérias
lenitivo		lenitivo	maxima		máxima
lettra	x		maximas		máximas
lettrados	x		mechanismo		mecanismo
lh'o	?		medêa	?	
lhas	?		medio		médio
lhó	?		medios		médios
libremente		livrêmente	menção	x	
licção		lição	mentaes	x	
liceos		licêos	merito		mérito
ligitimas		legítimas	meritorio		meritório
ligitimo		legítimo	meritos		méritos
ligitimos		legítimos	metaes	x	
litigio		litígio	methodica		metódica
litigios		litígios	methodicamente	x	
litteraria		litterária	methodo		método
litterarios		litterários	methodos		métodos
livianos		livianos	metodico		metódico
locaes	x		milicia		milícia
localisada	?		mineraes	x	
localise	?		minima		mínima
localizam	?		ministeriaes	x	
logar		lógar	ministerio		ministério
logares		logares	ministerios		ministérios
logica		lógica	miram	?	
logico		lógico	miserá	?	
logrado		lográdo	miseravel		miserável
louterias		loterías	miseria		miséria
louvaveis		louváveis	modica		módica
machina		máquina	momentanea		momentâneo
machinalmente	x		momentaneas		momentâneas
machinas		máquinas	monarcchia		monarchia
madreice	?		monarcha		monárcha
magnifica		magnífico	monarchia	x	
malicia		malícia	monarchico		monárchico
mallograda		mallogrado	monarchicos		monárchicos
malverção		malversação	monoscabada	?	
malversações	x		monstruo		mónstro
mancomunadas		mancomunadas	moraes	x	
mandatario		mandatário	moralisação		moralização
mandatarios		mandatários	morigeração	x	
manegem		manejem	morigerada	x	
manejal-os	x		morigerado	x	
manoscar	?		movil		móvel

Palavra	Corretas	Correção	Palavra	Corretas	Correção
movimento		movimênto	obrigatorio		obrigatório
mui	x		obsequio		obséquoio
muitissimo		muitíssimo	observancia		observância
municipaes	x		obstaculo		obstáculo
municipio		município	obstaculos		obstáculos
municipios		municípios	obteem	?	
murchariam	x		obtem	?	
museos		musèu	ocasião	x	
mutua		mútua	ocasiões	x	
mutuos		mútuos	occasiona	x	
n'algun	x		occasionar	x	
n'alguas	x		occasione	x	
n'alguns	x		occidentaes	x	
n'elle	?		occorrem	x	
n'outra	?		occorrencia		ocorrência
n'outras	?		occorriam	x	
n'outro	?		occultam	x	
n'outros	?		occupa	x	
n'um	?		occupações	x	
n'uma	?		occupada	x	
N'umas	?		occupado	x	
n'uma	?		occupam	x	
nao		não	occupando	x	
Naquella	x		occupar	x	
naquelle	x		occupar-se	x	
naturaes	x		occuparemos	x	
necessaria		necessária	offender		offendér
necessarias		necessárias	offendesse	x	
necessario		necessário	offendido	x	
necessarios		necessários	offensa		offênsa
negocio		negócio	offensivo	x	
negocios		negócios	offerece	x	
Nella	x		offerecem	x	
nellas	x		offerecendo	x	
nelle	x		offerecer	x	
nelles	x		offerecer-lhes	x	
ninguem		niguêm	offerecerá	x	
nisto	x		offerecia	x	
nivel		nível	offerecidas	x	
noções		noções	officiaes	x	
notaveis		notáveis	official		offciál
notavel		notável	officinas		officinas
noticias		notícias	officio		offício
notoria		notória	officiosa	x	
notorio		notório	officioso	x	
notorios		notórios	operarias		operário
noutra	?		operarios		operários
noutras	?		opperação		operação
nóutro	?		oppinião		opinião
nulla		núlla	oppõem		
nullidade		núllidade	oppor		oppòr
numero		número	opportunamente		opportunamênte
numeros		números	opportunas	x	
obediencia		obediência	opportunidade	x	
obejcto		objécto	opportunissimos		oportunissimos
objecto		objécto	opportuno	x	
objectos		objéctos	opposição	x	
obrigatorias		obrigatórias	opposições	x	

Palavra	Corretas	Correção	Palavra	Corretas	Correção
oppositores	x		perenne		perênne
opposta		oppósta	perentoriedade		perentòriedade
opposto		oppósto	periciaes	x	
opostos		oppóstos	periodicas		periódicas
opressão	x		período		período
opprime	x		períodos		períodos
oprimido	x		perjudicadas		perjudicádas
oprimir	x		perjudicado		perjudicádo
ordinaria		ordinária	perjudicar	x	
ordinario		ordinário	perjuisos		prejuízo
ordinarios		ordinários	perjuizo		prejuízo
organicas		orgânicas	perjuizos		prejuízos
organças		orgânicas	permittam	x	
organisa		organiza	permittle	x	
organisação		organização	permitted	x	
organizada		organizada	permittedo	x	
organizado		organizado	permitter	x	
organizados		organizados	perpetuo		perpétuo
organisar		organizar	perseverancia		perseverança
organisar-se		organizar-se	pesadissima		pesadíssima
organise		organize	pesquizacção	?	
orgão		órgão	pessa		peça
oscillação	x		peessoaes	x	
paciencia		paciência	pezar		pezár
paciensia		paciência	pharmacia		pharmácia
pacifica		pacífica	phenomeno		phenómeno
pacifico		pacífico	philantropica		philantrópica
pacificos		pacíficos	philoso		philósopho
pactuado	x		philosophia	x	
paiz		paíz	philosophico		philosófico
paizes		países	phisica		physica
palpavel		palpável	phisicos		physicos
paraíso		paraíso	piramide		pirâmide
paralizada		paralisar	planetarios		planetários
parallelamente	x		plantear		plantar
paralelo		parallélo	pôde	x	
parciaes	x		poder		podèr
parcimonia		parcimónia	podera		podèra
parlamentaria		parlamentária	Poderam		podèram
parlamentarios		parlamentários	poderem	x	
paroxismos		paroxísmos	poderozo		poderoso
partidarios		partidários	podessem	?	
paternaes	x		policia		polícia
patria		pátria	politica		política
patricios		patrícios	politicas		políticas
patrimonio		patrimônio	politico		político
patronato		patronado	politicos		políticos
pauperrismo	x		pondenorosa		ponderosa
peca		peça	pôr	x	
peccar		peccár	por-se	x	
pecuniaria		pecuniário	porem		porèm
pecuniarias		pecuniárias	Porèm		porèm
pecuniarios		pecuniários	porquanto	?	
pelantrós			porques	x	
penaes	x		possiveis		possíveis
peor		peór	possivel		possível
pequenhez	x		potestades		potestádes
perceptivel		perceptível	poude	?	

Palavra	Corretas	Correção	Palavra	Corretas	Correção
pozessem	?		productivo		productivo
practica		prática	productivos		productivos
practicar		praticar	producto		produto
practicas		práticas	productor	x	
practimente		praticamente	productos		produtos
pratica		prática	profeccionaes		proficionaes
practicas		práticas	profeccionalmente		profissionalmente
precaria		precária	profissoes		profissões
precommunal	?		programma		programa
prêços		prêços	prohibe	x	
preexistentes	x		prohibição	x	
preferencia		preferência	prohibidas	x	
preferivel		preferível	prohibir	x	
prégado	x		projecto		projéto
prehenchem	?		projectos		projéto
prehenchendo	?		promenores		pormenores
prehencher	?		prompta	x	
prejudiar-se		prejudicar-se	promptamente	x	
prejudiciaes	x		promptidão	x	
prejuizo		prejuízo	prompto	x	
premiar		premiar	promptuarios		promptuários
premios		prêmios	prompturarios		promptuários
preparatorias		preparatórias	pronpto		prompto
prepetuar-se		perpetuar-se	pronuncia		pronúncia
preponderancia		preponderância	pronuncia		pronúncia
prerogativa	x		propassa	?	
prescindindo	x		propensão	x	
prescindir	x		propoeem	?	
prescrevendo	x		proporinalmente		proporcionalmente
prescripção	x		proposito		propósito
prescripções	x		propositos		propósitos
prescriptas	x		propria		própria
prese		preze	proprias		próprias
presidencia		presidência	proprietarios		proprietários
presidios		presídios	proprio		próprio
prestigio		prestígio	proprios		próprios
presumpção	x		prosperem	x	
presumpçoso	x		prosperos		prósperos
pretenções	x		proteccção		protécção
pretesto		pretexto	protectora		protectóra
privilegiadas		privilegiadas	protectoras		protectóras
previnil-os			proteje		protégé
previo		prêvio	protejer		proteger
previsoria		previsória	provaveis		prováveis
primaria		primária	provê	x	
primordiaes	x		proveem	?	
principaes	x		proveja	?	
principe		príncipe	Providencia		providência
principio		princípio	providencias		providências
principios		princípios	provincia		província
privadoras		privadoras	provinciaes	x	
privilegiados	x		provincias		províncias
privilegio		privilégio	provinvia		províncias
privilegios		privilégios	provisoes		provisões
procedencia		procedência	provisoria		provisória
proceder		proceder	provisorias		provisórias
produção	x		provista		
productiva		productiva	prudencia		prudência

Palavra	Corretas	Correção	Palavra	Corretas	Correção
prurido		prorido	respectivas		respectivas
Publica	x		respectivos		respetivos
publicas	x		respeitavel		respeitável
publico	x		responsaveis	x	
publicos	x		responsavel	x	
pugna		púgna	restricção	x	
pugne	x		restricções	x	
quaes	x		resultado	x	
quasi		quási	resumen		resúme
quebrantal-as	x		retribuida		retribuída
raciocinio		raciocínio	reuna	x	
raiz	x		reune	x	
raizes	x		reuniao		reunião
rarissimos		raríssimos	revolucionarias		revolucionárias
rasão	x		revolucionario		revolucionário
rasoavelmente		razoavelmente	ridiculas		ridículas
razoaveis		rasoáveis	rubrica		rubrica
razoavel		rasoável	ruina	x	
reaccionario		reaccionário	ruinas	x	
reaes	x		ruraes	x	
realisa		realiza	sabia	x	
realização		realização	sabios		sábios
rebustesse-se	x		sacrificio		sacrifício
rechassar		rechaçar	sacrificios		sacrifícios
reciproca		recíproca	sahiam		saíam
reciprocas		recíprocas	sahiria		saíra
reciprococos		recíprocos	saida		saída
reconvenida		reconvida	saidas		saídas
recta		récta	sanccção	?	
rectidão	x		sancciona	?	
rectifiquem	?		sanitario	?	
recto		récto	satisfactorio		satisfactório
reducidos		reduzido	satisfactorios		satisfactórios
referencia		referência	satisfatoriamente		satisfactoriamente
refluir	?		saudavel		saudável
refugio		refúgio	saude		saúde
refundicção		refundição	sciencia		sciência
regedores	?		sciencias		sciências
regeneral-as		regenerál-as	scientifica		científica
regimem		regímen	cientificamente	x	
regimen		regímen	sea	?	
registo		registo	secção		sécção
regularisação	?		secções	x	
regularisam	?		seculo		século
regularisar	?		seculos		séculos
remedio		remédio	secundaria		secundária
remetter	x		sedicção	?	
reminiscencia		reminiscência	sediciosos		sediciósos
renuncia		renúncia	seguranca		segurança
repertorio		repertório	semilhantes		semelhante
reptil-o		reptil-o	sentensa		sentença
reprehensivel		reprehensível	sentensas		sentenças
representativas		representativas	sequito		séquito
republica		república	sera	?	
republicas		repúblicas	serie		série
repugnancias		repugnâncias	serios		sérios
resarcimentos		resarcimentos	sertamente		certamente
resistencia		resistência	servico		serviço

Palavra	Corretas	Correção	Palavra	Corretas	Correção
silencio		silêncio	sufficiencia		sufficiência
singella		singéla	sufficiente	x	
singindo-nos		cingindo-nos	suficientemente	x	
sítios		sítios	sugeição		sujeição
sobresalto		sobresálto	sugeita		sujeíta
sobrevertido	?		sugeitam		sujeitam
soccorrendo	x		sugeitando		sujeitando
soccorro	x		sugeitar-se		sujeitar-se
socegado		socegado	sugeitará		sujeitará
socego		socêgo	sugeitassem		sujeitassem
sociaes	x		sugeito		sujeito
soffra		sofra	sugeitos	x	sujeitos
soffrer		sofrer	sugerido	?	
soffresse		sofresse	summa		súmma
sofragio		sufragio	summariamente	x	
solemne	x		summo	x	
solemnemente	x		superficie		superfície
solemnes	x		superfluidades		superfluidade
solemnidade	x		superfluos		supérfluos
solemnidades	x		suportavel	?	
solicitude	x		suplemento		supplémento
solida		sólida	supplicando-lhe	x	
solidas		sólidas	supplicante	x	
solução		solução	suppõe	x	
sommas		sómas	suppõe-se	x	
sopõe		supõe	supponha	x	
sorprehendida		sorprendida	suppor	x	
subdelegações	x		suppor-lhes	x	
subdivisoos		subdivisões	suposição	x	
suberana		soberano	Supposta	x	
sublevar-se		sublevar-se	supprimir		suprimir
submette	?		susceptibilidade	x	
submettel-os	?		susceptibilidades	x	
submettemos	?		susceptiveis		suseptíveis
submetter-se	?		susceptivel		susceptível
submettidas	?		suscitadas	x	
submettido	?		suscitar	x	
submettidos	?		suscitem	x	
subsídios		subsídios	sustem	?	
subsitencias		subsistência	symbolo	x	
subterfugio	x		systema		systema
subtrahir-se	x		systemas		systemas
succede	x		taes	x	
succedem	x		tambem		tambem
succedendo	x		tarea		taréfa
succeder	x		teem	?	
succederia	x		temporareos		temporários
succedesse	x		tendencia		tendência
succedido	x		tendencias		tendências
successão	x		tendendencias		tendências
successiva	x		tenues		tênuas
successivamente	x		teorica		teórica
successivas	x		territoriaes	x	
successivos	x		territorio		território
successões	x		terriveis		terríveis
successores	x		terrivel		terrível
successos		succéssos	theoria		theoria
sucinta	?		thesouro		thesouro

Palavra	Corretas	Correção	Palavra	Corretas	Correção
throno	?		unicas		únicas
timida		tímida	unico		único
titulo		título	unicos		únicos
tolerancia		tolerância	uniformisado	?	
toleravel		tolerável	uniformisar	?	
tomultos		tumultos	uniformizar-se	?	
tradicções		tradições	universaes	x	
traficancias		tranficância	urgencia		urgência
tramites	?		urgentissima		urgentíssima
trancendental		transcendental	usuaes	x	
trances		trânces	usufructuarios		usufrutuários
tranmites	?		uteis	x	
tranquillidade	?		util	x	
tranquillizar	?		utilissimo		utilíssimo
transacções	?		utilissima		utilíssima
transcendencia		transcendência	vacillação	x	
transcendentaes	x		vacuos		vácuos
transcendentalissima		transcendentalíssima	vae	?	
transicção		transição	valla	x	
transito		trânsito	vamnente	?	
transitoria		transitória	varia	x	
transitorios		transitórios	variaveis		variáveis
transmitte	x		varios		vários
transmittindo-o	x		vasio		vazio
transmittir	x		vehemencia		vehemência
tranzito		trânsito	vehiculo	x	
tranzitorios		transitórios	veiu		veio
trascende		transcende	ventillem		ventilem
trascendencia		transcendência	verbaes	x	
trascendentaes	x		veses		vezes
trascendental		transcendental	vesinhança		vezinhança
trasem		trazem	veterinaria		veterinária
traslador	x		vexando	x	
traspasando	x		vexatorios		vexatórios
treogoas		trégoas	vicio		vício
Tres		três	vicios		vícios
tribunaes	x		vicissitudes		vicissitúdes
tribunnaes		tribunaes	victimas		víctimas
tributario		tributário	vigilancia		vigilância
triumfem		triumfem	vinculos		vínculos
triumfo		triunfo	violencia		violência
triunfaes	x		violencias		violências
tropelias		tropelías	virifica		verifica
turbação	x		visindade	x	
turbaria	x		visinhal	x	
tyrania		tyranía	visinhas	x	
ulceram	x		visivel		visível
Utiliza		utiliza	vitalicios		vitalício
ultima		última	voluntaria		voluntária
ultimas		últimas	voluntarias		voluntárias
ultimo		íltimo	voluvel	x	
ultimos		últimos	voos		vãos
ultrages		ultrajes	zêlo		zêlo
unica		única			